

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURA

GILBERTO MAZZETTI JÚNIOR

O PRESENTE CONTÉM TODO O PASSADO: o protagonismo midiático da Globo no
processo político, 1964/2016

Rio de Janeiro
2019

Gilberto Mazzetti Junior

**O PRESENTE CONTÉM TODO O PASSADO: o protagonismo midiático da Globo no
processo político, 1964/2016**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro
2019

Mazzetti, Gilberto Junior.

“O PRESENTE CONTÉM TODO O PASSADO: O PROTAGONISMO MUDIÁTICO DA GLOBO NO PROCESSO POLÍTICO, 1964/2016”

Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, 2019.

Orientador Prof. Dr. Eduardo Coutinho

1. Surgimento (Jornal O Globo e TV Globo) – Mídia - Protagonismo. 2. Ideologia do Golpe de 1964 - Hegemonia. 3. Ideologia do Golpe de 2016 – Hegemonia - Reatualização – Continuidade. I. Coutinho, Eduardo (Orientador). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Título.

Gilberto Mazzetti Júnior

O PRESENTE CONTÉM TODO O PASSADO: o protagonismo midiático da Globo no
processo político, 1964/2016

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Augusto César Gonçalves e Lima, Doutor em, Universidade Federal Fluminense,

UFF

Eduardo Granja Coutinho, Doutor em, Universidade Federal do Rio de Janeiro,

ECO/UFRJ

Erick Mendonça Dau, Doutor em, Universidade Federal do Rio de Janeiro,

UFRJ

José Isaias Venera, Doutor em, Universidade da Região de Joinville

UNIVILLE

Leila Salim Leal, Doutora em, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UFRN

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que nos criou. Deu-me coragem para questionar as realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades; à minha mãe, Ismania, e ao meu pai, Gilberto (in memoriam), que sempre me apoiaram e nunca perderam a fé nos meus sonhos; à minha esposa, Sheila, e à minha filha, Ana Clara. Tudo que faço tenho vocês em meus pensamentos. Por fim, dedico aos alunos e aos colegas docentes, que nos levam a pensar e a repensar as nossas práticas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Eduardo Granja Coutinho. Ele foi uma pessoa exemplar durante todo o percurso da orientação. Sempre acreditou, incentivou, cobrou... E acima de tudo foi um bom amigo. Sempre se esforçou para que eu tivesse um caminho sem turbulências. Obrigado pela parceria, por ter aberto a sua própria casa para me acolher, pelos passeios para conhecer a cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro, porque conforme sua fala “Ninguém é de ferro”, pelos livros, pelas dicas, pelos diálogos, pela forte amizade que certamente construímos e ficará para sempre.

Agradeço à Univille, universidade que me acolheu e me permitiu todo o desenvolvimento acadêmico, pois nela fiz minha especialização e com a ajuda dela pude realizar o sonho de fazer um doutorado. Cabe registrar que no Doutorado, embora a Univille seja uma universidade comunitária sem fins lucrativos, ela me possibilitou auxílio financeiro.

Agradeço à reitoria da Univille, nas pessoas da professora Sandra Furlan (reitora) e do professor Alexandre Cidral (vice-reitor); à professora Sirlei de Souza (pró-reitora de Ensino e a primeira doutora em Comunicação graduada pelo Dinter – Doutorado Interinstitucional UFRJ/Univille); ao professor Victor Aguiar (coordenador do programa Dinter UFRJ/Univille) e às professoras Denise Abatti Kasper Silva e Therezinha Maria Novaes de Oliveira (pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação) o apoio e incentivo na condução do programa.

Agradeço de uma forma muito especial pelo “caminhar juntos”, na “troca de experiências” e ao “crescer juntos” que obtive junto com meus colegas de doutorado: Daniel Westrupp, Eduardo Silva, Eliziane Boing, Jucilei Geraldo Hubner, Sirlei de Souza, Silvio Simão de Mattos e Wilson de Oliveira Neto.

Por fim, o mais importante agradecimento, à minha esposa, Sheila, amorosa, paciente, organizada, apoiadora, uma maravilhosa parceira de vida, e à minha filha, Ana Clara, por sua inteligência, exemplo de dedicação e sinceridade. Que vocês sempre lembrem que são a razão do meu desenvolvimento para me tornar uma pessoa melhor.

RESUMO

MAZZETTI, Gilberto Junior. **O PRESENTE CONTÉM TODO O PASSADO: O PROTAGONISMO MIDIÁTICO DA GLOBO NO PROCESSO POLÍTICO, 1964/2016.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A tese tem como objetivo geral identificar o discurso jornalístico do jornal *O Globo* como instrumento de hegemonia, por meio dos seus editoriais, os quais foram analisados em dois momentos: inicialmente, no período histórico do golpe militar de 1964, caracterizado pela ditadura militar brasileira; e no segundo momento, em vias de comparação, no golpe de 2016, no processo de impeachment da presidente da república Dilma Rousseff, tendo como referencial teórico gramsciano das relações entre hegemonia e contra-hegemonia de relevância político-cultural no processo midiático massivo. Com o propósito de satisfazer essa temática, discorre-se sobre o significado das Organizações Globo na história política do país; identificam-se as estratégias comunicacionais de interação entre as Organizações Globo e a população brasileira, integrando as práticas discursivas e a sua produção de conteúdo, sob o viés de um sistema de significação e de valores gerados pela cultura das instituições de uma sociedade civil dominante, com seus interesses, anseios e expectativas; analisou-se a relação existente entre comunicação e política inserida nos discursos jornalísticos das Organizações Globo em 1964 e em 2016, por meio dos editoriais do jornal *O Globo*; e assim evidencia-se que há uma continuidade (o presente contém todo o passado), por meio das comparações que atravessam os momentos históricos escolhidos. Quanto ao *corpus* da pesquisa, fazem parte os editoriais do jornal *O Globo*, narrativas de 30 editoriais antes e 30 editoriais depois do golpe de 1964 e, de igual forma, narrativas de 30 editoriais antes e 30 editoriais depois do chamado processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, nas categorias analisadas: lei – ordem, progresso, espírito de patriotismo, o verde-amarelismo e o anticomunismo, representados pelo antilulismo (antivermelhos) e corrupção. Conclui-se que no golpe de 2016 praticou-se uma continuidade, uma reatualização do golpe de 1964, por meio do protagonismo midiático dos editoriais do jornal *O Globo*, nesses períodos da história brasileira, com significativa relevância político-cultural, alinhados com a sociedade civil dominante, em seu discurso jornalístico hegemônico. Portanto, hoje, como no passado, para Gramsci a construção da hegemonia está cada vez mais alicerçada em disputas ideológicas e

culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, como a opinião pública, por meio dos sentidos de compreensão da realidade e até nas decisões políticas.

Palavras-chave: Golpe; Protagonismo midiático; Hegemonia.

ABSTRACT

MAZZETTI, Gilberto Junior. **O PRESENTE CONTÉM TODO O PASSADO: O PROTAGONISMO MIDIÁTICO DA GLOBO NO PROCESSO POLÍTICO, 1964/2016.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The thesis aims to identify the journalistic discourse of the newspaper *O Globo* as an instrument of hegemony, through its editorials, which were analyzed in two moments: initially, in the historical period of the 1964 military coup, characterized by the Brazilian military dictatorship; and in the second moment, in comparison, in the coup of 2016, in the impeachment process of the president of the republic Dilma Rousseff, having as Gramscian theoretical reference of the relations between hegemony and counter-hegemony of political and cultural relevance in the mass media process. In order to satisfy this theme, we discuss the significance of Globo Organizations in the political history of the country; the communication strategies of interaction between Globo Organizations and the Brazilian population are identified, integrating discursive practices and their content production, under the bias of a system of meaning and values generated by the culture of the institutions of a dominant civil society, with your interests, desires and expectations; We analyzed the relationship between communication and politics inserted in the journalistic speeches of Organizações Globo in 1964 and 2016, through the editorials of the newspaper *O Globo*; and thus it is evident that there is a continuity (the present contains all the past), through the comparisons that cross the chosen historical moments. The *corpus* of the research includes the editorials of the newspaper *O Globo*, narratives of 30 editorials before and 30 editorials after the 1964 coup, as well as narratives of 30 editorials before and 30 editorials after Dilma's so-called impeachment process. Rousseff, on August 31, 2016, in the categories analyzed: law - order, progress, spirit of patriotism, green-yellowishness and anticommunism, represented by anti-redness (anti-red) and corruption. It is concluded that in the coup of 2016 there was a continuity, a re-actualization of the coup of 1964, through the media protagonism of the editorials of the newspaper *O Globo*, in these periods of Brazilian history, with significant political-cultural relevance, aligned with the dominant civil society in its hegemonic journalistic discourse. Therefore, today, as in the past, for Gramsci the construction of hegemony is increasingly based on ideological and cultural disputes that influence and

condition the social imaginary, such as public opinion, through the senses of understanding reality and even political decisions.

Keywords: Coup; Media protagonism; Hegemony.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CONSTITUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO	29
1.1 ORGANIZAÇÕES GLOBO COMO O MAIS EFICAZ INSTRUMENTO DE HEGEMONIA.....	30
1.1.1 Breve contexto sobre o Grupo Globo: surgimento e desenvolvimento do jornal <i>O Globo</i> e da TV Globo	31
1.1.2 Formação do monopólio da Globo e a sua atuação nas últimas décadas.....	51
1.1.3 Como se constrói hegemonia (novela, futebol e jornalismo)	55
2 CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NO GOLPE DE 1964: TEMPOS DE CHUMBO.....	63
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: O GOLPE DE 1964, OU OS TEMPOS DE CHUMBO.....	63
2.1.1 Aspectos econômicos, políticos e ideológicos.....	69
2.1.2 Aspectos comunicacionais	76
2.2 A IDEOLOGIA DO GOLPE: ANÁLISE DO CORPUS	79
2.2.1 A lei e a ordem, progresso, anticorrupção, corrupção, espírito de patriotismo – o verde-amarelismo, antilulismo – antivermelhos.....	79
3 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NO GOLPE DE 2016.....	103
3.1 Breve contexto histórico	103
3.1.1 Aspectos político-econômicos (geopolíticos, causas do golpe etc.): o processo do impeachment.....	105
3.1.2 Aspectos ideológicos e comunicacionais.....	119
3.2 A IDEOLOGIA DO GOLPE: ANÁLISE DO CORPUS	122
3.2.1 A lei e a ordem, progresso, anticorrupção, corrupção, espírito de patriotismo – o verde-amarelismo, antilulismo, antivermelhos.....	123
3.3 “O PRESENTE CONTÉM O PASSADO”	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	189

INTRODUÇÃO

Um breve resgate histórico da democracia brasileira nos assombra quando percebemos que no, pós-guerra, somente três presidentes democraticamente eleitos (Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva) terminaram seus mandatos. Ou seja, no Brasil, a regra é o golpe e o autoritarismo.
Gomes (2016, p. 39)

Tempos nebulosos estes em que vivemos. Há uma forte crise de representação política do país, colocando claramente em dúvida a legitimidade de alguns partidos políticos e os seus atores enquanto agentes de representação de interesses que correspondem efetivamente às demandas do povo e do próprio país como um todo.

Tempos em que o que há de pior na política está no poder, impondo-nos anos de retrocesso e provocando grande prejuízo nas políticas públicas de proteção social.

Além disso, existe uma ameaça iminente contra os trabalhadores brasileiros, a que todos nós, confusos, assistimos diariamente: o bater do bumbo da mídia massiva e corporativa em prol das reformas da previdência e trabalhista como a única e real solução dessa catarse nacional.

Todo esse enredo está de fato interligado intimamente com alguns políticos que foram eleitos com a finalidade de honrar e prestar um serviço à sociedade com o propósito do bem público, da justiça e da preservação do patrimônio, mas acabam buscando os seus próprios interesses.

Tais comportamentos, em parte, são fomentados pelos grandes *players* econômicos, em conivência com o forte alinhamento e apelo da mídia na indução de uma visão de mundo na formulação e projeção das ideias, na prevalência de grandes interesses capitalistas e seus intelectuais representantes, por meio dos quais a classe economicamente dominante se torna também politicamente dominante.

Então perguntamos: Será essa uma situação única, inusitada na nossa história? Será que estamos vivendo uma tempestade perfeita, um típico acaso das forças da natureza política? Será que sofremos mais um duro golpe político, como tantos outros que são recorrentes na história brasileira? Será como uma tragédia anunciada, para todos nós que sonhamos viver num país desenvolvido e com justiça social? Será verdade que a história está se repetindo?

Assim, é necessário discutir e refletir sobre a situação em que estamos vivendo, sobre aquela velha sensação de já ter visto esses acontecimentos antes. Como a expressão “ecos do golpe”, que sugere

a permanência de formas culturais do período ditatorial em nossa sociedade. Metáfora sonora é ainda mais sugestiva se considerarmos que há um som que ecoa há décadas na vida cultural brasileira: um som que, à maneira de um sino, anuncia a fala sagrada do mercado e o fim da história; que mantém os homens enquadrados, fazendo-os salivar como cobaias e prescrevendo suas reações a cada vez que reverbera em suas casas e locais de diversão; um som que, como diria Adorno, preenche os vazios do silêncio que se instala entre as pessoas deformadas pelo medo e pelo cansaço; som que, como um apito de fábrica, submete o lazer dos homens à lógica da produção capitalista; som que ritmou a implantação do regime ditatorial no Brasil, a repressão do movimento operário, a superexploração da força do trabalho, a intervenção do Estado na defesa dos interesses monopolistas nacionais e multinacionais, o aprofundamento da dependência econômica e política brasileira em relação aos EUA; som que poderia muito bem ser o tilintar das moedas na caixa registradora, mas que se apresenta inocente e intermitentemente – de 15 em 15 minutos há 50 anos – como um singelo e hipnótico plim-plim. Esses sons do passado que, no dizer de Marx, oprimem como um pesadelo o cérebro dos vivos, são ecoados pelo moderno sistema de comunicação instaurado no Brasil durante a autocracia burguesa. A importância desses ecos – e desse sistema – poderá ser mais bem compreendida se tivermos em mente o significado de um fato como o qual eles estão intimamente associados: o golpe de abril (COUTINHO, 2014, p. 108).

Esse *déjà vu* no nosso contexto político-cultural culminou no golpe (2016), chamado por alguns de *impeachment*. Na verdade, esse *impeachment* foi uma construção de uma farsa, que de farsa propriamente dita não tem nada, e sim uma intensa tragédia que vivenciamos na atualidade.

Aliás, o golpe de 2016 foi um dos mais torpes da história brasileira e revela uma “continuidade” dentro dessa descontinuidade nos contextos político-culturais desses seus períodos históricos (COUTINHO, 2014). Dessa maneira, representa “um som que ecoa”, daí o protagonismo da mídia; em nossa reflexão trata-se de uma reatualização da tragédia do golpe de 1964.

No Brasil de 1964, o engodo era a revolução, para manter a ordem e o progresso do país. Em 2016, o *impeachment*, por artimanhas jurídicas, mediante um processo político duvidoso, derruba uma presidente legitimamente eleita com a finalidade de manter a ordem e o progresso do país. Em ambos os momentos há um forte apelo contra a corrupção, a favor do patriotismo e a oposição ao “vermelho”.

Semelhanças? Muitas. Conluio de um parlamento em sua grande parte corrupto, principalmente a serviço das elites financeiras, e uma grande mídia massiva corporativa, contribuindo na construção hegemônica. Percebe-se tal protagonismo da mídia na condição que envolve uma visão de mundo de relevância político-cultural, que utiliza esse instrumento de poder historicamente empregado pelos grupos dominantes.

Nota-se nesses dois momentos trágicos da história brasileira, e decorridos tantos anos entre os dois momentos, que esses atores jamais admitiram ou sequer admitem que deram os

golpes (1964/2016) de Estado na nação, “o golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe” (JINKING, 2016, p. 11).

O Brasil vive um golpe de Estado.

A frase acima não admite tergiversações ou volteios em seu entendimento. A pílula não pode ser dourada. Trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos 1960-1980. Naqueles tempos, aparecia um roteiro que se tornou clássico: as forças armadas se dividiam, um setor se aliava com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. O enredo era previsível: o palácio do governo era sitiado, o mandatário eleito era encarcerado ou expulso do país – quando não assassinado – e triturava-se a institucionalidade vigente. Realizada a trama, o passo seguinte era legalizar o ardil. Juristas inescrupulosos eram chamados para dar pintura de normalidades constitucional à ditadura estabelecida e, ato contínuo, sufocavam-se com turbulência usual as vozes dissonantes (JINKING, 2016, p. 11).

O mesmo ocorreu no golpe de 1964, quando se puseram tanques nas ruas, derrubaram pela força um presidente legitimamente eleito a título de uma prevenção e se instalou o caos na nação, para salvar o país da ameaça comunista. Na ditadura militar em 1964, instaurada pela elite civil-militar, esta impôs suas vontades. Naquela época, essa representatividade, com os seus atores alinhados na sua preparação,

remonta aos golpes ensaiados, sem sucesso, nos anos 1950 e início dos anos 1960, 1964 foi um golpe de Estado dirigido pelos setores hegemônicos da burguesia nacional associados ao imperialismo estadunidense, pelo próprio imperialismo e pelas Forças Armadas, que na encruzilhada decisiva da história do país no século XX mobilizou o apoio da mídia, da igreja, dos latifundiários, da pequena burguesia, e de grande parte das classes médias e da intelectualidade conservadora, da maioria do Congresso Nacional e dos mais importantes governos estaduais (DANTAS, 2014, p. 19).

No golpe de 2016, com muitas semelhanças, embora não usando fardas, mas facinorosos do S.O.S. Forças Armadas, essa classe econômica e politicamente dominante derruba uma presidente legitimamente eleita do poder, alegando de igual forma a necessidade de se instalar a lei e a ordem, no meio de tanta corrupção, para promover o progresso, impedir o avanço dos “comunistas”, dos “vermelhos” (Partido dos Trabalhadores – PT) e, claro, salvar a nação.

Em 2016, usam as mesmas marcas (lei e ordem, corrupção, progresso, impedir o avanço do comunismo) utilizadas há mais de 50 anos no golpe de 1964, e ainda que se trate de ambientes descontínuos (geopolíticos e globalizados e mídias distintas), são reativadas e realinhadas novamente. Da mesma maneira que no golpe de 1964, esses grandes interesses econômicos e políticos da sociedade civil brasileira dominante são realinhados, por meio da mídia massiva e corporativa.

Cabe aqui destacar que não se pode em nenhum momento aceitar a corrupção como algo natural da vida pessoal ou em sociedade. Todavia as denúncias de corrupção vieram de quem sempre as praticou, como por exemplo na aceitação do processo de *impeachment* da presidente (Dilma Rousseff) feita pelo presidente da Câmara dos Deputados (Eduardo Cunha), que hoje é um homem condenado, está preso!

Citam-se ainda a própria aceitação do seu vice-presidente da República, o sr. Michel Temer, que chegou a ser preso em vários momentos, hoje é réu em vários processos de justiça, e de outros mais que estão sendo processados e condenados e que participaram do processo de cassação do mandato da Dilma.

Em recente entrevista (16/9/2019) ao programa Roda Viva, Michael Temer afirmou que não se empenhou ou apoiou o **que chamou de golpe**, ao comentar sobre o fato de ter sido chamado de “golpista” durante o processo de *impeachment* deflagrado em 2016 contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Ele usa a própria palavra “golpe” em toda a sua entrevista (“EU JAMAIS...”, 2019).

Dessa forma, no golpe de 2016, permanecem essas marcas do passado, *uma permanência de formas culturais do período ditatorial em nossa sociedade*. Enxerga-se, portanto, a importância deste trabalho, o qual serve como uma reflexão que se faz necessária acerca do assunto.

Historicamente, a mídia sempre desempenhou papel crucial na produção de subjetividades ou mesmo na indução da opinião pública, com relevante função na disputa por hegemonia como instrumento ou espaço de poder. Desde o século XX os meios de comunicação passaram a

ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade, aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância (GOULART, 2014, p. 195).

Como a autora destaca, só é significativo, socialmente aceito, tido com real, relevante, verdadeiro o que é destaque na mídia. Nesse mesmo alinhamento, Coutinho (2008, p. 7) menciona:

A mídia, com sua significativa relevância, atua como um dispositivo capaz de influenciar nessa formação e promoção de ideias, nas mais diversas formas da vida cotidiana e na atuação política dos indivíduos, na maneira como agem, sentem, desejam, lembram, convivem e resistem. Essa problemática das relações entre mídia

e poder está presente em todas as áreas do pensamento social contemporâneo – da sociologia à antropologia, da filosofia à teoria política. No campo específico da comunicação social, essa temática figura, evidentemente, como uma questão central.

No Brasil, tal relação fica muito evidente já em 1954, diante de medidas nacionalistas (Petrobras e o monopólio estatal do petróleo) tomadas por Getúlio Vargas. Os meios de comunicação, como *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e os principais jornais e rádios do país na época *bateram bumbo* contra Getúlio.

Naquele momento criaram um lema, uma forte ideia na opinião pública de que o país era um “mar de lama” e de que o “presidente estava mergulhado em corrupção”. Depois vieram os verdadeiros fatos, que a própria história valida, que essa indução estava longe de ser a verdade.

Na mesma época o jornalista conhecido como demolidor de presidentes, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, falava no rádio e na tevê e escrevia em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*. Vivia batendo o bumbo.

Isso ajudou a formar e a transformar ideologicamente as identidades da sociedade da época, organizada conforme uma visão de mundo baseada em determinada perspectiva e de acordo com seus interesses, afetando politicamente a transformação dessa história. De fato e de verdade, o fazem até hoje.

Ainda em 1961, para assombro do país, o presidente Jânio Quadros apresentou sua renúncia. Ao que tudo indica foi um ato irrefletido do presidente, que imaginou que as massas apelariam à sua volta, diante de forças conservadoras, e ele voltaria a governar com poderes ampliados e poderia exercer um governo forte. Assim, publicou a renúncia e viajou de Brasília a São Paulo à espera desses acontecimentos. Jogou com a ausência seu vice, que estava em missão oficial na República Popular da China, com a qual o Brasil não tinha relações diplomáticas, rompidas em 1949, em razão da guerra fria.

Seu vice, o gaúcho João Goulart, o Jango, pecuarista, entrou na vida política pelas mãos de Getúlio Vargas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e tinha históricos compromissos com os trabalhadores brasileiros, por isso era muito popular e tinha especial apoio do movimento sindical.

Com a participação de um parlamento comprometido com as elites e fortemente alinhado com as mídias da época, bateu-se novamente o bumbo. Contra o respeito à ordem democrática, os mesmos que mais tarde participarão do golpe de 1.º de abril de 1964 vetaram a posse de Jango. Foi o chamado “golpe branco”.

Depois de muita mobilização popular, negociações e até de dissensões nas Forças

Armadas, o núcleo golpista recuou. Mas foi instituído às pressas o regime parlamentar, e Jango, regressando ao país, tomou posse a 7 de setembro de 1961. O parlamentarismo imposto pelo “golpe branco” não durou 16 meses.

Mediante um plebiscito em 6 de janeiro de 1963, Jango volta à presidência, pois é restaurado o regime presidencialista, com forte apoio popular. Mas ele inicia esse período, considerado o último do ciclo constitucional aberto com o fim do Estado Novo, era Vargas, em condições visivelmente traumáticas.

Em 1962, “a turma da Sorbonne”, como eram conhecidos alguns parlamentares e oficiais militares, da Escola Superior de Guerra, aliou-se ao empresariado e à parcela conservadora da Igreja e, em conjunto novamente com a força da mídia, fez derrubar do poder o presidente eleito Jango (NETTO, 2014, p. 30-31). Isso porque durante dois anos trabalharam as manchetes e chamadas dos vários veículos de comunicação, para suscitar na população o sentimento de pessimismo, desesperança e descrédito no governo, como se faz até hoje.

Após o período getulista e o chamado golpe branco, a relação de poder da mídia ficou muito evidente com os governos militares, na integração do Estado e no monopólio das comunicações, que se acentuou antes e depois do golpe de 1964.

Além de atender aos objetivos militares de “integração e segurança nacional”, a mídia servia como “porta-voz” da opinião pública, das forças de direita, nacionalistas e do conservadorismo extremo – a chamada grande imprensa (ou, como se dizia naquele tempo, a “imprensa sadia”, isenta de “influências comunizantes”) (NETTO, 2014, p. 48).

Cabe salientar que nesses períodos, ao mesmo tempo, se teve um momento de modernização do capitalismo industrial e da consolidação da indústria cultural, com grande esforço – hegemônico pelos empresários dos meios de comunicação – de regulamentar, com bom recurso técnico e boa infraestrutura e serviços. Com isso, criaram-se as condições estruturais para o livre desenvolvimento de um robusto sistema de radiodifusão. Ademais, a ditadura favoreceu a formação de oligopólios e a desnacionalização dos meios de comunicação no Brasil (COUTINHO, 2014, p. 111).

Nesse contexto, destaca-se o surgimento da Rede Globo de Televisão, veículo midiático massivo extremamente poderoso, oportunamente estético por sua competência tecnológica, que atua na forma de indução de ideias, com uma visão única de mundo, hegemônica. Sobre a empresa, dedico neste trabalho um capítulo específico, buscando explicar esse alinhamento.

Assim, da mesma forma como no passado, percebemos no processo de *impeachment* de 2016 e no momento atual (pós-*impeachment*, governo Bolsonaro, com a tentativa das reformas da previdência e trabalhista) que a Rede Globo de Televisão, e demais meios dessa organização, ainda atua como um grande instrumento ideológico da autocracia burguesa, na indução e direção de ideias e da hegemonia.

Não é mera coincidência: se deu certo nos eventos passados (anos 1950, início dos 1960 e como em 1964, no período ditatorial brasileiro, sendo parceiro da classe dominante em seus interesses), então tinha de dar certo agora, pois temos os mesmos ingredientes ideológicos comprovados na prática, discursos parecidos! Porém, atualmente, em um cenário geopolítico mundial sem a Guerra Fria, com os ambientes na era da globalização, são as mídias sociais que possuem esses ingredientes ideológicos e fazem esse bater de bumbo.

Como exemplo, na atualidade, podemos citar na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, a empresa Cambridge Analytica, que ofereceu seus serviços à sua campanha à presidência em 2016. Essa empresa, de posse dos dados (curtidas, fotos, compartilhamentos e mensagens) dos eleitores americanos, deu ao Facebook e à consultoria noções desses perfis.

Com esses dados, a Cambridge Analytica pôde ser capaz de dirigir anúncios para as *timelines* no Facebook de pessoas com personalidades específicas. Os dados foram usados na própria campanha política. A Cambridge Analytica saberia dizer quais pessoas no Facebook teriam o perfil adequado para receber anúncios divulgando bandeiras específicas do candidato. Os anúncios seriam moldados, manipulados e levariam em conta os medos, as necessidades e emoções das pessoas.

A Cambridge Analytica foi acusada de ter utilizado com fins políticos os dados de 50 milhões de usuários britânicos do Facebook, que teve um “papel crucial” na votação do plebiscito na Inglaterra, o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia).

Em 25 de setembro 2017, o Facebook anunciou que seus dados foram hackeados. Em 12 de outubro de 2017, informou que a invasão começou provavelmente em 14 de setembro. Foram “roubados” os dados de 400 mil usuários e, a partir desse “roubo”, os hackers obtiveram informações sobre 30 milhões de pessoas.

Dentre as vítimas, 29 milhões tiveram descobertos o número de telefone e o e-mail. De metade os hackers conseguiram saber também: o nome da pessoa, gênero sexual, idioma, estado civil, religião, cidade natal, data de nascimento e 15 últimas pesquisas feitas na internet.

Da mesma forma, e até por isso mesmo, os diversos veículos de comunicação

resolveram tentar a mesma prática, do incentivo ao quanto pior melhor, para promover a mudança e na forma massiva de bater o bumbo.

Aqui cabe destacar, e em alinhamento ao presente trabalho, que na eleição para a presidência da república em 2014, quando a senhora Dilma é eleita, e em seu processo de *impeachment* (2016) as plataformas das redes sociais ainda não influenciavam nos resultados do pleito de modo significativo. Porém, nas últimas eleições para presidente no Brasil (2018), em comparação a 2014, já não podemos dizer o mesmo, pois nesse último pleito houve um forte apelo nas redes sociais.

A campanha do ex-capitão repete estratégias verbais e operacionais de Donald Trump na disputa pela Casa Branca em 2016. Um dos filhos de Bolsonaro, Eduardo, esteve em agosto de 2017, em Nova York, com o principal estrategista de Trump na campanha, Sr. Steve Bannon. Mas tal análise não é objeto deste trabalho.

Assim, a mídia no Brasil, com os seus oligopólios entre meia dúzia de famílias abastadas, passa a direcionar, dominar e servir novamente uma elite representada por grandes grupos corporativos. Seja disseminando manchetes sem veracidade, mas plenas de gatilhos jurídicos, referendando notícias de forma polêmica, ou pelo menos manipuladas, carentes de apuração e investigações mais profundas.

A mídia atuou e continua atuando na produção de sentidos e de influências na constituição e elaboração do nosso processo de identidade cultural. Os seus impactos são consideráveis.

A situação nos convida à reflexão, na medida em que somos atravessados por essa lógica, por esses meios de comunicação massivos em nossa sociedade, sobretudo a mídia jornalística, foco do presente trabalho.

Contudo, quer seja a mídia escrita, quer seja a televisiva, em sua essência a mídia ocupa lugar de relevância nos meios de comunicação do país, o que vem nos impactando diária e diretamente, articulando ideias com suas imagens, com os seus conteúdos e com suas formas narrativas.

Portanto, intenciona-se neste trabalho provocar uma discussão na compreensão dessa análise e na identificação de quais são os artefatos das indústrias culturais dessas mídias, na indução, na formação das consciências e na própria condução da visão de mundo das pessoas.

A mídia, como se pretende observar no desenvolvimento do presente trabalho, tem uma base econômica fortemente associada com o capital, funcionando como uma grande relação mercadológica, não só em termos de sedução, indução e consumismo de

subjetividades, de clara forma ideológica, mas como troca de interesses: “Desde os seus primórdios, o caminho da imprensa se desenvolve na trilha da troca de mercadorias” (HABERMAS, 2003, p. 29).

Nesse sentido, no momento do golpe de 2016, no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e na época da ditadura militar brasileira, mediante o golpe de 1964, o que temos de semelhanças? Há diferenças?

O discurso jornalístico e a sua produção de sentidos, promovidos pelos processos midiáticos, ultrapassam as suas imagens no que é dito e/ou escrito e, por essa razão, merecem atenção na área da comunicação.

Apoiando-se nesses argumentos, por meio dos editoriais do jornal *O Globo*, na sua relação de hegemonia, na indução das ideias, nas suas formas e conteúdos comunicacionais, destaca-se principalmente a criação de uma identidade entre as Organizações Globo e a ditadura brasileira em 1964, conforme manifestações populares em 2013: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. Trata-se de uma das frases mais cantadas nas manifestações populares de junho de 2013, espalhadas em várias cidades do país.

Não por acaso e além de possuir um excelente recurso técnico, imagens, sons e dramaturgia, a instituição atuou nessa questão, sobretudo pela forma política e ideológica, trabalhando ativamente um discurso hegemônico de fenômenos únicos da história brasileira. O acontecimento foi envolvido por essa comunicação de massa jornalística, cujo papel foi a construção hegemônica da influência das construções de sentido acerca da realidade desse momento histórico.

Assim, tendo como referência a problemática gramsciana das relações entre comunicação, política, hegemonia e contra-hegemonia de relevância político-cultural, enxerga-se a importância dessa discussão.

Ao perceber as características desses processos comunicativos jornalísticos das Organizações Globo no golpe de 1964 e nos chamados tempos de chumbo, destacam-se sobretudo o alinhamento jornalístico como o porta-voz dos generais do planalto, em um primeiro ato, e a comparação dele, no segundo ato, com os processos jornalísticos que culminaram no golpe de 2016, no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Os processos midiáticos jornalísticos nos atos e nas práticas da comunicação que envolveram e afetaram muitos atores sociais (indivíduos, organizações, sociedade e o próprio país como um todo), em termos de complexidade, na ditadura militar brasileira e no processo de *impeachment* da Dilma Rousseff, são compreendidos como um lugar de embate cultural –

um espaço de construção de identidades e subjetividades.

Tais atividades fizeram com que “vivamos esse momento único” na história, que se deva pesquisar, diagnosticar, reagir e ter flexibilidade para entender, no campo da comunicação, os seus significados e as suas capacidades de estimular tanto a conservação como a transformação de produção de sentidos, no terreno das ideologias acionadas e mobilizadas pelo processo comunicacional (BARBOSA, 2013).

Então, como base no instrumento teórico do pensamento de Gramsci, perguntamos: A mídia jornalística das Organizações Globo exerceu direção e controle na visão de mundo da sociedade no golpe de 2016, como no golpe de 1964? Que conteúdos e ideias foram transmitidos em tais eventos? E com que finalidade? Que relação há entre o discurso jornalístico e os momentos vividos no contexto histórico, social, econômico e cultural legitimado nesse processo?

Além de analisar o discurso jornalístico midiático massivo do jornal *O Globo* como instrumento de hegemonia e de poder na legitimação dos eventos aqui narrados, a fim de ampliar as compreensões da nossa história, como afirma Barbosa, pretende-se também refletir essas questões tendo como base o referencial de Gramsci.

Dessa forma, com o espírito de “cisão”, com um processo de contra-hegemonia (negação) dessas formas culturais do passado, rompe-se com o sistema simbólico dominante, como Coutinho (2014, p. 12) estabelece:

E eis que, para Gramsci, o espírito criador não é outro senão o “espírito de cisão”. A contra-hegemonia aparece, assim, como um processo cultural que envolve cisão (negação). Mas também criação, renovação das formas culturais do passado; processo no qual a comunicação popular rompe com o sistema simbólico dominante, ao mesmo tempo em que recria e reelabora os signos da tradição em um sentido contrário ao das classes dirigentes.

Portanto, o **objetivo geral** deste trabalho é: identificar o discurso jornalístico do jornal *O Globo* como instrumento de hegemonia, por meio dos seus editoriais¹, os quais serão analisados em dois momentos: inicialmente, no período histórico do golpe militar de 1964, no chamado “tempos de chumbo”, caracterizado pela ditadura militar brasileira, e no segundo momento, em vias de comparação, no golpe de 2016, no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, tendo como referência a problemática gramsciana das relações entre hegemonia e contra-hegemonia de relevância político-cultural no processo midiático massivo.

¹ É importante ressaltar que os editoriais em 1964 vinham na capa do jornal. Já em 2016 eles aparecem na parte interna, na seção “Opinião”.

Com o propósito de satisfazer ao objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**: a) refletir sobre o significado das Organizações Globo na história política do país; b) identificar as estratégias comunicacionais de interação entre as Organizações Globo e a população brasileira, integrando as práticas discursivas e a sua produção de conteúdo, sob o viés de um sistema de significação e de valores gerado pela cultura das instituições de uma sociedade civil dominante, com seus interesses, anseios e expectativas; c) analisar a relação existente entre comunicação e política inserida nos discursos jornalísticos das Organizações Globo em 1964 e em 2016, por meio de seus editoriais do jornal *O Globo*; d) evidenciar que há uma continuidade (o presente contém todo o passado), por meio das comparações que atravessam os momentos históricos escolhidos, baseando-se nos aspectos políticos, econômicos e ideológicos existentes na relação entre comunicação, política, hegemonia e contra-hegemonia na problemática gramsciana.

Como **hipótese** argumenta-se que, no golpe de 2016, se pratica uma continuidade, uma reatualização do golpe de 1964, por intermédio do protagonismo midiático dos editoriais do jornal *O Globo* nesses períodos da história brasileira, com significativa relevância político-cultural, alinhados com a sociedade civil dominante, em seu discurso jornalístico hegemônico.

Quanto ao objeto estudado, o **corpus da pesquisa**, fazem parte editoriais do jornal *O Globo*, as narrativas de 30 editoriais de antes e 30 editoriais de depois do golpe militar de 1964.

Dessa forma, são 30 editoriais antes do golpe da ditadura militar de 1.º de abril de 1964 e 30 deles imediatamente depois do golpe, após a deposição de João Goulart (1961-1964), que se seguiu como uma nova onda de repressão que atingiu entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Com a cassação de membros da oposição, os apoiadores do golpe tornaram-se maioria no parlamento, que referendou como o próximo presidente o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). O militar assumiu a posição com a promessa de que a intervenção seria curta e o poder voltaria aos civis logo que o país superasse os problemas que levaram ao golpe.

No entanto o que se viu foi apenas o início do que seria um longo período de desmandos militares. Três meses após a sua posse, Castelo Branco promulgou a ementa constitucional que prorrogou o seu mandato até 1967. Os militares passaram a decretar os atos institucionais (AI), utilizados para dar força de lei às suas ações. O primeiro deles, o AI-1, imposto em 9 de abril de 1964, cassou mandatos e suspendeu a imunidade parlamentar, o

caráter vitalício dos cargos dos magistrados, a estabilidade dos funcionários públicos, entre outros direitos constitucionais.

Instaurado em 31 de março de 1964, chamado por seus defensores de *revolução*, esse processo seguiu até o seu fim, em 15 de março de 1985, quando da posse do vice José Sarney, por conta do adoecimento de Tancredo Neves três dias antes de assumir a presidência; Tancredo nunca chegou a tomar posse do cargo.

Nesse período, o país foi levado a passar mais de 20 anos sob uma ditadura militar caracterizada por forte centralismo e autoritarismo, pela cassação dos direitos políticos de opositores e pela violação das liberdades individuais da população. Nesses 20 anos, analisa-se uma imagem positiva do país, desenvolvida por uma comunicação manipulada pelas Organizações Globo. Tanto os jornais impressos quanto os televisivos mostravam alinhamento com o planalto, disfarçando assim a censura e a tortura, ou seja, a ditadura.

Especialmente durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, foi introduzida pelo discurso jornalístico dessa organização uma linguagem sensacionalista sempre mostrando que as Forças Armadas salvaram o Brasil do caos econômico e político, dando união, ordem e progresso, termos esses até então desconhecidos ou pouco presentes no cenário dos textos políticos brasileiros, visando conquistar a adesão ao projeto de desenvolvimento.

No período o país viveu ainda a euforia e, mais tarde, a decepção do milagre econômico. O entusiasmo foi tão marcante que ficou na memória de muitos brasileiros a falsa ideia de que naquele momento havia ordem e progresso.

Ainda sobre o objeto estudado, o *corpus*, em seu segundo momento, novamente conta com narrativas de 30 editoriais de antes e 30 editoriais de depois do golpe de 2016, no chamado processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, tendo o mesmo intuito do primeiro *corpus*.

Nesse processo histórico, destaca-se que Dilma foi reeleita em segundo turno em 26 de outubro de 2014, com 51,64% dos votos, contra 48,36% de Aécio Neves, na campanha em que a mídia em peso trabalhou contra ela e a favor do seu adversário, que teve o seu mandato de senador suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por estar envolvido em escândalos de corrupção.

Dilma venceu as eleições em 31 de outubro de 2010, tornando-se a primeira mulher presidente da República Federativa do Brasil (2011-2014), também depois de uma campanha desproporcional contra ela e a favor do senador José Serra, seu opositor, envolvido no

processo de corrupção da Operação Lava-Jato.

Cabe esclarecer que o tema *impeachment* é complexo mesmo para especialistas da área jurídica e aos demais profissionais da área do Direito. Nesse processo, exige-se um julgamento jurídico, na medida em que ele pressupõe a causação de um crime de responsabilidade.

De forma política, por meio de um parlamento corrupto e uma mídia conivente com os interesses das elites financeiras do país, efetuou-se em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (atualmente preso, com o seu mandato cassado por corrupção), o processo de *impeachment* contra a presidente, alegando crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, as chamadas “pedaladas fiscais”, apelido dado a um tipo de manobra contábil feito pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas.

Atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por parte do Tesouro e do Ministério da Fazenda, tinha o objetivo de melhorar artificialmente as contas federais.

Ao fazer dessa forma, nota-se que a prática era realizada pelos governos desde 1994; ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e, assim, ludibriava o mercado financeiro e especialistas em contas públicas.

Com relação aos aspectos no **processo metodológico**, considerando a natureza do fenômeno que é estudado, bem como os objetivos propostos, a concepção da pesquisa mais adequada é a utilização de *procedimentos qualitativos*. A escolha demonstra harmonia e concordância com os objetivos da pesquisa e apresenta coerência com a base teórica apresentada.

Para Strauss e Corbin (2008, p. 23):

Pesquisa qualitativa, queremos dizer, qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode-se referir à pesquisa da vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações.

A **pesquisa qualitativa** procura entender o fenômeno específico em profundidade. Em

vez de modelos estatísticos e/ou de modelos quantificadores, trabalha-se com descrições, interpretações e explicações de tais fenômenos. Trata-se da “atividade científica pela qual descobrimos a realidade” (DEMO, 1995).

Nessa perspectiva, o pesquisador levanta opiniões, atitudes e crenças de uma população em torno da situação que está sendo estudada (GIL, 1999).

Com relação ao **método empregado**, no primeiro momento elaborou-se a **pesquisa bibliográfica** com base em material já publicado, tais como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos e outros tipos de fonte, como fitas magnéticas, discos, CDs, filmes, fotografias e novos formatos de informação disponibilizados pela internet (GIL, 2010).

Neste trabalho, destaca-se a importância da **pesquisa documental**, que constitui um alinhamento significativo no campo da história e possui muitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica, posto que as duas modalidades utilizam dados já existentes.

A pesquisa documental vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, entre outros. Porém há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais (GIL, 2010).

Foram investigados documentos com os propósitos de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. As bases documentais permitem estudar tanto a realidade como o passado (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Ainda sobre o procedimento da pesquisa deste projeto, salienta-se a **pesquisa descritiva**, que “observa, registra, analisa, e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61).

Ainda, essa pesquisa “busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 62).

Cabe dizer que a comunicação e suas interfaces com a história têm sido objeto de estudo nas últimas décadas no Brasil (BARBOSA, 2013). Assim, nessa relação,

se considerarmos que história é tudo aquilo que do passado chegou até o presente, serão os rastros, restos e vestígios que perduraram no tempo em diversos suportes que se constituirão nas fontes a serem interpretadas para explicitar gestos e ações pretéritas (BARBOSA, 2013, p. 8).

A coleta do material do período compreendido (março e abril de 1964 e agosto e setembro de 2016) foi realizada mediante o sistema de busca disponível no *site* do próprio jornal *O Globo*, no link “Acervo – Memórias”.

Uma das intenções do presente trabalho é abrir espaço para algumas reflexões iniciais sobre a especificidade desta pesquisa. Para que isso ocorra, é necessário um olhar crítico aos aspectos centrais ou conceitos estruturantes da comunicação e que envolvem os demais questionamentos do presente trabalho.

Portanto, aqui procura-se uma visão acerca do referencial teórico usado, pois ela favorecerá a definição de contornos mais preciosos do campo de estudo da comunicação e seus diferentes processos e abordagens, buscando o que já foi escrito sobre o assunto e quais foram os aspectos discutidos e que se relacionam com o tema da pesquisa, essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

A pesquisa estrutura-se em **três capítulos**, contendo uma introdução destinada à análise geral do objeto deste trabalho: a apresentação histórica do problema, um breve contexto sobre a construção de hegemonia nos dois momentos históricos estudados, os objetivos (geral e específicos), hipótese da investigação, *corpus* da pesquisa, alguns processos metodológicos, além de uma breve discussão sobre o instrumental teórico e sua adequação ao objeto.

O **primeiro capítulo** concentra-se mais detidamente na constituição das Organizações Globo, há um breve contexto sobre o Grupo Globo na forma de seu surgimento, principalmente o jornal e a TV, e a sua atuação na formação do monopólio nas últimas décadas no país. Pretende-se demonstrar como a instituição constrói uma hegemonia, por meio de suas programações (novela, futebol e jornalismo). Destaca-se o Grupo Globo como um eficaz instrumento de hegemonia, com sendo o maior grupo de comunicação massivo do país e da América Latina.

No **segundo capítulo** consta a análise objetiva da comunicação e da cultura desenvolvida na construção da hegemonia no golpe de 1964, com um breve contexto histórico do momento, e os tempos de chumbo. Evidenciam-se os aspectos político-econômicos e geopolíticos e as efetivas causas do golpe de 1964, destacando os aspectos ideológicos e comunicacionais. Na análise do *corpus* da ideologia do golpe de 1964, ressaltam-se as categorias de corrupção, progresso, lei / ordem, espírito de patriotismo, o verde-amarelismo e o anticomunismo.

O **terceiro capítulo**, da mesma forma que o segundo, debruça-se sobre a análise objetiva da comunicação e da cultura desenvolvida na construção da hegemonia no golpe de 2016, com o breve contexto histórico do momento, mostrando os aspectos político-econômicos e geopolíticos e as efetivas causas do golpe, além do detalhamento do processo do *impeachment*, apontando aspectos ideológicos e comunicacionais. Discorrer-se-á sobre como se constrói a hegemonia na conjuntura atual da mídia, por meio da própria ideologia do golpe de 2016, na análise do *corpus* do trabalho, ressaltando categorias de corrupção, progresso, lei / ordem, espírito de patriotismo, o verde-amarelismo e o anticomunismo, representadas pelo antilulismo (antivermelhos), o PT.

Ainda nesse capítulo, traz-se uma análise dos editoriais do jornal *O Globo* nas suas categorias ora apresentadas de forma conjunta. Assim, serão identificadas as semelhanças na construção de hegemonia em um breve contexto dos golpes de 1964 e de 2016, também com os seus aspectos políticos, econômicos, ideológicos e comunicacionais.

Ao analisar as categorias apresentadas, percebe-se uma continuidade entre ambos os momentos históricos, que estão intimamente associados a grandes grupos dominantes de interesse político-econômico, bem como uma mídia corporativa fundamentalmente alinhada com esse poder, influenciando uma visão de mundo e a formação de ações hegemônicas, mediante grandes *players* econômicos (nacionais ou internacionais).

Parece relevante dizer como e por que razões esse cenário emerge como pauta política significativa nesses momentos, capaz de expressar a ideologia hegemônica dos golpes de 2016 e de 1964, condensando uma série de aspectos ligados à cultura e às associações entre comunicação e a própria política.

Discute-se a própria noção de hegemonia sob o referencial teórico de Gramsci e de que maneira as dinâmicas do capitalismo contemporâneo podem permitir uma aproximação entre elas, sobretudo alinhadas pela mídia massiva das Organizações Globo, o que não significa a simples reiteração de um modelo, prática econômica ou simplificação das atividades sociais, mas sim a elaboração consciente de um modelo econômico capitalista alinhado com as elites em concordância com a perspectiva do seu tempo histórico e de suas especificidades.

De maneira geral, propõe-se, por meio da análise articulada dos momentos históricos de 2016 e 1964, quanto ao contexto e à delimitação do problema teórico, identificando historicamente os seus impactos no campo da comunicação, cultura e política, a discussão do oligopólio desse grande grupo de comunicação, com o forte papel acentuado da mídia

hegemônica no desenvolvimento da influência de uma visão de mundo.

Pretende-se estabelecer na análise uma visão que reconhece o papel da comunicação hegemônica que impacta na política e na cultura dos movimentos hegemônicos, como confirmação de identidades que foram de certo modo induzidos a agir e pensar daquela forma. A mídia massiva, assim, realiza a condução coercitiva da cognição pública.

Parte-se da análise de referenciais bibliográficos que tratam as Organizações Globo, especialmente o jornal *O Globo*, como um instrumento midiático de hegemonia, na direção e indução de formas político-culturais.

Assim, finaliza-se e discorre-se sobre a temática deste trabalho, que o nosso presente contém o passado, são “ecos” do passado. Portanto, serão identificados metodologicamente, por uma análise combinada das formas, pontos de aproximação entre a comunicação hegemônica averiguada no *corpus* da investigação desses dois momentos e o tratamento da mídia hegemônica a seu respeito. Evidencia-se uma continuidade demonstrada por meio das categorias observadas nos editoriais desse jornal nos eventos aqui apresentados.

1 CONSTITUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO

As empresas jornalísticas sofreram, mais talvez do que quaisquer outras, certas injunções, como depressões políticas, acontecimentos militares. Os prognósticos que estamos fazendo na TV Globo dependem muito da normalidade... da tranquilidade da vida brasileira. Esses planos podem ser profundamente alterados, se houver um imprevisto qualquer ou advir uma situação que não esteja dentro dos esquemas traçados, como se vê nas operações de guerra². Roberto Marinho (in HERZ, 1991).

Sim, eu uso o poder.
Roberto Marinho (in HERZ, 1991).

No presente capítulo serão feitas algumas considerações sobre o Grupo Globo, antiga Organizações Globo. Mostram-se o surgimento e desenvolvimento da TV Globo, do jornal *O Globo* e suas atuais plataformas de comunicação, além das suas associações ao capital estrangeiro.

O capítulo traz um breve relato histórico sobre seu protagonismo nas articulações políticas na área da comunicação em massa. Dar-se-á um panorama dos inúmeros ramos econômicos nos quais a família Marinho atua, bem como os seus veículos e/ou plataformas com diferentes setores de atuação.

Tem-se a intenção de mostrar como essa organização usa a mídia na indução e no controle de ideias, conforme a fala de Roberto Marinho no início deste capítulo, e como se apresenta ao conjunto da sociedade. Será usado um contraponto para expor o nosso entendimento, nosso pensamento a respeito desses meios de comunicação que são suportados e em conjunto com o seu referencial teórico de Gramsci utilizado na pesquisa.

Na segunda parte do capítulo, apresentam-se nos seus contornos os diferentes processos nas abordagens que impactam a hegemonia do grupo por meio da sua mídia, buscando o que já foi escrito sobre o assunto, quais foram os aspectos abordados e que se relacionam com o tema da pesquisa que são essenciais para este trabalho.

O capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: o subitem 1.1 versa sobre o surgimento das Organizações Globo (jornal e TV); o subtítulo 1.2 apresenta a formação do monopólio da Globo e a sua atuação nas últimas décadas e o subitem 1.3 demonstra como se constrói hegemonia (novela, futebol e jornalismo).

² Palavras de Roberto Marinho, então diretor-presidente das Organizações Globo, em 20 de abril de 1966, depondo na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as ligações entre a Globo e o Grupo Time-Life.

1.1 ORGANIZAÇÕES GLOBO COMO O MAIS EFICAZ INSTRUMENTO DE HEGEMONIA

*E esta é uma guerra – não é uma guerra quente, mas um episódio da guerra fria. Entretanto, se perdemos neste episódio, o Brasil deixará de ser um país independente para virar uma colônia, um protetorado. É muito mais fácil, muito mais cômodo e muito mais barato, não exige derramamento de sangue, controlar a opinião pública através dos seus órgãos de divulgação, do que construir bases militares ou financiar tropas de ocupação³.
João Calmon (in HERZ, 1991)*

O conceito de hegemonia na perspectiva de Gramsci caracteriza-se pela liderança ideológica e cultural de uma classe sobre as outras, interferindo nos sentidos de compreensão da realidade e até nas decisões eleitorais.

A hegemonia é obtida e consolidada pela resultante de embates permanentes pela conquista do consenso e não se reduz aos limites da coerção pura e simples nem se atém às questões ligadas somente às estruturas econômicas e/ou organizações meramente políticas. Pressupõe a capacidade de maneira ampla, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar e universalizar-se (GRAMSCI, 2002a; 2002c).

Além de classes e frações, de se dirigir moral e culturalmente, e de forma sustentada no conjunto da sociedade, tem a ver com confrontos de valores e convicções, bem como com medições de forças atuantes em determinado contexto histórico.

Uma direção eficiente no campo político-cultural depende da força material que o poder confere e também de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social.

Então, ao tratar das Organizações Globo e em associação com as palavras do Sr. João Calmon, “*é muito mais fácil, muito mais cômodo e muito mais barato, não exige derramamento de sangue, controlar a opinião pública através dos seus órgãos de divulgação, do que construir bases militares ou financiar tropas de ocupação*” (in HERZ, 1991, p. 9).

Na citação percebe-se a constituição de hegemonia, que consolida o seu protagonismo, ou seja, um conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias (entendidas por Gramsci como concepções de mundo), compreendendo o sistema escolar, a

³ Palavras de João Calmon, então diretor de *Diários Associados*, deputado federal e presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, em 13 de abril de 1966 depondo na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as ligações entre a Globo e o Grupo Time-Life.

Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.

Assim, percebemos as organizações do Grupo Globo, por meio da comunicação que exerce na vida cotidiana, como uma relação de poder, direção e consenso em seu protagonismo mediático massivo por intermédio de suas plataformas de comunicação e como um bloco hegemônico que precisa conservar e agregar suas orientações, conforme segue:

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças de poder (GRUPPI, 1978, p.67).

Neste trabalho trataremos sobre hegemonia, ou seja, o protagonismo hegemônico da Globo, não só com um assunto de correção de Estado, e sim com “valores e crenças formais e articulados por uma classe dominante que desenvolve e propaga hegemonia”. Williams continua:

A hegemonia é então não somente o nível articulado superior da “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energias, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vívido de significados e valores – constituidor – que, experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente (WILLIAMS, 1979, p. 113).

Com esse olhar, no decorrer do presente capítulo, percebe-se a atuação do Grupo Globo na sociedade civil brasileira, o qual procura ganhar aliados para seus projetos mediante direção e consenso. Já na sociedade política, as empresas também impõem uma dominação fundada na coerção. Então, é necessário perceber essas alianças do Grupo Globo com a finalidade do protagonismo hegemônico na sua comunicação massiva midiática.

1.1.1 Breve contexto sobre o Grupo Globo: surgimento e desenvolvimento do jornal *O Globo* e da TV Globo

*Não me sortearam
A garota do Fantástico,
Não me subornaram
Será que é o meu fim?
Ver TV a cores na taba de um índio
Programada pra só dizer “sim, sim”
Cazuza*

As Organizações Globo⁴ compõem o maior grupo de mídia do Brasil e da América Latina. Seus veículos dispõem de grande influência entre os brasileiros, que, não raro, tinham e continuam tendo a Rede Globo (Grupo Globo) como principal fonte de divertimento e de informações sobre o país e o mundo. Antes de iniciar a fala do surgimento e desenvolvimento das Organizações Globo, é interessante destacar o seguinte trecho:

Mais uma vez cinquenta anos! Em 2014 comemoramos alguns, lamentamos muitos outros, a marca de meio século passado após o golpe de Estado que depôs o então presidente João Goulart e jogou o país em mais de duas décadas de ditadura. Nesse ano comemoramos outro cinquentenário, desta vez da Rede Globo de televisão. E a primeira coisa a ser dita é: não se trata de uma coincidência ou fato fortuito. O Golpe Empresarial Militar de 1964, a ditadura que lhe seguiu, a fundação da Rede Globo de televisão, assim como o país assustadoramente desigual e injusto que vimos surgir durante esse tempo são eventos intrinsecamente ligados. A ideia desse livro, de certo modo, foi uma sugestão da própria emissora em questão. Tão pressurosamente que anunciou as comemorações dos seus cinquenta anos, que ficamos a nos perguntar qual era de fato a importância desse veículo de comunicação, tão caprichosamente estético, competente, poderoso e indubitavelmente tão visto. Gostemos ou não, a Rede Globo de televisão não foi uma personagem coadjuvante nas últimas cinco décadas de Brasil. Acostumamo-nos a nos ver pela tela do “plim, plim”. E se isso é verdade, também o que essa emissora não nos deu óculos para nos ver melhor. Muito pelo contrário, estamos a cinquenta anos como num assustador circo de espelhos, num ambiente artificialmente construído onde nos vemos deformados e não raro diminuídos. Onde as aspirações das classes dominantes nos são apresentadas como se fossem a única saída, caminhos inevitáveis, como soluções, ideias, como se nossos interesses fossem (ARÊAS, 2015, p. 11).

A Rede Globo se consolidou em mais de meio século de existência como o maior instrumento de informação e entretenimento dos cidadãos brasileiros, pelo papel que a emissora realizou ou desempenhou nessas áreas, desde a sua fundação até os dias atuais.

Dessa forma, no contexto deste trabalho, ficamos a nos perguntar também “qual era de fato a importância desse veículo de comunicação, tão caprichosamente estético, competente, poderoso e indubitavelmente tão visto?”.

Assim, por ser essa potência, poder e influência, e na mesma medida como o autor propõe, passa a ser a intenção deste estudo tão somente completar a história que a emissora

⁴ Todas as informações referentes ao Grupo Globo foram retiradas do site <www.globo.com>.

conta de si mesma, ou seja, com um contraponto democrático, não falaremos de outros cinquenta anos, mas da mesma história, sob outra perspectiva.

O Grupo Globo é composto pela TV Globo (cinco emissoras próprias e uma rede de 118 afiliadas), Infoglobo, Editora Globo, Sistema Globo de Rádio (redes da CBN e da Rádio Globo), Agência O Globo, Som Livre, Globosat, Globo.com, Globo Filmes, Globo Condé Nast, Valor Econômico e Zap. A principal empresa do Grupo é a TV Globo, “cabeça” da Rede Globo de Televisão, que é a maior do país e a segunda maior do mundo.

O Grupo Globo, em 2007, lançou site para celular. Em 2009, o aplicativo Eu-Repórter iPhone, O GLOBO Kindle e o site Rio Show. Em 2010, os aplicativos O GLOBO iPad e O GLOBO Notícias iPhone e Android. Em 2012, GLOBO a Mais, o site Ela Digital e o site Patricia Kogut. Em 2013, o aplicativo VaiRio iPhone e Android, além de e-books.

Hoje a Infoglobo atua nos segmentos de jornais e revistas, impressos e digitais, reúne os jornais diários *O Globo*, *Extra*, *Expresso* e *Valor Econômico*; destaque para os principais sites eletrônicos dos jornais *O Globo* e *Extra*, que estão nas primeiras posições do ranking de sites de notícias. O acesso à internet chega a 79% dos domicílios brasileiros.

A maioria dos internautas brasileiros acessa a web várias vezes ao dia por meio de dois ou mais canais. A sua audiência on-line no Brasil, em geral, é aberta e receptiva a anúncios da web; suas plataformas digitais têm acesso de 141.4 milhões de páginas vistas (Sudeste 60% Centro-Oeste 9%, Sul 12%, Norte 4%, Nordeste 15%), na forma de desktop 73.7 milhões, mobile/tablet 67.7 milhões.

A Editora Globo tem 16 revistas, a exemplo de *Época* (2.266.000 leitores/projeção Brasil, com 372.281 exemplares, 14.348.000 *pageviews*/mês, 4.325.000 *uniquevisitors*/mês), *Época Negócios* (258.000 leitores/projeção Brasil, 56.158 exemplares, 9.955.000 *pageviews*/mês 2.459.000 *unique visitors*/mês), além de *Galileu*, *Auto Esporte*, *Casa e Comida*, *Casa e Jardim*, *Globo Rural*, *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, *Quem e*, numa parceria com a Condé Nast, publica no Brasil revistas como *Vogue* e *GQ*.

Essas revistas estão circulando no país com 2,5 milhões de exemplares por mês para 7,5 milhões de leitores; seus websites contam com 11,1 milhões de usuários únicos; suas revistas, ao mês, provocam 193,2 milhões de *pageviews*, além da Globo Livros, que está entre as maiores editoras brasileiras, que publica alta literatura, ficção adulta e juvenil, não ficção, vida prática, infantis e autoajuda.

Outra plataforma, o Sistema Globo de Rádio (SGR), reúne as emissoras de radiodifusão do Grupo Globo, organização de mídia que tem como missão informar, entreter e

contribuir para a educação no país com seus conteúdos. As rádios do SGR oferecem programação nos segmentos talk popular, all news e musical.

Em seu portfólio estão marcas entre as mais famosas e prestigiadas do Brasil, como Rádio Globo, CBN, Sound! e BHFM. Somando a esses produtos mais de 50 afiliadas, o SGR tem presença e audiência relevantes nas principais cidades do Brasil, atingindo pelo menos 8 milhões de pessoas. Produz e oferece conteúdo de áudio em multiplataformas, seja em sites e players na internet, nos aplicativos para móbil ou em suas redes sociais, conectando-se e dialogando com públicos de diferentes perfis.

Primeira rede de emissoras all news no país, a CBN é a mais prestigiada e premiada marca de rádio. A Rádio Globo é a mais nova aposta de formato de comunicação, chamado de mosaico, entregando para uma ampla audiência conteúdo de acordo com a jornada da audiência e completamente integrada à plataforma de distribuição digital. Completando o portfólio de produtos, o SGR tem a emissora mineira BHFM, líder entre as emissoras musicais, e o SOUND!, responsável pela programação de 32 canais de música para as principais TVs por assinatura do país.

A Globo Filmes participa da coprodução de filmes brasileiros, lançando títulos que lideram a audiência do cinema brasileiro. A Globosat é uma programadora de TV por assinatura, que tem um portfólio diversificado de mais de 30 canais, com 24 horas diárias de programação. Destaque para SporTV, GloboNews, Multishow, GNT, VIVA e Gloob.

A Som Livre atua na área musical, produzindo e comercializando conteúdo de artistas brasileiros por meio de vendas físicas (CDs, DVDs e outros), digitais e eventos. O ZAP é um portal de classificados on-line de atuação nacional, voltado para o mercado imobiliário. Todas as empresas do Grupo Globo têm atuação no ambiente digital e são responsáveis pela extensão de suas marcas e produtos e interação com sua audiência. A Globo.com atua no provimento de serviços e plataformas tecnológicas relacionadas à internet para as empresas do Grupo.

Quanto ao jornal *o Globo*, em 1911, o jornalista Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho, fundou o vespertino *A Noite*. Mas, depois de vender o controle do jornal a um dos sócios, mediante o compromisso de recompra das ações, o acordo não foi cumprido. As ações não lhe foram revendidas, e Irineu perdeu o título do jornal. Ainda com esse propósito e depois de uma viagem à Europa, Irineu Marinho entregou-se à criação de um novo jornal identificado com o Rio. Assim, antigos companheiros de *A Noite* vieram juntar-se a ele na

nova empreitada, e foi assim que surgiu *O Globo*. A primeira edição do então vespertino circulou no dia 29 de julho de 1925.

Para escolher o nome do seu novo jornal, Irineu Marinho promoveu um concurso. O resultado foi anunciado em 20 de junho de 1925, com o título “Correio da Noite” aparecendo como o mais votado. Porém essa patente já tinha dono, e o jornalista decidiu-se pelo segundo nome mais votado, “O Globo”. Em reconhecimento aos participantes que haviam votado nos dois títulos, Irineu distribuiu 6 mil assinaturas mensais do vespertino para os votantes; nesse dia (20 de junho) foram lançadas duas edições do jornal, num total de 33.435 exemplares.

Inicialmente a distribuição ficou a cargo dos chamados “gazeteiros”. Em seguida, *O Globo* chegou às bancas. Um dos princípios editoriais do vespertino era buscar a notícia em todos os setores da cidade, marca que segundo o site desse jornal permaneceu ao longo de toda a sua história. No entanto Irineu Marinho ficou pouco tempo à frente do periódico. Aos 49 anos, morreu prematuramente. Roberto Marinho, seu filho primogênito, seria o substituto natural do pai, mas, considerando-se ainda muito jovem para assumir o comando do vespertino, preferiu entregá-lo ao jornalista baiano Eurycles de Matos, amigo de confiança de seu pai.

Após a morte do jornalista Eurycles de Matos, que consolidou o vespertino criado pelo amigo Irineu em 1931, Roberto Marinho assumiu o controle efetivo d’*O Globo*, porque ele já estava trabalhando no jornal como diretor-redator-chefe desde a morte do pai, Irineu Marinho.

Então, aos 26 anos, e depois de ganhar mais experiência como jornalista trabalhando na redação d’*O Globo*, Roberto Marinho assume a direção do jornal em 1931. A partir da edição de 8 de maio, ele passa a ocupar o cargo de diretor-redator-chefe. Roberto Marinho ficou no comando até sua morte, em 6 de agosto de 2003.

No dia 2 de julho de 1972, *O Globo* começou a publicar sua edição dominical. Até então a circulação ficava restrita aos demais dias da semana. Na segunda metade dos anos 30, chegou a circular uma edição dominical – *O Globo Matutino* –, mas somente nos anos 70 consolidou-se o projeto de publicar o jornal em dias ininterruptos.

Entre 1985 e 1986, *O Globo* deu curso a uma profunda mudança física na sua redação, com a troca das antigas máquinas de escrever por terminais de computadores. O jornal ingressava na era digital, com a adoção do sistema de edição CSI, um processador de textos com alguns recursos de composição. Em 1995, na esteira da nova revolução tecnológica, o jornal adota o bem mais moderno sistema Hyphen, com interface gráfica para monitores

SVGA. Era a chegada da diagramação eletrônica à redação, que deu mais agilidade e rapidez ao processo de edição.

Acoplado à redação, o Departamento de Arte também recebeu grande impulso com a instalação de computadores Macintosh de última geração, para produção de gráficos e ilustrações. Com o processo de produção totalmente eletrônico, ilustrações, gráficos e mapas que antes eram feitos, em média, em cinco horas passaram a ficar prontos em pouco mais de meia hora. Essa virada tecnológica foi fundamental para o jornal se manter no mercado com as perspectivas de produção editorial que se abriam num mundo de cada vez mais velozes transformações, rumo à total digitalização da redação dos dias atuais.

Em 29 de julho de 1996, o lançamento do site do jornal foi uma das marcas das comemorações de aniversário do periódico. O Globo ON, página na internet, era mais do que mera cópia da edição em papel. O site foi desenvolvido com o princípio de ter uma identidade própria. A essa incursão inicial d'*O Globo* na internet seguiu-se, ao longo dos anos seguintes, o lançamento de outras plataformas digitais. Em 2006, foi lançada a edição digital do jornal.

O *share* diário de audiência é 48% (das 7h às 24h em 2015); são quase 100 milhões de pessoas atingidas todos os dias, sejam elas no Brasil ou no exterior, tendo em vista que há a TV Globo Internacional e TV de assinatura no país.

O sinal da Globo também é disponibilizado na internet pelo serviço de vídeo sob demanda *Globoplay*, que é parte do Grupo Globo, um dos principais conglomerados de mídia do planeta. Com mais de 54 anos de atividade, a emissora começou a funcionar em 26 de abril de 1965, com sua sede administrativa da Rede Globo, no bairro Jardim Botânico, localizado na zona sul do município do Rio de Janeiro.

Hoje, além de atuar em mais de 190 países, possuindo mais de 12.000 mil colaboradores, é a maior produtora de conteúdo da América Latina e também no mundo; é a segunda maior rede de televisão comercial do mundo, atrás apenas da norte-americana American Broadcasting Company (ABC).

Além de ser líder em audiência na TV, também é líder na web, a exemplo de G1, *globoesporte.com* e *Gshow*, possuindo mais de 40% do mercado em suas categorias. Também é uma das maiores produtoras de telenovelas do mundo, os Estúdios Globo (anteriormente chamado de Projac, abreviatura de Projeto Jacarepaguá, por sua localização). Possui departamento de jornalismo situado no Jardim Botânico (RJ), que compreende o segundo maior complexo televisivo da América Latina.

Em 2018, o departamento de esportes, que antes se encontrava no Jardim Botânico com o jornalismo, passou a se localizar no bairro Barra da Tijuca, na zona oeste. A Rede Globo também tem estúdios de produção em Vila Cordeiro, na cidade de São Paulo, onde há departamento de jornalismo e de onde gera parte da sua programação.

Em uma primeira análise, a imprensa, de modo geral, deve ser considerada o próprio veículo que se “autorrepresenta” na sua atuação política, na sua voz, nas suas mensagens, no caso do presente trabalho, por meio dos seus editoriais; quanto mais disseminada e aceita for a autoimagem, melhor será essa representação.

Aqui é necessário perceber como era a atuação do jornal na sua linha do tempo. Em geral, os órgãos de imprensa se apresentam como os meios que informam às pessoas sobre o que está acontecendo no mundo. Nessa análise *O Globo* e os demais jornais estariam prestando um serviço a nossa sociedade, à população, sendo de extrema responsabilidade social. A imprensa se apresenta como independente, em que a mídia seria uma espécie de espelho da sociedade que reflete a mais pura verdade, ou seja, os interesses sociais, mas de modo neutro. Portanto, em relação ao meio político, trataria os conflitos sociais sem se envolver com eles, não pertenceria a nenhum grupo social, a sua mídia não teria nem compromisso tendencioso, só o fato de explicar ao leitor a realidade dos fatos (ARÊAS, 2015).

Arêas (2015, p. 44) transcreve um cartaz, conforme o seu fundador (Irineu Marinho), de 1925, espalhado por toda a cidade do Rio de Janeiro: “Brevemente, O Globo. O jornal da noite dirigido por Irineu Marinho. Ampla informação, absoluta independência e rigorosa imparcialidade”.

Como o autor destaca, em décadas mais tarde, em uma publicação de 2004 João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, definiu o jornal para todos os seus leitores e mais seus 4.500 jornalistas (de todos os veículos das Organizações Globo) que atuam para divulgar notícias nesse mesmo alinhamento: “Contar o que acontece no país”. Em 2006, o Sr. Ali Kamel, diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo, disse “Não sou movido por paixões políticas e meu compromisso é apenas com minha profissão” (in ARÊAS, 2015, p. 44).

Outra representação de si que o jornal procura disseminar é a noção de “contrapoder” ou “quarto poder”, ou seja, a mídia “vigiaria os poderes”, quer seja Executivo, Legislativo ou Judiciário e a sociedade seria como um agente que, embora desvinculado dos conflitos

sociais, tem um bom acesso às informações, já que o periódico divulga “doa a quem doer” em nome do seu “compromisso com o leitor”.

Assim, nas denúncias principalmente de corrupção reforça-se a ideia de que a imprensa está fora do processo político e dos interesses partidários. Essa função da mídia está presente na figura do jornalista, que é o profissional que heroicamente busca a notícia, desvendando mistérios, escândalos, surpreendendo os governantes e os poderosos, dando a ideia de imprensa livre e independente.

Nessa linha de pensamento, a imprensa não se furtaria a dar suas próprias opiniões em certos momentos, as quais estariam separadas e ocupariam um espaço diferente em *O Globo*. Segundo João Roberto Marinho, o jornal não abdica de dar suas impressões sobre os fatos, porém estas tinham um lugar adequado nos seus editoriais.

Portanto, as demais partes do jornal seriam informativas; os editoriais, opiniões da sociedade de uma forma geral.

Durante décadas, desde a sua fundação, o jornal costumava ter editoriais na sua primeira página, além de destaques presentes na parte interna, geralmente páginas 4 e 5 (mais tarde 6 e 7), nas quais também se encontravam os colunistas. A partir dos anos 1990, os editoriais de capa tornaram-se menos frequentes. Por outro lado, próximo às reportagens chamadas “neutras” há um pequeno texto chamado “Opinião”, de apenas um parágrafo, cujo conteúdo é a posição oficial de *O Globo* sobre um determinado assunto.

Assim, quando o jornal expressa sua opinião, ele procura se identificar com a “opinião pública”, claro, segundo seus termos, mas com o ponto de vista da maioria da “sociedade” ou “sociedade civil”. Se, de um lado, a “opinião pública” é representada pela maioria das pessoas, de outro, costuma ser também identificada com os seus leitores especialmente (classe média), que não são a maioria dos brasileiros.

Então, o conceito caracteriza-se em um processo altamente elitista, e a imprensa assume-se como porta-voz. Um bom exemplo disso seria a colunista Teresa Cruvinel, que escreveu em agosto de 2006, acerca de um eventual segundo mandato de Lula: seria “marcado por uma contradição aguda: teria fortíssimo apoio popular, forte rejeição da opinião pública” (*apud* ARÊAS, 2015, p. 46).

Como o corte de pesquisa se atém aos golpes de 1964 e 2016, vamos falar do jornal *O Globo* partir de 1950, quando essa “autoimagem” do jornal segue os preceitos do jornalismo dos Estados Unidos, uma vez que a influência americana sobre a imprensa brasileira ganha mais força sobretudo na segunda metade dos anos 1950.

Considerando tal contexto, em função da maior internacionalização da economia brasileira e da maior presença das multinacionais americanas que atuavam em solo brasileiro, esse processo se consolida nos anos 1970, durante a ditadura militar. Até então o jornalismo brasileiro teria semelhanças com o jornalismo “modelo francês”. Segundo Bernardo Kucinski, os jornais dos anos 1960 eram abertamente instrumentos de lutas políticas, sendo assumidamente ideologizados, conforme Arêas (2015, p. 47):

Os casos mais notórios eram a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, vinculado a alguns setores da UDN, e a *Última Hora*, de Samuel Wainer, mais próximo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Jorge de Miranda Jordão, que ocupou vários cargos de chefia entre 1958 e 1967 na *Última Hora*, lembra que os integrantes do jornal eram “getulistas”, “samuelistas” e “antilacerdistas”: “era como se trabalhássemos hoje num jornal do PT”. A partir dos anos 1950, o “modelo norte-americano” de jornalismo-que preconiza a “objetividade”, caráter mais informativo e a separação de fatos e comentários, foi tornando-se gradativamente preponderante na grande imprensa. Segundo Carlos Eduardo Lins e Silva, da *Folha de S. Paulo*, “em todos os setores, da técnica ao estilo, da ética ao gerenciamento da redação, dos conceitos filosóficos à pedagogia, a ideologia jornalística americana se tornou hegemônica”. Portanto, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970, dificilmente um jornal de grande circulação seria fundado tal como a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite* dos anos 1930 que, ao mudarem de proprietário, declararam abertamente assumir a “causa da lavoura”, que deveria “ser considerada a causa de São Paulo e do Brasil”. Os jornais brasileiros de hoje, dentre os quais *O Globo*, não se vinculam declaradamente a partidos políticos ou a grupos sociais.

Parte-se do pressuposto, de acordo com o autor, de que a autoimagem d’*O Globo* e demais jornais é enganosa e encobre seu verdadeiro papel na sociedade capitalista. A ideia de “neutralidade” e “objetividade” procura dissimular os interesses de classe presentes na mídia. Como ressalta Arbex Júnior (2001, p. 161),

mesmo a frase mais simples sobre evento mais “objetivo” – algo como “choveu ontem” – terá de ser diagramada na página do jornal. A escolha do local da página onde será dada a notícia depende de uma interpretação, de uma hierarquização de outras notícias em relação a esta.

Assim, como já falado, o jornal *O Globo* tem grande importância na determinação do que é “de interesse público”, em decidir o que é notícia, na eleição do que é “relevante”. A mídia tem grande influência na definição dos “temas nacionais”, na pauta do que deve ser discutido e em que termos deve ser discutido.

O jornal pode escolher ou descartar os assuntos a serem pautados, teatralizá-los, dar relevância a fatos, pode contribuir para gerar tanto conformismo como para mobilizar indivíduos ou grupos sociais. A mídia pode tratar de alguns temas de modo breve e de outros

incessantemente. Como afirma Goulart (2014, p. 195), “o que passa ao largo da mídia tende a ser considerado de menor importância”.

Percebe-se, portanto, que não se trata de um jornal que apenas “observa” imparcialmente os fatos. Karl Marx e Friedrich Engels destacam que, em uma ordem social onde ocorre exploração, a classe dominante deve dar “universalidade” aos seus pensamentos, “representar o seu interesse como sendo interesse de todos os membros da sociedade” (COUTINHO, 2011a, p. 54-55).

Antonio Gramsci expande as reflexões sobre as mudanças ocorridas no mundo capitalista não testemunhadas por Marx e trabalha com base em uma visão ampliada do Estado. Gramsci enfatizou as lutas travadas no interior da “sociedade civil”, onde as classes sociais se organizam e a disputa por “hegemonia” é feita da preponderância econômica de um determinado grupo social, daí a necessidade de formular e difundir seus valores, doutrinas, crenças, convicções e representações, tendo consenso, fazendo como que as demais classes e frações de classes compartilhem sua visão de mundo.

Nessa batalha por hegemonia (“guerra de posições”), destacam-se os jornais e as revistas, incluindo a “imprensa de informação” supostamente apolítica, além de determinados grupos sociais, comprometidos com a difusão e consolidação de visões de mundo.

A imprensa tem função “diretiva e organizativa”, além de “educativa” e “intelectual”. Jornais e revistas procuram modificar a opinião média da sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo e, em última instância, introduzindo “novos lugares-comuns”. A imprensa difunde “determinados tipos de cultura” e, ao fazê-lo, funciona como “escola de adultos” (GRAMSCI, 2000, p. 24).

Nessa perspectiva, o jornal *O Globo* é entendido como um veículo de difusão de visões de mundo e ideologias burguesas – não considerando ideologia como falsidade ou mentira deliberada, mas como um condicionamento da percepção da realidade, um certo horizonte intelectual. E o horizonte de *O Globo* são os valores da empresa privada capitalista, que são apresentados como universais. O mundo estabelecido é eternizado e seus problemas ou conflitos, atenuados ou mesmo negados (ARÊAS, 2015). Afinal, como ressalta Leandro Konder, “a ideologia dominante está justamente no que não é visto, nas limitações dos horizontes de pensamento” (KONDER, 2002, p. 223). Arêas (2015, p. 50) expõe:

[...] a eficácia do jornal estará justamente em ocultar seus compromissos com o capital e com a ideologia dominante, mostrando-se como porta-voz do público, imparcial, íntegro, guardião da moralidade e dos valores coletivos. Daí *O Globo* se valer da noção de “opinião pública”, ora entendida como se fosse a posição da

“maioria” da população, ora como se fosse as dos leitores. No entanto, a existência de uma “opinião pública” dependeria de oposições de ideias e debates prévios para que, a partir de então, cada um formulasse seu ponto de vista. E não é isso o que ocorre no jornal, que [...] procurou transformar os valores neoliberais em dogmas. Neste livro, *O Globo* é considerado um “partido” de diferentes frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais. Tais grupos [...] se interessavam pela implementação do neoliberalismo e tiveram o jornal como importante aliado. O partido *O Globo* procurou tornar hegemônicos os valores neoliberais (como a crença na “eficiência do mercado”), de modo a unificar as diferentes frações dos grupos sociais dominantes – ou, ao menos, atenuar suas divergências internas –, além de obter também adesão das classes subalternas.

Como Arêas coloca, o jornal *O Globo* agiu e age de forma pedagógica buscando popularizar o discurso neoliberal, apresentando-o como interessante para toda a nação, por meio do seu discurso (editoriais), porém deixa de ser um espaço para o contrário, o contraponto, contraditório e principalmente o conflito.

Ao mesmo tempo em que procurava generalizar os interesses de algumas frações das classes dominantes, o jornal *O Globo* fez e faz forte oposição às organizações da esfera popular, que reivindicavam políticas de caráter igualitário e/ou redistributivo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT), entre outros. O jornal rejeita inicialmente soluções anticapitalistas e chama os adversários do capital de “ideólogos”, além de “atrasados”, “violentos” e “antidemocráticos” (ARÊAS, 2015).

Konder (2002, p. 149) destaca:

A ideologia dominante – que é assumida pelas classes dominantes – difunde amplamente a convicção de que a inquietação é sinal de imaturidade, inconformismo e sintoma de neurose, e difunde discretamente a convicção de que adaptar-se à situação atual é prova de sensatez.

Alternativas anticapitalistas sempre foram duramente combatidas pelo jornal *O Globo*, que não deixou de reclamar por repressão sempre que considerou que os movimentos populares estavam “indo longe demais” em suas reivindicações. Ao mesmo tempo, o jornal apontava para a “filantropia”, visando estimular ações sedimentadas, de cunho individual, voltadas a rebaixar a consciência de classe dos grupos subalternos e reduzir a participação popular a âmbitos mais estreitos (ARÊAS, 2015).

A história da TV no Brasil, e o início da TV Globo, se dá em 1950, com o contrabando de aparelhos por Assis Chateaubriand (Tupi), que logo apresentou o presidente Dutra com um exemplar. Em seguida, o jornalista Roberto Marinho iniciou a história da TV em 5 de janeiro de 1951, durante ainda o governo de Eurico Gaspar Dutra, por meio da Rádio Globo.

Ele adquiriu pela primeira vez uma concessão de televisão. No entanto somente em julho de 1957 o então presidente Juscelino Kubitschek aprovou a concessão. No fim de dezembro do mesmo ano, o Conselho Nacional de Telecomunicações publicou um decreto que concedeu o canal 4 do Rio de Janeiro à TV Globo Ltda.

Aliás, tratando-se de uma emissora que tantas vezes se colocou e se coloca até hoje como porta-voz da democracia, nada mais justo lembrarmos de suas íntimas relações com a ditadura. A TV Globo cresceu à sombra da Ditadura Civil-militar (1964-1985), que lhe garantiu a infraestrutura de rede. Em troca, houve um global apoio político ao regime militar, já reconhecido recentemente em editoriais do próprio jornal.

Desde a sua fundação, a empresa possui um longo histórico de controvérsias em suas relações com a sociedade brasileira. O Grupo Globo, de alguma forma, sempre esteve (e está ainda) envolvido na linha dos grandes interesses econômicos da elite brasileira. Fica claro o grau de cumplicidade entre governos e o seu próprio capital privado, havendo boas doses de retroalimentação e mesmo de coincidência de interesses, sobretudo com um Congresso em que parte de senadores e deputados é, eles próprios, proprietária de emissoras, jornais e revistas.

Por ser a maior rede de comunicação do Brasil e especialmente da televisão do país e uma das maiores do mundo, a emissora possui uma capacidade sem paralelo de influenciar a cultura, a política e a opinião pública de milhões dos seus usuários diariamente. Em primeiro lugar, é preciso entender o alinhamento entre a história da radiodifusão brasileira, que deve ser conectada com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação, e a evolução econômica, política e cultural da sociedade brasileira.

Esse relacionamento, no início do século XX, envolvia causas e efeitos que geraram a forte dependência externa e a correlação interna na formação de suas forças econômicas e sociais nacionais. A dependência externa, pressionada por grandes grupos econômicos estrangeiros, liberalizou a economia, que estabelecia e conduzia a política salarial conforme os próprios critérios de desenvolvimento das empresas privadas, determinando estreitos limites no plano político.

O entreguismo⁵ ficou marcante, reforçado pela Guerra Fria, e a perseguição de oposição e da repressão política generalizada marcou culturalmente de forma preponderante

⁵ O termo *entreguismo* tem suas origens relacionadas às disputas políticas pelo petróleo no Brasil, na década de 1950. Conforme Fausto (2013, p. 347), no âmbito da instituição militar, a divisão básica estava entre nacionalistas e seus adversários, chamados depreciativamente de “entreguistas”, tanto para temas da política econômica interna como a posição do Brasil no quadro das relações internacionais.

essa feição exterior, provocada desde o início da Segunda Guerra Mundial, sobretudo pelos Estados Unidos, que passaram a realizar “operações culturais” que, como “frentes ideológicas”, garantiram as justificativas da hegemonia do mundo capitalista (SODRÉ, 1983).

Nessa esteira, a imprensa e a radiodifusão passaram a permear diretamente os valores culturais do imperialismo, invertendo assim a condição de “nacionalista” do sistema de comunicação de massa no Brasil.

À medida que essas tecnologias aprofundavam sua interação com o sistema produtivo e que essa política econômica escapava do controle de um capitalismo nacional, fortalecia-se o controle da burguesia associada ao capital estrangeiro como estrutura de poder.

Os meios de comunicação de massa prosseguiram favorecendo a adequação da ideologia dominante às relações de produção capitalistas em evolução, agora, porém, subordinadas mais diretamente às imposições das forças imperialistas e da burguesia associada (HERZ, 1991, p. 81).

Assim, a estratégia de desenvolvimento baseada no capital e nas tecnologias estrangeiras, empreendida já desde o governo Kubitschek, aguçou as contradições internas, acirrando a luta de classes e a resistência anti-imperialista, com a renúncia de Jânio e as dificuldades de posse e governabilidade de Jango e suas crises sociais.

Com toda essa ameaça de enfrentamento dos setores nacionais populistas, as classes trabalhadoras reivindicando soluções nas reformas de base, que nunca chegariam a ser implementadas, e a burguesia associada ao capital estrangeiro amedrontada pelo fantasma da Guerra Fria, começaram a se delinear em 1961 os contratos elaborados inconstitucionalmente entre as Organizações Globo e o grupo norte-americano Time-Life (HERZ, 1991).

Teve início o desenho de uma estratégia fundamentada nas forças imperialistas, o que mais tarde faria com que as Organizações Globo se transformassem na maior potência econômica da área da comunicação da América Latina. Mas, só após o golpe de 1964, não por acaso, foram criadas as condições econômicas e institucionais para o desenvolvimento de um sistema nacional de telecomunicações e de radiodifusão compatível com as novas exigências do capitalismo internacional.

Conforme Herz (1991), na avalanche de capital estrangeiro que se derramava sobre o mercado editorial brasileiro, cada emissora era objeto de uma concessão de frequência pelo governo federal e existiam controles formais quanto à constituição da empresa que iria executar o serviço. Portanto, era imprescindível, no caso das emissoras de radiodifusão e televisão, a existência de um testa de ferro, cuja finalidade era encobrir a presença do sócio

proprietário.

Júlio de Mesquita Filho, de *O Estado de S. Paulo*, foi procurado para se associar à criação de uma rede de emissoras de rádio e televisão, justamente pelo grupo Time-Life, com o qual o dono da Editora Abril, Victor Civita, mantinha curiosas relações. Mesquita declaradamente não aceitou a proposta do grupo Time-Life, “grupo da linha mais reacionária e mais retrógrada do Partido Republicano, exclusivamente interessado em manter, em países como o nosso, bases anticomunistas” (CALMON, 1966, p. 266).

O grupo Time-Life não demorou a encontrar empresários receptivos ao negócio no Rio de Janeiro: as Organizações Globo, proprietária do tradicional jornal *O Globo*, da Editora Rio Gráfica e da Rádio Globo, entre outros empreendimentos no setor. As Organizações Globo, de tendência marcadamente conservadora, estavam presentes na lista de jornais subordinados pela publicidade estrangeira para mover campanhas, por exemplo, contra a nacionalização do petróleo (SODRÉ, 1977, p. 460-467). Herz escreve (1991, p. 94):

Essa empresa apresentava então grandes perspectivas de expansão. O que se pode deduzir dos pedidos de 25 emissoras de rádio e televisão, localizadas nos principais estados, feitos pela empresa ao Governo em 1960 e 1961. Com esses projetos de expansão as organizações Globo mostraram não só receptividade à associação com o capital estrangeiro, como também muito critério na escolha do sócio, como explicou o seu Diretor-Presidente, Roberto Marinho: “Em meados de 1961 a TV Globo estava em seus primórdios. Nessa época ainda pertencia a Rádio Globo, que obtivera a concessão. Já tínhamos um terreno na rua Von Martius, na Gávea, local considerado ideal pelos técnicos para instalação de um estúdio de televisão; já tínhamos um projeto do eminente arquiteto patricio Henrique Midling e já dávamos início as escavações para as fundações; já tínhamos pago quase totalmente o equipamento eletrônico, bastante para uma emissora de televisão; já tínhamos começado a organizar os nossos planos de trabalho, já tínhamos um pouco de experiência jornalística e de radiodifusão, mas nenhuma de televisão. Nesse momento, duas grandes organizações norte-americanas, a NBC – National Broadcasting Corporation e ‘Time-Life’, procuraram-nos para participarem conosco do empreendimento que íamos levar a efeito. Embora os dois grupos tivessem chegado quase simultaneamente, as nossas preferências se voltaram para a organização ‘Time-Life’, não só porque se tratava de um grande organismo jornalístico, como porque se lançara há alguns anos com grande êxito, na televisão, passando seu departamento de televisão a ser talvez o mais importante daquela grande organização internacional” (Câmara dos Deputados, 1966, depoimento de Roberto Marinho).

No ano seguinte, em 1962, a Globo assinou com a Time-Life dois contratos e passou a ser subvencionada por milhões de dólares. A pergunta que Herz (1991) faz é: Por que o grupo Time-Life conseguiu chegar a um bom termo com a Globo num negócio que havia sido rejeitado por outros empresários brasileiros?

Segundo o autor, o então ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, propõe uma explicação:

A história da fortuna do Sr. Roberto Marinho, afora uma qualidade que não lhe nego, a de trabalhar todos os dias no seu jornal – e esta é a sua grande qualidade – foi feita à custa de privilégios marginais, de favores obtidos pelo medo que “O Globo” inspirava ou pela ambição que “O Globo” alimenta e cativa [...]. E foi assim que, recusada em outros termos, muito mais bem apresentada por homens de bem da imprensa brasileira, encontrou no Sr. Roberto Marinho, esta proposta, um terreno rico, fértil e compreensível (Câmara dos Deputados, 1966, depoimento Carlos Lacerda) (HERZ, 1991).

Na explicação do questionamento sobre Roberto Marinho, Lacerda conta que recebeu uma proposta:

Apoio que me foi reiteradamente oferecido para uma candidatura à Presidência da República, em troca de certos favores que entendi não poder fazer, pois não dependiam do meu arbítrio e sim do interesse público que me incumbia de defender, como Governador do Estado que era.

E continua Lacerda: “O Sr. Roberto Marinho executou sempre, no Rio de Janeiro, uma espécie de blandiciosa ditadura pela lisonja. Quem lhe desse, como lhe deram, o privilégio de pôr um imenso anúncio luminoso na barra do Pão-de-Açúcar – jornal luminoso de um empreiteiro de negócios, que procurou a influência de ‘O Globo’ para conseguir o privilégio – o estadista seria promovido no dia imediato. Quem lhe desse, como lhe foi dado, o Parque Laje – 500 mil metros quadrados de área florestada na base do Corcovado – seria convertido no maior administrador da América do Sul e do Caribe. Mas quem, por ventura, não lhe atendesse os interesses, sofria restrições, que iam desde o banimento da coluna social, que se converteu numa espécie de termômetro da vida cultural brasileira, até os apodos e aquele estilo, que eu diria misto do Teodorico e da Titi Patrocínio, porque irreverente e hipócrita como Teodorico e prudente e falsamente virtuosa como a Titi. Para que se tenha ideia de que não estou apenas formando frases, permito-me ler documento pelo qual, a exemplo do que ocorreu com o Parque Laje, o Sr. Roberto Marinho, à custa de ‘O Globo’, do prestígio de ‘O Globo’, dos leitores de ‘O Globo’, do medo a ‘O Globo’ e dos agrados e afagos de ‘O Globo’, fazia e faz operações como esta: Escritura de promessa de compra e venda de imóvel que entre si fazem o Banco do Brasil S.A. e o Dr. Roberto Marinho, na Gávea Pequena, em 19 de agosto de 1960. Este imóvel mede 283.770 metros quadrados. É o sítio da Pedra Bonita, no Alto da Boa Vista, na Gávea Pequena, junto a residência de verão ao do Governo do Estado, hoje não sei se cumprido, mas por mim convertida em colônia de férias, numa das zonas valorizadas do Brasil, junto a famosa Casa das Pedras, tradicional hospitalidade do eminente colega de V. Exas., o deputado Drault Emani. O Sr. Roberto Marinho comprou a ‘Bacia das Almas’ ao Banco do Brasil, por 30 milhões de cruzeiros, pagáveis 6 milhões à vista e 24 milhões em 120 prestações. É claro que o Banco do Brasil estava fazendo uma excelente gestão financeira do Brasil para ‘O Globo’, perante os leitores de ‘O Globo’, quando tal operação se consumou” (Câmara dos Deputados, 1966, depoimento Carlos Lacerda) (HERZ, 1991, p. 94).

Herz (1991, p. 95) cita a fala de João Calmon: “120 prestações mensais, portanto em dez anos de prestações iguais e sucessivas de Cr\$ 334.330,20. Taxa de juros: 12% ao ano, isto é, 1% ao mês. Não foi um negócio, foi uma doação”. Continua Lacerda no seu depoimento:

“Marinho montou uma máquina – que controla do modo a seguir exemplificado. Exemplo 1: seu pai foi o fundador de ‘O Globo’. Ao transformar O Globo em órgão de uma empresa jornalística, Roberto ficou com 62% das ações, deixando em

minoria sua mãe, a veneranda viúva de Irineu Marinho e seu irmão Ricardo. Exemplo 2: a São Marcos Comércio e Indústria de Construção S.A., com sede a Rua México, 168, sala 1002, depois transferida para a mesma Rua, 98, 5.º andar, tem vários sócios e um capital de Cr\$ 675 milhões. Roberto Marinho tem Cr\$ 327,5 milhões em ações e mais e mais algumas pessoas a ele ligadas.

“Essa companhia e sucessora do Comércio e Indústria Mauá S. A., que comprou o Parque Laje. O sócio de Roberto Marinho, nessa Companhia São Marcos, e a Companhia de Administração e Serviços Caser (Rua do Carmo, 8, 120 andar) edifício-sede do Banco Moreira Sales, notadamente o notório Homero de Souza e Silva, que é um dos numerosos nomes de que se servem os patrões de Walter Moreira Sales para controlar a economia nacional.

“O Procurador desta companhia chama-se Carlos Medeiros da Silva, atualmente Ministro da Justiça (dezembro de 1966), que subestabeleceu a procuração da Companhia que disputa o Parque Laje ao advogado Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, atualmente ministro do Trabalho.

“Para que não haja dúvidas, saibam todos que isto se encontra no Cartório da 5.ª Vara da Fazenda, Escrivão Paulo Roquete Pinto. Assim, o advogado contra o Estado da Guanabara, em nome da Comércio e Indústria Mauá, na qual são os sócios Roberto Marinho e Walter Moreira Sales, era Carlos Medeiros da Silva, conforme a procuração de 23 de novembro de 1964, no referido Cartório. Passando este a ministro da Justiça, subestabeleceu às folhas 256 do livro deste mesmo Cartório a procuração de Roberto Marinho e Walter Moreira Sales a Nascimento Silva, atual ministro do Trabalho que, por sua vez, ao ser nomeado ministro subestabeleceu a seu parente Heitor do Nascimento e Silva, a 12 de novembro de 1965.

“Esses dados são apenas alguns exemplos de uma longa e escabrosa história de tráfico de influências, de sonegações e assaltos, mostra como está constituído e quais as verdadeiras origens do Governo Castelo Branco. Nada menos revolucionário do que o Sr. Nascimento Silva. O marechal Castelo Branco os conhecia vagamente antes de os fazerem ministros. Mas eles serviram ao sistema a que também serve o Marechal. Se em vez de Parque Laje escrevêssemos a palavra Brasil, teríamos uma ideia do patrimônio que esse grupo disputa. Pois se Roberto Marinho e testa-de-ferro de Walter Moreira Sales, Walter por sua vez o é de um grupo americano que se apossou do Brasil de modo ainda mais evidente e depois de março de 1964.

“Não se trata, pois, de uma nação – os Estados Unidos – tomar conta de outra, o Brasil. Mas sim de um grupo americano, através de outro grupo brasileiro, controlar a economia nacional. Para isso precisam de dois instrumentos: a influência do Governo e o controle da opinião pública (*in* ALMEIDA, 1976, p. 54 *apud* HERZ, 1991, p. 96).

No dia 28 de junho de 1962, constituiu-se a sociedade por cotas da responsabilidade limitada, mediante instrumento particular firmado entre os cotistas, registrada no Departamento Nacional de Indústria e Comércio sob n.º 143.028. Posteriormente, em 14 de dezembro de 1962, o capital seria aumentado de Cr\$ 500 para 650 milhões (HERZ, 1991, p. 103).

João Calmon (1966) explica detalhadamente as negociações obscuras desse negócio, como as cotas foram lançadas e pontos da integralização do capital do senhor Roberto Marinho. Marinho agiu de forma altamente duvidosa, declarando equipamentos completos de uma estação transmissora de televisão como seus, embora esses equipamentos pertencessem à RCA Corporation. Além desse fato, segundo o autor, ele se favoreceu pela isenção de direitos e pelo câmbio, uma vez que os equipamentos eram importados:

Eu já nem chamaria esse tipo de câmbio de “favorecido”, porque o Sr. Roberto Marinho conseguiu, de fato, realizar uma proeza fabulosa nesse País. Ele conseguiu que a Rádio Globo S.A. pagasse os dólares correspondentes ao referido pagamento com uma taxa de dólar favorecido que representava um terço da taxa em vigor na época do pagamento (CALMON, 1966, p. 105).

Antes mesmo de ser assinado oficialmente qualquer contrato entre a Globo e o grupo Time-Life, os milhões de dólares começaram a fluir. No dia 16 de julho de 1962, sete dias antes da assinatura dos contratos, a TV Globo recebeu da Time-Life Incorporated, por intermédio de uma operação de *swap*, a soma de US\$ 1,5 milhão, equivalente a Cr\$ 300 milhões. Em seu depoimento na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou as ligações Globo e Time-Life, Roberto Marinho afirmou que era um empréstimo pessoal, em seu nome. O ofício em que o presidente do Banco Central, Demo Nogueira, informou os dados sobre as remessas de dólares para a Globo afirmava que o valor da operação foi creditado na conta da “empresa junto ao The First National City Bank of New York” (HERZ, 1991, p. 106).

A assinatura dos contratos entre a TV Globo Ltda., recém-constituída, e a Time-Life ocorreu no dia 24 de julho de 1962, em Nova York. O primeiro contrato, denominado de contrato principal, era uma conta de participação, uma *joint venture*. O segundo consistia em um acordo de assistência técnica que tinha algumas de suas cláusulas vinculadas ao contrato principal.

O assessor da Globo na elaboração desses contratos foi o advogado Luís Gonzaga do Nascimento e Silva, ligado a Roberto Campos, que foi ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (1964-1967) e um dos artífices da política de internacionalização da economia brasileira após a derrubada do governo constitucional, em 1964. Nascimento e Silva foi ainda presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH), ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo Castelo Branco e ministro da Previdência no governo Geisel (1975-1979). Em 1977, chegou a ser comentado que assumiria a direção da Globo após concluir sua gestão no governo Geisel.

Nessa fase do desenvolvimento da Globo, Nascimento e Silva evidenciou-se por suas ligações em defesa dos interesses da Globo com Roberto Campos, então embaixador do Brasil nos Estados Unidos (HERZ, 1991, p. 106).

Ainda conforme Herz (1991, p. 106),

os contratos assinados pela Globo, antes de qualquer outra análise, inequivocamente violaram o Código Brasileiro de Telecomunicação (lei 4.117 de 27/8/62) e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto 52.795 de 31/10/63). O Regulamento, em seu artigo 28, § 2º, diz o seguinte:

“As cláusulas que acompanham o decreto de concessão para a execução dos serviços que o Governo julgue conveniente aos interesses nacionais, deverão estipular: [...] II – proibição de ser firmado qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas a exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações”.

Embora a assinatura dos contratos fosse um pouco anterior a vigência da lei e do Decreto que estabeleciam esta exigência, a TV Globo teria que se adaptar às suas disposições. Só em julho de 1965, três anos depois, é que o Conselho Nacional de Telecomunicações tomaria conhecimento destes documentos. Isso não impediria que a Globo recebesse a assistência técnica prevista nos contratos e milhões de dólares, estes enviados sem nenhuma justificativa contratual.

Mas as consequências da assinatura desses dois contratos exigiram uma análise mais detalhada, resultando na própria CPI.

A Globo, em 1963, em função de todo o cenário exposto aqui, ficou aguardando o golpe de 1964. Diante da crise do governo João Goulart, que já se iniciou de maneira conturbada após a renúncia de Jânio Quadros, pois o vice (Jango) estava fora do país em viagem diplomática à China, o congresso instituiu às pressas o regime parlamentar, alegando a posse do vice-presidente, no entanto contra a ordem democrática. Posicionaram-se forças conservadoras e reacionárias, de maneira especial a cúpula militar, da qual o próprio ex-presidente Jânio se servira.

Esses conspiradores que participaram do golpe de 1964 não deixaram que fosse tomada a posse, criando uma solução por meio de uma emenda à Constituição (prevendo, para 1965, um plebiscito sobre a continuidade do parlamentarismo), equivalendo a um “golpe branco”. Assim, Jango assumiu o governo com poderes claramente reduzidos, ou seja, refém de um congresso nacional.

Todavia esse golpe não durou mais que 16 meses. Após Jango vencer o plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, que havia sido imposto para a sua governabilidade, ele retornou ao presidencialismo. Voltaram também as tensões políticas e a imprensa conservadora, que já havia se posicionado fortemente contra o presidencialismo e até contra o plebiscito, envolvendo-se a sua inesgotável batida de bumbo.

Nessa espera, ainda em 1963, pelas disposições do contrato principal, o prédio com as instalações da TV Globo deveria ser concluído até 1.º de julho de 1963, para poder entrar em operação até 1.º de outubro daquele ano, contudo isso não ocorreu.

A Globo só foi inaugurada em 1965. Mesmo assim registrou-se uma remessa de dólares no dia 24 de fevereiro de 1963, no valor de US\$ 320 mil, o equivalente a Cr\$ 584

milhões, remetida por Time-Life Incorporation, de Nova York. Totalizava-se assim US\$ 1,82 milhão em sete meses de vigência do contrato.

No seu depoimento à CPI que investigou as ligações entre Globo e Time-Life, Roberto Marinho revelou que já havia comunicado ao então presidente João Goulart, possivelmente em 1963, a existência dos contratos, mas não explicou a data em que foi feita a comunicação. Tudo leva a crer que a matéria, na época do golpe de 1964, estivesse sendo examinada pelo Conselho Nacional de Segurança, pois a correspondência enviada por Marinho foi devolvida por esse órgão, sem que se desse prosseguimento a sua tramitação: “O ofício – explica Marinho – me foi devolvido espontaneamente pelo coronel João Figueiredo (que depois viria a ser presidente da República), então secretário do Conselho de Segurança Nacional” (HERZ, 1991, p. 124).

Em outubro de 1964, a estratégia foi revelada. Herz (1991, p. 125) cita os depoimentos de Carlos Lacerda e Calmon:

De 16 a 19 de outubro de 1964, realizou-se a “Conferência sobre o Desenvolvimento Latino-Americano”, promovida pelo Hudson Institute. Um dos participantes dessa conferência foi o presidente do Time-Life Broadcast Inc., Weston C. Pullen Jr., que é co-signatário de Roberto Marinho nos contratos firmados entre Globo e Time-Life. Pullen abordou o tema “Expansão de Programas de TV na América Latina”. Na página 28 do “Summary of Proceedings” daquela conferência está sintetizado o discurso de Weston Pullen Jr., que expõe com clareza a estratégia dos grupos norte-americanos na América Latina e, inclusive, antecipa desdobramentos do acordo Globo/Time-Life:

“Passando em revista sua experiência em TV na Europa, Oriente Médio e América Latina, o Sr. Pullen afirmou que ele está operando na Venezuela, no Brasil, na Argentina e possivelmente entrará em nova operação na Colômbia. As existentes têm sido bem-sucedidas e um desprezo geral se verifica nas áreas com as quais relações [...] a NBC, a CBS e a ABC, estão todas ativas nessas áreas e todas têm, como o Time, uma fórmula comercial que tende a incluir as seguintes características:

1. O grupo norte-americano necessariamente tem posição minoritária, em termos de oportunidade de investimento, devido às leis dos respectivos países sobre telecomunicações.
2. Em todos os casos é indispensável ter sócios locais, o que é importante; e eles têm provado ser dignos de confiança.
3. A programação das estações e uma operação conjunta norte e latino-americana.
4. A política adotada mostra que a TV educativa diurna é importante para o êxito comercial e poderosamente eficaz e popular, quando tentada. O Sr. Pullen considera que o Governo norte-americano pode e deve interessar-se por este tipo de expansão por parte de grupos norte-americanos como um meio de atingir o povo. E apesar dos problemas que surgem, a TV se tornará para todo latino-americano tal qual como para todo norte-americano, em futuro bem próximo”.

Em dezembro de 1964 havia uma previsão para a inauguração da TV Globo (canal 4) do Rio de Janeiro, mas ela não foi cumprida. Com isso, a Globo acabou enfrentando alguns problemas, por causa da previsão da destinação das verbas publicitárias e pelas agências. A

inauguração acabou ocorrendo apenas em abril do ano seguinte.

No dia 29 de dezembro de 1964 ocorreu mais uma remessa de dólares. Dessa vez, foram US\$ 166.389,45, equivalente a Cr\$ 303.660,563. Com essa remessa, totalizavam-se quase 2 milhões de dólares, em dois anos e cinco meses de vigência dos contratos Globo e Time-Life. Todavia a grande aceleração das remessas viria com a entrada da emissora em operação, em 1965.

No fim de 1964, registra-se ainda uma carta enviada por Lacerda a Castelo Branco, criticando os rumos da política econômica do governo que derrubara Goulart. Na carta, entre outros assuntos, Lacerda toca diretamente no problema das ligações entre a Globo e a Time-Life. O presidente da república, em resposta à carta de Lacerda, fez a seguinte promessa, referindo-se ao caso da Globo: “Aquilo em que V. Exa. vê escândalo, será devidamente apurado”. Lacerda revelou que, além da carta, a denúncia também foi transmitida verbalmente (HERZ, 1991).

Em 1965, em Nova York, a Globo e o grupo Time-Life assinaram um novo contrato, que substituiu o contrato principal. Em carta, o grupo americano afirmou que o contrato tido primeiramente como principal havia sido abandonado e que nunca entraria em vigor. Ambos já tinham percebido a proximidade de dificuldades políticas à manutenção do vínculo entre si, pois no fim de 1964 começaram a pipocar denúncias das irregularidades praticadas pela Globo.

Tal foi a pressa de acelerar as novas condições contratuais que a própria Globo chegou a arrendar um terreno que ainda lhe pertencia, conforme Herz (1991, p. 128):

E tal foi a pressa – diz João Calmon – que se celebrou o contrato de arrendamento com uma propriedade que, até então, pertencia a própria TV Globo. Esta, somente 26 dias depois, ou seja, em 11 de fevereiro de 1965, outorgaria a escritura de cessão de direitos e promessa de compra do terreno da Rua Von Martius e respectiva benfeitoria. Por incrível que pareça, a TV Globo o arrendou de Time-Life um imóvel que, na época do arrendamento, possuía de pleno direito.

Após novas regras e anulado o contrato principal, o senhor Roberto Marinho enviou uma carta relatando a situação ao marechal Castelo Branco e ao general Geisel, chefe da Casa Militar (futuro presidente da república), ao chefe do Serviço Nacional de Informações, general Golbery do Couto e Silva, e ao presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), almirante Beltrão Frederico.

Quase um mês depois de assinado o contrato em que a TV Globo alugou, ou arrendou, como prefere o próprio Roberto Marinho, para a Time-Life o prédio da Rua Von Martius, a

emissora tratou de proceder a venda do prédio. Isso porque a Globo alugou da Time-Life um prédio que ainda pertencia a Globo. A situação só foi regularizada no dia 11 de fevereiro de 1965, de acordo com a escritura lavrada nas notas do tabelião do II Ofício de Notas, livro 1.478, fls. 42 e seguintes. Valor da venda: Cr\$ 998.554.000 (HERZ, 1991, p. 133).

No dia 12 de fevereiro de 1966, quase um ano depois desse registro, os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* noticiavam que “as folhas em que foram lavradas essa escritura tinham sido arrancadas do livro de registro e que foi instaurado inquérito a respeito” (HERZ, 1991, p. 133). De fato, no dia 9 de fevereiro de 1966, o desembargador corregedor Frutuoso de Aragão Bulcão, mediante a Portaria n.º 487, de 9 de fevereiro de 1965, determinou a instauração de inquérito administrativo para apurar responsabilidades pela subtração das folhas “onde se achavam lavradas as escrituras, entre partes, TV Globo e Time-Life” (HERZ, 1991, p. 133). Essa determinação foi publicada na página n.º 1.773 do Diário Oficial, Parte III, Poder Judiciário, na edição de 14 de fevereiro de 1965.

Desse modo, as ações cinematográficas, como a invasão de um cartório, contribuíram para encobrir de mais mistério as ligações entre a Globo e o grupo Time-Life, no momento em que interessava à Globo o maior sigilo sobre suas operações.

Assim, segundo Herz (1991), depois de operar experimentalmente por um mês e meio, no dia 28 de abril de 1965, por fim foi ao ar oficialmente a TV Globo, Canal 4, do Rio de Janeiro, com 13 horas de programação diária. Pouco mais de um mês depois, os dólares começariam a chegar. No dia 3 de junho de 1965, o grupo Time-Life fez uma remessa de US\$ 400 mil, o equivalente a Cr\$ 730 milhões, pelo câmbio da época. Com essa remessa, desde julho de 1962, a Time-Life já havia enviado mais de US\$ 2,38 milhões à TV Globo, verba que chegaria a mais de US\$ 6 milhões.

Assim, entre inúmeras denúncias feitas por homens públicos, pelo Ministério da Justiça e por outros órgãos reguladores e com vários escândalos políticos e de legislações, mesmo sofrendo CPI, surgiu a TV Globo de Televisão.

1.1.2 Formação do monopólio da Globo e a sua atuação nas últimas décadas

Tudo isso significa, simplesmente, que o imperialismo controla a informação na área em que exerce o seu domínio.
Sodré (apud COUTINHO, 2015, p. 23)

O Grupo Globo, como vimos, é o maior grupo de mídia do país. As suas plataformas

de comunicação, por meio de seus veículos televisivos, jornalísticos e de radiodifusão, dispõem de grande influência entre todos os brasileiros. Não por mera coincidência esses mesmos brasileiros têm nessa instituição a principal fonte de lazer, divertimento e informação sobre o país e o mundo.

O jornal *O Globo* (fundado em 1925 por Roberto Marinho), a Rádio Globo (de 1944) e mais tarde a TV Globo (de 1962) – embora ainda nos anos 1940 a Globo já demonstrasse interesse em obter um canal de televisão e concessões para esse fim – atuaram intensamente na campanha contra o governo João Goulart e as entidades de esquerda de modo geral.

Assim, derrubou-se o presidente João Goulart, por uma ação política e militar na qual a Globo desempenhou papel importante. Ela atuou ativamente no golpe de 1964, enaltecendo os militares e afirmando que as Forças Armadas estavam garantindo a democracia no Brasil, e durante todo o período ditatorial brasileiro (ARÊAS, 2015).

Nesse sentido, a ditadura militar teve nas Organizações Globo um aliado, que sistematicamente ignorava a relação da realidade política do Brasil e dizia que o regime era democrático, quando o que acontecia era o oposto: ele se tornava essencialmente um forte regime ditatorial.

Porém, cabe aqui salientar que, antes mesmo de 1964, como já dito, havia um grande alinhamento não só com as lideranças políticas da época, mas também entre as empresas estrangeiras, que obtinham destaques na economia brasileira, e, juntamente com as Organizações Globo e os militares, essa relação aprofundou-se com a ditadura militar.

Logo, o regime militar, o alinhamento de grande parte dos políticos e a elite da sociedade com o capital das grandes empresas estrangeiras fizeram com que as Organizações Globo, de Roberto Marinho, se favorecessem a constituir-se no maior conglomerado de mídia brasileiro.

Como afirma Coutinho (2015, p. 28 *apud* ARÊAS, 2015):

No Brasil, essa integração entre Estado e monopólio das comunicações se acentua após o Golpe de 1964, mas é algo que se esboça como linha programática a partir da segunda metade da década de 1950 com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Data dessa época o esforço – hegemônico pelos empresários dos meios de comunicação – de se regulamentar as telecomunicações e a radiodifusão no Brasil.

Nesse contexto, a estratégia ficou mais evidente, hegemonicamente falando, não só na sua indução, na direção e no domínio das ideias, mas em outra, propriamente ideológica, que tem a ver com a capacidade dessa classe capitalista de difundir sua visão de mundo ao

conjunto da sociedade.

Gramsci (1999) percebeu que, nas sociedades ocidentais capitalistas desenvolvidas, a dominação coercitiva é complementada por relações de direção político-ideológica que ocorrem no interior da sociedade civil. Segundo o autor, isso se dá por meio dos aparelhos privados de hegemonia – imprensa, escola, Igreja, partido, sindicato etc. Os grupos dominantes tornam-se dirigentes, isto é, exercem sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, assegurando o consenso ativo dos dominados. Conforme Netto (2008, p. 10):

A sociedade civil, essa esfera de poder que surge com as revoluções liberais, aparece, assim, como uma estrutura muito complexa e resistente, capaz de dar sustentação ao Estado burguês em momentos de crise, absorvendo e amortecendo as “irrupções catastróficas” tanto do elemento político (contestações, pressões, revoltas) quanto do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.). As classes subalternas, para conquistar o poder, deverão ser capazes de criar e difundir sua própria visão de mundo – as formas de consciência adequadas ao desenvolvimento de um novo modo de produção. Será necessário travar uma batalha pelas ideias, pela cultura no âmbito da sociedade civil. Ocorre que esta esfera se encontra hegemônica pela burguesia, que tem o controle dos mais eficazes aparelhos de hegemonia. Ocupando um lugar de destaque na sociedade civil, a imprensa é, até o surgimento do rádio, a mais importante daquelas trincheiras e fortificações ideológicas que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas nas sociedades modernas. A despeito da enorme insatisfação existente na sociedade capitalista, os impressos e os demais instrumentos burgueses de persuasão garantem as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital. Compreendemos, portanto, que a *eficácia* da imprensa burguesa como instrumento de hegemonia se deve, fundamentalmente, ao fato de ela criar e veicular uma visão de mundo reificada, oferecendo ao leitor, por meio de estereótipos, mitos, *faits divers*, uma representação sensacionalista, fragmentária e descontextualizada do real histórico.

O autor deixa claro, e fundamentado no alinhamento de Gramsci, que há uma batalha pelas ideias por meio da cultura, representada pela burguesia de forma hegemônica na sociedade civil e que a imprensa é um aparelho importante de fortificações ideológicas dessas ideias, que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas nas sociedades modernas, que é o que o presente trabalho demonstra.

Para Coutinho (2015, p. 28):

A face repressiva dessa política cultural vigente após 64 e, em particular, no período posterior a 68, atuou no sentido de “quebrar a autonomia da sociedade civil e de reprimir o seu pluralismo” (Coutinho, 1980a, pp.84-85). Tão ou mais importante, contudo, foi o grande estímulo emprestado pela ditadura à expansão e consolidação de uma poderosa indústria cultural. Com essa política, não se tratava de quebrar a autonomia, mas de sequestrar a sociedade civil no momento mesmo em que o desenvolvimento capitalista gerava os pressupostos objetivos para o seu fortalecimento; não se pretendia calar simplesmente as massas, mas distorcer a sua fala, organizar a sua cultura num sentido conveniente aos grupos hegemônicos. O estímulo do Estado à indústria da cultura se revelaria, a longo prazo, uma estratégia

mais eficaz do que a repressão, uma vez que criou instrumentos de poder que sobreviveram à ditadura. Hoje, a censura prévia foi relaxada, mas o poder da mídia, como um entulho da ditadura, permanece avassalador. A despeito da enorme insatisfação existente na sociedade, das periódicas crises financeiras que afetam a população, é a mídia eletrônica o principal responsável pela manutenção e estabilidade do Estado, garantindo as relações de produção e propriedade, criando e recriando, junto às massas humanas, o consenso necessário à dominação do capital.

Coutinho (2009, p. 69) usa a analogia *yellow press* (imprensa marrom)⁶ para demonstrar a estratégia da mídia para a organização da cultura coisificada das massas e afiança que “poucos métodos têm se revelado tão eficientes”:

No último quarto do século XIX, jornais com estes métodos penetram nas grandes massas, atingindo tiragens de um milhão de exemplares. Era evidente sua estratégia hegemônica: contemplar determinadas aspirações dos grupos subalternos, de maneira a mantê-los mais firmemente sob controle; dar-lhes voz, cuidando, evidentemente, para que essa voz ecoasse a estrutura reificada da consciência social. Ao incorporar a fala das massas à cultura hegemônica, jornais como o *The World*, de Pulitzer, interpelavam-nas como sujeito, mas, no mesmo movimento, coisificavam-nas, reduziam-nas a objeto. Este tem sido o papel da chamada grande imprensa: criar sujeitos passivos, modelar sua opinião, chamá-los a legitimar acordos políticos, mas, ao mesmo tempo, impedi-los de participar de decisões efetivas (COUTINHO, 2009, p. 69).

O mesmo autor escreve:

Aponta-se, nesse sentido, uma identidade entre os processos de hegemonia e reificação. A liderança intelectual e moral burguesa tem sido um processo cuja força reside, precisamente, na sua capacidade de mistificação e coisificação das consciências. Para obter o consenso ativo dos dominados, de maneira a incorporá-los ao seu projeto de dominação, os grupos dirigentes fazem suas certas tendências e aspirações das massas, despolitizando-as porém; assimilam as falas populares, esvaziando-as de sua historicidade; apropriam-se de seus signos petrificando-os, integrando-os ao sistema de valores da cultura dominante. Pode-se dizer, portanto, que *a coisificação da consciência das classes subalternas é o processo característico da hegemonia burguesa*. Podemos concluir, na esteira das reflexões de Mészáros sobre a ideologia, que o imenso poder dos impressos na era industrial clássica não decorre apenas da esmagadora força material e do correspondente arsenal político-cultural à disposição dos grupos dominantes. O poder da hegemonia burguesa, do qual a imprensa foi talvez o principal instrumento (COUTINHO, 2009, p. 69, grifo do original).

Continua Coutinho (2009, p. 70):

⁶ “O termo *yellow journalism* torna-se sinônimo de imprensa sensacionalista em virtude da cor amarela dos quadrinhos de *The Yellow Kid* (“O Garoto Amarelo”), personagem da pioneira história em quadrinhos impressa em cores. A tira, desenhada pelo artista Richard Felton Outcault, teve sua estreia no jornal *The World*, de Joseph Pulitzer, em 1895, e, pouco depois foi para o *New York Journal American*, de William Randolph Hearst, o magnata da imprensa norte-americana, no qual Orson Welles se inspira para criar o Cidadão Kane” (COUTINHO, 2014, p. 69).

De resto, cumpre ressaltar que, embora sem a mesma força e o mesmo tipo de apelo que a imprensa das elites, os impressos foram – e continuam sendo – utilizados pelos grupos subalternos na luta pela cultura, como forma de criação e expressão de uma visão de mundo contra-hegemônica. Esta imprensa alternativa, ainda que não disponha da “vantagem da mistificação”, conta com a “arma da crítica”, com o esforço de “desnaturalização”, de historização daquilo que se impõe, ideologicamente, como uma verdade eterna. Opondo-se às ideias e valores da cultura do dinheiro, este instrumento de contra-hegemonia expressa, certamente, uma contratendência aos fenômenos da reificação.

Diante do exposto, tendo a necessidade de pensar uma contra-hegemonia, à qual Gramsci dedicou grande parte dos seus estudos, e vendo que a mídia ocupa lugar de destaque na sociedade civil, pela criação e difusão de determinada concepção de mundo e, seguramente, pela relação de poder, verifica-se que a mídia passa a ser a mais importante daquelas variáveis de aparelhos de hegemonia que Gramsci menciona, que acabam protegendo o aparelho de Estado dos impactos das crises político-econômicas. Exige-se assim, nessa sociedade civil, espírito de cisão, de resistência, de luta, criando fortificações contra essa hegemonia.

1.1.3 Como se constrói hegemonia (novela, futebol e jornalismo)

“Se toda a imprensa diz que não houve golpe por que te dariam espaço para falar dele?” Pergunta o amigo do cais. E finaliza: “Não vai ter resenha, não vai ter chamada, não vai ter conversa com o Bial”.
Pena (2017, p. 129)

Houve um golpe parlamentar no Brasil. Essa afirmação é baseada em argumentos sólidos que são demonstrados neste trabalho, que podem e devem ser contestados, mas a pergunta que não quer calar é: Onde está o espaço de discussão dessa conversa na mídia do Grupo Globo?

O público merecia receber as informações abertamente sem eufemismos midiáticos. O que devemos dizer ao amigo do cais? Haverá conversa? Haverá embate? Haverá discussão?

O que não dá para aceitar é a mídia do Grupo Globo dar espaço ao senador Jucá ou a Temer para justificar que Dilma caiu pelo “conjunto da obra”, e não pelas supostas pedaladas fiscais, que na verdade eram rotina dos últimos presidentes do Brasil. No entanto, no caso de Dilma, foi politicamente classificado como crime. Mesmo assim, como se esse último argumento também fosse um justo motivo de impedimento.

Pior, essa postura midiática continua e atua mais uma vez em um momento delicado do país, em que deveríamos discutir reformas importantes, como a trabalhista e a da

previdência, e não há espaço de discussão ou contraponto; há simplesmente uma determinação pelos representantes do povo (congresso e senado), em alinhamento com a elite (representantes do capital).

Estão fazendo, novamente, o “bater o bumbo”. Assim, devemos resolver o problema do país, partirmos para a solução da catarse do país, que é a previdência. Claro, não haverá conversa com o Bial sobre a educação do Brasil, sobre uma boa universidade pública e suas verbas cortadas em mais de 30%, perdão, conforme o governo, “contingenciadas”, nem Saúde, com hospitais dignos, ou uma boa segurança pública, ou sequer uma boa estrutura e logística por causa do déficit que a previdência causa. Será?

No mínimo, deveria haver espaços midiáticos e comentaristas com opiniões divergentes em todos os programas jornalísticos no país. Por que não há? Por que a unanimidade? Goulart (2014, p. 195) expõe:

A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância.

Percebe-se que há um instrumento ideológico, por meio do protagonismo midiático, com significativa relevância político-cultural, perfeitamente alinhado com os atores de uma sociedade civil dominante, e a própria mídia alinhada com essas organizações vem trabalhando ativamente em um discurso jornalístico hegemônico.

Para Coutinho (2014, p. 41), “hegemonia pode ser definida como a capacidade de um grupo social determinar o sentido da realidade, exercer sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade”. O autor afirma que a luta pela hegemonia da organização e sistematização das formas culturais advém da própria linguagem que expressa tais representações e conteúdos da articulação de valores e significações que ocorrem para a direção político-ideológica dos indivíduos nas suas ideias e de forma dialética.

Nesse alinhamento, o pensador italiano Antonio Gramsci se empenhou em compreender a importância dessas relações dentro da sociedade burguesa no estudo da linguagem e das línguas, não de forma gramatical, mas de caráter despreconceituoso e sobretudo de forma ideológico-histórica.

Dando um tratamento de concepção e expressão de mundo, conforme Gramsci (*apud* COUTINHO 2014, p. 41), toda a língua, diz ele, é “um conjunto de noções e de conceitos

determinados” e não simplesmente uma “veste que sirva indiferentemente como forma a qualquer conteúdo”; as formas históricas são portadoras de conteúdos históricos.

Conforme Gramsci (1999 *apud* COUTINHO, 2014), “língua significa também cultura e filosofia”. Como tal, deve ser compreendida como um campo de força ideológica onde entram em disputa interesses de diferentes grupos sociais.

Basta pensar nos provérbios populares de diferentes épocas e culturas que constituem a consciência e a moral da vida por meio das suas falas, daí o entendimento das narrativas midiáticas, literárias, religiosas e jornalísticas “como falas que constroem, a partir de traços que testemunham o passado, historicidades convenientes às perspectivas de diferentes grupos sociais” (COUTINHO, 2014, p. 41-42).

Posto que a língua é um dado social que estrutura a consciência, cabe indagar sobre as narrativas e as formas de comunicação predominantes na consciência popular contemporânea, considerando a mídia jornalística, televisiva, eletrônica da nossa sociedade civil.

Faremos como Coutinho (2014, p. 43):

Partiremos da hipótese que o tipo histórico de conformismo do qual fazemos parte, hoje, não pode ser compreendido sem uma análise do modo como os modernos meios de comunicação reelaboram os signos do passado, se apropriam de formas e língua populares, reinterpretam a tradição.

Assim, a consciência popular é expressa entre traços da cultura oral e da letrada, com os valores criados e recriados pelos meios de comunicação eletrônica; os clichês e bordões televisivos reproduzidos nas novelas, programas humorísticos e esportivos são as máximas de uma sentença moral popular moderna. Expressões como “eu gosto de levar vantagem em tudo, certo?” ou “eu odeio pobre” estruturam a sua maneira de pensar, em vez de permitir a apreensão crítica da realidade. Como o autor coloca, “o chavão televisivo tem como função impedir a apresentação crítica da realidade” (COUTINHO, 2014, p. 44).

Freire (*apud* COUTINHO, 2014, p. 195) assevera: “esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada a reflexão, a palavra se transforma em palavreria, verbalismo, blá blá blá”. Freire (*apud* COUTINHO, 2014, p. 44) diz: “Da expressão coisificada não se pode esperar a denúncia do mundo”. Nesse sentido, a “pedagogia do oprimido” envolve uma reflexão crítica sobre os “*slogans* dos opressores”. Os homens, livres das formas de consciência que os escravizam, sentem-se “sujeitos do seu pensar”, e mesmo as lideranças revolucionárias não podem levar o povo verdades estabelecidas sob a forma de clichês.

O conhecimento deve ser buscado dialogicamente com o próprio povo, reconhecido como sujeito da educação. “Obstaculizar a comunicação é transformá-los [os homens] em quase ‘coisa’ e isso é tarefa e objetivo dos opressores, não são dos revolucionários” (FREIRE *apud* COUTINHO, 2014, p. 145). Coutinho expõe (2014, p. 44-45).

“Bem, amigos da Rede Globo...”, diz o locutor Galvão Bueno sempre que inicia a transmissão de um jogo. Sua fala incorpora o jeito cordial do homem comum. Valendo-se dessa linguagem coloquial popular, Galvão nos interpela como “amigos”; não somente como amigos seus, mas como amigos da Rede Globo. Galvão nos informa que a relação da Rede Globo com os telespectadores é uma relação de amizade, de camaradagem. E ao longo de toda a transmissão não há nada no tom de sua narrativa que indique a verdadeira natureza da relação entre a Globo e seus “amigos”. Não se trata, aqui, de analisar o papel histórico da Rede Globo na sociedade brasileira. Limitemo-nos a observar que a emissora, financiada pelo grupo norte-americano Time-Life no momento em que se articulava a ditadura civil-militar no Brasil, não tem agido desde então como uma amiga da classe trabalhadora. Veja-se o tratamento que ela tem dado aos movimentos sociais brasileiros, defendendo, invariavelmente, os interesses das elites nacionais e internacionais. Mas, como diz o ditado, “amigos, amigos, negócios à parte”.

Os negócios da Globo não a impedem de gastar o precioso tempo de sua programação (“Tempo é dinheiro”, lembre-se) com vinhetas que enfatizam sua grande empatia com as massas. Nos anos 1990, os amigos da Rede Globo ouviam exaustivamente o slogan: “Globo e você: tudo a ver”. Também nas partidas de futebol, toda vez que um jogador chutava a gol e a bola não entrava, era o próprio Galvão quem lembrava ao telespectador: “Globo e você: tudo a ver”. Porque o locutor dizia isso precisamente no momento em que a bola saía pela linha de fundo é uma questão que deixo em aberto para os semiólogos. Mas, chamo a atenção para a genialidade perversa da frase.

O autor deixa claro que em um primeiro momento “Globo e você: tudo a ver” demonstra que eu e a Globo temos uma grande afinidade, os mesmos interesses – somos amigos, pois a Globo fala a minha linguagem, somos iguais, temos uma identidade.

A expressão “tudo a ver” nos sugere que tudo o que há para ser visto pode ser visto na tela da Globo. O que não passa na Globo, portanto, não é algo a ser visto: é como se não existisse. O slogan sugere ainda que tudo a ser visto é a relação de identidade entre a “Globo e você”, a relação de amizade da Globo com o povo brasileiro. Qualquer outra identidade – a de classe, ser exemplo – não é algo a ser visto, não faz parte da realidade representável. Outro dos slogans globais que marcaram época bate na mesma tecla: “O que pinta de novo pinta na tela da Globo”. É preciso dizer que, ao contrário do que sugere a frase, o “novo” aqui não se refere ao real histórico, ao que acontece de novo na sociedade (esse novo não pinta na Globo), mas às novidades da emissora: novas atrações, novos rostos, novos efeitos, novos clichês, novas formas para um velho conteúdo. As velhas ideias da dominação se vestem com roupas sempre novas, buscando para si uma aparência atraente. Parafraseando Marx, poderíamos dizer que, longe de ser a sociedade que conquista para si um novo conteúdo, é a mídia que sob esse disfarce cria imagens e reforça sentimentos como pane de sua estratégia de controle sobre a sociedade (COUTINHO, 2014, p. 45).

A mídia, como o autor expressa, sob disfarce, cria imagens, slogans, bordões, reforça sentimentos, cria a consciência popular, que é expressa entre traços da cultura, e acima de

tudo a cultura oral e letrada, com os valores criados e recriados pelos meios de comunicação eletrônica.

Por meio da cultura, na sua estratégia de controle sobre a sociedade, precisa vender, acaba sendo o meio mais eficaz de propagação ideológica. Nesse alinhamento, já havia uma preocupação na Escola de Frankfurt, na década de 1940, principalmente Horkheimer e Adorno, em orientar e relacionar teoricamente a questão econômica e política com a questão cultural, denominando, então, de “indústria cultural”.

Tal movimento questionava o processo de industrialização da cultura; toda essa compreensão afirmava que a mídia passa a ser um veículo de transmissão de uma ideologia das elites, a cultura passa a ser transformada em mercadoria. Então, os meios da comunicação a serviço da ideologia de grupos econômicos mais fortes, sem dúvida, exercem dominação pela manutenção desse *status quo*.

Foram Adorno e Horkheimer (1985) e Habermas (1989) quem conceituaram a expressão “indústria cultural”: meio de produção da cultura transformando-se em mercadoria, passando a convergir nos rumos de uma economia em seu processo de inserção dentro do capitalismo.

Portanto, a cultura, está relacionada aos meios de comunicação de massa, é produzida de forma padronizada e intencional, justamente como meio de alienação, dominação e manutenção das classes sociais.

Diante do contexto aqui exposto, a comunicação massiva não é apenas uma instância dominadora, e sim um produto cultural que se alimenta de outras culturas. Os produtos midiáticos informam, atendem a uma demanda social, provêm cultura e o lazer, refletem e criam uma relação de interdependência.

Ter o domínio dos meios de comunicação de massa torna-se a mais efetiva fórmula de impor à sociedade valores, crenças e determinações. Essa imposição muitas vezes não se dá de forma direta, mas está disfarçada naquilo que o receptor assimila e filtra a mensagem midiática, a partir de seu repertório cultural, buscando sentidos convergentes com as suas experiências de vida (MARTÍN-BARBERO, 2003).

A mídia, por meios das suas mensagens, expõe uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições que essas informações aparecem, como se a realidade fosse assim mesmo e houvesse absoluta neutralidade na sua apresentação.

Conforme Coutinho, Freire Filho e Paiva (2014, p. 7), a mídia é um instrumento ou

espaço de poder

com relevante papel, por exemplo, na disputa pela hegemonia, na promoção de ideais identitários, na regulação de comportamentos, na administração da memória, na constituição da opinião pública e na formulação de agenciamentos democráticos. A mídia é conceituada aqui, em suma, como um dispositivo capaz de influenciar significativamente, das formas mais diversificadas, a vida cotidiana e a atuação política dos indivíduos – a maneira como agem, sentem, desejam lembram, convivem e resistem. As divergências (menos ou mais profundas) na ênfase e na perspectiva das análises estão atreladas, essencialmente, ao modo como são concebidas as relações de poder no interior da sociedade.

A mídia induz na seleção e a forma de reflexão dos acontecimentos sociais, atribui sentido muito bem afinado com os interesses das classes dominantes da sociedade, alinhados com o capital, ou seja, o fato lido e visto por interesses específicos dessas classes. Atualmente a chamada “grande mídia” continua operando dessa maneira, além de reproduzir a ideologia política do Estado e da ideologia dominante, que é subordinada à lógica do mercado.

Como exemplo, basta perceber que o “bater do bumbo” da mídia na solução das nossas mazelas sociais insiste na “necessidade de uma reforma urgente da previdência social”. Mas ela não informa detalhadamente como isso funciona, como se dá o esse processo ou quem são os grandes devedores e os respectivos valores da previdência. A mídia oculta de forma deliberada e tendenciosa aspectos da realidade que poderiam permitir um juízo melhor, mais completo e não dirigido em relação aos fatos em questão.

Para a nossa surpresa, os principais devedores da previdência são grandes grupos da elite brasileira. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional estima a dívida previdenciária dessas empresas em R\$ 432,9 bilhões (nominais), com uma taxa de crescimento de 15% ao ano. Citam-se alguns desses devedores: JBS S/A – 2.395 milhões; Caixa Econômica Federal – 589,3 milhões; Banco Bradesco S.A. – 575 milhões; Gazeta Mercantil S/A – 491,6 milhões; Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos – 376 milhões; TV Manchete – 340,2 milhões; Vale S.A. – 308,5 milhões; Jornal do Brasil – 277,6 milhões; Banco Santander Brasil S/A – 218,4 milhões; Banco do Brasil S.A. – 209,9 milhões; Itaú S.A. – 111,8 milhões (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Em relação a uma parte da dívida das Organizações Globo, só no que se diz a direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2002, em impostos sonegados chega a R\$ 358 milhões. Em 29 páginas o auditor da Receita conclui que foram sonegados impostos tendo como base o montante de R\$ 732,5 milhões. O Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e as multas concernentes a nove operações, feitas entre maio e junho de 2002, correspondem ao

valor de R\$ 358 milhões. O funcionário da Receita apurou que a Globo usou nada menos que 11 empresas em paraísos fiscais no exterior para “disfarçar” a compra dos direitos da transmissão da Copa em participações em companhias estrangeiras.

A operação foi qualificada pelo auditor como “de intrincada engenharia” (DÍVIDA..., s.d.).

Mas, claro, isso não saiu no Jornal Nacional nem no Fantástico, muito menos houve ou haverá conversa com Bial. A Globo Comunicação e Participações adquiriu os direitos de transmissão da Copa do Mundo de Futebol de 2002. Porém a Globo pagou essa dívida! No entanto alegou que, em 2013, vazou nas redes sociais um processo da Receita Federal que questionava se o trâmite tributário adotado pela empresa havia sido legal. Surgiram então notícias e comentários indicando que a empresa teria cometido sonegação de impostos. Por várias razões, é um equívoco tratar o caso como sonegação de impostos, conforme explica o *site* Globo.com (GRUPO..., 2015).

Enfim, a mídia, na história da sociedade brasileira, tem servido aos interesses políticos e econômicos, como demonstrado, e como aparelho ideológico do Estado nos períodos ditatoriais do Brasil que tiveram sua sustentação e sua divulgação pelos meios de comunicação de massa.

Ninguém tem dúvida sobre o papel infame da mídia na ditadura militar, seus ataques sistemáticos aos movimentos sociais, suas funções ideológicas e mantenedoras da ordem burguesa na sociedade brasileira, legitimando a exploração, a miséria, a desigualdade social, oriunda da sociedade de classes.

Ao traçar um paralelo temporal dos principais veículos de comunicação de nosso país (redes de televisão, portais, jornais e revistas de grande circulação nacional), sempre tiveram uma relação de destaque com as elites privadas e os interesses do capital financeiro, incluindo a sua relação com o grande esforço de manter o Estado sob seu domínio.

O mercado, o Estado e a sociedade civil, que Habermas conceitua como modelo tripartite, são três núcleos institucionais distintos e, ainda que se relacionem e sejam interdependentes, têm interesses específicos. No entrelaçamento entre esses núcleos, vislumbra a mídia, como um meio ideológico e articulador. Não deixa de ser uma poderosa arma manipulada por poderosos agentes do capital, do Estado e do mercado.

Diante de todo e qualquer “estorvo” que venha em percurso desordenar tal processo, a mídia tem a função desarticuladora e ideológica ante a sociedade. Qualquer manifestação social, desde que não represente uma ameaça que desencadeie a forma de sociedade modelada

pela elite social, a mídia faz por tornar-se fato de interesse social.

A concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos, ainda que nacionais, é a marca da história da mídia no Brasil. Assim, a influência da mídia na vida das pessoas e nos rumos da sociedade é inegável, já que ela não é neutra, e sim carregada de intencionalidade.

A mídia tem como função ideológica relatar a realidade imediata, mas, em virtude de interesses do mercado ou interesses políticos em que os proprietários dessa mídia estão inseridos, os fatos, principalmente em relação às iniciativas, aos movimentos sociais, são recriados, fazendo com que a sociedade os identifique como falsos sujeitos sociais.

Uma mídia que não discute, apenas informa, implicitamente entrega-se à segregação social, à violência moral e à falta de dignidade. Fica explícita a total influência que os meios de comunicação exercem sobre os comportamentos e decisões da sociedade.

É necessário questionar tudo e qualquer fato por ela abordado, buscando, portanto, obter informações e conclusões mais coerentes sobre o assunto proposto.

Criam-se falsas representações da realidade identificando-se com o discurso burguês, retratando a história, sem questioná-la. Essa mídia que articula e defende os interesses das elites é a mesma que criminaliza os movimentos sociais, as ONGs e as entidades da sociedade civil que historicamente lutam pela democracia e pela melhoria de vida dos cidadãos brasileiros, sobretudo os mais excluídos.

Para tanto, a mídia massificadora cria uma relação desigual na sociedade. Desigualdade notória entre os que produzem conteúdo de comunicação e aqueles que apenas recebem. A mídia impõe padrões de uns sobre os outros e trata as pessoas como meros consumidores, e não como cidadãos plenos de direitos.

2 CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NO GOLPE DE 1964: TEMPOS DE CHUMBO

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: O GOLPE DE 1964, OU OS TEMPOS DE CHUMBO

A arte é sempre um ambiente que te faz pensar. E é por isso que agora, no Brasil, há uma grande campanha contra a arte e a cultura. Contra o pensamento crítico, contra os livros. E se você estudar a história dos governos fascistas pelo mundo, verá que esses são os primeiros sinais, que isso é o vento que antecede a tempestade e a mudança semântica, que também acontece agora no Brasil. Ou seja, as pessoas começam a falar: “Ah, não foi o “Golpe de 1964”, foi o “Movimento de 1964”. Ou: “A ditadura não foi tão severa no Brasil, foi mais branda do que no Chile e na Argentina”. Esse tipo de porcaria... Acredito que é difícil afastar o Brasil disso agora, já que temos um governo de extrema-direita...
Wagner Moura (in GHETTI, 2019)

Jânio Quadros venceu as eleições para presidente do Brasil em 3 de outubro de 1960, com 48% dos votos. Ele era o candidato do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e tinha apoio da União Democrática Nacional (UDN), a segunda maior bancada do Congresso Nacional. Henrique Teixeira Lott, seu opositor, ficou com 28% dos votos.

Na eleição compareceram 12,5 milhões de eleitores às urnas e houve, pela primeira vez no país, o emprego da televisão como veículo de propaganda.

Quadros foi eleito juntamente com João Goulart (Jango), candidato a vice-presidente, que era apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ambos compuseram uma disputa histórica. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra.

Daí se originou o movimento Jan-Jan, apoiando os nomes de Jânio e Jango.

João Goulart, o vice, era um pecuarista gaúcho e homem de muitas posses que entrou na política pelas mãos de Getúlio Vargas. Chegou a ser ministro do Trabalho daquele governo, em 1953-1954. Seus projetos estavam alinhados com os meios operários e expressavam nítido avanço e desenvolvimento ao partido que o representava, o PTB, de forte rejeição entre grupos conservadores, tanto de civis como de militares.

Jânio Quadros, que em sua campanha criticava fortemente a corrupção do governo, não tinha um programa próprio definido e de certa forma desprezava os partidos políticos, mas atraía o povo como uma figura muito popularesca.

“Varrer a corrupção” era o seu *slogan*, que fez da vassoura seu símbolo, reunindo as esperanças da elite e do setor de classe média, que se via atingida pelo até então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

No fim do governo Kubitschek, o país sofria com o custo de vida muito elevado, a forte desvalorização da moeda brasileira e, em consequência, a alta inflação, fatores que levaram a sua derrota (FAUSTO, 2013).

Após Jânio Quadros assumir a presidência (1961), pela primeira vez um presidente tomou posse em Brasília, que havia sido inaugurada em 1960, em função da transferência da capital federal do estado da Guanabara.

O governo Jânio Quadros, que estava encarnado nas esperanças do futuro, governou de forma desproporcional à importância de seu cargo. Foram sete meses entre ações ora importantes, ora ridículas, como proibição de lança-perfume em bailes, de biquíni em lugares públicos e em concursos de beleza e das brigas de galo.

Na política interna, Jânio Quadros era politicamente muito pressionado, por ser muito austero na economia, restringindo o crédito e congelando salários no plano macroeconômico. Na política externa, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas que não agradavam aos conservadores, medidas muito independentes e contrárias àquelas que vinham sendo ditadas pelos norte-americanos.

Essas medidas vinham sido adotadas pelos governos anteriores desde 1937, com Getúlio Vargas, levando ao rompimento do apoio da UDN, que tinha essa ideologia, e da abertura econômica para o capital estrangeiro, detendo forte apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite que o haviam apoiado nas eleições.

Após a quebra definitiva desse apoio, houve várias denúncias segundo as quais Jânio Quadros apoiava o comunismo, por manter-se neutro diante da Revolução Cubana. Sendo criticado severamente pelos Estados Unidos, Jânio partiu para uma medida extrema, arriscada e perigosa: renunciou em agosto de 1961.

Na verdade isso foi uma tentativa de que houvesse apelo popular e de que os seus ministros militares solicitassem a sua volta, pois afinal ele havia tido quase seis milhões de votos na sua eleição, situação inédita até então. Na sua leitura, tal quantidade de votos dava-lhe certa vantagem e, retornando, teria poder de refazer a sua base política, porém ninguém se mobilizou a seu favor.

A crise institucional instalou-se no país e atingiu o clímax na hora da passagem do cargo ao vice, João Goulart, pois ele vinha de uma coligação partidária entre o PTB e o

Partido Social Democrata (PSD), que sempre elegera presidente no país.

Era a primeira vez desde 1945 que isso não acontecia, sendo então necessária essa coligação para mantê-lo como vice do presidente Jânio Quadros. Isso, no momento da posse, provocou os partidos políticos conservadores e principalmente os militares, que não queriam um esquerdista na presidência.

A posse de Jango foi aceita por uma manobra política, feita pelo Congresso, que instituiu o parlamentarismo, reformando a Constituição de 1946, o que fez com que seus poderes como presidente ficassem reduzidos. Mesmo assim João Goulart aceitou a proposta e assumiu a presidência (1961-1964).

A crise econômica exigia soluções. Então, veio o Plano Trienal, programa de desenvolvimento econômico e social criado pelo governo com metas de crescimento de 7% ao ano, redução da inflação e renegociação da dívida externa, no entanto o plano fracassou.

Foram feitas outras tentativas, como reformas de base (agrária, bancária, eleitoral, fiscal, urbana e salarial), que também não deram certo, e a inflação voltou a crescer.

Vivenciou-se um período de intenso radicalismo político contra Jango, de forte resistência dos seus opositores políticos, muitas greves, grandes manifestações populares a favor e contra o presidente (NAPOLITANO, 2016).

Em razão do forte clima de insegurança social, Jango tentou mobilizar a massa trabalhadora para o seu lado, causando assim elevada rejeição por parte do empresariado nacional.

A Igreja Católica apoiava os partidos opositores, liderados pela UDN e pelo PSD, que criaram a suposta denúncia de uma preparação de golpe comunista. A tensão atingiu seu ápice em março de 1964, quando o presidente promoveu um comício popular na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença de milhares de pessoas para apoiá-lo.

Como reação a esse ato, seis dias depois os seus opositores promoveram na cidade de São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A queda de braço continuou até o dia 31 de março, quando o exército ocupou as principais ruas do país e destituiu Jango, declarando vago o cargo de Presidente da República.

Como motivo, foi divulgado que havia uma ameaça comunista. Contra a corrupção e a crise econômica e política brasileira houve apoio de parte da classe média, setores importantes da elite nacional. Jango refugiou-se no Uruguai (FAUSTO, 2013).

“Veio 1964” (VILLA, 2014, p. 10). Seguiu-se o clima de instabilidade; o país estava dividido e paralisado. Crise econômica, movimentos grevistas e uma nova onda de repressão

no país atingiram entidades de classes. No plano da sociedade, houve avanço dos movimentos sociais do governo Jango, tais quais as “ligas camponesas”, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Com a cassação de membros da oposição, os apoiadores do golpe tornaram-se a maioria no parlamento, que por meio de seus atos referendou como o próximo presidente o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). O militar assumiu a posição com a promessa de que a intervenção seria curta e o poder voltaria aos civis logo que o país superasse os problemas que levaram ao golpe.

No entanto o que se viu foi apenas o início do que seria um longo período de desmandos militares. Três meses após a sua posse, Castelo Branco promulgou a ementa constitucional que prorrogou o seu mandato até 1967.

Os militares passaram a decretar os Atos Institucionais (AI), utilizados para dar força de lei às suas ações. O primeiro deles, o AI-1, imposto em 9 de abril de 1964, cassou mandatos e suspendeu a imunidade parlamentar, o caráter vitalício dos cargos dos magistrados, a estabilidade dos funcionários públicos, entre outros direitos constitucionais.

Em 27 de outubro de 1965, editou-se o AI-2, que estabelecia a eleição indireta para presidente, extinguiu partidos políticos e permitia ao executivo cassar mandatos. O militar também instituiu o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição – ou o que sobrou dele após as cassações. Criou-se, ainda, o Serviço Nacional de Informações (SNI), uma espécie de polícia política.

Em 5 de fevereiro de 1966, como resposta às pressões pelo fim do regime, foi editado o AI-3, tornando indiretas as eleições para governador. Em 7 de dezembro do mesmo ano, veio o AI-4, que fechou o Congresso e determinou as regras para aprovação de uma nova constituição, para janeiro de 1967.

O texto incorporou os atos institucionais, ampliou os poderes do presidente e reduziu ainda mais a força do legislativo. No plano econômico, Castelo Branco implementou uma política recessiva com seu “plano de ação econômica”, cuja principal meta era conter a inflação. Para isso, cortou os gastos públicos e aumentou impostos.

O general Arthur da Costa e Silva (1967-1969), o sucessor de Castelo Branco, morto em acidente aéreo, já exercia a função de ex-ministro do exército no período de Castelo Branco. Ele teve em seu mandato a oposição multiplicando-se e acentuando-se nas manifestações para o fim desse regime.

Em março de 1968, o estudante Edson Luís de Lima Souto foi morto pela polícia militar durante uma passeata no Rio de Janeiro. O incidente provocou nova onda de protestos e passeatas estudantis.

Em junho de 1968, uma manifestação organizada pela UNE contra a ditadura, a Passeata dos Cem Mil, tomou o centro da cidade fluminense. Enquanto isso, o governo também era pressionado pelos militares da linha dura, que defendiam a intensificação das ações repressivas.

Em setembro, num ousado discurso contra o regime, o deputado opositor Márcio Moreira Alves, do MDB, convocou, na tribuna da Câmara, a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro daquele ano.

Profundamente irritados, os militares solicitaram ao Congresso licença para processar o parlamentar. Por não ter obtido a autorização, o governo decidiu fechar o Congresso Nacional. Em seguida, decretou o AI-5, dando início à fase mais dura do regime.

As forças policiais e militares passaram a ter carta branca para apreender opositores do governo sem precisar de acusação formal nem registro. A repressão policial aumentou em larga escala. Portanto, grupos que faziam oposição a tudo isso, chamados de esquerda, se voltaram para ações de guerrilha urbana.

Afastado por problemas de saúde, Costa e Silva foi substituído por uma junta militar, que governou o país durante dois meses e realizou a própria reforma constitucional, instituindo, entre outras medidas, a prisão perpétua e a pena de morte a quem praticasse ações “subversivas”. Ao fim do período, os ministros reabriram o Congresso para que os parlamentares pudessem oficializar a escolha do novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici.

Conhecido como “anos de chumbo”, o mandato de Médici (1969-1974) foi caracterizado pela multiplicação das acusações de tortura e de desaparecimento de opositores. Espalharam-se pelo país os centros de tortura do regime, ligados ao Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

A guerrilha urbana perdeu terreno nas capitais e tentou firmar-se no interior, como no Araguaia, mas acabou enfraquecida e derrotada. Os dirigentes de esquerda Carlos Marighella e Carlos Lamarca foram mortos nessa época. Enquanto isso, o regime apelava ao ufanismo, tentando criar a imagem do “Brasil Grande”, com projetos megalomânicos, como a Rodovia Transamazônica e *slogans* do tipo “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Como trunfo, o governo alardeava o vigor da economia.

De fato, entre 1969 e 1973, o Brasil viveu o milagre econômico, crescendo em média 11,1% ao ano. Tal pujança se deveu, entre outros fatores, a uma política de investimentos no setor financeiro, a subsídios e incentivos fiscais para a indústria e a agricultura, à imposição de um arrocho salarial, ao apoio às exportações e a intensos empréstimos no exterior.

A euforia começou a se transformar em decepção com a eclosão da crise mundial do petróleo, ocorrida em 1973, e a escalada das taxas dos juros internacionais. Uma das consequências da política governamental, por exemplo, foi o salto vertiginoso da dívida externa no período, que passou de 3,5 bilhões para 17 bilhões de dólares.

O general Ernesto Geisel, o presidente seguinte (1974-1979), enfrentou uma série de dificuldades econômicas e políticas. Era o fim do milagre, e a oposição fortalecia-se, provocando temores na cúpula militar pela estabilidade do regime. Diante do contexto adverso, o governo decidiu iniciar o processo de liberalização controlada, e Geisel anunciou o projeto de abertura política “lenta, gradual e segura”.

Essa abertura, de fato, foi lenta e teve grandes solavancos. Apesar da diminuição das denúncias de tortura e da suspensão da censura prévia à imprensa, em outubro de 1975 o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto nas dependências do exército, em São Paulo. Segundo a versão oficial do exército, tratava-se de suicídio, mas protestos e manifestações públicas denunciavam a morte de Herzog por tortura, fato que hoje sabemos.

Um ano depois foi editada a Lei Falcão, que proibia o debate no rádio e na televisão. Mesmo assim, a oposição venceu as eleições legislativas. O MDB ampliou sua bancada de 12 para 30% no Senado. Na Câmara, o salto foi de 28 para 44%.

Em 1977, ante a iminência de nova derrota eleitoral, Geisel fechou temporariamente o Congresso e editou um conjunto de regras eleitorais conhecido como Pacote de Abril. Entre as principais mudanças, estavam a ampliação das bancadas do Norte e do Nordeste na Câmara dos Deputados – o que garantia maioria parlamentar à Arena –, o aumento do *quorum* para mudar a Constituição – de 50% dos parlamentares para mais de dois terços (medida que seria decisiva, em 1984, para a não aprovação da emenda das Diretas Já) – e a criação do senador biônico: dos três senadores de cada estado, um passava a ser escolhido diretamente pelos deputados estaduais.

Em 1977 o regime assistiu ao ressurgimento do movimento estudantil e das greves. No ABC Paulista⁷, renasceu o movimento metalúrgico, liderado pelo torneiro mecânico Luiz

⁷ Área formada pela sigla de três cidades industriais da Região Metropolitana de São Paulo. São elas: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Inácio Lula da Silva. Em 1978 Geisel enviou ao Congresso emenda constitucional que acabava com o AI-5 e restaurava o *habeas corpus*. Com isso, abriu caminho para a volta gradual da democracia.

A gestão do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) manteve o processo de abertura que culminaria na redemocratização do país. Em 1979 o presidente decretou a Lei da Anistia, que permitiu a libertação e a volta ao Brasil dos opositores do regime. Entretanto, de acordo com a mesma lei, a anistia era ampliada aos próprios militares, que não poderiam ser processados pelos crimes cometidos durante a ditadura.

No mesmo ano o pluripartidarismo foi restabelecido. Em 1980 desapareceu a figura do senador biônico, e voltaram a vigorar as eleições diretas para governador. No pleito de 1982 foram eleitos 12 governadores pelo partido alinhado ao governo e dez pelas legendas de oposição, entre eles os governantes de estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, a oposição garantiu maioria na Câmara Federal. Mas faltava ainda restabelecer a eleição direta para Presidente da República.

O sucessor de Figueiredo deveria ser escolhido pelo colégio eleitoral em novembro de 1984. Um ano antes, porém, o deputado oposicionista Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou uma emenda à Constituição que previa a volta das eleições diretas para a presidência. Ao mesmo tempo em que a emenda tramitava no Congresso, a campanha ganhava as ruas de todo o país: eram as Diretas Já, que chegaram a reunir 1,7 milhão de pessoas em São Paulo. Apesar disso, a Emenda Dante de Oliveira não obteve os dois terços necessários para sua aprovação.

O regime, contudo, estava definitivamente abalado. O PMDB, agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), ligado à ditadura, formaram a Aliança Liberal e lançaram o governador de Minas Gerais Tancredo Neves como candidato a presidente no colégio eleitoral. Em janeiro de 1985 Tancredo obteve a maioria dos votos (480), contra 180 de Paulo Maluf, do PDS. O candidato eleito, todavia, adoeceu três dias antes da posse e morreu sem assumir o cargo. A presidência foi ocupada pelo vice, José Sarney, cuja posse, em 15 de março de 1985, marcou o fim do longo regime militar no Brasil.

2.1.1 Aspectos econômicos, políticos e ideológicos

O Brasil entrou na década de 1960 em termos econômicos com um quadro de crise. Os

principais estudiosos da nossa economia são às vezes divergentes nos seus diagnósticos, não têm muito consenso sobre a sua complexa causalidade, mas todos concordam com o fato de que os seus indicadores econômicos e o próprio país passavam por uma crise econômica considerável.

O país, entre os anos 1950 e 60, apresentava índices de crescimento econômico à taxa média anual de 7,38%, inicialmente provocada pelo plano de metas que havia sido implementado por Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o intenso ingresso de capital estrangeiro no país e o forte favorecimento explícito, sobretudo das empresas norte-americanas, o que nesse processo de crescimento se deve em grande parte ao desenvolvimento da indústria pesada, cujas raízes estão no governo Getúlio Vargas.

Entretanto nem tudo era positivo ou favorável nesse período final dos anos 1950. O problema concentrava-se nas áreas interligadas do comércio exterior e das finanças públicas do governo, pois os gastos para manter o programa de industrialização que se iniciara logo após a Segunda Guerra Mundial, que foi prolongado a princípio pelo processo de importação de maquinário para os setores da indústria pesada e que atingiu o seu auge em 1956-1961, e a construção de Brasília resultaram em crescentes déficits do orçamento fiscal. Ou seja, gastava-se mais do que se arrecadava. Assim, os gastos ficaram em menos de 1% do produto interno bruto (PIB) em 1954, em 2% entre os anos de 1955 e 1956 e foram a 4% em 1957; ou seja, quadruplicaram (FAUSTO, 2013, p. 368).

Em 1957, na balança de pagamento, entre o que se comprava (importação) e o que se vendia (exportação) houve deterioração acentuada, recebendo cada vez menos em função da diferença cambial, chegando ao déficit de 286 milhões de dólares. Tal quadro veio acompanhado pelo avanço da inflação, que em 1959 chegou a 39,5%, com os gastos mais excessivos à construção de Brasília e para atender aos aumentos salariais de setores do funcionalismo, aprovados pelo Congresso (FAUSTO, 2013, p. 368).

Em 1960 predominava no país a população rural (53,7%) e nenhuma grande cidade, exceto São Paulo ou Rio de Janeiro, tinha mais de um milhão de habitantes. Na época os transportes e as comunicações utilizavam muito a rede ferroviária (então 38.287 km), porém as rodovias já se expandiam rapidamente; eram 24 mil km, dos quais 10 mil km eram pavimentados. A força de trabalho ocupava 53,97% das atividades da agropecuária, 17,61% da indústria, 6,57% do comércio, 4,60% de transportes e comunicação, 4,60% de bancos e atividades financeiras, 5,66% da administração pública e 10,69% de outros serviços (NETTO, 2014, p. 25).

Nesse crescimento (1950/1960) operavam-se efeitos desiguais no país em termos de concentração de renda. Na Região Sudeste, compreendendo principalmente o eixo entre Rio de Janeiro e São Paulo, ficava a maior concentração de renda na época. Para se ter ideia, ao comparar a região em relação às outras do país, o indicador de renda do Nordeste, por exemplo, representava 28% da renda de São Paulo. Ou seja, havia desequilíbrios regionais severos.

A situação não era diferente no que se refere à renda nacional dos trabalhadores: 40% dos trabalhadores mais pobres só se apropriavam de 15% dessa mesma renda nacional. E a participação decrescia a cada ano. O índice de Gini, que é um dos mais importantes dados para a mensuração das condições de renda das populações, que varia de 0 (distribuição igualitária) a 1 (máxima desigualdade), estava em 0,497 em 1960, conforme Netto (2014).

Nesse cenário, 12,5 milhões de eleitores compareceram às urnas em 3 de outubro de 1960, para eleger o Presidente da República. Nos anos seguintes, mesmo após a renúncia de Quadros, ou seja, já no governo de João Goulart, houve inflexão para baixo no crescimento econômico do PIB, contra aquelas taxas anuais médias de 7,38% no fim da década de 50 e que em 1961 atingiu 10,3%, mas logo em seguida, em 1962, despencou, caindo para a metade (5,3%). Em 1963 viu-se o menor registro de crescimento, 1,5%, e em 1964, o medíocre 2,9%.

Após o investimento realizado na segunda metade dos anos 1950 e o efetivo crescimento causado principalmente no governo Kubitschek, em função da expansão ou ampliação do mercado interno, como estímulos fortes à indústria nacional e grandes investimentos estatais na infraestrutura, nos setores de energia, transportes e na produção de insumos básicos para a siderurgia, foi inevitável a redução do crescimento econômico no país.

De acordo com Netto (2014, p. 41), “configurou-se claramente uma articulação econômica assentada numa espécie de tripé: o Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional – o segmento mais débil do tripé”. Com isso, ocasionou-se a retração substancial da inversão privada, e tudo sugere que houve superestimação à elasticidade do mercado interno.

O autor dá-nos como exemplo a indústria automobilística, que na entrada dos anos 1960 registrava capacidade ociosa da ordem de 50%. Essa crise derivava da dinâmica interna endógena da própria economia; não era uma simples crise cíclica, que é própria do sistema capitalista, e sim uma crise que exigiria a reestruturação geral dos mecanismos das instituições necessários a um novo padrão de acumulação. Em termos mais diretos, ainda segundo Netto (2014), o equacionamento da crise colocava em questão as instituições políticas e sociais da sociedade brasileira. Os problemas não se resolveriam no plano

econômico, mas com transformações políticas. Esse era o horizonte de Jango após a renúncia de Jânio.

Assim, no campo político, para equacionar a crise e garantir a soberania nacional, sob a ótica nacionalista, o presidente Jango lançou as “reformas de base”, que em primeiro momento buscava a reforma agrária, quebrando a dinâmica que se perpetuou por muitos anos no país, o monopólio das terras, a famosa oligarquia da terra, aumentando e barateando a oferta alimentar e, assim, travando o êxodo rural.

Seguiu-se com as reformas tributária e fiscal, que asseguravam a racionalização das principais fontes do fundo público, e em conjunto com a chamada reforma bancária, a qual criava um sistema de crédito capaz de subsidiar o processo da industrialização pesada, compatível com a necessidade do mercado interno. A reforma urbana buscava regularizar socialmente o uso do solo das cidades. Para o sucesso dessas reformas, contudo, o maior problema do governo reformista de Jango eram as condições essencialmente políticas.

A crise política exigiria mudanças profundas nos interesses de grupos nacionais e estrangeiros. Tais medidas, que seriam na direção nacionalista e democrática, serviriam para superar a crise. Diante de um governo com larga base político-social e com grande legitimidade, e mesmo sem comprometer o capitalismo, as reformas o conduziram a um novo patamar.

Logo, as condições políticas seriam imprescindíveis à sua implementação. As reformas tinham como base a substantiva reforma das instituições políticas, que seriam essenciais, exigindo uma nova postura na política econômica brasileira. Todavia, como sabemos, o governo Jango não conseguiu realizá-las.

Desde a solução parlamentarista de 1961, o chamado golpe branco, preço pago pelas forças democráticas para que João Goulart assumisse a presidência, essas forças vinculadas ao projeto das reformas de Jango sempre colocaram como objetivo político a recuperação dos poderes presidenciais, na forma de um plebiscito pela volta do presidencialismo ou não, que originalmente havia sido previsto para 1965.

Em função da ameaça de greve geral por parte dos trabalhadores urbanos e de alguns aliados políticos com seus referidos partidos, Jango conseguiu antecipar o plebiscito para setembro de 1962, que havia sido marcado para 6 de janeiro de 1963. Assim, nessa data, chegou-se ao fim do parlamentarismo. Com 9.457.488 de eleitores favoráveis ao presidencialismo, contra os 2.073.582 que optaram pela continuidade do regime parlamentarista, Jango restaurou o governo presidencialista, que passou a ser condição vital

para que as suas reformas de base fossem implementadas com sucesso. Dessa maneira, o presidente Jango parecia conferir ao seu governo uma nova legitimidade e larga base político-social (NETTO, 2014, p. 45).

Nessas eleições e mesmo um pouco antes dela, em setembro de 1962, houve uma dinâmica própria que afetou os três grandes partidos da época: a renovação parcial do Congresso nacional mostrou forte apoio a Jango e refletiu na intensa mobilização democrática vivida com esse golpe branco, em 1961.

Logo, o movimento operário e sindical ampliou-se muito no país, com os seus representantes pelo PTB, da mesma forma pelos comunistas, o que é demonstrado pelo número de entidades sindicais no país. Em 1960 havia 1.608 sindicatos, e no fim de 1964, 2.049, além do surgimento de organizações que foram coordenadas pela ação dos trabalhadores, como o CGT e o Pacto de Unidade e Ação (PUA). Além disso, trabalhadores do campo reorganizaram-se, pois já vinham com essa luta de décadas anteriores, e nos anos 1954/1955 os embriões foram lançados pelos comunistas para as chamadas Ligas Camponesas, que defendiam essencialmente a reforma agrária.

Expandiram-se também as participações organizadas de outros atores sociais coletivos, como os estudantes, por meio da UNE, que surgiu no fim dos anos 1930, mas que nos anos 1956-1961 desenvolveu papel mais efetivo, indo além dos limites acadêmicos. Criou-se em 1961 o Centro Popular de Cultura (CPC), um momento de renovação e de mobilização do mundo da cultura, que culminou em 1963 com o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI).

Para o horror do empresariado elitista brasileiro e dado o acentuado número de greves, não só pela causa econômica, como também política, diante da simpatia e associação do presidente Jango com a classe trabalhista, principalmente pelos movimentos sindicais, passou-se a acusar João Goulart de pretender uma república sindicalista. Foram 105 greves em 1961, 128 em 1962 e 149 em 1963, algumas de caráter nacional (NETTO, 2014, p. 46).

Diante desse cenário político-econômico com toda a sua efervescência, apresentou-se um fenômeno novo. Por muitos anos, até então não havia sido vista no país uma efetiva representação sociocultural que pudesse expressar os interesses reais das classes exploradas e de classes que pertenciam às camadas subalternas.

Vale a pena assinalar, perante o contexto aqui exposto, que tais fatores já se desenhavam antes desse período, mas foi nele que ganharam mais sentido, por um real clima de democracia que se ampliava e proporcionava um florescer associativo na sociedade civil

brasileira.

As classes trabalhadoras mobilizavam-se por vários motivos, mas as reformas de base, promovidas pelo governo, são os mais significativos. Nesse plano da sociedade, houve avanço nos movimentos sociais e o surgimento de novos atores, que até então estavam esquecidos, verdadeiros órfãos da política populista e que começaram a se mobilizar nas grandes mudanças estruturais do período entre 1950 e 1964.

De outro lado, diversas associações de classes dominantes contrárias ao governo João Goulart estavam empenhadas em desestabilizar e derrubar o seu governo. Os representantes do capital opunham-se às reformas de base e representavam a elite da sociedade civil brasileira. Nessa frente contrária, estavam grupos militares, partidos políticos conservadores, setores da Igreja Católica, grandes empresários e os principais órgãos da imprensa, como o jornal *O Globo*.

O Globo associou-se ao *Jornal do Brasil* e aos *Diários Associados*, para baterem o bumbo contra o governo de João Goulart. Atuaram de forma intensa e criaram uma campanha contra o governo e também contra as entidades de esquerda do país e as suas ideologias.

Criou-se a Rede da Democracia, que se articulou e organizou uma cadeia de radiodifusão de audiência nacional que, integrada aos maiores jornais do país, se mostrou muito eficaz na ampla cruzada política e ideológica contra o governo. O objetivo claro era principalmente assustar a classe média brasileira como um todo, de modo que ela se colocasse favoravelmente ao golpe de Estado de 1964.

Destaco um dos editoriais do jornal *O Globo* da virada de 31 de março para 1.º de abril de 1964, que faz parte do *corpus* deste trabalho, comemorando o fato de os militares terem derrubado João Goulart e citando a irresponsabilidade do seu governo:

Graças à decisão e heroísmo das Forças Armadas [...], o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo a rumos contrários à sua vocação e tradições. [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares (O GLOBO, 31 mar. 1964).

O jornal *O Globo* manteve a mesma postura por vários dias após o golpe. Nos editoriais que se seguiram após o dia 31 de março, continuou os seus elogios, mantendo o apelo a uma forte gratidão e exaltando os militares pela coragem de tal feito, visto que eles garantiram a democracia e o futuro das crianças e dos jovens do Brasil, que agora estavam salvos e seguros da bagunça sem fim que se instalara no governo irresponsável de Jango.

Dessa forma, o jornal *O Globo* favorecia e legitimava a ideologia do regime militar

ditatorial brasileiro. A TV Globo, também como o mais eficaz instrumento de hegemonia, não por acaso, mas sim de maneira organizada, premeditada e estratégica, surgiu em 1965 como sinônimo de televisão brasileira. Adquirindo a estrutura de rede nacional, com fartos recursos estrangeiros, que já vinham obtendo proeminência na economia brasileira, e alinhada com a ditadura militar e em nome da integração nacional do país, a rede televisiva recebeu uma série de investimentos favorecendo a sua expansão e capacitando-a em poucos anos como o maior grupo de mídia do país e um dos maiores do mundo.

Nessa relação, devem-se conhecer as ligações entre a Globo e a empresa norte-americana Time-Life, importante editora de revistas que tinha alguns canais de televisão na América do Norte.

Tendo como referência a concepção de ideologia adotada por Gramsci que está ligada em parte às descobertas de Marx sobre a unificação da supraestrutura em torno de valores históricos do conhecimento e da cultura, o teórico mostra-nos um conceito ampliado de Estado. O Estado, além do sentido estrito da concepção marxista clássica, é também responsável pelo conteúdo ético que ocorre nas relações de direção político-ideológica, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – mídia, escola, igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais – que legitima ou contesta a dominação (COUTINHO, 1992).

Segundo Gramsci (1999), na esfera em que atuam os intelectuais na construção e difusão da visão de mundo dos grupos que representam as classes hegemônicas, eles criam em relação à massa da população o nível cultural e moral “que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas” (GRAMSCI, 1999, p. 284). E as camadas subalternas elaboram “o seu modo de conceber o mundo e a vida em contraste com a sociedade oficial” (GRAMSCI, 2002a, p. 181).

Assim, a mídia hoje protege fortemente esse aparelho de Estado. No entanto existe a necessidade de se repensar tal poder, propiciando, nas palavras de Gramsci (1999, p. 79), “o espírito de cisão, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica”. Logo, deixaremos de ser induzidos a pensar uma narrativa viciada e massificada que nos faz cair em uma espiral de concordâncias acríticas, além de não sermos mais tratados como gado, num efeito manada, como massa de manobra.

Desde muito antes de 1964, faz-se preciso que essas grandes massas de manobra se descolem de ideologias tradicionais, criadas por grandes aparelhos hegemônicos da mídia, como o nosso *corpus* da pesquisa, se superem pelos efeitos do capitalismo e organizem uma

nova cultura, em um novo olhar.

2.1.2 Aspectos comunicacionais

Não são poucas as contribuições de Gramsci para a área das ciências sociais. Sempre houve um lado muito fértil e produtivo do autor nas várias áreas do pensamento social. Ele estabelece um rico diálogo nas teorias políticas, sociológicas, filosóficas, antropológicas, pedagógicas e em muitos outros campos do conhecimento (COUTINHO, 2014).

A despeito da temática muito ampla do pensamento social, sempre estiveram presentes em Gramsci questões de cultura e comunicação como uma instância de luta política, porque para o filósofo tudo é política e ele sempre tentou buscar o “espírito de cisão”, a chamada “contra-hegemonia”, na forma de uma renovação cultural e comunicacional que rompe com o sistema simbólico dominante e ao mesmo tempo cria e reelabora os signos da tradição de um sentido contrário ao das classes dominantes (COUTINHO, 2014).

Em 1964 existia no Brasil uma relação oposta a essa ideologia. Tinha-se um sistema simbólico dominante, na integração entre Estado e monopólio das comunicações, que se acentuou após o golpe de 1964, mas isso é algo que já havia começado a se desenvolver a partir da segunda metade dos anos 1950, como consequência da abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Data dessa época, por exemplo, o esforço hegemônico por parte dos empresários dos meios de comunicação para regulamentar as telecomunicações e a própria radiodifusão no país.

Ocorreu sob o ponto de vista dos interesses privados dominantes a empreitada nas telecomunicações nesse país, que se deu com o dinheiro público e de autocracia burguesa, criando-se uma rede nacional de telecomunicações que, para essa classe, foi um grande sucesso (IASI; COUTINHO, 2014).

No governo de João Goulart, esse esforço hegemônico alcançou seus objetivos plenos quando se aprovou contra a vontade de setores nacionalistas o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), e aí se definiu uma política que separou as atribuições do Estado e as da iniciativa privada.

Ao Estado coube a atribuição da implementação e operação dos serviços públicos de telecomunicação, ou seja, toda a infraestrutura pública dispendiosa. Por sua vez, para a área privada, foi reservado o direito de explorar o rádio e a televisão. Na prática, o sistema encontrou forte apoio nos governos militares:

As diretrizes estabelecidas pelo CBT para a expansão do sistema nacional de telecomunicações encontraram o respaldo no planejamento dos governos ditatoriais, que o aplicaram integralmente sem qualquer oposição antimonopolista e anti-imperialista, uma vez que o golpe de 64 quebrava as resistências políticas a esse processo de integração entre o Estado e o grande capital nos veículos de comunicação (COUTINHO, 2014, p. 30).

Afirma Sodré (*apud* COUTINHO, 2014, p. 23): “tudo isso significa, simplesmente, que o imperialismo controla a informação na área em que exerce o seu domínio”.

Esse domínio veio pela transformação social que ocorreu na história brasileira por meio do golpe de 1964, aquilo que Lênin e depois Lukács chamaram de “via prussiana” e Gramsci de “revolução passiva”. Como ressalta Coutinho (1980a, p. 57):

O progresso das forças produtivas e a modernização da estrutura social se fizeram [...] de cima para baixo, com a conservação do latifúndio, da dependência ao imperialismo, e, sobretudo, com a tentativa de marginalizar as forças populares das grandes decisões políticas nacionais.

Os governos militares deram tutela a fim de garantir as condições políticas para que o papel do capital levasse a cabo seus projetos, assegurando por duas décadas estabilidade política, ou, como hoje nós dizemos, a tal da governabilidade, mas tudo isso extremamente alinhado com os interesses da classe dominante do país.

Com a política modernizadora das telecomunicações, criou-se um sistema de comunicação via satélite (Intelsat), em 1969, que interligou todo o território nacional. O sistema, além de atender aos objetivos militares de integração e segurança nacional, fez também uma conexão entre os principais centros do capitalismo brasileiro. Isso beneficiava principalmente as empresas de radiodifusão (rádio e TV) e a indústria de equipamentos, que era normalmente estrangeira.

Essas empresas tinham a função de suprir o aparato tecnológico e a *expertise* necessária ao funcionamento do sistema. O investidor estrangeiro era favorecido pelas leis nacionais, que permitiam importar bens de equipamentos à taxa do mercado livre (instrução n.º 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc). Com isso, a ditadura favoreceu a formação de oligopólios e a desnacionalização dos meios de comunicação no Brasil, criando as condições estruturais para o livre desenvolvimento de um robusto sistema de radiodifusão.

Nesse momento, os trustes internacionais, que havia décadas controlavam a imprensa brasileira por meio das verbas publicitárias, chegaram ao consenso da aprovação do Estado autoritário: “Observou-se a substituição de uma imprensa controlada do exterior por uma

genuína imprensa estrangeira, sem mais disfarce algum” (SODRÉ, 1983, p. 437).

Ainda conforme Sodré (1983), multiplicaram-se as publicações estrangeiras editadas em português no Brasil: *Capricho*, *Manequim*, *Mickey*, *Pato Donald*, as antigas *Visão* e *Seleções (Reader's Digest)*.

Sodré (*apud* COUTINHO, 2015, p. 31) diz que os grandes jornais e revistas dos Estados Unidos, “subvencionados por poderosos consórcios dedicados à indústria de armamentos bélicos” – e o próprio governo norte-americano, que permitia que essa subvenção fosse deduzida de seu imposto de renda –, encontraram no regime ditatorial um dócil aliado: “Imperialismo, depois de dominar o mercado de coisas materiais, procura dominar o mercado da opinião e, assim, depois que se instala, instala a sua imprensa” (SODRÉ, 2009, p. 438).

Assim, no regime ditatorial, a censura da imprensa não se limitou à repressão, usou da arma da propaganda aproveitando-se do grande avanço das telecomunicações e de facilidades de crédito pessoal, que permitiram a expansão do número de televisões nas residências urbanas. Em 1960, 9,5% das residências tinham aparelhos de TV, e essa quantidade em 1970 chegou a 40%. Beneficiada pelo governo, de quem se transformou em porta-voz, a TV Globo tornou-se rede nacional. Em 1970 a ditadura impôs a censura prévia a toda imprensa escrita, rádio, TV, peças de teatro, livros, novelas, músicas e filmes. Tudo deveria ser enviado previamente aos setores de comunicação do governo para autorização ou proibição do material (FAUSTO, 2013).

A propaganda governamental foi ampliada e passou a predominar no país. Além de a TV Globo ter o controle no setor, foi criada no governo Costa e Silva, ainda que sem importância significativa, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), lembrando que o discurso publicitário sempre foi um poderoso instrumento de legitimação. Em 1969, porém, no governo Médici, acentuou-se a necessidade de mais amplitude de propósitos dessa instituição, em função da crise estudantil e de suas passeatas, que demonstravam forte descontentamento com a política governamental. Portanto, esse órgão foi revitalizado em janeiro de 1970, com a finalidade de assessorar o Presidente da República nos assuntos de comunicação social.

Ainda no governo Médici, a AERP promoveu por meio das suas peças a ideia muito conhecida de “Ninguém segura este país” e a marchinha “Pra Frente, Brasil”, que embalou a grande vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970. “Foi a época que muitos brasileiros idosos de classe média lamentavam não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equipararia ao Japão” (FAUSTO, 2013, p. 413).

2.2 A IDEOLOGIA DO GOLPE: ANÁLISE DO CORPUS

Nesse tópico serão apresentadas as descrições e as análises dos dados coletados nesse evento. As análises serão concentradas nas efetivas peças (editoriais) do jornal *O Globo*, nos momentos que antecederam o golpe de 1.º de abril de 1964, por cerca de 30 dias antes, em 3 de março de 1964, além dos editoriais posteriores, ou seja, até 30 de abril de 1964. Coletou-se um total de 60 editoriais para análise, porém foi realizada uma seleção dos principais.

Todo o material que reúne a investigação, na sua forma jornalística, como a sua pauta (escolha do tema ou assunto), apuração (escolhas das informações, dados e verificação da veracidade dos fatos), sua redação (transformação dessas informações num texto) e edição (correção e revisão dos textos), nas suas narrativas, foi retirado na sua plenitude do próprio site do jornal *O Globo*. Todas as peças encontram-se na sua íntegra nos anexos do presente trabalho e estão disponíveis na página <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>.

Diante da temática apresentada neste capítulo, cria-se a necessidade de identificar os principais editoriais a serem usados com a finalidade de realizar as análises das categorias que são extraídas desse evento político e cultural da história brasileira, tendo como base a referência gramsciana.

Para Strauss e Corbin (2008, p. 114), “categorias são conceitos, derivados dos dados, que representam os fenômenos. Sendo que fenômeno ‘são idéias analíticas importantes que emergem de nossos dados’”. As categorias a seguir serviram de base à análise.

2.2.1 A lei e a ordem, progresso, anticorrupção, corrupção, espírito de patriotismo – o verde-amarelismo, antilulismo – antivermelhos

O jornal *O Globo* não pôde circular no dia 1.º de abril, porque na noite do dia 31 de março de 1964 sua sede foi invadida por soldados fuzileiros navais liderados pelo comandante Cândido da Costa Aragão, do chamado “dispositivo militar de Jango”, como se dizia na época e dito também pelo periódico. O título do seu editorial dessa data seria “A decisão da pátria”, porém, segundo o jornal, fora impedido de ser impresso pelo almirante.

No dia 2 de abril, na sua primeira página, o jornal destacou a violência contra *O Globo* realizada na noite do dia 31 de março e explicou os motivos por que *O Globo* deixara de circular no dia 1.º de abril.

Na capa do jornal *O Globo* do dia 2 de abril de 1964, estampava-se o seguinte título

em letras garrafais:

“FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA”
“EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA”

O editorial do dia 2 de abril recebeu o título “Ressurge a Democracia” (anexo Y).

“Ressurge a Democracia”, chega a ser irônico. Como podemos perceber na narrativa, fica muito evidente a preocupação com a lei, a ordem e o progresso e com o espírito de patriotismo, verde-amarelismo que se destaca nas palavras do editorial do dia 2 de abril.

No seu primeiro parágrafo, ressalta-se que os verdadeiros patriotas (favoráveis ao golpe ditatorial), em união com o heroísmo das Forças Armadas, além de salvar o país (do governo irresponsável de Goulart, que são compostos de subversores, agitadores, provocadores da desordem e indisciplina), nos ajudaram eliminando os que atentavam contra a hierarquia e disciplina.

O editorial chama a responsabilidade ao Congresso nacional, que daria o caminho (remédio) para tal solução, e reafirma que agora os direitos individuais e a liberdade seriam atingidos e que, permanecendo o governo Goulart, estaria o poder do Estado sendo usado em favor da desordem e da própria indisciplina.

Assim, poderíamos encarar desde esse dia um futuro confiante, certos de que todos os nossos problemas teriam soluções, pois o governo João Goulart vinha gerindo os negócios com má-fé, demagogia e muita insensatez. Vimos para onde esse futuro confiante se desenvolveu, em 20 anos de forte regime ditatorial...

O mais triste desse discurso midiático é que o editorial afirma que as Forças Armadas, no art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI” (O GLOBO, 2 abr. 1964), palavras que foram ignoradas pelos “patriotas”, por meio de um golpe militar.

Afirma que o governo do presidente João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina, saindo dos limites da lei e perdendo, assim, um símbolo da legalidade, sendo um adversário da democracia e da lei, em função de suas “palavras” proferidas em um jantar no Automóvel Clube aos marinheiros.

Alega também “que o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime” e que “objetivou o bem do povo e o progresso do país” (O GLOBO, 2 abr.

1964). Deposita confiança em nosso “Congresso que votará rapidamente as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social” (O GLOBO, 2 abr. 1964).

Temos aí a hegemonia de Gramsci e, como tal, ela está associada à problemática do Estado, das relações de poder, ou seja, da liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Todo o processo de hegemonia é, necessariamente, comunicacional:

Pode ser definida como a capacidade de um grupo social determinar o sentido da realidade, exercer sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. A luta pela Hegemonia – pela organização da *política* – cultura – é, nesse sentido, uma luta pela articulação de valores e significados que ocorrem para a direção político-ideológica dos indivíduos (COUTINHO, 2014, p. 41, grifo meu).

Gramsci (2002a, p. 149) busca a compreensão da linguagem como um “aspecto da luta política”. Conforme Coutinho (2014, p. 42), a linguagem “como tal deve ser compreendida como um campo de força ideológico onde entram em disputa os interesses de diferentes grupos sociais”.

Termina o editorial de forma dramática: “MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi socorrido pela providência divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor” (O GLOBO, 2 abr. 1964).

Nesse ponto o texto analisado joga com a competência de Deus, e não dos homens. Penso que se faz aqui uma analogia seguindo aquilo que Lênin e posteriormente Lukács chamaram de “vias prussianas” e que foi designado por Gramsci, ao analisar o processo de unificação italiana (*risorgimento*), de “revolução passiva”:

No Brasil, como na Itália e na Prússia (daí a expressão via prussiana), ao invés das velhas forças sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa”, a alteração social se fez (e se faz) mediante a um reformismo “pelo alto”, mantendo-se marginalizadas ou reprimidas as classes e camadas sociais de baixo (COUTINHO, 1990, p. 71).

Na capa do jornal *O Globo* do dia 3 de abril de 1964, estampava-se o seguinte título: “MAS DE 800 MIL PESSOAS NA MARCHA DA VITÓRIA”, acompanhado deste comentário: “Impressionante massa humana transformou a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade na maior manifestação democrática jamais vista no Brasil e que serviu como demonstração esplêndida do repúdio do povo ao comunismo”.

Seu editorial continha o título “A VEZ DO CONGRESSO” (anexo AA).

Mais uma vez o jornal se apresenta como porta-voz de uma verdade ideológica. Coloca-se de forma parcial e explicita suas opiniões como verdades. Ainda faz um alerta: se não fosse a intervenção não aguentaríamos mais 30 dias como nação.

O texto ressalta que o jornal vem avisando sobre o processo de comunização: “EMBORA O GLOBO e outros jornais viessem alertando a opinião pública para o aceleração do processo de comunização [...]” (O GLOBO, 3 abr. 1964). Segundo o jornal, sem a intervenção o país sofreria econômica e politicamente e não teríamos a chance de voltar a ser uma nação que respeita a democracia com ordem e busca o seu progresso. O processo de comunização nos levaria certamente “à anarquia e ao desespero, muitos, talvez, não se tivessem dado conta da gravidade da situação” (O GLOBO, 3 abr. 1964).

O jornal continua: “A VERDADE, porém, é uma só. O Brasil estava sendo destruído, para que, sobre seus escombros, viesse a erguer-se uma ditadura do tipo cubano” (O GLOBO, 3 abr. 1964). Percebe-se nesse momento que o jornal desenvolve em seu editorial uma espécie de racionalização, uma justificativa, que aos nossos olhos é sem dúvida um ato de extrema agressão à democracia, porém o jornal, não satisfeito, vai além e sugere: “MAS NINGUÉM se iluda. O simples afastamento do Sr. João Goulart não resolverá os problemas brasileiros”. E prossegue “Para que esse objetivo seja atingido é evidente que não basta o afastamento do Sr. João Goulart” (O GLOBO, 3 abr. 1964).

Sugere ao Congresso “completar, sem mais tardança, a tarefa iniciada pelos militares” (O GLOBO, 3 abr. 1964). Diz que é extremamente urgente que se anule tudo o que o senhor João Goulart fez nos dois anos de mandato. O jornal não menciona o bater do bumbo da mídia contra ele nesse período, ou a forma que ele tentou conduzir o país desde o chamado “golpe branco”, quando de uma forma muito conturbada Goulart não teve muita autonomia presidencial.

Afirma ainda o jornal, em nome do povo, pois assume o papel de ser seu porta-voz:

POIS O NOVO governo terá que fazer, em pouco tempo, aquilo que o anterior deixou de fazer em dois anos e meio de atuação insensata e nociva. Deve, inclusive, impor-se de tal maneira a todos os campos políticos e ideológicos que já não surjam obstáculos à votação das leis destinadas a melhorar as condições de vida do homem brasileiro, vítima das desigualdades sociais decorrentes do desenvolvimento desordenado (O GLOBO, 3 abr. 1964).

Segundo Konder (2002, p. 187-188),

enquanto não enxergamos a dimensão histórica de um ser, de um fenômeno, de um acontecimento, não podemos aprofundar, de fato, a compreensão que temos deles. É

o movimento histórico que passa por todas as coisas e permanentemente as modifica que as torna concretas. Nesse sentido, tinha razão o velho Hegel, quando escreveu na *Ciência da lógica* que o conceito fundamental da ontologia dialética, aquele que nos permite apreender a dinâmica do ser e do não-ser, é o conceito do *devenir*, do *vir-a-ser*, do tornar-se (em alemão: *Werden*).

O real é processual. O que existe deixa de existir; o que não existe passa a existir. Se falta a consciência dessa processualidade, o sujeito isola o que está percebendo, desliga a parte do todo, perde de vista a conexão que integra o micro ao macro, a interdependência entre o imediato e a mediação, entre o singular e o universal. Se o sujeito se abstrai do fluxo em que existe o objeto, em que se verifica o fenômeno, em que se dá o acontecimento, ele afinal se incapacita para conhecer aquilo com que se defronta. Falta-lhe possibilidade de pensar a ligação entre o ser particular que está percebendo e o seu não-ser, isto é, aquilo que ele foi (e não e mais) ou aquilo que ele ainda não é (mas vai se tornar). Sua percepção não se aprofunda, sua representação se cristaliza, fica *engessada, coagulada*. E incorre no erro a que se referia já no século XIV o poeta Petrarca: vê pouco e pensa que está vendo muito... (*poco vedete, e parvi veder molto*).

Assim, o jornal *O Globo*, na sua fala hegemônica, possui de forma tendenciosa a falta de consciência do todo, não só na dimensão histórica, como um golpe democrático, mas segue como porta-voz de toda a nação, porém na verdade se isola na parte, no seu singular elitista e não na universalidade.

Na capa do jornal *O Globo* do dia 7 de abril de 1964, estampava-se o seguinte título do editorial: “A Sorte da Democracia” (anexo AD).

O texto inicia-se dirigindo-se à “TODA A NAÇÃO”; todos estamos convencidos de que fizemos o certo. Portanto, vamos encerrar o futuro com muito otimismo, pois o desenvolvimento recomeçará, com honestidade e bons critérios. Mas, afinal, tivemos um bom futuro?

O editorial menciona:

À MEDIDA que os brasileiros vão tornando melhor o conhecimento dos perigos que ameaçavam bem perto a nossa democracia, cuja destruição estava sendo preparada pelo conluio do Governo anterior com os comunistas, maior é o sentimento de gratidão que a todos anima, relativamente às Forças Armadas, que, defendendo o regime, nos salvaram de escravidão semelhante àquela em que jaz o povo cubano (O GLOBO, 7 abr. 1964).

O trecho é impressionante, porque hoje sabemos para onde as Forças Armadas nos levaram: uma ditadura de quase 21 anos.

Sem dúvida, as Forças Armadas não desapontaram: “AQUELES que haviam desesperado, julgando que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica assistiriam, sem reagir, à comunização do País [...], confessam que estavam enganados, pois os militares não decepcionaram o Brasil”. E continua afirmando que “A SOLUÇÃO está encaminhada. Os chefes militares e os governadores, líderes da revolução, coincidem, ao que se sabe, em

indicar ao Congresso o nome do General Humberto Castelo Branco para concluir o quinquênio presidencial” (O GLOBO, 7 abr. 1964).

Então, logo após o golpe de Estado, as Forças Armadas reagiram, colocando um general na presidência que levaria ao fechamento do Congresso Nacional, cassaria os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro, e assim por diante.

Porém o mais incrível é que o jornal aponta o heroísmo das Forças Armadas como solução para a segurança do país. Vejamos o que diz Dantas (2014, p. 40):

Nesse momento decisivo, os setores hegemônicos da burguesia nacional, o imperialismo e as Forças Armadas, com o apoio do latifúndio, da pequena burguesia e de parte importante das classes médias urbanas, esmagam o movimento pela força das armas, assegurando que as modalidades do exercício do poder estatal fossem de fato realinhadas com a natureza despótica do regime de acumulação.

Permanecem representadas nesse editorial essas forças hegemônicas.

O editorial de 8 de abril de 1964 recebeu o título “A VITÓRIA DO BRASIL TRAÍDO” (anexo AE).

Claramente o jornal faz, de forma hegemônica, uma correlação ao comunismo e/ou socialismo desenvolvidos em outros países como sendo a futura realidade brasileira, caso não houvesse o golpe de Estado ou, como diz o jornal, intervenção.

O editorial cita que o golpe foi uma vitória democrática: “DEPOIS da vitória democrática, afirmou-se que, com essa vitória, o Brasil derrotara a União Soviética e o comunismo internacional” (O GLOBO, 8 abr. 1964).

Assim, pelo golpe, o Brasil conseguiu derrotar esses países e, ao mesmo tempo, as forças internas que implantariam uma “ditadura comunista” por meio de “ideologias comunistas” originárias do Kremlin: “Derrotou-os no terreno e na hora por eles escolhidos, justamente quando se aprestavam a implantar a ditadura comunista e a converter o nosso imenso território numa plataforma operacional para a bolchevização do hemisfério” (O GLOBO, 8 abr. 1964). Agora, ironicamente, implementamos uma ditadura militar brasileira, típica do nosso próprio hemisfério.

Discorre sobre a visita de Luís Carlos Prestes a Moscou e depois a legalização do Partido Comunista no Brasil. Faz um jogo de palavras do que possivelmente Prestes teria dito ou não no Kremlin. O jornal alega ter “provas” de que essa fala poderia afetar a todos nós, brasileiros, de maneira negativa, como uma traição:

HOJE, se discute, com base em provas irrefutáveis da escandalosa ingerência do comunismo internacional, se for mais determinante a influência soviética, ou a cubana, ou a chinesa. A verdade é que tôdas elas foram importantes e determinantes na medida em que podiam contar com a cumplicidade dos principais órgãos da administração federal e com a traição dos maus brasileiros (O GLOBO, 8 abr. 1964).

O editorial classifica o senhor Luís Carlos Prestes e o partido de “máquina de subversão” e o coloca como responsável direto pelas greves, as ilegalidades e provocações.

Portanto, segundo o editorial, justifica-se o golpe, pois “multiplicaram-se os pronunciamentos subversivos, e a pressão sobre a imprensa escrita e falada passou a ser tão brutal que evidenciou o propósito e a pressa de esmagá-las de que estavam possuídos os governantes e os líderes bolchevistas” (O GLOBO, 8 abr. 1964). De forma dramática, como descrevendo um paciente em estado delicadíssimo em um centro de tratamento intensivo (CTI), dispara: “SIM, o Brasil sobreviveu. O Brasil respira” (O GLOBO, 8 abr. 1964).

O editorial exalta a lei e ordem que foram impostas ao país em função do golpe, graças inicialmente aos soldados (Forças Armadas), e depois segue a lista de destaques, como operários, estudantes, trabalhadores. O estranho é que os operários, estudantes e trabalhadores do campo eram simpatizantes do presidente golpeado. Irônico!

O editorial está perfeitamente alinhado com o jornal em seu discurso hegemônico, declaradamente escrito, como segue:

O Brasil está prodigiosamente livre e vivo. O Brasil está mais do que nunca decidido a repor em ordem a sala, a reconquistar o respeito do mundo e a retomar, no mundo, o lugar a que tem direito. E se o Brasil está ainda tão vivo e livre assim, e possuído dessa intrépida vontade de reerguimento e recuperação, êle o deve aos seus soldados e aos seus operários, aos seus estudantes e aos seus trabalhadores, aos homens e às mulheres, a todos os seus filhos sem distinção de classe, de condição e de côr. O QUE houve, de fato, foi, de um lado, um Brasil traído e, do outro, o Brasil da traição (O GLOBO, 8 abr. 1964).

O editorial relata que existe um lado de traição (mentira, dos malfeitores) e que os trabalhadores, homens e mulheres souberam resistir à sedução da mentira, o chamado “engodo, da mistificação”.

Segundo o jornal, há um detalhamento do Brasil “traído, humilhado, ofendido” e o Brasil dos verdadeiros trabalhadores, operários e dos verdadeiros homens do campo, que resistiram heroicamente à corrupção e provocações e provações que foram impostas nos últimos anos no Brasil.

Percebe-se nitidamente o discurso hegemônico desse jornal. Há uma apropriação e distorção dos fatos, sendo esse um procedimento típico da ideologia burguesa.

Roland Barthes (1980 *apud* COUTINHO, 2014, p. 46) discorre sobre a fala roubada: “uma fala roubada é ressignificada na perspectiva ideológica dominante, uma fala apropriada por uma outra fala, um sistema semiológico assimilado por um outro sistema semiológico”.

O editorial do dia 9 de abril de 1964 segue a mesma linha do texto do dia anterior, usando um discurso hegemônico sob o título “O Exemplo Dos Trabalhadores” (anexo AF).

O jornal indica que o golpe foi benéfico para a nação, um “espetáculo que a nação realizou”. Portanto, há uma chancelaria do jornal em “recomendar” e aprovar esse ato, ou seja, apoiou firmemente o golpe de 1964.

Continua o jornal. Todos os setores do país têm esperança de reconstrução que até então não havia, porque no último governo só houve “agruras econômicas e financeiras que eram tão difíceis de superar” (O GLOBO, 9 abr. 1964).

Acusa o governo golpeado de incompetente e responsável pela situação que levou ao golpe. Justifica-se, assim, o motivo da intervenção, como segue:

DEPOIS DE DOIS ANOS e meio do último Governo, em que melhorou a sorte das classes assalariadas? Em coisa alguma. Inflação, que é a maior inimiga de quantos vivem de salários, atingiu os mais absurdos índices, sem que as autoridades destituídas se revelassem capazes de contê-la. Limitaram-se a elevar continuamente os níveis do salário-mínimo, o que já não engana os trabalhadores, que sabem ser essa uma medida de efeitos contraproducentes, pois em lugar de deter a alta do custo de vida ainda mais a agrava (O GLOBO, 9 abr. 1964).

Mediante a intervenção, “ninguém tem dúvida de que afinal elas [agruras econômicas e financeiras] serão equacionadas segundo o interesse nacional e tratadas com acerto e equilíbrio” (O GLOBO, 9 abr. 1964). A pergunta a se fazer aqui é: Por quem foram tratadas? Foram resolvidas de fato? A história nos mostrou que não.

Dentro de um discurso hegemônico, o jornal apresenta soluções na sua visão ideológica para restabelecer a economia: “[...] o aumento da produção e a diminuição das despesas públicas, que devem ser reduzidas ao essencial. Nem uma coisa nem outra havia aqui [no governo golpeado]” (O GLOBO, 9 abr. 1964).

O editorial destaca o velho discurso do capitalismo: “AS FORÇAS DA PRODUÇÃO eram abaladas diariamente pelas notícias a respeito dos propósitos estatizantes do Governo e feridas pelas greves que o próprio Governo patrocinava” (O GLOBO, 9 abr. 1964).

Percebe-se novamente o discurso hegemônico representado pela classe dominante que se apropria dessas relações. Usa uma linguagem que cria uma imagem que é só sua, do jornal. Tal linguagem é reificada. Na verdade na técnica não se apagam as informações, mas elas são

deformadas conforme o seu interesse (objeto) (COUTINHO, 2014, p. 48).

Vejamos agora o editorial do dia 10 de abril de 1964 (anexo AG).

Nesse momento, o jornal *oficializa* o golpe com o seguinte título: “O Nôvo Presidente”. Sugere a colocação de um novo presidente, pois afinal já foram “decorridos dez dias”, então está na hora de o Congresso nomear alguém. Isso, segundo o jornal, é um anseio da nação. Será? Conforme a reflexão deste trabalho, seria a “fala roubada”, de Roland Barthes.

Além disso, o jornal chama esse evento de “revolução”: “ASSIM, aos dez dias de vitoriosa, já poderá a Revolução oferecer ao País um Governo formado segundo os ideais que a inspiraram” (O GLOBO, 10 abr. 1964). O governo deve ser indicado pelos seus principais “líderes civis do movimento revolucionário”, mas “o nome [do presidente] deverá ser dos seus principais chefes militares” (O GLOBO, 10 abr. 1964).

Bem, o jornal, em um furo de reportagem, apontava tal homem; como podemos perceber na sequência do editorial, parece que a escolha não foi difícil:

[...] não somente pelo impulso patriótico que vem animando os Chefes dos Executivos Estaduais, mas em face das excelsas qualidades do indicado, o General Humberto Castelo Branco. Que nós mesmos, antes da decisão dos Governadores, já aprontávamos, em editorial, como o paradigma do militar à altura de ocupar a Suprema Magistratura (O GLOBO, 10 abr. 1964).

O jornal diz que está cumprindo com o “dever de opinar”, com toda a lealdade e sinceridade possível nesse processo democrático, e afirma que o “Congresso deve eleger amanhã aquele grande brasileiro, que pelas invulgares qualidades, excepcional cultura e papel desempenhado na preparação do movimento revolucionário se impôs como o candidato natural dos chefes civis da jornada democrática”.

Além do general Castelo Branco, houve mais duas indicações – Marechal Dutra e o General Kruel –, tidos, segundo o editorial, como “homens da Revolução”.

O editorial manifesta:

TEMOS A CERTEZA de que na Presidência da República, o General Humberto de Alencar Castelo Branco reafirmará o seu conceito de verdadeiro patriota, que sempre soube usar sua inteligência poderosa, seu prestígio entre os companheiros, a robusta cultura acumulada em toda a vida, em favor dos ideais da Nação (O GLOBO, 10 abr. 1964).

E o Congresso elegeu o general Humberto Castelo Branco presidente da República. Ele era um militar da vertente moderada das Forças Armadas, próximo à política dos Estados

Unidos. Realizou um governo que teve por base de apoio a parcela mais conservadora da sociedade e grande parte da classe média.

Após assumir a presidência em 9 de abril de 1964, ele promulgou o AI n.º 1 do governo militar, que possibilitava ao poder executivo cassar mandatos eleitos, suspender direitos políticos e declarar o estado de sítio.

Em 27 de outubro de 1965, criou o Ato Institucional n.º 2, que dissolveu os partidos políticos existentes. Desse modo, passou a vigorar no país o bipartidarismo: o partido governista era a chamada Aliança Renovadora Nacional (Arena), e a oposição era representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O Ato Institucional n.º 3, instaurado em 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu eleições indiretas para os cargos de governadores estaduais e presidente da República.

Na visão deste trabalho, mais uma vez trata-se de um editorial com valores ideológicos, hegemônicos. O golpe passou muito longe de uma revolução dos “chefes civis da jornada democrática”.

O governo de Castelo Branco tornou-se impopular por conta das medidas econômicas anti-inflacionárias, para garantir o pagamento de dívidas no exterior, e por causa das medidas repressivas que atingiram até mesmo políticos apoiadores do golpe militar.

Percebe-se que o jornal estava preocupado com a permanência do governo de João Goulart e com as suas reformas de base, que em última análise eram propostas voltadas à reestruturação de uma série de setores econômicos e sociais.

Nas reformas de base continham iniciativas que visavam a alterações bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias. Para completar, almejava-se oferecer o direito de voto para analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas. As medidas causariam uma participação maior do Estado em questões econômicas, regulando o investimento estrangeiro no país.

Entre as mudanças pretendidas pelo projeto de reforma apresentado, estava em primeiro lugar, liderando os debates sobre o processo, a reforma agrária. O objetivo era reduzir os combates por terras e possibilitar que milhares de trabalhadores tivessem acesso às terras.

Diante do exposto, isso não seria de interesse d'*O Globo*, que representava (e representa) a classe economicamente dominante. Percebe-se novamente o discurso hegemônico da classe dominante.

Na capa do jornal do dia 11 de abril de 1964, estampava-se o seguinte título de editorial: “A REVOLUÇÃO CONSOLIDADA” (anexo AH).

Esse editorial estabelece uma continuidade do editorial anterior. Pretendia-se fixar uma ideia, fazer com que as pessoas percebessem uma realidade e, em um movimento seguinte, se posicionassem da mesma forma sobre essa mesma realidade.

Temos aqui novamente a retórica do discurso hegemônico. Frederico (2014, p. 49) afirma:

No golpe de 1964, coube inicialmente aos vencedores impor sua versão dos fatos. O escritor Érico Veríssimo, cunhando a expressão “operação borracha”, resumiu magnificamente o intento de apagar a memória da rica experiência vivida pelo país no pré-64. A “bagunça”, “anarquia”, subversão e “corrupção” haviam sido enfim superadas com a nova ordem e a autoridade recém-instauradas. A repressão associada à campanha ideológica calou os vencidos.

Sob a mesma analogia, e para dar um ar legalidade, o editorial traz:

NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO e do Ato Institucional o Congresso elege hoje os novos Presidente e Vice-presidente da República. Atinge, portanto, a Revolução a fase final de sua organização, com vistas à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral que se propõe realizar em bem do País (O GLOBO, 11 abr. 1964).

O jornal prossegue dizendo que, enfim superadas as “bagunças, anarquias e corrupções”, estão voltando a lei e a ordem. Segundo o editorial,

TODOS OS BRASILEIROS vêem, com esperança e desafôgo, chegar à Suprema Magistratura a figura eminente do General Humberto Castelo Branco, que reúne tôdas as qualidades necessárias para desempenhar as funções presidenciais nesta hora difícil da vida nacional (O GLOBO, 11 abr. 1964).

Como frutos dessa nova ordem, teremos uma economia que aniquilará todos os atos “de pura insensatez que foram o forte Govêrno deposto, atravessando uma série de crise financeira, vendo seu povo passar as maiores privações pela alta incessante dos preços” (O GLOBO, 11 abr. 1964).

De acordo com o editorial, “URGIA A LIMPEZA”. Assim, alinhado com o seu discurso hegemônico, o novo governo, em sua tarefa regeneradora, tem como ação efetiva “limpar”, “ser asséptico”, sofrer uma assepsia ideológica, alinhado no seu pensamento ideológico, assim evita o que de mais grave possa surgir, como segue:

TRATA-SE evidentemente, de uma medida de exceção, que para certos espíritos carregados de um liberalismo *à outrance* aparecerá como um atentado às liberdades públicas. Queremos chamar a atenção dos que assim pensarem, para o fato de que o movimento nacional também é de exceção, pedindo, em consequência, remédios drásticos e extraordinários (O GLOBO, 11 abr. 1964).

Ressalta-se que “dos [os] que assim pensam” são os que buscam o interesse do imperialismo, da burguesia nacional, sua elite. Para tanto, o jornal fala a seu eleitor, a sua classe, com a sua ideologia.

Em 13 de abril de 1964 veiculou-se o editorial com o título “SEM PAUSAS E SEM PARÊNTESES” (anexo AI).

O texto faz críticas ao “agitador gaúcho, indisciplinado, estimulador de greves políticas, o senhor Sr. Leonel Brizzola” e o chama de “ex-deputado, atualmente foragido” (O GLOBO, 13 abr. 1964).

Afirma que o Sr. Brizzola queria impor ao país a “cizânia e a indisciplina”, de uma forma pacífica, de uma maneira “sem sangue”. Confessa que em parte o gaúcho tem razão, “realmente ele e seus seguidores desejaram fazer sem gangue a revolução comunista”, mas “não o fariam na forma da lei”, porque justamente “quiseram agir contra a Constituição e as leis” (O GLOBO, 13 abr. 1964).

O jornal assegura que as Forças Armadas, sim, agiram de maneira legal: “o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, unidos, fizeram a Revolução Democrática, esta, sim, sem sangue e ‘dentro da lei’, graças ao imediato apoio que recebeu de toda a Nação” (O GLOBO, 13 abr. 1964).

O discurso do jornal persiste na sua mesma forma retórica. No texto não há fontes plurais de informação, há um forte protagonismo, por utilizar sempre o mesmo recurso. Sempre seguindo os interesses da classe dominante. Sempre!

O jornal não muda os personagens e a sua temática. Percebem-se movimentos bem coordenados em relação ao conjunto dos editoriais, como acontece atualmente nas séries televisivas, em que um assunto começa num dia e se prolonga por vários capítulos e o que aconteceu num capítulo acaba influenciando em outro, porém sempre com a mesma ideologia.

Como exemplo claro, o jornal inverteu a ordem: para ele, o presidente que sofreu o golpe é um golpista e os golpistas são os heróis.

Trata o presidente golpeado como “foragido” que está em algum “esconderijo”, e o seu cunhado, o Sr. Brizzola (cúmplice), cometeu um erro em defendê-lo e errou mais ainda em “continuar lutando por isso”. Tal ato é da maior gravidade e atenta “contra a ordem e as

instituições do nosso país”.

Na trama no discurso do jornal, por meio de seus editoriais, há uma ordem própria a ser demonstrada chamada por Netto (2014, p. 86) de “cultura do impresso”, que identifica em larga medida a cultura do dinheiro, a qual é marcada profundamente pela coisificação da consciência dos homens.

O autor revela que o fenômeno foi identificado pelo húngaro György Lukács, que o nomeou de “reificação”, que nos remete a um problema estrutural da sociedade capitalista, o problema do carácter fetichista da mercadoria. Escreve Netto (2014, p. 87):

A forma mercantil imprime sua estrutura reificada a todas as formas de objetividade, mascarando o carácter histórico da vida social, transformando o homem em elemento passivo, espectador de suas próprias faculdades objetificadas e coisificadas. O fenômeno geral que resulta em demagogias e palavrório na esfera política, em normas burocráticas na esfera jurídica e em fórmulas artísticas na indústria cultural, invade todas as esferas da existência do homem, penetrando até as raízes de sua vida pessoal.

Nesse aspecto, o jornal *O Globo* representa essa “sociedade capitalista dominante” usando o conteúdo do “fetichismo na imprensa”, que não se limita ao jornalista enquanto produtor de conteúdo, mas inclui o leitor (classe), o consumidor do jornal.

Netto (2014, p. 88) menciona, parafraseando Adorno:

Os consumidores de jornais não percebem que o prestígio, o poder, a influência de uma folha refletem, de alguma maneira, aquilo que se paga no mercado por ela. O consumidor participa da criação desse poder, que ele coisifica e aceita como critério objetivo, porém, sem se reconhecer nele.

Sob o título “As Bases da Reconstrução”, o editorial do dia 15 de abril de 1964 (anexo AK) cita o discurso de Ranieri Mazzilli, que na ocasião era o presidente do Brasil.

Ranieri Mazzilli elegeu-se deputado pela primeira vez em 1950, pelo PSD. O partido fez parte da coalizão que governou o país nos mandatos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubistchek e do próprio Jango.

Com o acirramento da tensão política, os principais nomes do PSD se somaram à UDN e passaram a fazer oposição ferrenha ao presidente. Foi o caso de Mazzilli, que ocupou a Presidência da Câmara entre 1958 e 1965.

Como Presidente da Câmara, nesse período chegou a ser presidente do Brasil em dois momentos. O primeiro ocorreu em virtude da renúncia do presidente Jânio Quadros; o vice (João Goulart), que deveria assumir, estava em viagem oficial à China.

Percebe-se como a renúncia de Quadros acirrou as desconfianças dos militares e da

elite empresarial. Assim, destacamos que, sem condições políticas de assumir o governo (golpe branco), Jango teve de se submeter à solução parlamentarista.

No decorrer dos editoriais observamos que em 2 de abril de 1964 Mazzilli voltou à Presidência da República, logo em seguida ao golpe. O breve mandato durou pouco mais de 10 dias, como descreve o editorial. Na verdade, não passou de um arranjo ardiloso das forças golpistas, já que o poder de fato já era exercido pelo “Comando Supremo da Revolução”, formado pelos três comandantes das Forças Armadas.

Como presidente da Câmara, Mazzilli aceitou o Ato Institucional n.º 1, imposto por Castelo Branco, que convocou eleições indiretas para a Presidência da República e a cassação de parlamentares favoráveis a Jango, chamados de janguistas.

O editorial do dia 15 de abril menciona o pronunciamento de Mazzilli e faz elogios a sua pessoa e ao seu discurso de despedida na passagem da presidência. O jornal acredita que seu “mandato” foi bom, principalmente por ele ter destacado o fato “das dificuldades” que a nação terá na tarefa de “reconstrução” e “saneamento” do país.

Segundo o texto, a administração de Castelo Branco será de maior rigor e energia, a fim de que o país supere a desordem financeira e política.

Na sequência vem o discurso ideológico diretamente aos leitores do jornal:

UMA COISA ninguém poderá dizer, menos ainda os leitores de O GLOBO: que houve falta de aviso sobre o que aguardava o Brasil, em face da maneira como o conduziam as passadas administrações. Há anos que vimos, sem esmorecimento, denunciando os crimes cometidos pelos governos contra as finanças públicas e apontando as causas dos déficits sempre maiores, assim como os remédios indispensáveis para o seu combate. Para não perderem as simpatias das massas, que enganavam com aumentos nominais de salários, para não terem que breçar o empreguismo em que alicerçavam a sua política eleitoreira e demagógica, para não terem que falar ao povo com franqueza e realismo, pedindo-lhe sacrifícios em lugar de oferecer-lhes as aparentes benesses, os governos anteriores nos deixaram na atual situação. Mas o diagnóstico está feito e a terapêutica é conhecida (O GLOBO, 15 abr. 1964).

Mais uma vez destaco o carácter fetichista do jornal, que expressa de forma burguesa a ideologia que constrói e veicula o seu discurso, como sendo natural, verdadeiro, necessário e para todos os brasileiros, quando de fato estamos longe dessas verdades. De acordo com Netto (2014, p. 88), “cristalizando em representações as relações materiais reificadas”, a grande imprensa trata as ideias particulares da classe dominante “– as ideias da dominação – como naturais, necessárias, universalmente válidas”. O autor continua: “a naturalidade” – e o “poder” dessas ideias provêm do fato de que elas confirmam para os indivíduos as “inversões práticas” que “eles vivenciam em suas relações sociais” (NETTO, 2014, p. 88).

“O Discurso Que a Nação Esperava” foi o título do editorial do dia 16 de abril de 1964 (anexo AL).

No texto destaca-se o comentário do discurso de posse do então presidente Marechal Humberto Castelo Branco. O editorial realça que toda a nação acompanhou Castelo Branco na sua “legítima posse”, “completando-se, assim, a fase institucionalizadora da Revolução Democrática” (O GLOBO, 16 abr. 1964).

Todos ficaram emocionados e orgulhosos ao ouvir a oração pronunciada pelo chefe do Estado no Congresso Nacional; com muita serenidade e clareza nas suas palavras permitiram ao nosso povo reencontrar as melhores tradições da vida pública. Voltam a existir as melhores práticas na sociedade, que haviam sido “conspurcadas”. Essa mancha na história brasileira foi ocasionada pelos “demagogos”, “despreparados a até desclassificados”, os chamados janguistas e os seus simpatizantes.

MAS O DISCURSO do presidente Castelo Branco não foi, nem por sombra, uma peça fria e formal. Foi, sobretudo, a firme manifestação de propósitos de um homem perfeitamente cômico das gravíssimas responsabilidades que a partir daquele ato lhe pesavam sobre os ombros. Foi a clara demonstração de que o eminente militar, que ali prestava o juramento constitucional, tinha a compreensão nítida da árdua missão a que fora chamado.

VOLTOU O BRASIL a ouvir falar na preservação de sua unidade, na aliança com os países livres e democráticos, na solidariedade continental, no respeito pelas suas raízes históricas e cristãs, na necessidade de vencer a orgia inflacionária, para que seja possível o desenvolvimento econômico, que é inviável quando as finanças estão em desordem e em desordem, também, os setores vitais do processo nacional (O GLOBO, 16 abr. 1964).

A promessa é não poupar esforços (sacrifícios) para servir com uma atenção especial as regiões menos favorecidas, uma retórica comum até hoje na política. Por exemplo, usa-se muito o norte e o nordeste para fins eleitoreiros, por ser uma região que apresenta vários problemas de ordem socioeconômica. Castelo Branco era de Fortaleza, assim conquistaria mais simpatizantes.

Os estados do Norte e Nordeste ocuparam (e ainda ocupam) umas das últimas colocações no ranking nacional de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O problema da seca no Nordeste (estiagem) e/ou problema das chuvas intensas no Norte são fenômenos climáticos muito utilizados na área da política brasileira.

Alguns indicadores sociais da época e de hoje ainda comprovam que a taxa de mortalidade infantil é a maior do país – 33,2 óbitos a cada mil nascidos vivos. Uma média de 55% das residências não possui saneamento ambiental. A expectativa de vida tanto do Norte como no Nordeste é a menor do Brasil (70 anos). Em seu discurso, o marechal, embora sendo

um militar, agiu de forma muito política. Ele prometeu

[...] não poupar sacrifícios para o bem servir à prática [e] expressou sua especial preocupação com as condições de vida nas regiões menos desenvolvidas do País, afirmando que, para a elevação do nível de vida das populações dessas regiões e para a extensão do bem-estar social a um número cada vez maior de brasileiros, dirigir-se-ão os maiores esforços do novo Governo (O GLOBO, 16 abr. 1964).

E o editorial endossa essa ideia dizendo que ele o fez no seu discurso com muita tranquilidade e lucidez, pois é esse o seu dever, pessoas assim são patriotas, são empenhadas. Declara ainda colaborador da paz, democracia e contínua evolução, sendo essas variáveis importantes aos países livres que atingem um progresso de justiça social.

Conforme o editorial, Castelo Branco não fará como o governo anterior, que agiu como chefe de uma “facção”; o marechal “[...] fez questão de salientar não ser o Presidente de uma facção, mas o Presidente de todos os brasileiros” E continua: “Que diferença da situação anterior, em que os interesses de uma facção, alta minoritária, eram colocados acima dos mais sagrados interesses nacionais” (O GLOBO, 16 abr. 1964).

O editorial finaliza citando o discurso do então presidente, em que ele disse que todos os brasileiros iriam ajudá-lo na construção nacional, a “fortalecer a democracia”, “manter a soberania”, “preservar a ordem” e “fazer o país progredir”, pois, “[...] no estado em que se encontra o Brasil, é tarefa árdua, exigirá sacrifícios gerais” (O GLOBO, 16 abr. 1964).

Termina com as seguintes palavras: “Mas dela [a tarefa de reconstruir o país] é impossível desertar. Pois ninguém se pode recusar, quando o objetivo é a salvação, a grandeza, a liberdade e o progresso da Pátria” (O GLOBO, 16 abr. 1964).

Porém, como sabemos, nos anos do governo de Castelo Branco ocorreram os primeiros casos de tortura e de assassinatos cometidos por agentes do governo, dando o tom de uma das marcas da ditadura no Brasil: o terrorismo de Estado.

O resultado prático do seu governo foi o início da repressão e do autoritarismo, que marcaram os anos da ditadura militar no país. Milhares de pessoas foram expurgadas de suas funções; dezenas de políticos também perderam seus direitos e tiveram seus mandatos cassados.

A política econômica do novo governo visava atender aos interesses do grande empresariado do país, fato que ficou evidente com as medidas tomadas por Castello Branco, como controlar o salário dos trabalhadores, restringir o direito a greve, além de retirar outros benefícios dos trabalhadores. Os movimentos sociais, sobretudo camponeses e estudantis, foram fortemente perseguidos.

No entendimento de Netto (2014, p. 88), “são os homens que, pela comunicação, criam e expressam as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história; são os intelectuais que, por meio de instrumentos de hegemonia, organizam a cultura, ainda que esta seja condicionada de forma mercantil”.

Na capa do jornal *O Globo* do dia 17 de abril de 1964, estampava-se o seguinte título de editorial: “Otimismo E Confiança” anexo AM).

O editorial enfatiza, decorridas 24 horas do discurso de posse de Castelo Branco, que já há um otimismo e esperança no “clima que se apossou da Nação”. Como em um passe de mágica o editorial relata que “Tudo aquilo que parecia não ter conserto, até há duas semanas atrás, subitamente se apresenta mais fácil de solucionar” (O GLOBO, 17 abr. 1964).

O povo está “novamente tranqüilo”, porque “fomos reintegrados na ordem e disciplina”, pois estávamos nas mãos de “pelegos”, de “impatriotas”, e o que temos a fazer agora é “[...] trabalhar unidos e tranqüilos, com fé no futuro, mas vigilantes, de modo a não permitir que novos perigos ponham em risco a Pátria” (O GLOBO, 17 abr. 1964).

Continua o editorial, “só o trabalho permitirá um aumento de produção” e “superar as dificuldades legadas pela antiga administração” (O GLOBO, 17 abr. 1964). Nota-se que a imprensa serviu como porta-voz da opinião pública, organizando a visão de mundo dos grupos dominantes, que se consolidam plenamente como empresas capitalistas.

Afirma o jornal:

Só o trabalho, que permitirá o aumento da produção, nos colocará em condições de superar as dificuldades legadas pela antiga administração. E o trabalho, felizmente, já não será impedido pelos órgãos criados especialmente para agitar, pois estes foram dissolvidos pela Revolução (O GLOBO, 17 abr. 1964).

No trecho a seguir fica muito clara essa ideologia: “Os empregados de todas as categorias profissionais não mais se encontram oprimidos pelas cúpulas sindicais comunizadas e têm todas as garantias para trabalhar” (O GLOBO, 17 abr. 1964). Assim, os empreendedores, os donos das empresas, a chamada classe patronal, estão também “livres das ameaças que pesavam sobre suas atividades, preparam-se para expandir suas empresas, aprestam-se a fazer maiores empreendimentos”.

Ao final deixa uma mensagem de esperança e confiança de que o “governo que acreditamos” deixou claro os seus propósitos, solenemente proclamados pelo “digno militar elevado à Presidência da República”:

Não resta dúvida de que, em pouco tempo, com a revitalização da economia, expressa no entusiasmo e na febre de expandir-se que se constatam em tôdas as emprêsas, as finanças públicas estrão saneadas e o Brasil devolvido a seus gloriosos destinos. Tornaremos a viver uma época de progresso e, conseqüentemente, estaremos mais em condições de oferecer ao resto do mundo o exemplo de uma Nação que pôde, na liberdade e na democracia, vencer o subdesenvolvimento, conquistando o bem-estar social, que é a aspiração de todos os nossos patrícios (O GLOBO, 17 abr. 1964).

Fica evidente uma exposição ideológica da classe dominante. No aprofundamento da questão, como diria Gramsci, os impressos (imprensa) despontam como importantes aparelhos de persuasão e busca do consenso no âmbito da nascente sociedade civil e, assim, surgem como porta-voz da opinião pública.

Vejamos o editorial do dia 18 de abril de 1964, intitulado “INÍCIO DE UMA ERA DE HONESTIDADE E DECÊNCIA” (anexo AN).

O editorial cita um ato político e constitucional: a declaração de bens do presidente e vice-presidente entregue à Câmara. O jornal sugere que, a partir desse momento, se dará o “início de um era de honestidade e decência”.

O jornal prossegue enfatizando que esse ato é de muita “admiração” e “respeito” e que o presidente e o vice são homens limpos.

Com respeito e admiração constatara que o lustre soldado e o hábil político mineiro tinham realizado suas brilhantes carreiras sem enriquecer, possuindo, um e outro, aquilo que se poderia esperar de homens limpos e modestos, que apenas desejaram construir o patrimônio legítimo, nascido da poupança e da boa aplicação das economias feitas através dos anos (O GLOBO, 18 abr. 1964).

Isso na verdade foi um contraponto aos antigos governantes. No entendimento do jornal *O Globo*, a “revolução” não se pode limitar a banir da vida política somente os que “mancomunaram” para substituir o nosso regime democrático pelo “marxismo-leninismo”.

Conforme o editorial, “É preciso que ela [a revolução] restaure a honestidade e acabe com a corrupção, pois é indiscutível que em sua campanha subversiva nada auxiliou mais aos comunistas do que a corrupção e a gatunagem reinantes em certos setores da política nacional” (O GLOBO, 18 abr. 1964).

O editorial vai além, afirmando que o próprio Jânio Quadros e o vice, Jango, agora presidente deposto, bem como todos os seus simpatizantes, nunca fizeram tal ato de demonstração de declaração de bens por meio da Administração pública e que os praticantes do “marxismo-leninismo” não terão mais espaço para corrupção.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA não pode mais servir de caminho ao enriquecimento ilícito de pessoas que, sem jamais terem apresentado fontes de renda que o justificassem, dispõe hoje fortunas incalculáveis. Como é possível que um cidadão que só exerceu cargos públicos em sua vida, ganhando, licitamente, apenas os vencimentos desses cargos, atinja a condição de biliardário, levando uma existência nababesca? (O GLOBO, 18 abr. 1964).

A “Revolução” deverá ter muitas “incumbências e deveres, porém o dever de expulsar os desonestos e corruptos é, certamente, um dos que a população mais deseja ver cumprido” (O GLOBO, 18 abr. 1964).

Novamente o jornal sendo porta-voz dos militares. Dantas (2014, p. 41), ao diagnosticar a herança da ditadura e os impasses estruturais da “modernização” capitalista no Brasil, expõe “alguns marcos” do “ponto de vista estratégico” que o “capital imperialista concebia para o Brasil naquele momento”. Um deles era “[...] a criação de aparelhos ideológicos de hegemonia, essenciais para controle de informação [...]”, que viriam a se tornar um dos mais importantes mecanismos de controle, mistificação e manipulação das formas da consciência socialmente determinada, sobretudo entre os estratos mais pobres da população.

A capa do jornal O Globo do dia 21 de abril de 1964 estampava o seguinte título de editorial: “Fidel Castro Mostrou o Caminho da Ruptura” (anexo AP).

As críticas do “ditador cubano” ao “novo Brasil” tardaram, mas vieram, conforme o jornal. Talvez ele estivesse a “esperar um traidor da causa democrática” ou a possíveis “guerrilhas no Brasil”, porém é “completa ordem em todo o território nacional, graças às Fôrças Armadas” (O GLOBO, 21 abr. 1964).

O jornal menciona a fala de Fidel rompendo com a atual política brasileira e afiança que essa atitude seria muito normal, esperada, principalmente entre países que pensam diferente:

Nisto faz muito bem. Deve haver nas relações internacionais aquela mesma espontaneidade que existe nas relações entre as pessoas, partindo-se de uma sincera amizade entre os Gôvernos, de uma natural aliança entre os Estados de igual pensamento, da constatação de que interesses recíprocos recomendam o intercâmbio diplomático ou, pelo menos, do mútuo respeito pela soberania nacional (O GLOBO, 21 abr. 1964).

Segundo o jornal, nada disso pode acontecer nas relações entre Cuba e Brasil; não é possível uma verdadeira amizade entre um “Governo democrático” e o comunista (Cuba). Portanto, por que continuar as relações com Cuba?

Diz o jornal que tal parceria já nos causou muito prejuízo: “Tal retrato nos causou muitos prejuízos, principalmente afastando de nós os investidores estrangeiros, de cujos

capitais necessitados para progredir” (O GLOBO, 21 abr. 1964).

De acordo com o texto, o Brasil finalmente tinha um “regime democrático”. Qual a razão de sustentar, no campo internacional, a incômoda posição adotada na administração deposta?

Fidel acusou ou, melhor, responsabilizou o “Pentágono e a imprensa norte-americana pela Revolução Democrática. Tendo em vista que a Revolução foi realizada pelo conjunto das Forças Armadas” (O GLOBO, 21 abr. 1964). O jornal ironiza dizendo que, “se houve algum movimento revolucionário neste país, surgido na consciência de cada patriota, foi este, que acabamos de promover”.

Depois parte para uma analogia muito interessante, afirmando que os Estados Unidos se recusaram a interferir, oficialmente, até o último momento e que tal país frequentemente se engana, citando a própria “revolução de Fidel em Cuba”, que foi “fortemente financiado [financiada] pelo Pentágono e por grande parte da imprensa americana” (O GLOBO, 21 abr. 1964).

Sobre o assunto Netto (2014, p. 37) escreve:

É supérfluo acrescentar que a ingerência dos E.U.A., além de envolver a colaboração com conspiradores do continente e com as ditaduras por eles implantadas, articulava-se com interesses das grandes empresas imperialistas norte-americanas que se sentiam ameaçadas pelas medidas nacionalistas tomadas por alguns dirigentes latino-americanos.

Portanto, os americanos atuaram fortemente conspirando com os militares brasileiros e em conjunto expressavam os temores das classes dominantes.

O editorial do dia 22 de abril de 1964 recebeu o título “ONDE ESTAVA A REAÇÃO” (anexo AQ).

O texto tece uma crítica aos que foram depostos pela chamada revolução e reitera que de forma alguma se tratou de um golpe, embora no início reconheça a expressão “golpe de direita” e de inspirações e objetivos reacionários.

Tece críticas à imprensa internacional, que teve o propósito de denegrir a revolução. Menciona que “A afirmação [de que foi um golpe de direita], lançada pela máquina da propaganda comunista, correu o mundo com a velocidade de um ‘slogan’ publicitário e deixou alguma raiz também entre nós” (O GLOBO, 22 abr. 1964).

O jornal lança críticas à imprensa internacional (escrita e falada) e a responsabiliza por disseminar uma mentira:

LÁ FORA, o veículo da mentira foi a imprensa estrangeira escrita e falada, ou uma parte importante dela, que se esmerou em pintar os acontecimentos do Brasil como uma negra vitória da direita sobre a esquerda, do conservadorismo retrógrado sobre a renovação progressista (O GLOBO, 22 abr. 1964).

O mais interessante é que o jornal se descreve de maneira impecável, não conseguiríamos descrevê-lo tão bem para argumentar o seu ponto de vista, só que de maneira inversa. Percebe-se que a narrativa seria muito precisa se realmente o jornal reconhecesse tais atos como sendo efetivos dele mesmo. Talvez por isso o jornal consiga fazer essa boa descrição, pois segundo o jornal são os fatos e os pensamentos dos vencidos, como segue:

ALGUNS incidiram no erro em homenagem à leviandade e à ignorância com que sempre nos distinguem quando se ocupam de nós, outros, em virtude de alergia ideológica que os torna sistemático, na intolerância em qualquer dose e em qualquer escala, à honestidade de informação (O GLOBO, 22 abr. 1964).

Como diria Roland Barthes (1980), é o procedimento da ideologia burguesa, uma fala esvaziada de seu conteúdo histórico, de seu passado, de sua memória, uma fala roubada e ressignificada na perspectiva ideológica dominante.

Continua o editorial, seguindo nessa crítica:

Logo os falsificadores profissionais da verdade isolaram a referência à “direita reacionária” e a transformaram em denúncia, em brado de alerta contra o perigo de uma reação, ignorando ou relegando para o segundo plano os verdadeiros perigos denunciados pela alocução presidencial.

É UMA velha técnica comunista, a de condenar e confundir os adversários, utilizando contra eles suas próprias palavras e, quando possível, seus próprios atos (O GLOBO, 22 abr. 1964).

Irônico o jornal mencionar o seguinte:

As primeiras páginas de certos jornais vêm desdobrando, de certo tempo para cá, enormes “manchetes” contra a reação, contra a extrema-direita, contra as perseguições, contra as vinganças, contra as injustiças, tôdas elas retiradas das declarações e discursos de líderes revolucionários ou extraídos de outras fontes insuspeitas (O GLOBO, 22 abr. 1964).

É irônico porque é exatamente o que *O Globo* faz de forma reacionária, representando uma classe e seus interesses. O discurso hegemônico age dessa forma.

Vejamos o editorial do dia 23 de abril de 1964 (anexo AR). O título “Ser ou Não Ser” é uma alusão à famosa frase do escritor William Shakespeare. O editorial a utiliza para o seu discurso ideológico e alega que se tornou lugar-comum chamá-lo de gênio, mas que o fará mesmo assim.

Segundo o jornal, Shakespeare “é uma fonte generosa desses valores [capazes de dar um sentido a nossa existência], uma das mais autênticas e cristalinas em toda a história da humanidade”. Comenta que os seus personagens são fontes monumentais e cita uma relação deles em suas devidas obras literárias, cujos “personagens e símbolos são Romeu e Julieta, Hamlet, Ricardo III, o Rei Lear, Macbeth, o Mercador de Veneza, Júlio César, Ofélia, Desdêmona, e assim por diante” (O GLOBO, 23 abr. 1964).

Afirma que “TODOS êsses personagens são reais, não só com relação à história, mas, sobretudo, quanto à sua dimensão humana; E falam, e são comunicativos no sentido pleno da palavra, como os leitores podem verificar nos contos exemplares que O GLOBO vem publicando”. E, claro, aproveita para fazer um comercial das publicações do jornal.

O editorial faz uma alusão ao personagem Hamlet, apropria-se da famosa frase “Ser ou não ser” e pede para os leitores meditem sobre ela. Alega que o personagem é homem de pensamento e não de ação, mas que é levado pela fatalidade para uma missão terrível de violência e de decisão: ““SER ou não ser”” não é somente um jogo dialético e dramático para efeito teatral. Não, ele caracteriza uma situação em que estão em jogo tanto um indivíduo como uma nação. Nós todos acabamos apenas de sair, de resto, de um dilema da mesma natureza” (O GLOBO, 23 abr. 1964).

O jornal compara a situação de Hamlet com a justificativa do golpe de Estado, decisão tomada pelos “bons brasileiros”, os patriotas, que terão de levá-la até as últimas consequências. E fica a advertência de que o “[...] dilema Shakespeariano advirá uma extraordinária aderência à nossa realidade” (O GLOBO, 23 abr. 1964).

No drama de Shakespeare, Hamlet está entrando em cena quando começa o seu monólogo, com sua célebre frase “Ser ou não ser, eis a questão”. Por mais que a questão pareça complexa, na verdade é muito simples. “Ser ou não ser” significa justamente existir ou não existir e, em última instância, viver ou morrer.

Hamlet questiona-se se será mais nobre em nosso espírito sofrer em um campo de batalha e morrer, e assim “dormir”, ou manter-se vivo, haja vista a vida ser cheia de tormentos e sofrimentos também. Eis aí a dúvida de Hamlet: se será melhor aceitar a existência com a sua dor inerente ou acabar com a vida.

Hamlet continua o seu questionamento. Se a vida é um constante sofrimento, a morte parece ser a solução, porém a incerteza da morte supera os sofrimentos da vida. A consciência da existência é o que acovarda o pensamento suicida, pois diante dela se detém o medo do que possa existir após a morte. O dilema de Hamlet agrava-se pela possibilidade de sofrer eternas

punições por ser um suicida, conforme a religião.

“Ser ou não ser” acabou por extrapolar o seu contexto e tornou-se um questionamento existencial amplo. Para além da vida ou da morte, a frase tornou-se uma pergunta sobre a própria existência. “Ser ou não ser” é sobre agir, tomar a ação e se posicionar ou não diante dos acontecimentos.

Netto (2014, p. 89) afirma que “o jornalismo assumiu um carácter inequivocamente político, quando teve um papel central na estruturação daquilo que Habermas chamou de ‘esfera pública burguesa’”. Continua o autor: “Como expressão de um público que pensa politicamente, a imprensa periódica – revistas de crítica e literária, publicações moralistas etc. – esteve associada ao aparecimento e difusão da argumentação crítica de uma classe revolucionária” (NETTO *in* COUTINHO, E., 2014, p. 89).

Percebe-se a imprensa novamente como porta-voz das classes dominantes, da elite representante do capitalismo; seus impressos despontam como importante aparelho de persuasão e buscam consenso no âmbito da sociedade civil.

Na capa do jornal *O Globo* do dia 28 de abril de 1964, lê-se o seguinte título de editorial: “A REVOLUÇÃO E SEUS INIMIGOS” (anexo AW).

O texto deixa claro que houve uma forte rejeição ao golpe de Estado, afirmando que “os inimigos da revolução” se esmeram em campanhas difamatórias e de deturpação contra a chamada “revolução” e que eles deveriam apresentar também as “provas” de práticas no Brasil para “destruir a democracia”.

Anuncia que não devemos permitir o “desvirtuamento da verdade”: “DE TAL MANEIRA esquecido se encontra o Governo da necessidade de não permitir que o desvirtuamento da verdade liquide, definitivamente, com o bom conceito da Revolução, que, para certos setores, esta já parece coisa do passado ou coisa ultrapassada” (O GLOBO, 28 abr. 1964).

E assegura que os inimigos voltam a ficar audaciosos, começam a “intrigar, insultar os ódios e a desinteligências políticas”, dificultando a “reconstrução do país e a consecução dos objetivos revolucionários de moralização da vida pública e de fortalecimento da autoridade”.

No trecho a seguir vemos algo interessante do ponto de vista midiático, imprensa *versus* imprensa. A imprensa francesa é dita como inimiga:

QUANDO SE VÊ a poderosa imprensa de um país como a França empenhar-se em sistemático esforço de destruição do sentido real do Movimento de 31 de Março, não se pode deixar de perguntar o que fez o Govêrno do Brasil para neutralizar êsse inglório papel, incompreensivelmente assumido pelos jornais parisienses. Já se

procurou, ao menos, mostrar a êsses jornais que estão enganados? Não, que nos conste.

DIFICILMENTE, porém, poderiam êles persistir na ação difamatória se o povo francês tivesse podido tomar conhecimento, através de filmes e vídeo-tapes, dublados em sua língua, do que foi a festa dos sargentos, no Automóvel Clube, com a participação, lado a lado, do então Chefe do Govêrno e do chefe do motim dos marinheiros, ocorrido alguns dias antes (O GLOBO, 28 abr. 1964).

O texto remete ao último discurso que o então presidente João Goulart fez na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. O fato aconteceu em meio à crise política que Jango enfrentava desde que assumiu o governo em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, e que se intensificou em março de 1964 após o referido discurso.

Importante rever um breve resumo sobre o fato, na chamada “revolta dos marinheiros”. O presidente Jango teve sua imagem desgastada perante os militares por causa de um protesto de cerca de 2 mil marinheiros e fuzileiros navais no dia 25 de março daquele ano.

A ordem de João Goulart para que o sindicato não fosse invadido ocasionou a renúncia do ministro Sílvio Mota. Em seu lugar Jango nomeou Paulo Mário da Cunha Rodrigues, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que irritou os militares.

No dia 28 de março, oficiais do gabinete militar da presidência conseguiram um acordo com os marinheiros, que abandonaram o prédio e foram presos no quartel do Exército em São Cristóvão.

João Goulart concedeu anistia aos revoltosos que saíram em passeata pelas ruas do Rio de Janeiro. Exército, Marinha e Aeronáutica consideraram o gesto do presidente como uma afronta e quebra no comando da hierarquia militar.

Os militares e outros setores conservadores da sociedade intensificaram a articulação para a derrubada do presidente, com apoio de grande parte da imprensa. O editorial menciona esse fato como “festa dos sargentos”.

O editorial insiste em que o novo governo tome iniciativas para que a revolução seja “eficaz”, sendo “ativo e presente”, se não ela será realmente um golpe de Estado. Que irônico!

NÃO PRECISAMOS dizer ao Govêrno que êle tem uma imensa responsabilidade quanto aos destinos do Movimento de 31 de Março. Se não fôr mais ativo e presente, a tendência, tanto no exterior como aqui, será para transformar o que tem de ser autêntica Revolução em simples e ineficaz golpe de Estado, desfechado por militares somente para mudar posições (O GLOBO, 28 abr. 1964).

Continua o editorial com uma frase emblemática: “ÀS VEZES se tem a impressão de que mesmo alguns dos membros do Governo desejam esquecer que houve uma Revolução”.

3 A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NO GOLPE DE 2016

É estimulante pensar que o passado vai se modificar. Em geral pensamos que o futuro é que está sujeito a alterações. Não. O passado também é uma reinvenção. Dependendo do que se determina no passado, altera-se o nosso presente.
Affonso Romano de Sant'Anna

Neste capítulo apresentamos um breve resumo histórico, com os seus fatos políticos, econômicos, comunicacionais, do impedimento da Sra. Presidente Dilma Rousseff. Parece-nos importante elaborar uma reflexão que seja capaz de problematizar uma discussão sobre o tema abordado.

Além disso, perceber o *déjà vu* no nosso contexto político-cultural no golpe de 2016 em relação ao golpe de 1964, embora destaco que falando de momentos distintos da nossa história, e apesar de descontínuos, há uma continuidade hegemônica da mídia, exercida sobretudo pelos editoriais do jornal *o Globo* nesses momentos.

Ao analisarmos tal material, percebemos que há uma validação, como condição de comunicação massiva, há uma hegemonia que articula sua produção midiática de maneira distinta na sociedade política e civil em suas categoriais apresentadas.

Portanto, pretende-se evidenciar que o golpe de 2016 foi possibilitado em parte pelas condições criadas por 1964, até mesmo com essa configuração da mídia das organizações Globo de forma hegemônica.

O capítulo estrutura-se da seguinte forma: o item 3.1 traz um breve contexto histórico e está subdividido em aspectos político-econômicos (3.1.1), aspectos ideológicos (3.1.2) e aspectos comunicacionais (3.1.3). O item 3.2 versa sobre a ideologia do golpe e contém a subdivisão “A lei e a ordem, progresso, anticorrupção, corrupção, espírito de patriotismo – o verde-amarelismo, antilulismo, antivermelhos” (3.2.1).

3.1 Breve contexto histórico

“É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. Primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo... todos nós seremos julgados pela história”⁸.

Dilma Rousseff

⁸ Presidente Dilma Rousseff, numa tarde de quarta-feira, em 31 de agosto de 2016, no Palácio da Alvorada, em seu último discurso quando aguardava o resultado do julgamento no seu processo de impeachment.

Iniciamos o capítulo com uma reflexão, as falas finais da Presidente Dilma Rousseff, o seu desabafo, na tentativa de governo em alinhar sua vontade política, que foi expressa no seu primeiro discurso, o de posse, em um sábado bonito em Brasília, em 1.º de janeiro de 2011.

Nessa oportunidade ela manifestou que gostaria de fazer do Brasil “*uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo*”. Revendo a sua fala em um combinado com a sua declaração ao final do processo de impedimento, em sua despedida do Planalto, perguntamos: Onde foi parar o sonho da Sra. Presidente Dilma Rouseff, que queria fazer do nosso país uma grande nação?

Com esse olhar de questionamento e usando como referência a declaração da própria presidente Dilma Rousseff, destaco o golpe de 2016, sendo chamado por muitos de “legal”, embora se apresente como uma construção de uma farsa, que muitos nomeiam de *impeachment*, que por artimanhas jurídicas, mediante um processo político duvidoso, se derrubou uma presidente legitimamente eleita, com a finalidade de combater a corrupção, os vermelhos e assim manter a ordem e o progresso do país.

Será que fomos enganados? Será esse foi mais um dos golpes de Estado da história brasileira? Em 3 de abril de 2016, em uma crônica publicada no *Jornal Extra*, na coluna “Contra a Corrente”, o jornalista Felipe Pena escreve:

Não é golpe, é muito pior. Você está sendo enganado. A trapaça narrativa funciona em três etapas. Na primeira, um sujeito pergunta qual é o contrário de preto e alguém responde que é branco. Em seguida, ele pergunta qual é o contrário de claro e alguém responde que é escuro. Por último, o mesmo indivíduo pergunta qual é o contrário de verde, mas ninguém responde, pois, obviamente, não existe. Só que não é verdade. O contrário de verde é maduro, embora você não tenha pensado nisso. O problema é que fomos induzidos a pensar em termos cromáticos, esquecendo que um raciocínio mais complexo nos levaria a ver outros lados da questão. A narrativa do *impeachment* carrega o mesmo vício. Repórteres, editores e comentaristas dos principais veículos do país estão conduzindo as reportagens de forma restritiva, para que levem a apenas uma conclusão, a de que o *impeachment* não é golpe. As edições são realizadas com o objetivo de fazer com que o público acredite nessa tese e, em seguida, pretensos especialistas confirmam o que foi dito para reforçar a crença. A imprensa brasileira realiza uma condução coercitiva da cognição pública. Quando um jurista é perguntado se o impedimento da presidente é golpe, ele responde que não, já que o instrumento está previsto na Constituição. Ou seja, é branco, não é preto. Mas se a pergunta vier acompanhada do termo “sem crime de responsabilidade”, a resposta será diferente. Nesse caso, como tal crime está sujeito a interpretação pode ser golpe. E há muitos juristas que afirmam se tratar de um golpe, ou seja, o contrário de verde existe e é muito provável que seja palavra “maduro”. E é muito provável que seja um golpe. O golpe, no entanto, não é apenas na presidente. Se o pensamento população é conduzido por uma narrativa viciada e massificada, o golpe é em todos nós, que acabamos caindo em uma espiral de concordâncias acrílicas, tratados como boiada, como simples massa de manobra. Já faz alguns anos que somos inundados com um enredo sobre crise que culpa apenas um partido. E talvez ele seja culpado, mas o único? Não deveríamos pensar na responsabilidade do Congresso, dos empresários corruptores, do sistema financeiro e na nossa própria parcela de culpa? E o que dizer sobre os motivos para o

impeachment? Será que estamos informados sobre as tais pedaladas fiscais? Sabemos o que elas significam e por que foram apresentadas como razão para derrubar a presidente? Importa dizer que o processo foi aceito por um presidente da Câmara que é réu no STF e age por vingança? Importa saber que, em caso de impeachment, assume o partido que está há trinta anos no poder e tem diversos envolvidos na operação Lava Jato? O jornalismo não é o espelho da realidade, como nos fazem acreditar. O jornalismo ajuda a construir a própria realidade através da narrativa dos fatos, que se dá pela escolha de linguagens, entrevistados, ângulos etc. Tais escolhas são feitas por indivíduos que têm preconceitos, juízos de valor e diversos outros filtros. Inclusive o autor deste texto, de que você deve desconfiar em primeiro lugar. Não vai ter golpe se você fizer uma crítica constante da informação que recebe. Não vai ter golpe se você buscar ouvir os diversos lados da questão. Não vai ter golpe se você descobrir que o contrário de verde não é amarelo. Nem, muito menos, vermelho. 3 de abril de 2016 (PENA, 2017, p. 15, grifos meus).

Se o pensamento da população foi conduzido por uma narrativa viciada e sobretudo massificada, o golpe foi na nação, em todos nós. Sendo assim, como diz o texto do jornalista, de alguma maneira está interligado com uma classe política duvidosa.

Além disso, se o golpe foi fomentado em parte pelos grandes *players* econômicos, “empresários corruptos” e “interesses do sistema financeiro” como um processo de vingança, talvez, do presidente do Congresso, não deveríamos pensar na responsabilidade do próprio Congresso?

Não podemos deixar de destacar nessa fala que, em conivência com o forte alinhamento e apelo da mídia na indução de uma visão de mundo na formulação e projeção das ideias, como “*O jornalismo não é o espelho da realidade, como nos fazem acreditar*”, com certeza busca também a prevalência de grandes interesses capitalistas, como na narrativa “*O jornalismo ajuda a construir a própria realidade através da narrativa dos fatos, que se dá pela escolha de linguagens, entrevistados, ângulos etc. Tais escolhas são feitas por indivíduos que têm preconceitos, juízos de valor e diversos outros filtros*”. No presente trabalho destaco a mídia massiva do Grupo Globo, aqui representado pelos editoriais do jornal *O Globo*.

3.1.1 Aspectos político-econômicos (geopolíticos, causas do golpe etc.): o processo do impeachment

O Brasil parecia incluir os pobres no desenvolvimento capitalista. O presidente Lula passou o seu mandato de maneira brilhante, com aplausos da burguesia nacional e estrangeira e de centrais sindicais. Obama disse, no início de 2009, que ele era “o político mais popular da terra”.

A revista britânica *The Economist* colocou na capa o Cristo Redentor como um foguete junto com a frase “o Brasil decola”. Lula encerrava seu mandato com 83% de aprovação, a maior na história desde a década de 1980.

Dilma, que foi indicada para o cargo por Lula, era ex-ministra-chefe da Casa Civil, não era política profissional e nunca havia disputado uma eleição. Mas a maior bancada política na Câmara dos Deputados, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), prometia uma tranquilidade congressional à primeira presidente mulher na história brasileira.

Assumiu o país com um crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), uma taxa de desemprego de 5,3% e uma participação do trabalho na renda de 14% acima da que havia em 2004. Nesse cenário, uma massa de trabalhadores fazia uso de prerrogativas antes destinadas apenas à classe média, como viagens de avião, tratamento dentário e ingresso em universidades (SINGER, 2018).

Dilma, embalada pelo seu sonho, exposto na sua fala no discurso inaugural quando sentou na cadeira presidencial, e motivada por esse cenário exposto, aumentou o ritmo para integrar mais o Brasil, superando as fissuras entre incluídos e excluídos. Como já mencionado, disse na sua posse: “A erradicação da miséria nos próximos anos é assim uma meta que assumo”.

A presidente Dilma Rousseff iniciou o seu mandato à frente do governo federal em janeiro de 2011. Na ocasião o Brasil crescia 2,7% e virara a sexta economia do mundo. O país ultrapassou o Reino Unido com o resultado positivo daquele ano; em valores correntes, o valor do PIB alcançou R\$ 4,1 trilhões.

Em 2012 a economia brasileira fechou inicialmente com um crescimento de 0,9%, conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na época (PIB CAI..., 2017). Porém, em 17 de novembro de 2015, o próprio IBGE divulgou as alterações dos PIB desses anos para cima, assim em 2012 foi de 1,9% e em 2013 foi para 3,0%.

O resultado – que ficou muito longe dos 4% esperados pelo governo em 2012, apesar das várias medidas de estímulo anunciadas ao longo do ano – foi o pior desde 2009, quando o PIB havia registrado recuo de 0,3%. Mesmo as medidas de estímulo ao consumo, desonerações e queda dos juros não foram suficientes, e o mercado se surpreendeu com o baixo crescimento.

Na opinião de especialistas, três fatores principais podem ter influenciado o resultado muito abaixo das perspectivas iniciais: os efeitos da economia global (que sofreu com uma

crise na Europa), a desaceleração da China e o período de recuperação da economia nos Estados Unidos.

Sabemos que em um mundo globalizado ninguém acha que a economia brasileira seria independente desses fatores, no entanto, sem dúvidas, todos esperavam um impacto menor, lembrando que a desaceleração da economia global já era prevista, mas a intensidade dos efeitos no Brasil é que surpreendeu, conforme o IBGE. A desaceleração mundial foi até comentada pelo ex-presidente Lula: “A crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será marolinha”.

Em 2013 a economia brasileira havia crescido 2,3%, porém o novo método de cálculo fez o IBGE elevar o resultado do PIB de 2,3% para 3,0%. Em valores correntes, o PIB alcançou R\$ 4,8 trilhões em 2012 e R\$ 5,3 trilhões em 2013. O PIB *per capita* em 2013 alcançou R\$ 26.520,00, uma alta de 9,8% em relação a 2012, com uma renda PIB *per capita* de R\$ 24.165,00.

Em 2014 a economia brasileira cresceu 0,5%. Em valores correntes (em reais), a soma das riquezas produzidas em 2013 chegou a R\$ 5,33 trilhões (PIB CAI..., 2017) (tabela 1). Ressalta-se que Dilma foi reeleita, em segundo turno, em 26 de outubro de 2014.

Tabela 1 – Principais indicadores do Sistema de Contas Nacionais 2010-2015

Principais indicadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Produto Interno Bruto (R\$ bilhões)	3.886	4.376	4.815	5.332	5.779	5.996
PIB <i>per capita</i> (R\$)	19.878	22.171	24.165	26.520	28.498	29.324
PIB (% em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5
Despesa de consumo final (% em volume)	5,7	4,2	3,2	3,0	1,9	-2,8
FBCF (% em volume)	17,9	6,8	0,8	5,8	-4,2	-13,9
Taxa de investimento – FBCF/PIB (%)	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8
Remuneração dos empregados/PIB (%)	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5	44,6

Fonte: PIB CAI... (2017)

A economia do país em 2015 já havia recuado 3,5%. Em 2016 o PIB recuou 3,6%, e o Brasil teve a pior recessão da história, com dois anos seguidos de baixa, situação que só havia acontecido em 1930 e 1931. O ritmo de corte em 2015 e 2016 foi o maior.

Pela primeira vez todos os setores se contraíram, e confirmou-se a pior recessão da história do país, segundo dados divulgados pelo IBGE. A crise foi generalizada, e os três setores que entram no cálculo do PIB recuaram no ano: setor agropecuário (-6,6%), indústria (-3,8%) e serviços (-2,7%) (REVISÃO..., 2017).

Em 2014, embora a indústria estivesse caindo, os serviços continuavam crescendo. Em 2015 caíram a indústria e os serviços e, em 2016, a agropecuária. Desde 1996 isso nunca havia ocorrido. A situação peculiar dessa vez é justamente a queda generalizada. A produção agrícola sofreu por conta das condições climáticas, que afetaram a produção dos principais produtos agrícolas do país.

No caso do resultado da indústria, a atividade extrativa, que reúne as mineradoras, teve queda de 2,9% e ainda foi influenciada pela tragédia ambiental de Mariana. A taxa de investimento no ano de 2016 caiu para 16,4% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (18,1%). Trata-se do menor nível de investimento na economia já registrado pela série histórica do IBGE, que começa em 1996.

O consumo das famílias, que por muitos anos sustentou o crescimento do PIB do Brasil, também seguiu ladeira abaixo em 2016. Em 2016 as famílias consumiram 4,2% a menos do que em 2015, acima da queda registrada entre 2014 e 2015, de 3,9%.

De acordo com o IBGE, a alta dos juros, a restrição ao crédito, o aumento do desempenho e a queda da renda explicam esse resultado. Também recuou, mas de forma menos intensa, a despesa do consumo do governo: 0,6% sobre 2015. De 2014 para 2015, a retração havia sido de 1,1%.

Seguindo o que já havia sido visto em 2015, com a valorização do dólar, as exportações de bens e serviços cresceram 1,9%, e as importações de bens e serviços caíram 10,3%. Só houve uma contribuição positiva do setor externo na economia, com o aumento das exportações de bens e serviço. Caso não tivéssemos nenhuma ligação com o setor externo, haveria uma queda de 5,3% no PIB, que mostra a relevância de o país ter exportado mais do que importado no ano.

No quarto trimestre de 2016, o PIB caiu 0,9% em relação aos três meses anteriores. Foi a oitava queda seguida nesse tipo de comparação. Ao contrário do que ocorreu no consolidado do ano, no último trimestre um setor conseguiu registrar resultado positivo – a agropecuária –, que cresceu 1%, influenciada pela agricultura. Já a indústria recuou 0,7%, porque a indústria de transformação foi mal, e os serviços, 0,8%, que não tiveram taxa positiva em nenhuma atividade.

Em relação ao quarto trimestre de 2015, a queda do PIB foi ainda mais intensa. O recuo, de 2,5%, foi o 11.º negativo seguido. Todos os setores tiveram desempenho negativo: agropecuária (-5%), indústria (-2,4%) e serviços (-2,4%). O IBGE destacou que, comparando com os outros trimestres de 2016, o ritmo de queda do PIB diminuiu.

No primeiro trimestre do ano de 2016, a queda foi de 5,8% em relação ao trimestre anterior. Em 2015 o PIB caíra 3,8%, o desemprego chegara à casa dos 11%, a renda estava em queda de 5%, 2,7 milhões de brasileiros tinham voltado à miséria e quase 3,6 milhões à pobreza.

Diante de todo esse cenário econômico que precede o político, a Presidenta Dilma tinha 70% de rejeição, era criticada pela esquerda e por setores populares, odiada pela direita e principalmente pela classe média, desprezada pelos empresários, abandonada pela base parlamentar, fora afastada pelo Legislativo e se recolhera à residência presidencial, de onde sairia três meses depois, condenada a perder o cargo.

Assim, com cinco anos, quatro meses e doze dias depois, numa quinta-feira, 12 de maio de 2016, a presidente deixou o Planalto e aguardou o julgamento do Congresso, acusada de crime de responsabilidade. O sonho converte-se em pesadelo.

Em 2010 encerrou-se não apenas o fim de uma década, como também o fim de uma era, a era Lula. Em 1.º de janeiro de 2011, o político que dividiu com Getúlio Vargas o título de autor das maiores transformações políticas, econômicas e sociais da história do país entregaria o cargo à primeira mulher a se eleger presidente da República Federativa do Brasil.

O cenário político de 2011 foi marcado pela chamada faxina ministerial empreendida pela presidente Dilma Rousseff. O tema do combate à corrupção foi o foco de grande parte dos fatos do ano em questão, temática sem recorrente em todos os governos na história brasileira.

Esteve presente na discussão a Lei da Ficha Limpa, a Lei Complementar n.º 135 de 2010, uma legislação brasileira que foi emendada à Lei das Condições de Inelegibilidade ou Lei Complementar n.º 64 de 1990, originada de um projeto de lei de iniciativa popular idealizado pelo juiz Márlon Reis, entre outros juristas, que reuniu cerca de 1,6 milhão de assinaturas com o objetivo de aumentar a idoneidade dos candidatos.

A lei torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado que ainda exista a possibilidade de recursos.

A lei originou-se na polêmica criada com as investigações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra juízes, nas manifestações nas redes sociais e nas ruas e nas denúncias de venda de emendas na Assembleia Legislativa de São Paulo; isso incomodou muita gente.

Entre os partidos, a novidade foi a criação do PSD, nascido do enfraquecimento do DEM. No Congresso os debates concentraram-se no novo Código Florestal, na

regulamentação da Emenda 29 (que fixa percentuais mínimos de gastos com saúde), na Lei Geral da Copa e na chamada redivisão dos royalties do petróleo, criando desconforto a vários políticos da velha política.

Dilma Rousseff fez uma verdadeira faxina; nunca tantos ministros deixaram o cargo em um primeiro ano de governo no Brasil. Foram sete substituições, seis delas por denúncias de irregularidades, pois Dilma não abriu mão dessa condição. De junho a dezembro, deixaram o governo Antônio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes), Wagner Rossi (Agricultura), Pedro Novais (Turismo), Orlando Silva (Esportes) e Carlos Lupi (Trabalho). Nelson Jobim pediu demissão da Pasta da Defesa depois de declarações que causaram mal-estar ao governo. Alvo de denúncias, Mário Negromonte (Cidades) e Fernando Pimentel (Desenvolvimento) se mantiveram no posto.

Dilma terminou seu primeiro ano de mandato em alta, com taxa de aprovação superior aos primeiros anos dos mandatos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

Manifestações contra a corrupção na esteira das denúncias que derrubaram ministros espalharam-se pelo país. Os protestos ganharam força nas redes sociais da internet. A mobilização nas ruas das capitais foi mais fraca. As marchas tiveram grande adesão apenas em Brasília e contaram com cerca de 20 mil pessoas nos feriados de 7 de setembro e de 12 de outubro de 2013.

Assim, líderes petistas “supostamente envolvidos” em desvios descobertos pela Operação Lava Jato estavam presos. O ex-presidente Lula era um alvo, principalmente da Operação Lava Jato de Sergio Moro, Deltan Dallagnol e companhia.

Cabe ressaltar que atualmente o ex-juiz Sergio Moro é Ministro da Justiça do Presidente Bolsonaro e vem sofrendo um duro golpe que não o derrubou (por enquanto), mas prejudicou muito sua credibilidade. Agora as dúvidas afloraram também entre os que continuaram defendendo sua imparcialidade quando aceitou ser Ministro da Justiça após condenar o ex-presidente Lula a nove anos de cadeia por corrupção, acabando assim com as pretensões eleitorais do próprio ex-presidente Lula.

A origem do escândalo são conversas privadas, à época do juiz Moro com o promotor-chefe do caso Lava Jato, Deltan Dallagnol, que o site *The Intercept Brasil* começou a divulgar. Todas as ações da força-tarefa, naquela época, se destinavam a cercar Lula, aos poucos e de maneira consistente, e chegou o dia em que o país amanheceria com a notícia da prisão: o “Barba” estava preso.

Ainda hoje somos confrontados quase que diariamente com informações midiáticas que dizem que houve certa “tendenciosidade” nesse processo por parte dos operadores na “caça às bruxas” aos petistas. É importante aqui lembrar tais momentos, uma vez que, de alguma forma, impactaram e influenciaram o processo de *impeachment* de Dilma.

Na época a imprensa vinha publicando diariamente, com base nos indícios e nas acusações repassados pelos investigadores da Lava Jato, uma lista extensa de denúncias contra Lula: a compra e reforma do sítio em Atibaia frequentado pelo ex-presidente e sua família; mudanças e armazenagem por uma transportadora, sem custos, de bens adquiridos enquanto ocupou a Presidência da República; a polêmica em torno do apartamento triplex no Guarujá, reformado pela OAS Empreendimento. Esses pontos serviram de argumentos para a ruidosa ação Lava Jato desde março de 2014, quando foi criada (SINGER, 2018).

Mas, de acordo com o Ministério Público Federal, o objetivo daquela 24.^a fase da Lava Jato era aprofundar a investigação de possíveis crimes de corrupção e lavagem de dinheiro oriundos de desvios da Petrobras.

Então, na sexta- feira, dia 4 de março de 2016, o Brasil acordou com a notícia que de Lula havia sido tirado de casa logo cedo pela Polícia Federal e levado para depor na Operação Alethéia, deflagrada com base em investigações sobre o ex-presidente, ou seja, direcionada a ele.

Cabe destacar que o juiz Sergio Moro, seu algoz nessa oportunidade, havia sido sondado e convidado a fazer parte do futuro governo do então atual Presidente da República Jair Bolsonaro.

Assim, às 6 da manhã de uma sexta-feira, três delegados, dois escrivães e dez agentes da Polícia Federal bateram à porta do apartamento de Lula em São Bernardo do Campo, São Paulo. Ao mesmo tempo outros locais seriam visitados por agentes da Polícia Federal: a casa de seu filho Fábio Luís, no bairro de Moema, zona sul de São Paulo; o triplex do Guarujá e a sede do Instituto Lula, também em São Paulo.

No apartamento em São Bernardo, quem abriu a porta foi o próprio Lula. Vestindo um abrigo de ginástica, ele olhou para os policiais e disse “bom dia “. Enquanto uma equipe batia à porta do ex-presidente, oito homens da tropa de elite da Polícia Federal, o Comando de Operações Táticas, aguardavam embaixo do prédio, na rua, dentro de uma van branca, para entrar em ação ao menor sinal de problema. Helicópteros estavam prontos para decolar no aeroporto de Congonhas.

“Bom dia”, respondeu o delegado Luciano Flores de Lima, chefe da equipe, “Prazer

em conhecê-lo pessoalmente”, completou, tentando parecer camarada, para em seguida anunciar que tinha um mandado para fazer uma busca na residência de Lula. Na casa só estavam o ex-presidente e a sua esposa, Marisa Letícia, e os dois seguranças que, por direito constitucional, eram pagos pela Presidência da República. Os agentes entraram. “Ué, mas cadê o japonês?”, questionou Lula. Ninguém na sala se conteve. O comentário bem-humorado ajudou a quebrar a tensão do momento.

O ex-presidente se referia ao agente Newton Ishii, que ganhou fama ao ser fotografado conduzindo diversos presos da Lava Jato. Ele estava de férias e não participou da operação⁹. Almeida (2016, p. 170) relata:

Não se tratava de uma mera busca na residência do ex-presidente. O delegado comunicou que ele teria de ser interrogado e que, para isso, seria preciso “levá-lo para um lugar tranquilo”. Lula elevou o tom de voz ao ouvir aquilo: “Só saio daqui algemado. Se o senhor quiser me levar... Se o senhor quiser me ouvir, vai me ouvir aqui”. O delegado retrucou. Disse que ali não havia condições adequadas para um interrogatório, haveria tumulto lá fora.

A essa altura manifestantes pró-Lula e jornalistas começavam a chegar e brigar por espaço enquanto o circo midiático já estava montado desde o início da operação. Percebeu-se durante a transmissão ao vivo pela TV Globo que a emissora já sabia da intimação, tanto que chegou no local antes da Polícia Federal. Quando Lula e os agentes chegaram ao aeroporto, repórteres os antecederam.

Segundo o delegado informou ao ex-presidente, eles não iriam para a sede da Polícia Federal, e sim para o salão presidencial do aeroporto de Congonhas. E citou o argumento fundamental para tirar o ex-presidente dali: ele tinha um mandado de condução coercitiva e deixou claro que, caso Lula se recusasse a acompanhá-lo, iria dar cumprimento a ele.

Foi um susto nacional. Apesar dos dias tensos que se vivia naquele primeiro trimestre de 2016 e das previsões sombrias que corriam nos corredores e gabinetes do Palácio do Planalto, a condução coercitiva surpreendeu muita gente. Nas falas de ministros, autoridades políticas e judiciárias, houve muitos vazamentos pela imprensa de forma cirúrgica e estratégica com a finalidade de envolver a presidente Dilma.

Grandes empresários foram presos na 23.^a fase da operação, acusados de receber US\$ 7,5 milhões no exterior de Zwi Skornicki, lobista de um estaleiro que tinha negócios com a Petrobras, e de offshores ligadas à empreiteira Odebrecht.

O senador Delcídio do Amaral, preso desde a gravação do filho de Nestor Ceriveró, começou a dar os primeiros depoimentos para tentar fechar o acordo de delação premiada e

⁹ Em junho de 2016 o agente seria preso e condenado a quatro anos, dois meses e 21 dias por facilitar a entrada de contrabando no país.

mandava recados de que poderia ser o pesadelo do governo e de inúmeros políticos.

Em sua primeira entrevista coletiva do ano, em janeiro de 2016, num café da manhã com jornalistas que cobriam o Palácio do Planalto, a presidente Dilma sublinhou sua vida limpa ao responder sobre as suspeitas existentes contra políticos, integrantes do governo e aliados. Ela disse: “Nenhuma pessoa teve a vida tão devassada quanto a minha. Podem continuar me virando do avesso. Sobre a minha conduta não paira nenhum embaçamento” (in ALMEIDA, 2016, p. 171). Naquele mês mais de 100 advogados assinaram um manifesto intitulado “Carta aberta em repúdio ao regime de supressão episódica de direitos e garantias verificado” (ALMEIDA, 2016, p. 171).

Assim, tentava-se convencer que, atingindo Lula e demais atores do PT, o impedimento seria uma das etapas de um roteiro conspiratório para atingi-la, como na síndrome persecutória que costuma atingir os petistas. Com isso o PT perdera quase dois terços do apoio que tinha em março de 2013.

Além disso, com a economia em recessão e empreiteiros presos, uma das maiores empresas brasileiras, a gigante Odebrecht, tentou seguir em pé, após o desgaste político e econômico de cinco anos de Operação Lava Jato.

A outrora imponente empreiteira formalizou o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil, no valor de 51 bilhões de reais — o grupo deve ainda outros 14,5 bilhões de reais não passíveis de reestruturação. A companhia destaca, em uma sessão de perguntas e respostas em seu site, os problemas legais e econômicos da Odebrecht, os quais vão muito além das fronteiras brasileiras (RECUPERAÇÃO..., s.d.).

O Panamá proibiu a empresa de participar de licitações. A justiça peruana condenou em junho de 2019 o primeiro réu do caso ligado à empreiteira brasileira — no Peru, aliás, o caso Odebrecht complicou quatro ex-presidentes. Também houve prisões no Equador, tudo decorrência da Lava Jato.

O pedido de recuperação judicial da Odebrecht exclui a Braskem, a empreiteira OEC, a Ocyan, a incorporadora OR, a Odebrecht Transport e o estaleiro Enseada, além da Atvos Agroindustrial, que pediram recuperação judicial.

Em nota pública a empreiteira lembra que

[...] “chegou a ter mais de 180 mil empregados cinco anos atrás”. “Hoje, tem 48 mil postos de trabalho como consequência da crise econômica que frustrou muitos dos planos de investimentos feitos pela ODB, do impacto reputacional pelos erros cometidos e da dificuldade pela qual empresas que colaboram com a Justiça passam para voltar a receber novos créditos e a ter seus serviços contratados” (in BORGES, 2019).

Ainda o governo Dilma, na tentativa de um ajuste fiscal, implicaria demissão em massa. O Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, tinha um pré-plano que previa cortes no seguro-desemprego, no auxílio-doença e na pensão por mortes, apesar de ela ter dito que não mexeria nos direitos do trabalhador, usando a expressão “nem que a vaca tussa”.

Além disso, a Lava Jato incendiava a classe média e colocava em risco a empresa Petrobras, que escora a economia brasileira. Na Câmara dos Deputados, o número de sindicalistas diminuirá de 83 para 46, contra 190 empresários. A bancada ruralista crescerá de 191 representantes para 257. No caso de programas policiais (rádio e TV) e setores vinculados (apresentadores de programas policiais), foram eleitos 55 deputados. “Os 304 deputados da base aliada eram apenas nominais, pois era o bloco do Presidente da Câmara o Sr. deputado Eduardo Cunha que comandava dois terços do conjunto, dos quais 157 teriam sido financiados por ele próprio” (SINGER, 2018, p. 195).

Para surpresa de muitos, que percebiam essa tempestade se aproximando, Dilma recusou todas as diretrizes de Lula e resolveu encarar os problemas a seu modo. Durante quase um ano, enquanto Lula ficou afastado, Dilma cometeu erros em série, os quais destruíram a imagem que ela construía no seu primeiro mandato (2011 a 2014). Do ponto de vista econômico, fez um ajuste recessivo, que jurara nunca realizar.

Com relação à classe trabalhadora, foi um desastre, cujo custo ainda é difícil de se avaliar em função dos últimos acontecimentos políticos ainda em curso. Na área política houve um rompimento com a base que lhe restava e sustentava. Dilma fora eleita pelos pobres, que confiaram nas suas promessas; aos traí-los, ficou sozinha.

Ela foi advertida por vários interlocutores qualificados, no entanto, ao optar por um modelo neoliberal, estava caindo em uma armadilha sem volta. Ela afirmava que em um ano a situação estaria resolvida, que o Brasil não perderia o grau de investimento. Com o tempo os fatos mostraram como ela estava distante da realidade.

Em vez de chamar o experimentado Henrique Meirelles, que Lula controlaria, para dirigir esse choque na economia e dirigir essa manobra arriscadíssima para qualquer presidente, ela chamou o banqueiro Luiz Carlos Trabuco, que recusou o convite, mas indicou o Sr. Joaquim Levy, diretor-superintendente do Bradesco Asset Management, braço de fundos de investimento do próprio banco, que juntamente com ela passou a governar a difícil, instável e frágil área econômica brasileira.

As agências internacionais de classificação de risco de investimento (*rating*) rebaixaram as notas do Brasil. Na prática diziam aos investidores que estava arriscado aplicar no país e que havia um risco grande de perder dinheiro se o fizessem. Dessa maneira, a crise política foi agravada pela crise econômica. Isso acontece porque, sem ter a maioria na Câmara dos Deputados, um presidente não consegue aprovar projetos e leis e, conseqüentemente, as reformas necessárias para neutralizar os impactos tanto internos como externos.

A situação foi agravada por várias manifestações promovidas por movimentos populares contra o aumento do custo de vida. Aproveitando o clima tenso, Cunha também anunciou a existência de diversos pedidos de *impeachment* de Dilma. Um deles era especial, pois havia sido protocolado pelos fundadores do PT, os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior.

Ambos alegavam três motivos para a abertura do processo da presidente: o doleiro Alberto Youssef alegou que Lula e Dilma conheciam o esquema de corrupção da Petrobras; a criação de créditos suplementares sem a necessária autorização do Poder Legislativo, o que caracterizaria crime de responsabilidade fiscal; e as “pedaladas fiscais”, ou seja, fazer com que bancos públicos paguem débitos que pertencem ao governo. O pedido foi aceito pelo então deputado Eduardo Cunha em dezembro de 2015, atualmente preso e condenado a mais de 30 anos de prisão.

Na época, Michel Temer criticou a possibilidade de um processo de *impeachment*, alegando a instabilidade nacional. Mais tarde, em virtude de articulações dos setores conservadores, e de interesses próprios, ele mudaria de opinião. Em 29 de março de 2016 foi a vez de Temer romper com Dilma. Ele lhe enviou uma carta na qual reclamava ser apenas um “vice decorativo”. Hoje sabemos em parte os seus reais motivos.

A corrupção, essa variável infelizmente tão presente na nossa história brasileira, serviu de temática básica para o impedimento da presidente Dilma, como em 1964 a de Jango. Os partidos e movimentos sociais de esquerda que criticaram (e ainda criticam) o processo de afastamento de Dilma alegaram ser uma manobra eficiente para retirar o Partido dos Trabalhadores do poder. Também acusavam os políticos que apoiaram o *impeachment* de tentar barrar as investigações da Operação Lava Jato. A operação foi desencadeada pela Polícia Federal para combater a corrupção.

Entre os citados e alguns indiciados estavam os principais articuladores do afastamento, ou seja, do processo de *impeachment* da Dilma. As acusações de corrupção chegaram a Eduardo Cunha, a Michel Temer e a vários dos nomes escolhidos para o

ministério que sucedeu aquele presidido por Dilma.

Igualmente foram acusados de corrupção deputados federais e senadores que votariam pelo afastamento de Dilma. Seu opositor em 2014, Aécio Neves, não escapou das investigações e foi citado e está sendo réu em vários processos. Quanto ao vice, o senhor Michael Temer, posteriormente a sua saída da presidência chegou a ser preso em vários momentos, sendo réu em diversos processos de corrupção.

Igualmente o afastamento de Dilma Rousseff foi creditado à política de alianças costurada pelo PT. O PT aliou-se a tradicionais legendas de direita, como o PMDB, para se manter no poder. Isso foi visto pelos setores mais tradicionais do partido como uma traição, pois os aliados de direita poderiam não apoiar todos os pontos do programa petista. Após o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu como Presidente da República, hoje, como já dito, é réu em vários processos (SINGER, 2018).

Quanto ao processo de *impeachment*, ao contrário do processo que envolveu Fernando Collor no ano de 1992, o de Dilma foi marcado por polêmicas tanto no Parlamento como na sociedade, construindo ambiente de polaridades ideológicas e opiniões divergentes.

Enquanto entidades civis e movimentos sociais eram favoráveis à saída do presidente na época de Collor, Dilma contou com amplo apoio de organizações sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e movimentos sociais que organizaram manifestações no Brasil inteiro demonstrando apoio a sua permanência e questionando os motivos que levaram à abertura do processo.

Na denúncia que deu início ao processo de retirada de Dilma, as acusações eram de crime de responsabilidade por duas ações de sua gestão, com já dito: as chamadas “pedaladas fiscais”, que seriam manobras para simular um saldo positivo nas contas governamentais (gerando atrasos no repasse de recurso para bancos públicos), e os decretos para obter a abertura de créditos suplementares, o que teria sido responsável pelo governo gastar além do previsto no orçamento federal.

No tocando à cronologia do processo de afastamento, em 2 de dezembro de 2015 o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, admite o pedido de *impeachment*. Em 17 de março de 2016, após julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), a Câmara nomeou uma comissão especial para analisar o processo. A comissão especial era composta por 65 deputados que representavam 24 partidos. A ex-presidente teve cinco sessões para defesa. Em 11 de abril de 2016 a comissão da Câmara apresenta o relatório final favorável ao afastamento. Em 17 de abril de 2016, em plenário, 367 deputados federais votaram pelo

afastamento e 137 contra. Com a aprovação da maioria dos deputados, o processo foi para o Senado. Aos 12 de maio de 2016 Dilma foi afastada e Temer assume interinamente. Em 25 de agosto a sessão do Senado foi aberta pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski; em 26 de agosto houve debate entre a acusação e defesa; em 29 de agosto Dilma apresentou a defesa e foi questionada pelos senadores sobre as acusações que recebeu.

Numa tarde de quarta-feira, 31 de agosto de 2016, vestida de vermelho, rodeada de ex-ministros, deputados, senadores e lideranças sociais, Dilma fez o último discurso no Palácio da Alvorada, onde aguardara, de maio em diante, o resultado do julgamento. Às 13h36, o Senado proclamara, por 61 a 20, que ela era culpada. Como já mencionado, ela falou: “É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo”.

Mas golpe parlamentar não é golpe de Estado, que na grande maioria dos casos significa a tomada do poder pelas Forças Armadas; o que afastou Dilma foi pela toga e os interesses de uma classe dominante. O processo de impedimento, como colocado no cronograma, ficou repleto de incontáveis peripécias, foi um show midiático à parte.

Numa sessão de 9 horas e 47 minutos, televisionada na íntegra, 367 dos 513 deputados eram apoiados pela onda avassaladora a favor do *impeachment*, fazendo declarações de 15 segundos cada. O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediu: “que Deus tenha misericórdia dessa nação”. O palhaço Tiririca (PR-SP) votou “pelo meu país”. O gaúcho Sérgio Moraes (PTB-RS) mandou “feliz aniversário, Ana, minha neta”. O ex-capitão, atual presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro (PSC-RJ), reivindicou a “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, torturador durante a ditadura militar.

A bancada de 137 parlamentares contrária ao impedimento teve o direito de usar seus quinze segundos para defender o governo, a legitimidade do voto popular que reelegera Dilma em 2014, a honestidade pessoal da mandatária, lembrar Luís Carlos Prestes, Olga Benário e Carlos Marighella e, sobretudo, atacar como corrupto o homem que presidia a sessão com um permanente sorriso irônico nos lábios.

Cunha seria afastado do cargo pelo STF 18 dias depois do *impeachment*, cassado pela Câmara em setembro e condenado em março de 2017 a quinze anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Todo esse infeliz “show” no congresso, no Senado, que culminou com o processo de

impeachment de Dilma, durou sete dias. Durante três jornadas, presididas pelo ministro Ricardo Lewandowski, do STF, foram ouvidas testemunhas de acusação e defesa. A presidente defendeu-se em um discurso de 47 minutos e, durante uma maratona de 13 horas, respondeu a questionamentos de 47 senadores (SINGER, 2018).

No último momento, em deferência especial, “estranhamente” os senadores decidiram, por 42 a 36, não cassar os direitos políticos da ex-presidente. Oito senadores do PMDB, dentre os quais dois ex-ministros e o pai de um terceiro, votaram escandalosamente contra Dilma, mas apoiaram a preservação dos seus direitos, mostrando uma suave diferença em relação ao PMDB que havia na Câmara de deputados. Qual o motivo?

Bem, o vice-presidente, Michael Temer, que comandou pessoalmente a luta para impedir Dilma, teve de oferecer cargos no Banco do Nordeste, Furnas, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Itaipu etc. para conseguir os 54 votos de que precisava, pois ele não queria ser um vice decorativo, queria ser o próprio presidente (SINGER, 2018).

Assim, houve um golpe por dentro da Constituição. Um golpe pós-moderno, na expressão do cientista político Bernardo Ricupero, embora sustentado pelo velho atraso brasileiro. O PMDB e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se uniram para, sem comprovação de crime de responsabilidade da presidente, retirar o PT do Executivo, depois deste obter, em 2014, a quarta vitória consecutiva em eleições presidenciais (SINGER, 2018).

A falta de evidência de crime de responsabilidade, que a Constituição exige para decretar o impedimento, foi reconhecida até pela *Folha de São Paulo*, jornal sem simpatia pelo governo deposto:

“Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva” (in SINGER, 2018).

Ocorreu uma manobra constitucional para distorcer o espírito da lei. Em nome da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), atribuiu-se à edição de decretos de créditos suplementares assinados pela presidente e a atrasos no pagamento do Tesouro ao Banco do Brasil, que ela nunca assinou, o caráter de crime de responsabilidade.

Foram pretextos, pois os decretos faziam parte da rotina administrativa até outubro de 2015, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou a prática reprovável. Os senadores que condenaram Dilma resolveram aplicar a decisão de forma retroativa, o que não

faz sentido. Quanto aos atrasos ao Banco do Brasil, não dependiam dela, mas diretamente do Tesouro.

Autores têm observado que o *impeachment* constitui novo tipo de instabilidade na América Latina, o qual teria substituído os antigos golpes militares. O cientista político argentino Aníbal Pérez-Liñán listou sete impedimentos latino-americanos de 1992 a 2015. Segundo a cientista política Kathryn Hochstetler, os impedimentos pós-ciclo militar foram resultado tanto de protestos populares contra políticas neoliberais como de pressões das elites em relação a governos chamados progressistas.

O vice-presidente, Michel Temer, amparado em expressiva maioria congressional, assumiu o governo com a intenção de um projeto que tendia não só a revogar a integração obtida pelo lulismo como queria derrubar a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, congelar o gasto público por duas décadas, aprovar a terceirização de mão de obra para atividades-fim, fazer uma reforma trabalhista contra a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovar uma emenda constitucional que limitasse os benefícios da Previdência Social e, se possível, alterar o regime político na direção do parlamentarismo.

Temer nomeou um ministério disposto a diminuir o número de atendidos pelo Bolsa Família, reduzir as verbas destinadas à saúde e à educação, às universidades públicas e à agricultura familiar, a abrandar a fiscalização do trabalho escravo, a estancar a demarcação das terras indígenas e o reconhecimento das propriedades quilombolas. O desejo era o de revogar o que fora construído em matéria de democratização da sociedade, reinvenção da política e Estado de bem-estar desde os anos 1980 (SINGER, 2018).

3.1.2 Aspectos ideológicos e comunicacionais

Para lembrar, o resultado das urnas da reeleição de Dilma foi questionado, não de uma forma legal, mas pela elite e classe média, e dividiu o país. Os principais eleitores de Dilma Rousseff estavam no Nordeste.

A região é historicamente a mais pobre do Brasil e recebia a maior fatia dos programas sociais, pois era meta do governo de Dilma dar atenção aos mais pobres. Porém, para essa elite, chamada de oposição, os programas foram usados para angariar votos e garantir a manutenção do PT no poder.

No início do segundo governo, com demonstrado, Dilma recebeu pressões do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB. Cunha era líder do governo

na Câmara e rompeu com a Presidência da República em 17 de julho de 2015, e como ele mais de duas centenas de deputados, o que prejudicou muito a possibilidade de iniciativas para as medidas de melhoria no país (SINGER, 2018).

A sociedade brasileira ficou polarizada entre duas correntes: os que eram favoráveis à tese de crime de responsabilidade e os que caracterizavam esse movimento como golpe de Estado.

Após o término do processo no Senado, em 31 de agosto de 2016, apontou-se que aspectos econômicos e políticos foram preponderantes na decisão dos congressistas muito mais do que propriamente as implicações jurídicas das denúncias contra Dilma.

Tal versão foi corroborada após a aprovação do que era então chamado de “pedalada fiscal” dois dias após o *impeachment* por responsabilidade fiscal.

Com Michel Temer assumindo a presidência, uma das mais graves crises institucionais foi instalada no Brasil, em virtude da falta de legitimidade do novo governo por setores da sociedade. O novo presidente atingiu recordes históricos de desaprovação popular.

Os projetos que criaram a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso a Informações Públicas foram sancionados em 18 de novembro de 2011 pela presidente Dilma Rousseff, “ex-presa política” durante a ditadura militar. A comissão visava apurar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

Durante a cerimônia de sanção das duas leis, Dilma disse: “Não terá caráter punitivo nem compreenderá a revisão da Lei da Anistia, mas o sigilo desses atos não oferecerá nunca mais guarida ao desrespeito aos direitos humanos no Brasil” (*in* SARDINHA, 2012).

Os ministros do STF reconheceram, por unanimidade, a união civil entre homossexuais. A decisão assegurou que a união seja reconhecida como uma família para fins legais. Estão contemplados todos os tipos de direitos: partilha de bens, pensão, herança, adoção, mudança de nome e casamento civil. Antes de chegar ao Supremo, o tema enfrentou forte resistência no Congresso Nacional, principalmente das bancadas religiosas.

Em 2012 o poder e a política foram marcados pelas disputas municipais de outubro daquele ano. Na oportunidade houve perto de 400 mil candidatos que concorreram para vereador ou a prefeito nas cerca de 5.600 cidades do país.

E ano de eleição, como se sabe, equivale a ano de menos atividade em Brasília. O Congresso se esvazia a partir de maio. E fica assim até o fim do ano – quando voltam à capital federal dezenas de deputados e senadores frustrados com as eleições locais.

Foi um desafio para a presidente Dilma Rousseff o trabalho de curar as feridas de

quem se achava preterido pelo governo. Por causa do calendário eleitoral, terminou no meio do ano o período útil para Dilma Rousseff tentar aprovar projetos.

O ano de 2013 foi marcado por grandes acontecimentos políticos. Entre os mais expressivos, estão as manifestações que tomaram as ruas de todo o país a partir de junho. Além disso, a prisão dos condenados pelo esquema do mensalão no dia 15 de novembro, quando se comemora a Proclamação da República, também foi um fato histórico.

Os protestos no início da onda de manifestações foi inicialmente um ato contra o aumento da passagem do transporte público em São Paulo, que passaria de R\$ 3 para R\$ 3,20. Em 6 de junho o primeiro ato reuniu 2 mil pessoas no centro de São Paulo.

Ato se espalharam por diversas cidades brasileiras, principalmente as sedes da Copa das Confederações, realizada no país à época. Os manifestantes se concentravam nas áreas próximas aos estádios em que seriam realizados jogos, para chamar a atenção para suas reivindicações. Em 20 de junho mais de 1 milhão de pessoas se reuniram por todo o país.

Posteriormente, foi pegando volume e as reivindicações e seus protestos foram contra vários temas: corrupção, gastos exagerados com estádios da Copa, altos valores do transporte público, falta de representatividade do deputado Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, entre outros assuntos.

A consequência foram cinco pactos, propostos pela presidente Dilma Rousseff à sociedade alguns dias depois, como resposta à demanda das ruas em 24 de junho, após uma reunião com representantes dos manifestantes. Ela propôs reforma política, responsabilidade fiscal, investimentos em saúde, financiamento em transporte público, destinação de verba para a educação. Em outubro, Dilma disse que “os pactos representam, mais do que tudo, uma direção”.

Os autores do pedido de afastamento de Dilma Rousseff alegaram que ela maquiou as contas públicas e desrespeitou a lei orçamentária durante a campanha eleitoral. O objetivo seria dar uma falsa sensação de segurança à economia e garantir a reeleição em 2014. As manobras foram batizadas de “pedaladas fiscais” em uma alusão à atividade física preferida da presidente Dilma Rousseff. Ela costumava andar de bicicleta nas horas de folga. E a palavra “pedalar” usada de maneira vulgar quer dizer “enganar”.

Durante o ano de 2013, o seu mandato teve uma histórica onda de protestos da população, que se espalharam por todo o país. Mas também houve insatisfações relacionadas aos Poderes Executivo e Legislativo, em que se tornaram pautas principais questões sobre: condições de saúde, educação, segurança. Além disso, a volta da inflação ocasionou uma

grande queda na popularidade de Dilma, de governadores, prefeitos e deputados da maioria dos partidos do país.

Embora durante seu primeiro governo tenham surgido denúncias de corrupção incluindo vários de seus ministros, tendo sido a Operação Lava Jato um elemento importante nesse processo, a reeleição de Dilma Rousseff foi anunciada às 20h27 do dia 26 de outubro de 2014.

Em seu primeiro discurso após a reeleição, Dilma afirmou, em Brasília, que estaria aberta ao diálogo, que sua reeleição foi um “voto de esperança dado pelo povo” e que “a primeira e mais importante” reforma que pretendia fazer seria a política. Porém seu governo foi interrompido no ano de 2016 após o processo de *impeachment*.

3.2 A IDEOLOGIA DO GOLPE: ANÁLISE DO CORPUS

Neste tópico são apresentadas as descrições e as análises dos dados coletados sobre o evento em questão. Concentramos as análises nas efetivas peças (editoriais) do jornal *O Globo*, nos momentos que antecederam o impedimento, por cerca de 30 dias antes do episódio central em 31 de agosto de 2016 (*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff), além dos editoriais posteriores, ou seja, até 30 de setembro de 2016. Assim, coletaram-se 60 peças (editoriais) para análise.

Todo o material que reúne essa investigação, na sua forma jornalística, como a sua pauta (escolha do tema ou assunto), apuração (escolhas das informações, dados e verificação da veracidade dos fatos), sua redação (transformação dessas informações num texto) e a edição (correção e revisão dos textos), nas suas narrativas, foi retirado na sua plenitude do próprio site do jornal *O Globo*, e todas as peças encontram-se na sua íntegra nos anexos deste trabalho e podem ser acessadas em <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/>>.

Dessa maneira, cria-se uma necessidade diante da temática apresentada neste capítulo, qual seja, identificar os principais editoriais a serem usados com a finalidade de realizar as análises das categorias.

Minayo (2003) descreve que a função da categoria é reunir um grupo de ideias ou expressões em um conceito que possa incluir todos os sentidos expressos, visando à verificação de hipóteses, na medida em que permita formular respostas às questões apresentadas. Assim, são evidenciadas as seguintes categorias.

3.2.1 A lei e a ordem, progresso, anticorrupção, corrupção, espírito de patriotismo – o verde-amarelismo, antilulismo, antivermelhos

O jornal *O Globo* do dia 9/8/2016, em seu editorial sob o título “Sem salvação” (anexo BH), destaca em letras garrafais a sua opinião.

Conforme Arêas (2015, p. 49), “nessa batalha por hegemonia, guerra de posições, destacam-se os ‘partidos’, que são sempre expressão de um grupo social. O partido expressa e ao mesmo tempo constrói a verdade coletiva organizada, para que a classe, ou fração de classe, tenha um carácter mais homogêneo”.

Nesse contexto, o próprio tema diz tudo: “Sem salvação”. Na narrativa fica evidente que “Iludem-se” funciona como uma espécie de provocação e desafio. Cria-se uma ideia de frustração direcionada contra os lulopetistas, enfim, ao PT.

Observa-se que antes mesmo do julgamento do impedimento da sra. Dilma os petistas (lulopetistas) já estão julgados e condenados, até mesmo a própria presidente por analogia, afinal ela pertence a esse partido, ela é lulopetista, então, só esse fato já a condena, pela visão do redator da matéria.

Portanto, por pior que sejam as denúncias contra o vice na operação Lava Jato, isso pouco importa! O importante é que ela não volte, mas por quê? Porque as denúncias “degradariam ainda mais o quadro político-institucional”; o editorial trabalha a ideia e a informação de desordem social caso Dilma permaneça.

O jornal procura se identificar com a “opinião pública”, claro, segundo seus termos, mas com o ponto de vista da maioria dos seus leitores, como já comentado no capítulo primeiro, especialmente a classe média, que não é a maioria dos brasileiros. Então, o conceito se caracteriza em um processo altamente elitista, que a imprensa assume como seu porta-voz (ARÊAS, 2015, p. 46).

Aqui não se faz uma distinção entre o homem político (ex-presidente) e o partido que ele representa e/ou seus partidários, bem como a própria presidente Dilma, e sim pretende-se manchar a sua imagem, alegando que todos os petistas são desonestos ou estão envolvidos na Lava Jato, sobretudo na pessoa da Sra. Presidente, que não pode ser absolvida, pois ela também cometeu um crime, conforme o editorial.

Quanto ao vice, o Sr. Michael Temer, que assumiria a presidência, não importa se ele está envolvido em escândalos de corrupção, o que importa, segundo o editorial, é que ela não volte: “ILUDEM-SE lulopetistas que acham que denúncias na Lava Jato contra Temer lhes

garantiriam a volta de Dilma” (O GLOBO, 9 ago. 2016).

Mesmo sem nenhuma denúncia efetiva, que dirá provas cabais de corrupção que até hoje não foram apresentadas contra ela, a sra. Dilma não tem chance, já está condenada!

Pior, de acordo com o editorial, “seria ruim para todos” a sua volta ou a permanência degradaria a nação, por ser ela uma malfeitora, “citada em malfeitos”. Então, perguntamos: Quais foram esses malfeitos, se até o presente momento não há nenhuma acusação formal contra ela?

No editorial do dia 11/8/2016, sob o título “ESTICARAM” (anexo BJ), da mesma maneira, os petistas ou lulistas, aqui representados pelos funcionários públicos, professores, são tidos como vagabundos, por tirarem férias em agosto, na verdade pior, “férias remuneradas” estendidas em agosto.

Para Gramsci (*apud* ARÊAS, 2015, p. 49), os jornais e as revistas, incluindo “a imprensa de informação”, supostamente “apolítica”, são também partidos de determinados grupos sociais, “comprometidos com a difusão e consolidação de visões de mundo”.

Então, aqui, seguindo a ideia de que as férias estão tão boas que vale a pena esticá-las, nota-se mais uma vez o uso de Lula como algo negativo, pejorativo e único responsável pela “FALTA de cuidado dos servidores com os usuários”. Todavia o editorial não menciona o direito e a oportunidade de o funcionário público fazer greve. Ninguém discute os motivos legais (direito a greve) que levaram a essa paralisação.

Podem-se destacar vários motivos reais dessa paralisação, as condições ambientais, como os salários baixos, defasados e/ou principalmente atrasados, além da falta de uma política educacional e valorização da carreira dos professores, os escassos recursos e materiais utilizados em sala de aula. Sem contar a carga excessiva de horas de trabalho, impactando de maneira pessoal em forte estresse na lida com os alunos, a própria estrutura das escolas, que em grande parte são deficientes em termos de acessibilidade, os ambientes tensos em função da insegurança pública, entre outros.

Enfim, resumindo, todos os professores são “vagabundos”, “TIRARAM FÉRIAS em agosto” ou “estenderam as férias”. E novamente é feita uma forte e direta associação ao sindicato, então pertencem a Lula, são do PT.

O editorial deixa clara a falta de cuidado dos servidores com os usuários e transfere um problema crônico do Governo do Estado do Rio de Janeiro na falta de uma boa gestão, na atenção e no comprometimento com a sociedade.

O editorial vai além, joga a responsabilidade dos problemas educativos sobre os

ombros dos professores (vagabundos), pois esticaram as férias, como responsáveis na falta de cuidado com todo esse contexto social.

Em nenhum momento percebe-se a preocupação do redator em discutir ou apontar as causas e os efeitos desses movimentos sociais, esses atos de greve e suas reivindicações; não são pautas de quem redige, não é o objeto narrativo. Pelo contrário, é feito um destaque negativo, desestimulante, de incompetência, de maus-tratos por parte de quem deveria ensinar e educar.

Conforme Netto (2008, p. 10),

compreendemos, portanto, que a *eficácia* da imprensa burguesa como instrumento de hegemonia se deve, fundamentalmente, ao fato de ela criar e veicular uma visão de mundo reificada, oferecendo ao leitor, por meio de estereótipos, mitos, *faits divers*, uma representação sensacionalista, fragmentária e descontextualizada do real histórico.

Com o título “CÚMPLICES”, no editorial do dia 13/8/2016 (anexo BL) fica uma espécie de justificativa mais do que necessária, viável de acusação à presidenta Dilma Rousseff, pois afinal ela é do PT, portanto, “cúmplice”. Está aí um bom motivo, segundo o editorial, para efetivamente retirar uma presidenta eleita legitimamente: “cúmplices na crise da legenda”.

Mas isso é aceito? Bem, o editorial continua, “VALE, ENTÃO, registrar” que ninguém do próprio partido denunciou o lulopetismo, uma vez que o PT é uma catástrofe. Dessa maneira, o partido, por não ter feito nenhuma autoacusação, aderiu à corrupção.

Pela narrativa, nenhuma das facções “falou grosso para denunciar que o lulopetismo estava conduzido o PT a uma catástrofe, ao aderir à corrupção no assalto a empresas públicas, entre elas a Petrobras, supostamente defendida pelo partido”, portanto, são “CÚMPLICES” (O GLOBO, 13 ago. 2016).

Está justificada a retirada de Dilma, haja vista ela ser do PT, mesmo sem provas efetivas. Lógico, a narrativa já julgou e justificou a necessidade de tirá-la da presidência. Como se não houvesse outros políticos e outros partidos corruptos que assaltaram a Petrobras e outras empresas, muitos dos quais aceitaram o pedido de *impeachment* e até participaram da votação do processo. “Importa dizer que o processo foi aceito por um presidente da Câmara que é réu no STF e age por vingança? Importa saber que, em caso de *impeachment*, assume o partido que está há trinta anos no poder e tem diversos envolvidos na operação Lava Jato?” (PENA, 2017, p. 15).

Levando-se em conta o presidente da Câmara à época, salienta-se que “os 304 deputados da base aliada eram apenas nominais, pois era o bloco do Presidente da Câmara o Sr. deputado Eduardo Cunha que comandava dois terços do conjunto, dos quais 157 teriam sido financiados por ele próprio” (SINGER, 2018, p. 195).

Em 18/8/2016 o editorial recebeu o título “RÉQUIEM” (anexo BQ).

“Réquiem” é uma prece litúrgica em forma de música que se faz aos mortos cujo início contém as palavras em latim “*réquiem aeternam*” (repouso eterno).

Conforme o editorial, “restou um clima de despedida” antes mesmo da votação no Congresso e da própria defesa da presidente. O jornal manifesta que ela já foi julgada e que a denúncia de “golpe” é inverossímil, que nem o próprio PT acredita mais nessas declarações. Até mesmo uma tentativa democrática de consulta pública seria um sonho. Conforme Coutinho (2014, p. 7),

na disputa pela hegemonia, na promoção de ideais identitários, na regulação de comportamentos, na administração da memória, na constituição da opinião pública e na formulação de agenciamentos democráticos. A mídia é conceituada aqui, em suma, como um dispositivo capaz de influenciar significativamente, das formas mais diversificadas, a vida cotidiana e a atuação política dos indivíduos – a maneira como agem, sentem, desejam lembram, convivem e resistem. As divergências (menos ou mais profundas) na ênfase e na perspectiva das análises estão atreladas, essencialmente, ao modo como são concebidas as relações de poder no interior da sociedade.

A mídia induz a seleção e a forma de reflexão dos acontecimentos sociais, atribui sentido muito bem afinado com os interesses das classes dominantes da sociedade, aqui segue um bom exemplo. Do editorial do dia 19/8/2016 (anexo BR), destaco um forte alinhamento ao presente trabalho, inicialmente com o título, “MENTIRA”, ou seja, a ideia de golpe não passa de uma mentira, algo irreal; a ideia do golpe, além de ser uma mentira, passa por uma farsa e com o tempo vai se desfazendo em nada, insignificância, virando em pó.

“A FARSA do golpe”, a expressão deixa clara a ironia; geralmente esse termo é usado para caracterizar algo ou alguém considerado fora do comum, desconhecido, irreal, surreal. Mas, segundo o jornal, o golpe vai virando pó até mesmo no exterior, “à medida que a golpeada continua a gozar de plenos direitos garantidos por uma Constituição republicana” (O GLOBO, 19 ago. 2016).

Reitera-se que qualquer cidadão tem o direito a se defender; Dilma, ainda, foi vítima de uma acusação falseada, duvidosa, meramente política. E o fato de ela ir ao Senado se defender de viva voz significa, de acordo com o jornal, que ela gozou de plenos direitos, ainda

mais porque tal ato está representado na Constituição.

Todos sabemos que pouco adiantaria, foi só para cumprir tabela, pois já tinham julgado e condenado, como o próprio jornal. Dessa forma, isso só foi caracterizado para que se afirmasse “Veja com somos democráticos, jamais foi golpe, nós respeitamos a Constituição”.

Ter o domínio dos meios de comunicação de massa torna-se a mais efetiva fórmula de impor à sociedade valores, crenças, determinações e visões de mundo. A imposição muitas vezes não se dá de forma direta, mas está disfarçada naquilo que o receptor assimila e filtra a mensagem midiática, a partir de seu repertório cultural, buscando sentidos convergentes com as suas experiências de vida (MARTÍN-BARBERO, 2003).

O jornal *O Globo* traz, no dia 23/8/2016, o editorial intitulado “AUTOESTIMA” (anexo BV). O texto mostra que todo o processo duvidoso do *impeachment* de Dilma é também responsável pela falta de autoestima dos cariocas e, em segundo momento, a todos nós como país, por esse grande abalo nacional.

Apresenta uma mistura de insatisfação, uma situação contraprodutiva, ou seja, contra o progresso da nação, a lei e a ordem (“pesada e inevitável agenda... reformas para consertar”). Traz a ideia de que Dilma foi responsável pelo “navio naufrágio” e criou uma agenda “antipatriótica”, em última análise.

Bem, isso se inicia no Rio de Janeiro, com os cariocas, depois aos outros brasileiros. Toda a crise pela qual o país passou (e passa) é fruto diretamente da agenda do *impeachment*, que é esquecida por um momento, durante as Olimpíadas. Vemos aí a ideia de “pão e circo”.

Porém logo voltaremos à tristeza do dia a dia, proporcionada, claro, por Dilma, quando será logo retomado na sequência o processo de *impeachment*, ou seja, ninguém aguenta mais, vamos acabar logo com isso! Então, vamos condená-la, vamos afastá-la! Dessa maneira o país melhora. Que venham, portanto, a ordem e o progresso (governo Temer).

No entanto isso não ocorreu na troca do senhor Michael Temer e tem custado a acontecer com o novo presidente, o senhor Bolsonaro. Estamos em um momento político e econômico muito duvidoso e de muita desesperança, ou seja, o *impeachment* demonstrou que não era a causa, e sim efeito desse contexto.

Sob o título “DUAS FACES”, o editorial do dia 27/8/2016 (anexo BZ) descreve que “do ponto de vista técnico, o indiciamento do casal Lula e Marisa [...], no inquérito aberto na Lava-Jato sobre o verdadeiro proprietário do célebre tríplice do Guarujá, nada tem a ver com o julgamento final do *impeachment* da presidente afastada, Dilma Rousseff [...]”

Realmente, do ponto vista legal, sabe-se que os argumentos atribuídos ao casal (Lula e Marisa) não têm nada que ver com o processo de *impeachment* de Dilma, mas, então, por que o jornal os menciona? Percebe-se que o editorial, de uma maneira tendenciosa, usa dessa retórica para associar o indiciamento do casal pela Polícia Federal como atos ilegais.

Faz a seguinte analogia, que ambos são “desmandos”, assim de forma ideológica, embora é dito que não há nenhuma reação nesse sentido “nada tem a ver com o julgamento final do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff”, depois afirma claramente que sim, “MAS, NO mundo político, tem”, pois “OS desmandos no campo ético e também legal levam a prisões e a indiciamento como este”, ou seja, o jornal faz uma dinâmica tendenciosa nessa associação.

É dito no editorial: “MAS, NO mundo político, tem [o indiciamento do casal Lula e Marisa tem a ver com o julgamento final de Dilma], porque se trata de mais um fato importante na história da passagem do lulopetismo pelo poder” (O GLOBO, 27 ago. 2016). O jornal tenta desqualificar Dilma, ao fazer essa associação.

Pior, associa os desmandos políticos de Dilma aos desmandos econômicos, na área fiscal. O editorial vai além, associa os seus desmandos no campo ético e legal. Mas quais? Afirma que isso levará ao indiciamento e à prisão. De Dilma? Bem, do que estamos falando aqui? Do casal Lula e Marisa, que junto com Léo Pinheiro (OAS) e outros, foi indiciado pela Polícia Federal, no inquérito aberto na Lava Jato sobre o verdadeiro proprietário do célebre triplex do Guarujá, ou do processo de *impeachment* e condenação de Dilma? Claro, a ideia do edital é associar ambos, criar essa indução.

Essa ideia fica muito clara quando usado o referencial teórico de Gramsci na fala de Arêas (2015, p. 50): jornais e revistas procuram “modificar a opinião média da sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando e, última instância, introduzindo novos olhares comuns”. A imprensa difunde “determinados tipos de cultura” e, ao fazê-lo, funciona com “escola de adultos”.

O editorial do dia 31/8/2016 foi veiculado com dois títulos (anexo CD). O primeiro – “DILMA CHEGA VULNERABILIZADA À VOTAÇÃO” – inicialmente introduz a ideia de intensos debates e momentos de defesa ao longo de oito meses, desde o afastamento da senhora Dilma, e passa a impressão de que ela teve todo os seus direitos plenamente exercidos em sua defesa.

Usa a figura de um guardião, o presidente do Supremo Tribunal, o ministro Ricardo Lewandowski, o “guardião de corpo presente” da fase final do processo. Afirma que Dilma

tem um apoio “minguante” nas ruas de sustentação, que passou a resumir a movimentos e entidades que orbitam em torno do PT.

Volta a enfatizar que os petistas, inclusive a senhora Dilma, se beneficiaram do acesso fácil ao Tesouro nos governos, ou seja, são “ladrões”, e isso na representatividade do PT faz bem ao processo de impedimento. Novamente faz associação ao ex-presidente Lula e ao partido PT, e os fatos do impedimento não são discutidos.

Embora Dilma tenha feito um discurso competente de sua defesa, na análise do editorial, ela o fez “como sempre, no Senado para se defender, Dilma não deve ter mudado votos contra si. Na extensa parte da sessão em que respondeu às perguntas e críticas dos senadores, foi a Dilma de sempre: irritadiça, autoritária, confusa” (O GLOBO, 31 ago. 2016). Ela já estava julgada.

Conforme o editorial, “Não restaram dúvidas sobre a culpabilidade da presidente Dilma” e o seu vice iria salvar a nação, “Na essência, é o que o governo Temer se propõe a fazer, e está certo” (O GLOBO, 31 ago. 2016).

Dilma, no entanto, fiel a convicções erradas, pôs em prática a visão de que “gasto em custeio é vida” e, desde o final do segundo mandato de Lula, passou a induzir uma política de expansão de defesas sem limites. Nós sabemos da essência de Temer, envolvido na Lava Jato, réu em vários processos e que realizou os mesmos gastos em custeio e “curiosamente” não foi impedido.

O jornal, levando em conta o referencial de Gramsci, pratica hegemonia, passando a ser o porta-voz do público, imparcial, íntegro, guardião da moralidade e dos valores coletivos. Todavia transforma os valores neoliberais em dogmas (ARÊAS, 2015).

No outro texto do dia 31/8/2016, sob o título “SEGURANÇA DO RIO NECESSITA DE FORÇAS ARMADAS”, veicula-se a velha retórica do “SOS Forças Armadas” para salvar a nação! Ninguém, em sã consciência, duvidaria da capacidade do nosso exército, da competência de seus soldados.

Mas nós não estávamos em guerra. O editorial menciona policiamento e combate à violência criminal: “Nelas, o policiamento reforçado e o apoio de tropas das Forças Armadas funcionaram como elementos coercitivos contra a violência criminal”. Eles seriam os salvadores da pátria, extremamente necessários, segundo o texto.

Isso reacendeu o debate sobre até que ponto militares podem usar a força para confrontar o crime organizado. O ideal é fazer um levantamento, com base na legislação e nas regras internas das Forças Armadas, sobre o que o soldado está ou não autorizado a fazer

durante ações de segurança pública.

Precisamos discutir as causas sociais da violência, por que houve a falência ou, pelo menos, a ausência do Estado e analisar a crise econômica e fiscal que causa impacto imediato na criminalidade e, de especial intensidade, no Rio de Janeiro.

O editorial até fala da necessidade de se determinar as causas, porém não prioriza tal pauta; “a permanência no Rio das Forças Armadas mesmo após as eleições é uma providência irreversível”.

Essas ações são feitas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República. Logo após ser empossado como presidente no lugar de Dilma Rousseff, o senhor Michel Temer (MDB), que é o comandante em chefe das Forças Armadas, já afirmou que choques devem ser evitados mas, “se houver necessidade, [o militar] parte para o confronto” (in MAZUI; CARAM; CASTILHOS, 2018).

As missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem. As operações de GLO concedem aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia.

Essa motivação advém do esgotamento dos meios de segurança pública, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com o objetivo de padronizar as rotinas e servir de instrumento educativo e de doutrinação para as forças preparadas para atuar nesse tipo de ação, a pergunta que se faz é: Eles estão preparados para assegurar a tranquilidade sob risco de perturbação da ordem?

Na prática isso é muito questionável. Estamos acostumados a ver e ouvir sobre missões frustradas do ponto de vista da segurança pública e civis sendo constantemente alvejados.

Konder (2002, p. 217) pondera que

a ideologia dominante – que é assumida pelas classes dominantes – difunde amplamente a convicção de que a inquietação é sinal de imaturidade, inconformismo é sintoma de neurose, e se difunde discretamente a convicção de que adaptar-se à situação atual é prova de sensatez.

O editorial “PARA QUE JAMAIS HAJA OUTRO *IMPEACHMENT*”, de 1.º/9/2016 (anexo CE), é o primeiro após o impedimento, afastamento e condenação de Dilma Rousseff e estabelece uma ideia para que seja o último impeachment ou sugere isso. Será uma recaída de consciência na pergunta “Estamos fazendo o que é legal?”.

Inicia fazendo uma comparação entre Dilma e Brizola (cunhado de Jango), ambos gaúchos, talvez com os mesmos alinhamentos ideológicos do Golpe de 1964, ambos são socialistas. De acordo com Arêas (2015, p. 51), “o Globo rejeita aprioristicamente soluções anticapitalistas e chama os adversários do capital de ‘ideólogos’ além de ‘atrasados’, ‘violentos’ e ‘antidemocráticos’”.

O texto menciona o PT, que resolveu “comprar” a base parlamentar, para viabilizar um projeto de eternização no poder. Acusa o partido de ter assaltado a Petrobras, outras empresas públicas e de ter se enredado em um novelo do qual está longe de se livrar nos tribunais, tudo para se perpetuar no poder. Note-se que não há uma acusação contra a presidente que seja clara a razão de seu impedimento.

O editorial cita o crime de responsabilidade fiscal, mas mesmo assim há um questionamento extremamente duvidoso nesse aspecto. Logo o editorial relaciona um real motivo: “pois o julgamento no Congresso é de cunho político”. Continua, “No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica” (O GLOBO, 1.º set. 2016).

O editorial afirma claramente que o motivo são as questões ideológicas, segue um trecho:

Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que “vontade política” é o que resolve problemas no governo. Algo de sabor stalinista. Ao ir contra leis, a Carta e princípios técnicos inamovíveis, cometeu suicídios. Collor sofreu impeachment devido à ética; Dilma, por investir contra pilares institucionais que o Brasil começou a construir no Plano Real, a partir de 1994, com Itamar e Fernando Henrique Cardoso. Eduardo Cunha é, na “narrativa” lulopetista, peça central de um onírico complô em que se misturam corruptos temerosos da Lava-Jato, defensores do ex-presidente da Câmara e “inimigos das conquistas sociais”. E, claro, a “mídia” (O GLOBO, 1.º set. 2016, grifos meus).

Atribui ao senhor Eduardo Cunha, à época presidente da Câmara de Deputados, a derrota a esses crimes: “bastaram os crimes cometidos em 2015, conforme limitação imposta pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao aceitar o pedido de impeachment, para derrotar Dilma e o lulopetismo de pedigree brizolista” (O GLOBO, 1.º set. 2016).

O texto termina de forma a deixar claro que a situação servirá como um modelo, para que ninguém jamais haja dessa maneira ou cometa os mesmos erros.

Alternativas anticapitalistas sempre foram duramente combatidas pelo jornal *O Globo*, que não deixou de reclamar por repressão sempre que considerou que os movimentos populares estavam “indo longe demais” em suas reivindicações. Ao mesmo tempo, o jornal

buscava a “filantropia”, visando estimular ações sedimentadas, de cunho individual, voltadas a rebaixar a consciência de classe dos grupos subalternos e reduzir a participação popular a âmbitos mais estreitos (ARÊAS, 2015).

A partir de agora qualquer governante que pense em atalhos à margem da lei, no manejo orçamentário, precisará refletir sobre as implicações de seus atos. O mesmo vale para delírios no campo político-institucional. O fortalecimento não é apenas das cláusulas da responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o do lulopetismo. Serve de aviso geral à nação (O GLOBO, 1.º set. 2016, grifos meus).

Seria necessário reler esse editorial para o senhor Michael Temer, que assumiu a presidência no lugar de Dilma e cometeu os mesmos “erros” e muitos mais, porém não houve processo de impedimento. Por que, então, essa diferença? Crime de responsabilidade fiscal não é motivo para impedimento?

O editorial do dia 2/9/2016 recebeu o título “NA LEI” (anexo CF). Fica patente a intenção na transmissão da ideia de que tudo ocorreu na mais perfeita harmonia e legalidade, ou seja, um ar de ordem e de legalidade.

O editorial afirma que no Brasil não houve golpe nem bagunça política, tudo foi feito rigorosamente na lei, ao contrário do que aconteceu na Argentina (“JÁ OS “hermanos””), ou seja, lá não é bem assim. Isso quer dizer que aqui existe um processo democrático, conforme o editorial demonstra: “UMA SITUAÇÃO muito diferente da brasileira, em que tudo transcorre sem sobressaltos” (O GLOBO, 2 set. 2016). Nós agimos em nome da ordem, da legalidade, nós somos muito diferentes, não foi golpe! O editorial do dia 4 de setembro (anexo CH) reafirma a mesma ideologia. Não se abre um espaço para discussão da legalidade, não seria o seu público-alvo. O jornal não teria a eficácia se defendesse um determinado projeto político e, ao mesmo tempo, desagradasse boa parte de seus leitores.

Às vezes as pressões populares podem trazer à tona temas e atores “indesejáveis” para grupos que controlam a mídia, que são “obrigados” a “apresentá-los”, ainda que do ponto de vista das classes dominantes, das quais fazem parte os proprietários dessa grande mídia, mas não o fizeram nesse caso.

Intitulado “CONFUSÃO”, o editorial do dia 3/9/2016 (anexo CG) evidencia a velha retórica de que aqui nós somos mais brandos sempre, mais organizados, menos agressivos. Nós temos a lei e a ordem. Até a nossa ditadura foi mais suave, não tão intensa como nos demais países da América Latina. Aliás, como alguns afirmam, não foi ditadura, foi uma revolução! Isso é um grande engodo!

O ator e diretor Wagner Moura, em entrevista sobre o lançamento de seu filme *Marighela*, fala exatamente sobre o assunto:

A arte é sempre um ambiente que te faz pensar. E é por isso que agora, no Brasil, há uma grande campanha contra a arte e a cultura. Contra o pensamento crítico, contra os livros. E se você estudar a história dos governos fascistas pelo mundo, verá que esses são os primeiros sinais, que isso é o vento que antecede a tempestade e a mudança semântica, que também acontece agora no Brasil. Ou seja, as pessoas começam a falar: “Ah, não foi o ‘Golpe de 1964’, foi o ‘Movimento de 1964’”. Ou: ‘A ditadura não foi tão severa no Brasil, foi mais branda do que no Chile e na Argentina’. Esse tipo de porcaria.... Acredito que é difícil afastar o Brasil disso agora, já que temos um governo de extrema-direita.... (in GHETTI, 2019).

Conforme essa mesma analogia, os países que foram menos agressivos na crítica ao *impeachment* são um pouco melhores do que outros, mas há os mais agressivos, como na frase, “MENOS AGRESSIVO que os bolivarianos, Venezuela e outros, o Uruguai reclamou do impeachment de Dilma, por considerar que a presidente havia sido ‘legitimamente eleita pelo povo brasileiro’” (O GLOBO, 3 set. 2019).

Independentemente de ser mais ou menos agressivo, o ponto importante e relevante a ser discutido é que tais países declararam oposição, são contra o processo de *impeachment* e reclamaram do efetivo golpe.

Aqui o próprio jornal é o legislador, julgador e propagador de uma ideologia massiva: “SIM, E legalmente removida [Dilma] do cargo pelo Congresso, por cometer crimes de responsabilidade em malversações orçamentárias. Tudo muito claro” (O GLOBO, 3 set. 2016).

O jornal, por meio desse editorial, vai muito além, aqui está a pérola maior, o mais incrível, o jornal afirma que os votos de milhões de brasileiros “não valem nada”: “ESTE ARGUMENTO é tão fraco e sem sentido quanto o de que 54 milhões de votos (por que não 80 milhões ou mais?) não podem ser ‘cassados’. Por que não?” (O GLOBO, 3 set. 2016).

Assim, em um processo político duvidoso, precedido de um econômico mal explicado, atribuído ou pelo menos associado à má gestão como presidente, ao “conjunto da obra”, frase comumente dita por diversos parlamentares na ocasião, muitos deles de reputação duvidosa, em virtude de Dilma não ter negociado nos termos da velha política, na troca de favores, ela foi “cassada”.

Sim, o editorial usou o termo “cassada”. Mas por quem? Por muitos que efetivamente estão envolvidos em escândalos de corrupção e, apesar de terem-na tirado da presidência, não cassaram os seus direitos políticos. Não soa estranho?

O jornal não discute tal questão e não dá espaço para esses contrapontos. Há uma intencionalidade clara; ela foi a única a cometer os “crimes”, então, fica claro: “NÃO PODE É QUANTIDADE DE VOTO TORNAR POLÍTICO INIMPUTÁVEL”. Essa frase chega a agredir um Estado democrático de direito.

Em 5/9/2016 veiculou-se o editorial intitulado “QUESTÃO ARITMÉTICA” (anexo CI).

O afastamento da presidente Dilma Rousseff aqui é fato consumado. Restou claro o poder de convencimento de que não houve só o crime de responsabilidade e que, no regime presidencialista, o Parlamento pode afastar um presidente legitimamente eleito pelo que se está chamando no texto de “conjunto da obra”; o editorial usa a expressão “questão de aritmética”.

A ciência política e a história serão responsáveis por julgar se o *impeachment* teve alguma legitimidade ou se constituiu um golpe parlamentar. Como indica o editorial, a matemática vai auxiliar nessa análise política.

Nessa aritmética, sopa de números a que o editorial faz menção, a lógica da linguagem não é o cálculo matemático, mas a vontade política e o viés ideológico. Isso é observado no início do texto:

O debate mais aceso sobre política fiscal vem de longe. Mais precisamente desde o final do segundo governo Lula, quando a crise mundial, agravada em fins de 2008 pelo estouro definitivo da bolha especulativa imobiliária-financeira americana, serviu de pretexto para, por meio da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o governo adotar o velho programa econômico do PT – intervencionista e estatista (O GLOBO, 5 set. 2016).

Esses números e suas fórmulas matemáticas vêm de longe. O editorial menciona:

A desaceleração se aprofundou e criou-se a tempestade perfeita: recessão e a consequente queda de receitas; inflação em alta e, devido à indexação de gastos, despesa ladeira acima. A fórmula da queda do Tesouro está posta. Não há como sair da hecatombe sem reformas estruturais (O GLOBO, 5 set. 2016).

Ressalta-se que Dilma queria fazer as reformas, algo que não foi dito pelo editorial. Todo o Congresso já estava maquinado contra ela. A questão matemática reside no fato de ela não ter praticado a velha política de que é “dando que se recebe”. Dilma acabou recebendo o impedimento por não ter o número para aprovação.

Ao que consta, vários governos praticaram esses cálculos e nem por isso foram impedidos, inclusive o posterior à própria presidente.

Júlio Miragaya (presidente do Conselho Federal de Economia), no texto “RETROCESSO SOCIAL”, publicado também no jornal *O Globo* do dia 5/9/2016, tem uma opinião mais técnica acerca do assunto:

O afastamento da presidente Dilma Rousseff é fato consumado. Restou claro que não houve crime de responsabilidade e, no regime presidencialista, o Parlamento não pode afastar um presidente pelo que se está chamado de “conjunto da obra”. A ciência política e a História serão responsáveis por julgar se o impeachment teve alguma legitimidade ou tratou-se de um golpe parlamentar. Na raiz da atual crise fiscal do país está a opção que a sociedade fez em 1988, inserindo na CF um sistema de proteção social (SUS, seguro-desemprego, ampliação da aposentadoria rural), o que, naturalmente, demandava recursos. É esse sistema que impede que, mesmo com forte queda do PIB e do nível de emprego, não tenhamos bordas de flagelados, saques nas periferias de nossas metrópoles, como era comum há vinte anos. Mas a capacidade de financiamento do sistema chegou a seu limite. Não há, contudo, como atender às crescentes demandas sociais sem ampliar a receita pública, o que requer uma radical mudança em nosso modelo tributário, que incide excessivamente sobre o consumo (56%) e a renda do trabalho (16%), e de forma pífia sobre a renda do capital e a riqueza (28%), na contramão do resto do mundo. Na média dos países da OCDE, por exemplo, a tributação sobre a renda do capital representa 67% do total dos tributos arrecadados, restando apenas 33% sobre consumo e renda do trabalho. Entretanto, em lugar deste debate, direciona-se a discussão para uma suposta e inexistente ganância do setor público, em particular em relação às despesas com educação, saúde e previdência social, responsabilidade pelo aumento do déficit público, e omitindo-se as principais razões, que são os gastos com juros da dívida pública (responsável por 75% do déficit nominal), as excessivas renúncias fiscais e a frustração de receita. Para buscar o reequilíbrio das contas públicas, o governo Temer propõe um conjunto de ações que constituem evidente retrocesso social: a PEC 241 sugere o congelamento em valores reais dos recursos destinados à saúde e à educação, quando esses já são insuficientes para atender à enorme demanda. (O Fórum de Secretários Estaduais de Saúde estima que nos próximos 20 anos R\$ 650 bilhões serão retirados da saúde). A reforma trabalhista traz enorme insegurança a dezenas de milhões de trabalhadores e a reforma previdenciária propõe idade mínima para aposentadoria no Brasil igual à adotada na Suécia ou no Japão, “esquecendo-se” que nesses países a expectativa de vida é dez anos superior à brasileira. Como sugerir que o trabalhador rural se aposente aos 65 anos se a expectativa de vida da população no campo nas regiões Norte-Nordeste é de 63 anos? É evidente que o Brasil precisa retomar o quanto antes o crescimento econômico, mas não a qualquer preço, e sim preservado a inclusão social e avançado na distribuição social da renda (MIRAGAYA, 2016).

Destaco o trecho em que o economista afirma: “[...] o Parlamento não pode afastar um presidente pelo que se está chamado de ‘conjunto da obra’. A ciência política e a História serão responsáveis por julgar se o *impeachment* teve alguma legitimidade ou tratou-se de um golpe parlamentar”.

Miragaya (2016) questiona como crescer e cuidar do lado público (social):

[...] direciona-se a discussão para uma suposta e inexistente ganância do setor público, em particular em relação às despesas com educação, saúde e previdência social, responsabilidade pelo aumento do déficit público, e omitindo-se as principais razões, que são os gastos com juros da dívida pública (responsável por 75% do déficit nominal), as excessivas renúncias fiscais e a frustração de receita.

O economista vai além:

A reforma trabalhista traz enorme insegurança a dezenas de milhões de trabalhadores e a reforma previdenciária propõe idade mínima para aposentadoria no Brasil igual à adotada na Suécia ou no Japão, “esquecendo-se” que nesses países a expectativa de vida é dez anos superior à brasileira.

O autor termina fazendo um questionamento:

Como sugerir que o trabalhador rural se aposente aos 65 anos se a expectativa de vida da população no campo nas regiões Norte-Nordeste é de 63 anos? É evidente que o Brasil precisa retomar o quanto antes o crescimento econômico, mas não a qualquer preço, e sim preservado a inclusão social e avançado na distribuição social da renda.

Talvez essa fosse a vontade da senhora Dilma, interrompida em função do poder econômico.

Sob o título “RESSACA”, o editorial do dia 6/9/2016 (anexo CJ) faz menção à “ressaca”, analogia ao impedimento da Dilma, aos dias posteriores a esse fato, mas fazendo críticas à Constituição de 88 e à década de 1990, sobre políticas públicas, algo um tanto quanto desconexo.

O editorial assinala que estamos colhendo hoje a consequência desses atos no passado. Diz que o problema da crise fiscal se agrava em função das condições atuais (à época) do governo de Dilma, que foi revelado pelo Globo no passado, um furo de reportagem, sobre os problemas das 5.700 prefeituras do país. A maioria delas está na penúria, e isso é ressaca do impedimento?

A narrativa do editorial “VALE A CARTA”, do dia 9/9/2016 (anexo CM), é muito clara e direta contra Dilma e o PT. As manifestações contra Temer são democráticas e atrativas do que as favoráveis a Dilma; só contra Dilma é que vale a pena, apesar de Temer cometer os mesmos “erros” ou até maiores. E, por mais estranho que pareça, não há necessidade de impedimento.

Segundo o editorial, resta-nos esperar as urnas (aproximadamente dois anos), mas no caso de Dilma não pudemos. Temer terá a chance de trabalhar com afinco para consertar os danos causados na economia por ela, PT e aliados. Bem, ela não teve a oportunidade de poder trabalhar com afinco, não deixaram!

O editorial de 13/9/2016, sob o título “SOMBRA” (anexo CQ), faz menção a Dilma como sombra aos atuais governantes: “olha o que ela fez de errado quando caía, cuidado, vocês podem sofrer do mesmo mal”. Ele não considera quem pratica tais atos de agora, como

errôneos ou culposos pela Lava Jato, só fala o que Dilma “fez” de errado. Cuidado, ela serve de sombra de imagem negativa, responsável ainda pelos erros cometidos dos outros governantes.

É um fato a tendenciosidade do jornal em alinhar a sua fala com o público-alvo, “as classes médias e classes dominantes em geral, procurando uni-las em torno de um programa neoliberal” (ARÊAS, 2015, p. 53).

Na mesma linha que o anterior, o editorial do dia 14/9/2016, intitulado “ASSOMBRAÇÕES” (anexo CR), refere-se a situações passadas, agora relatando um “caso de polícia”, sobre o assassinato do prefeito petista de Santo André, Celso Daniel, na grande São Paulo, tentando correlacioná-lo ao lulismo. E reitera: “SANTO ANDRÉ continua uma pedra no caminho do lulopetismo” (O GLOBO, 14 set. 2016).

Sob o título “ASSOMBRAÇÕES”, o próprio editorial faz o papel da assombração, como se fosse uma “racionalização da consciência” de mais um item somado na conta do lulopetista, conseqüentemente do PT e de Dilma. O susto pode ser grande, isso também está computado no “conjunto da obra” para Dilma e petistas de uma forma geral, o que justificaria o impedimento. Será?

De acordo com Konder (2002, p. 217), “a ideologia dominante – que a das classes dominantes – [...] difunde discretamente a convicção de que adaptar-se à situação atual é prova de sensatez”.

Em 15/9/2016 o editorial veio sob o título “FRUSTRAÇÕES” (anexo CS). O texto afirma que a presidenta Dilma atuou para sabotar e obstruir a Operação Lava Jato. Para isso, ela nomeou o ex-presidente Lula para ministro, a fim de salvá-lo das mãos do juiz Sergio Moro.

Bem, expliquemos os acontecimentos. O ex-juiz Sergio Moro é o atual ministro da Justiça do governo Bolsonaro. Lula iria concorrer com Bolsonaro a disputa à presidência nas eleições de 2018 e, segundo as pesquisas, vinha como um forte candidato.

Moro sofreu questionamentos por parte de alguns ministros do Supremo sobre a forma como divulgou as informações sobre Dilma nomear Lula; houve erros de conduta, publicamente divulgados. Erros que ajudaram a criar uma imagem negativa de Dilma e Lula.

Moro vem sofrendo sérios arranhões na sua imagem desde que os diálogos entre ele e membros da força-tarefa vieram a público revelando bastidores da operação, principalmente nesse caso do ex-presidente Lula. Mas, claro, não há um editorial destacando essa trama toda, há?

As conversas ocorridas no ambiente de um sistema de comunicação privada, o chamado Telegram, divulgadas pelo site The Intercept Brasil, mostraram que, no papel de magistrado, Moro deixou de lado a imparcialidade e atuou ao lado da acusação. As revelações enfraqueceram a imagem de correção absoluta do atual ministro de Jair Bolsonaro e podem até anular sentenças dele dada a Lula.

Só uma pequena parte do material havia sido exposto até agora — e ela foi suficiente para causar uma enorme polêmica. Em parceria com o site, VEJA realizou o mais completo mergulho já feito nesse conteúdo. Foram analisadas pela reportagem 649.551 mensagens. Palavra por palavra, as comunicações examinadas pela equipe são verdadeiras e a apuração evidencia que o caso é ainda mais grave.

Moro cometeu, sim, irregularidades. Fora dos autos e dentro do Telegram, o atual ministro pediu à acusação que incluísse provas nos processos que chegariam depois às suas mãos, mandou acelerar ou retardar operações e fez pressão para que determinadas delações não andassem. Além disso, revelam os diálogos, comportou-se como chefe do Ministério Público Federal, posição incompatível com a neutralidade exigida de um magistrado.

Na privacidade dos chats, Moro revisou peças dos procuradores e até dava bronca neles. “O juiz deve aplicar a lei porque na terra quem manda é a lei. A justiça só existe no céu”, diz Eros Grau, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, falando em tese sobre o papel de um magistrado. E continua: “Quando o juiz perde a imparcialidade, deixa de ser juiz” (*in GREENWALD et al., 2019*).

O termo “FRUSTRAÇÕES” caberia mais para o senhor atual ministro da Justiça, que em tese representa ser o algoz da justiça.

O editorial intitulado “AOS FATOS”, veiculado em 17/9/2016 (anexo CU), é bem curto.

A expressão “aos fatos” demonstra realidade, convicção e verdade. O editorial menciona os grandes “paladinos da justiça”, os senhores promotores da Lava Jato, os quais interrogaram o Sr. Lula de modo brilhante. O então juiz Sergio Moro levou à prisão, também de forma brilhante, o maior amigo de Lula (termo usado pelos procuradores), porque fraudou um empréstimo feito ao PT e, claro, ao Lula. Como ficam as seguintes denúncias feitas aos procuradores?

Dentro da relação estabelecida pela dupla (Juiz Sergio Moro e Dallagnol), chama atenção também o momento em que Dallagnol dá dicas ao “chefe” sobre argumentos para garantir uma prisão. Isso aconteceu em 17 de dezembro de 2015, quando Moro informa que precisa de manifestação do MPF no pedido de revogação da prisão

preventiva de José Carlos Bumlai, pecuarista e amigo de Lula. “Até amanhã meio dia”, escreve. Dallagnol garante que a ação será feita e acrescenta: “Seguem algumas decisões boas para mencionar quando precisar prender alguém...”. À luz do Direito, é tão constrangedor quanto se Cristiano Zanin Martins fosse flagrado passando a Moro argumentos para embasar um habeas-corpus a favor de Lula (GREENWALD *et al.*, 2019).

Sem dúvida, os “fatos” precisam e devem ser apurados, mas com imparcialidade. Naquele momento, deveria ter havido um bom espaço para essa discussão, porém não houve interesse. Hoje (2019) temos nitidamente informações que valeriam a pena serem discutidas amplamente.

O editorial do jornal *O Globo* de 18/9/2016 (anexo CV) recebeu como título “NÃO HÁ VIA LEGAL PARA ANTECIPAÇÃO DE ELEIÇÕES”.

A ideia do texto não é discutir a possibilidade de antecipar as eleições, e sim dizer que não há viabilidade, e dar a impressão de que “não que não a desejamos”, mas não há condições estruturais para isso.

O que mais impacta nesse editorial é o fato de, explicitamente, em vários momentos, afirmar que o *impeachment* “não foi golpe”, que não passa de uma tese risível construída pelo PT.

E embora a tese do golpe tenha sido tratada no exterior e levado a sério no mundo acadêmico, como está escrito no texto, para o jornal não passa de uma narrativa risível. E afirma essa ideia várias vezes:

Ao discurso do “golpe” segue-se a ressurreição das “diretas já”, uma bandeira política inexecutável, a não ser na ruptura institucional de um golpe de Estado. Mas a militância precisa de combustível. Foi, então, exumado o slogan “diretas já”. Simpático, mas inadequado, por inexecutável (O GLOBO, 18 set. 2019).

Realmente a democracia, conforme o que se entende desse editorial, é simpática, porém inadequada, porque é inexecutável:

Não apenas pelas fundadas diferenças entre os momentos históricos – em 1984, a ditadura militar resistia a permitir o retorno do voto popular, enquanto hoje se cumpre o que estabelece a Constituição promulgada em 1988 e a lei 1.079, do *impeachment*, de 1949, atualizada em 2000 para incorporar preceitos da responsabilidade fiscal, atropelados por Dilma e por isso cassada. Não há alternativa legal para se antecipar eleições (O GLOBO, 18 set. 2019).

Vê-se que o golpe de 2016 tem legalidade jurídica; não há necessidade de colocar tanques na rua. A mídia massiva e os comentários dos intelectuais são reforçados pelos grupos de interesses dominantes. Goulart (2014, p. 195) assevera:

A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância.

No dia 19/9/2016 (anexo CW) o jornal *O Globo* veiculou dois textos de editorial. Aqui será usado o texto de Ezequiel Teixeira, à época deputado federal (PTN-RJ):

O editorial demonstra de forma muito clara, eficiente e transparente a argumentação que todos nós queremos ouvir, porque ninguém aguenta mais a “corrupção” praticada entre empresas e partidos políticos com relação às verbas eleitorais, que vêm sendo manipuladas para outros fins.

Conforme o site Transparência Internacional (ÍNDICE..., 2018), o Brasil apresenta sua pior nota desde 2012 e caiu da 96.^a para a 105.^a posição no ranking da transparência internacional. Nenhum país atingiu a nota máxima no Índice de Percepção da Corrupção (IPC).

O IPC é a mais duradoura e abrangente ferramenta de medição da corrupção no mundo. Ela existe desde 1995 e reúne resultados de 180 países e territórios.

A pontuação indica o nível percebido de corrupção no setor público, numa escala de 0 a 100, em que 0 significa que o país é considerado altamente corrupto e 100 que o país é considerado muito íntegro.

Na liderança do ranking em 2018 está a Dinamarca, com 88 pontos; o Brasil está com 35 pontos. Entre os dez países mais bem colocados, sete são nações europeias, além de Nova Zelândia, Singapura e Canadá, único representante das Américas no grupo.

Todos esses países têm em comum instituições democráticas fortes, um Estado de Direito sólido, ampla liberdade de imprensa e liberdades civis. Já os países com menos pontos são pobres e estão envolvidos em conflitos ou com instituições democráticas frágeis.

A pior nação ranqueada foi a Somália, com 10 pontos, seguida por Síria (13), Sudão do Sul (13), Iêmen (14) e Coreia do Norte (14).

Na Américas (Norte, Central e Sul), o Brasil ocupa a 20.^a posição entre os 32 países, o que representa uma queda de posições significativa nos últimos anos. Em 2012 ocupávamos a 12.^a posição.

No período Jamaica, Suriname, Trinidad e Tobago, Argentina, Guiana, Colômbia e Panamá nos ultrapassaram. O Canadá segue, desde 2012, na liderança do ranking nas Américas com a menor percepção de corrupção da região (ÍNDICE..., 2018).

Fica óbvio que precisamos urgentemente resolver esse “câncer” no Brasil. O editorial é perfeito em sua colocação: “A população brasileira espera, ansiosamente, pela reconstrução do país. Sem dúvida, é necessária a adoção de medidas que possam estancar a corrupção que tem arruinado nosso Brasil” (TEIXEIRA, 19 set. 2016).

Ezequiel Teixeira explica a forma como a corrupção é articulada no meio político e empresarial e como alguns dos nossos representantes são eleitos dentro dessa trama e afiança que a elaboração de medidas eficazes de combate à corrupção, passa a ser um grande desafio para o Congresso.

No entanto afirma que os causadores desse câncer são os petistas. Escreve ele: “Ao cruzar as doações de campanhas eleitorais com contratos dos candidatos do PT à Câmara dos Deputados em 2006, concluiu-se que as empresas doadoras receberam até 40 vezes o valor investido, nos anos subsequentes, em contratos públicos”. Aqui é necessário ressaltar que na Câmara de Deputados não há somente petistas.

As palavras do deputado federal Ezequiel Teixeira são lindas, maravilhosas e impactantes:

Não se pode mais tolerar que o poder econômico conduza nossa política, que está corrompida por interesses individuais e empresariais, e visam apenas ao lucro, deixando de lado o bem-estar social e o papel fundamental que as instituições devem ter no desenvolvimento do país. A caminhada é longa, mas já demos um passo importante no combate ao câncer do Brasil: a corrupção! (TEIXEIRA, 19 set. 2016).

Porém o único partido mencionado como exemplo de corrupção foi o PT.

Portanto, partimos do pressuposto de que o jornal *O Globo* busca seu verdadeiro papel na sociedade capitalista. A ideia de “neutralidade” e “objetividade” procura dissimular os interesses de classe presentes na mídia.

Como frisa o autor Arbex Júnior (2001, p. 161),

mesmo a frase mais simples sobre evento mais “objetivo” – algo como “choveu ontem” – terá de ser diagramada na página do jornal. A escolha do local da página onde será dada a notícia depende de uma interpretação, de uma hierarquização de outras notícias em relação a esta.

Em 21/9/2016 o jornal traz em seu editorial o texto “LADO CERTO” (anexo CY).

O primeiro compromisso internacional de Michel Temer depois de tomar posse foi seu discurso em reunião da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Brasil, por tradição, sempre abre a Assembleia-Geral da ONU, desde 1947. A tradição começou na segunda Assembleia-Geral. Quem discursou foi Oswaldo Aranha, então

ministro das Relações Exteriores.

Não se sabe ao certo o porquê de nosso país ser o escolhido para sempre inaugurar o evento mais importante da ONU. Uns dizem que foi para evitar as tensões entre Estados Unidos e União Soviética, que começavam a se estranhar na famosa Guerra Fria. O Brasil era um país considerado neutro.

O fato é que tal privilégio não é uma regra escrita. Nenhum texto ou norma da ONU determina que o Brasil sempre faça o discurso inaugural da Assembleia. Mas o costume se manteve ao longo dos anos e rendeu à presidenta Dilma Rousseff o marco de ser a primeira mulher na história a fazer o discurso inicial, em 2011. Em 2013 ela teve a oportunidade de denunciar os desmandos da inteligência americana em alto e bom tom, para o mundo todo ouvir.

Bem, o editorial manifesta que a atitude de alguns países, por meio de seus representantes, de não ouvir o discurso de Temer claramente explicita que “[...] os regimes autoritários, nacionais-populistas do continente se solidarizam com o lulopetismo e Dilma, afastados do poder por meio de regras constitucionais” (O GLOBO, 21 set. 2016).

O editorial não declara que o PT foi o partido de um regime que mais trabalhou efetivamente para causas sociais nos últimos anos, sendo reconhecido internacionalmente por isso.

Assim, a ideia motivada pelo editorial, quando afirma essa relação cultural e ideológica entre os povos citados no editorial, fica destorcida intencionalmente. Seria como diria Coutinho (1980a, pp. 84-85): “quebrar a autonomia da sociedade civil e de reprimir o seu pluralismo”, ou seja, distorcer a ideia e organizar a cultura num sentido conveniente aos grupos hegemônicos.

Segundo o editorial, o PT está enganando a todos quando diz que houve um golpe de Estado no Brasil. O texto afirma que o processo de impedimento ocorreu conforme “regras constitucionais”, assim segue o mesmo alinhamento de “distorção dos fatos para a manutenção e estabilidade do Estado, garantindo as relações de produção e propriedade, necessário à dominação do capital” (COUTINHO, 1980a, p. 84-85).

Para o jornal, “[...] vigora o estado democrático de direito e do outro lado estão [está] uma ditadura stalinista tropical [...]” (O GLOBO, 21 set. 2016). Com relação a esse trecho não é possível saber se quem escreveu foi tendencioso e mentiroso ou nunca teve uma boa aula de História, ao comparar o regime do PT ao stalinismo. Enfim, haja criatividade.

Além disso, afirma-se que estamos do “lado certo da história”. De que lado o autor

está falando? De que história?

Em um texto curto, intitulado “IDEIA”, o editorial do dia 22/9/2016 (anexo CZ) é assim veiculado:

O PRESIDENTE Michel Temer se apressou a esclarecer que não sabia que seu ministro Geddel Vieira acha que beneficiários de caixa dois não podem ser punido. Quer, com isso, evitar ser envolvido na articulação espúria destinada a anistiar quem recebeu dinheiro “por fora” de empreiteiros.
QUANTO MAIS não seja, a simples defesa feita pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo da descriminalização do caixa dois prova que a ideia cavilosa da anistia pelo menos circula – ou circulou – em altos escalões (O GLOBO, 22 set. 2016).

De qual ideia o editorial trata? Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) foi ministro da Secretaria de Governo do presidente Michel Temer. Inicialmente deixou o cargo porque foi acusado pelo ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero, de tê-lo pressionado a conceder a licença de construção de um prédio de luxo localizado em um bairro nobre de Salvador. Tal licença havia sido barrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Geddel está preso desde 2017 no presídio da Papuda, em Brasília. Segundo a procuradora-geral da República do Brasil, sra. Raquel Dodge, ele está preso por correr o risco de fuga e ter cometimento de novos crimes, pois Geddel “já deu mostras suficientes do que, em liberdade, é capaz de fazer para colocar em risco a ordem pública e vulnerar a aplicação da lei penal” (*in* D’AGOSTINO; OLIVEIRA, 2019).

Temer, que está envolvido diretamente com Geddel e por várias vezes foi citado nos mesmos processos, chegou a ser preso de forma preventiva. Ambos, em conjunto com o sr. Eduardo Cunha, foram os articuladores do processo de impedimento de Dilma Rousseff. Essa “ideia” o editorial não cita!

O editorial de 23/9/2016, sob o título “CERCO” (anexo DA), informa sobre a prisão de Guido Mantega.

Nota-se uma verdadeira tentativa de atingir, desqualificar e condenar Dilma Rousseff com o título sugestivo de “CERCO”. Faz menção a Guido Mantega, Eike Batista, Petrobras, lulopetistas envolvidos na Operação Lava Jato e, dessa forma, tenta associá-los na íntegra à sra. Dilma. Explicitamente o texto avisa que ela poderá ser a próxima, uma espécie de caçada humana: “serve como um sinal amarelo”.

Ela está até hoje aguardando esse sinal. Em contrapartida, a grande maioria que a derrubou está presa ou indiciada, envolvida nesses escândalos. Percebe-se que o jornal busca em todo o momento associá-la e desqualificá-la, alinhando-a à corrupção, em uma espécie de

justificativa pelo “*impeachment*”. No entanto o jornal faz o papel de uma espécie de “partido” entendido com veículo de difusão de visão de mundo e de ideologias burguesas (ARÊAS, 2015).

Vejamos o editorial de 24/9/2016, com o título “INVASÃO DE ESPAÇO” (anexo DB).

Percebe-se, novamente, um ar de “legalidade”, da lei e ordem, o “bater do bumbo” da mídia. Como já dito na introdução deste trabalho, os meios de comunicação, como *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e os principais jornais e rádios do país na época *bateram bumbo* contra Getúlio.

Naquele momento, criaram um lema, uma forte ideia na opinião pública de que o país era um “mar de lama” e de que o “presidente estava mergulhado em corrupção”. Depois vieram os verdadeiros fatos, que a própria história valida, que essa indução estava longe de ser a verdade.

Esta é a temática do presente trabalho: os editoriais de 2016 são reatualizações dos de 1964, e se deu certo naquele momento, vamos agora também “bater o bumbo” contra Dilma. São “ecos do golpe”: a expressão sugere a permanência de formas culturais do período ditatorial em nossa sociedade (COUTINHO, 2015).

“SUPREMO SINALIZA AVAL À REFORMA TRABALHISTA” é o título de um dos editoriais de 25/9/2016 (anexo DC).

Uma das questões apontadas nesse texto que seria favorável para a melhora da economia é a reforma trabalhista. Bem, a reforma trabalhista vigente foi introduzida pelo governo Temer e votada na Câmara do Congresso em abril de 2017, mas só foi aprovada no Senado em julho desse ano, em duas votações.

Naquele momento, o presidente Michel Temer estava implicado no escândalo de corrupção com a divulgação de áudios envolvidos no processo da delação da JBS, que o comprometia diretamente e enfraquecia o seu governo.

Assim, o governo estava em crise, e Temer tinha pressa para articular e aprovar a reforma trabalhista e enviar um sinal visto como positivo para o empresariado.

A reforma trabalhista, após ter passado pela Câmara em abril e já nas mãos dos senadores em julho, corria o risco de ter modificadas regras aprovadas pelos deputados. Portanto, o projeto teria de voltar para a Câmara para ser novamente discutido, fazendo com que o governo perdesse mais força.

O governo de Temer, já enfraquecido e inseguro, pela possibilidade de os deputados

criarem mais dificuldades para reavaliar o texto, prometeu aos senadores que, caso o texto fosse aprovado em Senado, não precisando retornar à Câmara e seguisse para sanção presidencial, mudaria pontos do projeto depois, por medida provisória.

A ordem era: aprova-se como está e o governo mexe depois. Temer cumpriu o acordo com o Senado e enviou uma medida provisória. As medidas provisórias (MPs) são editadas pelo governo e entram em vigor imediatamente, sem a necessidade de serem analisadas pelo Legislativo em um primeiro momento (muito questionável do ponto de vista democrático).

Porém, decorridos 120 dias da assinatura do presidente, a Câmara e o Senado precisam efetivamente validá-las, já com as regras em vigor. Assim, nesse momento é que os deputados e senadores analisam e discutem o texto.

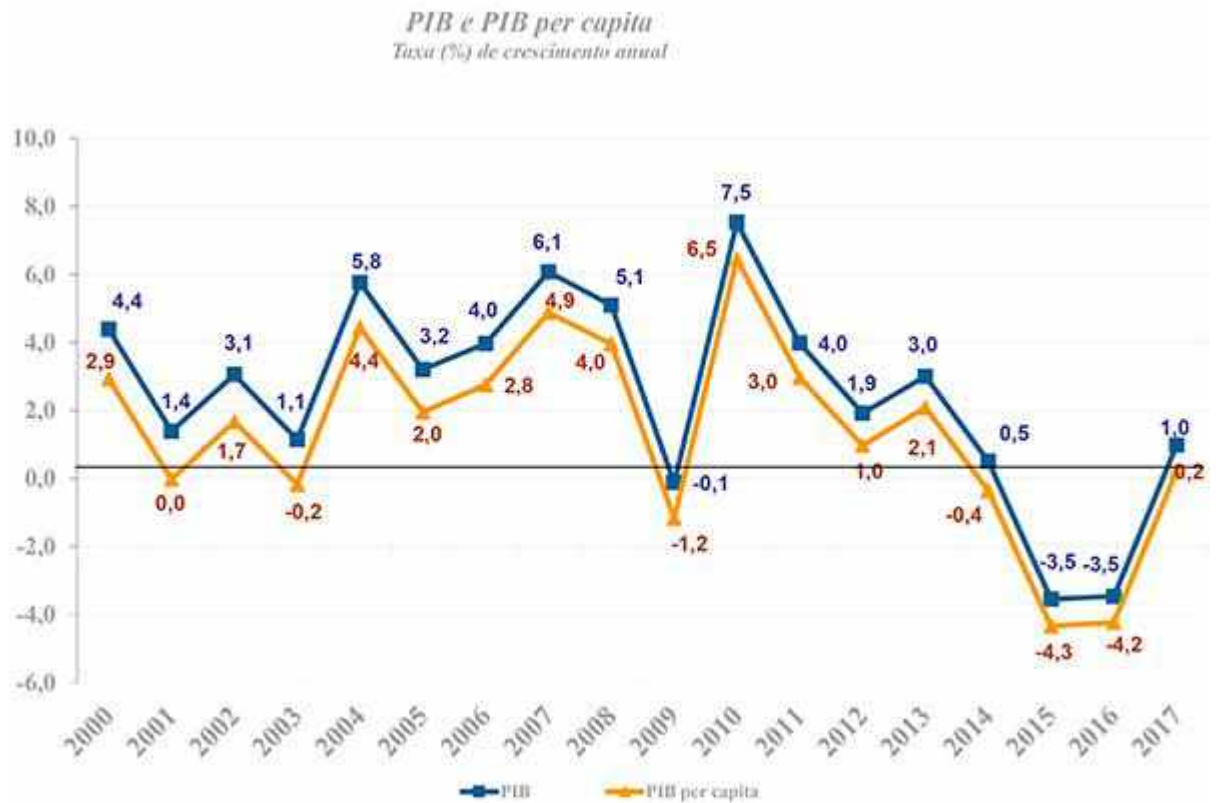
Com o eleito Rodrigo Maia como presidente-tampão da Câmara após a saída de Eduardo Cunha, que era, oficialmente, um aliado do governo Temer, foram aprovadas as medidas provisórias (reforma trabalhista) de forma apressada e tumultuada, sendo um assunto extremamente importante para a sociedade e principalmente ao trabalhador brasileiro.

Aprovada em novembro de 2017, a reforma trabalhista de Temer, de lá para cá, não conseguiu ampliar a oferta de novas vagas, como prometeram alguns de seus defensores. Quanto aos processos trabalhistas, diminuíram significativamente em função da maior autonomia da classe patronal em relação à classe trabalhadora nesse novo processo, de uma forma extremamente assimétrica.

Apesar de a ideia dessa proposta trabalhista ser a de alavancar a economia do país, o projeto fere princípios constitucionais relevantes para a economia brasileira, como a proteção à dignidade da pessoa humana, a valorização do trabalho, a função social da propriedade e a proteção ao meio ambiente, que são direitos inalienáveis.

Ademais, não gera demanda de consumo, portanto não proporcionará desenvolvimento econômico e emprego. Em novembro de 2017 a taxa de desemprego era de 11,7%, decorridos quase dois anos de sua implementação estamos em um patamar de 13%.

No tocante ao PIB, conforme IBGE, em 2017 cresceu 1,0% em relação a 2016, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016. O PIB *per capita* teve avanço de 0,2% em termos reais, alcançando R\$ 31.587, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - PIB e PIB per capita

Fonte: PIB AVANÇA... (2018)

Em 2018 atingiu 1,1%, e a expectativa de crescimento da economia em 2019 está em 0,87%, conforme o relatório do Banco Central do Brasil (BOLETIM..., s.d.).

Portanto, o país não cresceu como o esperado, e considera-se que a reforma pode comprometer os negócios brasileiros no âmbito internacional, com possíveis embargos econômicos decorrentes de práticas violadoras de Direitos Humanos e do descumprimento de dispositivos previstos em tratados internacionais.

O editorial, porém, destaca a necessidade da reforma: “[...]é mesmo urgente tomar medidas que comecem a dar garantia de que o Brasil conseguirá reverter a tendências de quebra do Tesouro, um processo de insolvência cujo avanço é medido pelo aumento do peso da dívida pública no PIB” (O GLOBO, 25 set. 2016). E reafirma que ela seria eficaz para a melhoria da economia: “[...] felizmente, um item da agenda de mudanças, a ideia de que o melhor a fazer para oxigenar o mercado de trabalho é privilegiar o acordo entre patrões e empregados, por sobre a arcaica CLT, ganha apoio na sociedade e também dentro do Estado”.

Fica clara a hegemonia da mídia. As coisas não ocorreram dessa maneira, não até então. Mais uma vez destaco os interesses do ponto de vista da classe patronal, do

empregador, e o judiciário dá “legalidade”, ficando de fora as classes trabalhadoras e a sociedade como um todo nesse processo de discussão, posto que são eles os afetados diretamente.

Pior, não há espaço efetivo na mídia para a discussão; contrapontos sequer foram apresentados para uma discussão democrática. Assim fica o dito como verdadeiro, racional, com única solução a ser executada para as “benesses” do trabalhador. Assevera Goulart (2014, p. 195): “São eles [os meios de comunicação em massa] que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância”.

O outro editorial do dia 25/9/2016 recebeu o título “UMA ELEIÇÃO EM TEMPOS DE FESTAS E CRISES” (anexo DC).

Mais uma vez, de forma hegemônica, faz-se uma correlação do PT com os malfeitores. O editorial destaca que o processo de impedimento da presidenta Dilma foi longo e estressante e que todos nós (país) estamos de “ressaca”, quadro em que o organismo está intoxicado pelo álcool. A ressaca é uma reação natural do corpo. Ela ocorre quando o corpo precisa de alguma forma eliminar o álcool ingerido, dessa forma os órgãos precisam trabalhar mais do que o normal, dando a ideia de intoxicação. O órgão responsável por metabolizar o álcool é o fígado, e ele só consegue metabolizar em média uma dose de bebida alcoólica por hora. Para desintoxicar o organismo, acaba produzindo e liberando várias substâncias tóxicas que contribuem para a tal da “ressaca”. Todo esse processo gera um desconforto, e depois os efeitos do álcool passam, o que geralmente acontece no dia seguinte à bebedeira.

O redator desse editorial descreve uma série de mazelas, iniciando pela área da saúde, e aproveita para criticar: voltar ao “[...] regime dos servidores estatutários em postos, unidades de saúde e hospitais piorará a situação dos pacientes. Seria um retorno ao passado” (O GLOBO, 25 set. 2016). Faz-se uma apologia ao governo Dilma, aos seus malfeitos.

Apresenta como um caminho aos possíveis candidatos políticos manter os ganhos dos investimentos da Olimpíada, “seu legado”. Porém que tomem muito cuidado com a ideia de “[...] aumentar impostos sobre os ‘ricos’ [...]”, pois “[...] nunca se pensa nos efeitos colaterais: fuga de empresas, de empregos, e assim por diante. O eleitor deve aguçar a atenção para avaliar qual a seriedade das propostas dos candidatos” (O GLOBO, 25 set. 2016).

Percebe-se explicitamente um alinhamento hegemônico. Claro, não são factíveis, se não for da forma apresentada pelo jornal. Conforme o editorial, trata-se de “sedução populista de toda eleição”.

Intitulado “CULPA”, o editorial do dia 27/9/2016 (anexo DF) foi bem sucinto.

E agora chegamos à “culpa”. Ela tem uma origem. Diante de todos os editoriais aqui relacionados, fica muito óbvio que ela está relacionada ao PT e principalmente ao governo Dilma, apesar de ter “dimensões históricas”, todavia só o governo Dilma deixou de reagir a ela de forma competente.

O jornal revela que há prefeitos do PT muito bem avaliados, embora o partido tenha sempre sido chamado pelo próprio de malfeitor, corrupto, populista. Acredito ser um dos seus “presságios”. É justamente esse o título do editorial de 30/9/2016: “PRESSÁGIOS” (anexo DI).

Presságio significa intuição ou pressentimento, ou seja, o indício de que algo está próximo de acontecer no futuro. Popularmente, os presságios costumam representar sinais de acontecimentos que ocorrerão na vida das pessoas no futuro.

Quando se preveem situações afortunadas e positivas, diz-se que se trata de um “bom presságio”, caso contrário (desgraças e azar) a intuição é definida como um “mau presságio”.

O jornal *O Globo* é muito bom em “presságios”, é muito efetivo para o seu leitor nos seus editoriais, em função de seu perfil ideológico, interesses mercadológicos, representante do capital e da elite conservadora. Vem, portanto, promovendo uma forte relação hegemônica.

Nessa perspectiva, na sua constante retórica de associação do PT aos malfeitos, em uma relação direta com os seus simpatizantes, comenta de forma irônica que “o nunca antes imaginado alijamento de Lula de uma campanha se soma ao uso parcimonioso do vermelho por candidatos petistas, e até mesmo a supressão da clássica estrela de santinhos e faixas, quando ela não aparece em tamanho liliputiano” (O GLOBO, 30 set. 2016).

O jornal usa seu editorial para dizer que “[...] vem mesmo um duro troco no partido, pelos seus malfeitos, nas urnas de domingo”. Demonstra, poucos dias antes da eleição, a sua crítica tendenciosa contrapartidária, mas muita alinhada com a sua postura ideológica e hegemônica. Assim afirma Netto:

Aponta-se, nesse sentido, uma identidade entre os processos de hegemonia e reificação. A liderança intelectual e moral burguesa tem sido um processo cuja força reside, precisamente, na sua capacidade de mistificação e coisificação das consciências. Para obter o consenso ativo dos dominados, de maneira a incorporá-los ao seu projeto de dominação, os grupos dirigentes fazem suas certas tendências e aspirações das massas, despolitizando-as porém; assimilam as falas populares, esvaziando-as de sua historicidade; apropriam-se de seus signos petrificando-os, integrando-os ao sistema de valores da cultura dominante. Pode-se dizer, portanto, que *a coisificação da consciência das classes subalternas é o processo característico da hegemonia burguesa*. Podemos concluir, na esteira das reflexões de Mézáros sobre a ideologia, que o imenso poder dos impressos na era industrial

clássica não decorre apenas da esmagadora força material e do correspondente arsenal político-cultural à disposição dos grupos dominantes. O poder da hegemonia burguesa, do qual a imprensa foi talvez o principal instrumento (NETTO, 2009, p. 12, grifos no original).

3.3 “O PRESENTE CONTÉM O PASSADO”

Para liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória. Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa lhe escreve outros livros, lhe dá outra cultura e lhes inventa outra história.
Milan Kundera

Com o propósito de permitir o enriquecimento da nossa reflexão, realizamos neste tópico uma revisão do referencial de Gramsci, além de disponibilizar as falas dos editoriais de 1964 e 2016 em suas categorias de forma conjunta, para o leitor analisar e aferir as suas similaridades mesmo em períodos distintos.

Assim, iniciamos com um olhar historiográfico. Evidentemente não estamos refletindo a história como disciplina, mas com um olhar filosófico, uma forma de nos apropriar e nos inserir nos contextos sociais no golpe de 1964 e no golpe de 2016, “sendo a vida um ato de historicidade”, “porque há de se pensar que todo esse conhecimento vivido como algo relativo a um movimento histórico”. Barbosa (2012, p. 154) continua:

Se considerarmos também que a história se refere sempre ao fracasso ou ao sucesso de homens que vivem e trabalham juntos em sociedades ou nações, com pretensão ou ao verdadeiro ou ao verossímil, a história é sempre o fragmento ou o segmento do mundo da comunicação. São os atos comunicacionais dos homens do passado o que se pretende recuperar como verdade absoluta ou como algo capaz de ser acreditado como verídico. É, nesse sentido, que podemos afirmar ser a história ato comunicacional.

Portanto, pretende-se perceber as características de atos comunicacionais massivos que, conforme nossa reflexão, geraram um protagonismo midiático nos momentos apresentados (1964-2016), destacando sobretudo os processos vividos nesses atos e nas práticas da comunicação que envolveram as falas (editoriais) do jornal *O Globo*, as quais afetaram muitos atores sociais (indivíduos, organizações, sociedade e o próprio país como um todo).

Dessa maneira, se há uma verdade em dizer que as falhas do passado nos ajudam no presente, então que nossa leitura de Gramsci hoje seja mais historicizada, mais contextualizada e mais praticada em nosso contexto social, pois discutiremos um pouco mais sobre “o presente contém todo o passado”, frase que Gramsci escreveu em suas obras em 1931, quando do seu cárcere.

Assim, em alinhamento com a temática apresentada neste trabalho, fundamentada pelo grande filósofo marxista italiano Antonio Gramsci sobre a hegemonia, busca-se o embasamento da nossa reflexão sobre os argumentos que contribuem para o entendimento desse pensamento crítico aplicado aos dois momentos da história brasileira: o golpe de 1964 e o golpe de 2016.

Nessas oportunidades, em ambos os momentos (1964 e 2016) houve uma disputa pelo consenso, que percebemos ser um processo historicamente longo, como procuramos mostrar neste estudo. Identificamos que as classes sociais dominantes, suas instituições, grupos e organismos com seus interesses representativos disputaram no interior da sociedade civil desses eventos a hegemonia, o consenso em torno de determinadas visões de mundo.

Destaco que, em função do exposto nos capítulos anteriores, a hegemonia não se reduz somente à coerção militar, mas amplia-se esse conceito juntamente com a *supremacia econômica, protagonismo midiático, de consenso da liderança cultural, moral e política* de uma classe sobre as outras, algo que vem ecoando esses anos todos e nitidamente é percebido no golpe de 2016 (e vai além).

Assim, como já mencionado, nada melhor do que revisitar e refletir sobre as contribuições de Gramsci, que escreveu na prisão, na Itália (1926-1937), o texto mais importante já produzido sobre a função educativa e política dos intelectuais, num total de 2.848 páginas de anotações manuscritas, que atualmente são conhecidas com o nome de *Cadernos do cárcere (Quaderni del carcere, no original)*.

Para Coutinho (2014, p. 13), “não são poucas as contribuições do pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937) para as ciências sociais, particularmente para o campo da comunicação”.

Segundo Coutinho (1994 *apud* COUTINHO, 2014, p. 13), essas contribuições vão muito além; Gramsci “estabelece um diálogo fecundo com as diversas áreas do pensamento social – teoria política, sociologia, filosofia, antropologia, pedagogia, crítica literária e etc.”.

Alinhado com esse pensamento, não seria nenhum exagero dizer que as reflexões de Gramsci sobre a comunicação consistem, justamente, “em relacioná-la com a totalidade da

vida social, compreendendo-a como cultura, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto. E, como tal, estará associada, no pensamento gramsciano, à problemática do Estado, das relações de poder, e da hegemonia” (COUTINHO, 2014, p.13).

Coutinho (2014, p. 15) afirma: “em última análise todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional”.

Sendo comunicacional, a mídia passa a ser de extrema relevância. Coutinho (2014, p. 16) destaca que o “problema das relações entre mídia e poder” no pensamento gramsciano está relacionado à questão fundamental que Gramsci leva para o seu cárcere, que de alguma forma se torna o eixo de suas investigações: inicialmente ele questiona o que torna a civilização burguesa tão resistente. Algo que foi percebido nos movimentos históricos aqui examinados (1964-2016).

O autor expõe algumas argumentações e questionamentos e inicia o seu raciocínio sobre por que a revolução mundial não aconteceu após a Primeira Guerra, quando parecia iminente o triunfo dos trabalhadores. Coutinho (2014) cita Marx, que previa a revolução socialista, fato que não ocorreu nas sociedades capitalistas industrializadas, apesar de haver condições materiais para isso.

Coutinho, para explicar tal dinâmica, busca em Gramsci equacionar essa questão na “teoria ampliada do Estado”. Gramsci, em sua contribuição ao pensamento político, “parte do reconhecimento de que toda questão política baseia-se em um fato elementar: a existência de governantes e governados, dirigentes e dirigidos” (COUTINHO, 2014, p. 16). Assim, historicamente, o poder exercido pelos governantes conjugou força e persuasão, coerção e consenso.

Dessa forma, o jornal *O Globo* por meio dos seus editoriais conjugou força e persuasão em certa medida alinhado com os governantes em suas estratégias, representando uma classe dominante e seus grupos de interesses, e praticou consenso e indução de visão de mundo.

Ainda sobre esse mesmo pensamento, Moraes (2016, p. 16), quando cita Jean-Marc Piotte (2010) e Norberto Bobbio (1999), julgou que a perspectiva de Gramsci supera a de Lenin, quando se destaca o significado político da hegemonia.

Moraes aposta na função estratégica, visto que a hegemonia é um processo “resultante de embates permanentes pela conquista de consenso” e não se “reduz somente aos limites da coerção pura e simples”, nem só está inserida nas questões ligadas à “estrutura econômica e à organização política”, mas “pressupõe a capacidade de um bloco histórico (ampla e durável

aliança de classes e frações) dirigir moral e culturalmente, e de forma sustentada, o conjunto da sociedade” (grifos meus).

Para Gramsci, a hegemonia “pode e deve ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico. É este bloco que concatena e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma consciência ético-política universalizadora operosa da necessidade histórica” (GRAMSCI, 2002a, p. 17).

Assim, reafirmo a relação entre 1964 e 2016, destacando que há alinhamento desses confrontos históricos, que, embora distintos, organizaram, concatenaram e deram coesão “a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma consciência ético-política universalizadora operosa da necessidade histórica”, além de terem usado de valores, convicções e medições de forças atuantes, por meio de uma classe que liderou a constituição desses blocos históricos.

Para que isso se mantivesse, se consolidasse tal protagonismo, esse bloco hegemônico precisou conservar e agregar apoios consistentes às suas orientações. No entendimento de Gruppi (1978, p. 67):

Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocada assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com uma crise política das forças do poder.

Considerando essa fala, o jornal *o Globo*, por meio de seus editoriais, conseguiu articular ações políticas, ideológicas e culturais para uma determinada classe. Em suas narrativas, o jornal consegue em ambos momentos históricos provocar uma crise na ideologia dominante da época, para levar as suas recusas e assim manter e articular suas próprias ideologias.

A construção de hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural. Para Moraes (2016), as formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem.

Moraes traz que Liguori (2003, p. 181), ao interpretar a função de hegemonia de Gramsci, diz “que a plena função de hegemonia de Gramsci só ocorre quando a classe que chega ao poder se torna Estado: o Estado serve-lhe tanto para ser dirigente quanto para ser dominante”.

No entanto, como já mencionamos neste trabalho, cabe ressaltar que Gramsci vai além

desse conceito; ele amplia, supera o conceito de Estado como sociedade política e não nega as descobertas de Karl Marx, cuja gênese de Estado reside na divisão da sociedade em classes.

Assim, o Estado só existe com e enquanto houver essa divisão, e nela se apresentam as relações sociais de produção. As funções do Estado são precisamente conservar e reproduzir as divisões de classes, assegurando que os interesses particulares de cada classe se imponham como se fossem os interesses universais da sociedade (COUTINHO, 2006, p. 32).

O teórico italiano amplia tal conceito, pois ele trabalha numa época posterior a Marx, em que já havia maior complexidade do fenômeno estatal e de suas relações. Isso lhe permitiu ver com mais intensidade os processos políticos de socialização, como a formação de sindicatos fortes e a criação e generalização de partidos políticos de massa.

Assim, foi surgindo outra esfera do ser social, composta de leis e funções relativamente autônomas e específicas, tanto no que se refere ao mundo da economia como diante dos aparelhos repressivos do Estado (COUTINHO, 2006, p. 32).

Então, Gramsci, ainda não usando o termo *sociedade civil*, mas sim *trama privada do Estado*, mostra-nos um conceito ampliado de Estado, que, além do sentido estrito de Estado, da concepção marxista clássica, também se responsabiliza pelo seu conteúdo ético, abrangendo as relações de direção político-ideológica, compreendidas como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – mídia, escola, igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais – que legitimam ou contestam a dominação (COUTINHO, 1992).

Segundo Gramsci, na esfera em que atuam os intelectuais para a construção e difusão da visão de mundo dos grupos que representam as classes hegemônicas, eles criam para a massa da população o nível cultural e moral “que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas” (GRAMSCI, 1999, p. 284), e as camadas subalternas elaboram “o seu modo de conceber o mundo e a vida em contraste com a sociedade oficial” (GRAMSCI, 2002a, p. 181).

Hoje, nas primeiras décadas do século XXI, como em 1964, percebemos nitidamente ainda esse contraste marcante na difusão da visão de mundo dos grupos que ainda representam as classes dominantes, como ecos do golpe na política, economia e cultura. Fontes (2014, p. 11) afirma:

Os processos de transformação histórica e social significativos que experimentamos expressam a lenta transição para outro formato de domínio de classes, o que alterou nos últimos 150 anos, de maneira profunda, as condições de vida e de existência da população. Ocorreram entretanto sob arranjos peculiares entre setores e frações das classes dominantes cujo alvo era especificamente bloquear qualquer possibilidade de

radicalização popular. Nossas transformações não se convertem em processos revolucionários, não derrubam a ordem truculenta dominante, não romperam as bases fundamentais da dominação de classes. As grandes lutas populares foram, de maneira precoce, decepadas e mutiladas em 1937 e em 1964, para apontar apenas as datas mais expressivas. Tais datas defrontaram-se com uma aliança explícita – política, econômica, militar e ideológica – entre os setores dominantes internos e externos (pois o imperialismo existe e é ativo). Seus interesses comuns (internos e externos) se traduzem na crescente inversão de capitais e no controle geopolítico continental.

Na atuação desses intelectuais no tocante à construção e difusão dessa visão de mundo, tanto em 1964 como em 2016, embora em momentos distintos da sociedade civil, a mídia foi (e é), seguramente, a mais importante daquelas “fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas” (COUTINHO, 2014, p. 18, grifo meu).

Isso de certa maneira impede a contrarrevolução, atua como bloqueio e limita as conquistas populares, e a mídia massiva, em 1964 e 2016, teve papel de protagonismo muito forte nesse contexto e indução de visão de mundo. Conforme Coutinho (2014, p. 110):

Se em 64 a imprensa escrita foi importante para o golpe como um instrumento do grande capital, em 2014 o moderníssimo aparato comunicacional assume um protagonismo na vida político-cultural do país. Hoje diria Umberto Eco, “um país pertence a quem controla os meios de comunicação”.

Nesse enredo, Dantas afirma que, desde muito antes de 64, essa representatividade, com os seus atores alinhados na sua preparação,

remonta aos golpes ensaiados, sem sucesso, nos anos 1950 e início dos anos 1960; 1964 foi um golpe de Estado dirigido pelos setores hegemônicos da burguesia nacional associados ao imperialismo estadunidense, pelo próprio imperialismo e pelas Forças Armadas, que na encruzilhada decisiva da história do país no século XX mobilizou o apoio da mídia, da igreja, dos latifundiários, da pequena burguesia, e de grande parte das classes médias e da intelectualidade conservadora, da maioria do Congresso Nacional e dos mais importantes governos estaduais (DANTAS, 2014, p. 19).

Em 1964 houve um preparo dirigido por esses setores hegemônicos da sociedade, e aqui destaco a mídia, por meio dos editoriais do jornal *O Globo* da época.

Da mesma forma, em 2016 criou-se um aparato comunicacional que assumiu um protagonismo na vida política, econômica e cultural do país, por intermédio também dos

editoriais do jornal em questão, observadas as suas mesmas categorias.

Nesses momentos distintos da sociedade civil brasileira, os mesmos grupos de interesse realizaram as suas manobras e se alinharam às mesmas ideologias tradicionais, criadas por grandes aparelhos privados de hegemonia, como a mídia, como é exposto no *corpus* da pesquisa (editoriais de 1964 e de 2016), nas suas categorias apresentadas.

Tanto em 1964 quanto em 2016 ficou o discurso dos vencedores. O discurso do jornal *o Globo* serviu como porta-voz de uma classe dominante, deixando a ideia de coesão e coerência e apagando a experiência vivida dos que não pertencem a esse consenso. Isso é protagonismo. Frederico (2014, p. 49) assim descreve:

Como em qualquer movimento da história, cabe ao vencedor impor a sua versão dos fatos. Assim no Golpe de 1964, não foi diferente. Nesse caso do Golpe de 1964, o escritor Érico Veríssimo, cunhando a expressão “operação borracha”, resumiu magnificamente o intento de apagar a memória da rica experiência vivida no país no pré-64. A bagunça, anarquia, subversão e corrupção haviam sido enfim superadas com a nova ordem e a autoridade recém-instauradas. A repressão associada à campanha ideológica calou os vencidos. Mas os seus ecos se fizeram sentir, tempos depois nos estudos das ciências sociais.

Moraes (1989, p. 13) trata do lugar da ideologia na “história oficial”. A ideologia, assim, “dissimula no exercício da dominação de classes o processo histórico que efetivou os vencedores da luta política e suprimiu nos discursos a experiência histórica dos dominados”. O discurso ideológico buscou dar coesão e coerência a esses momentos históricos.

Com esse olhar, a hegemonia vem revestida nem sempre de correção, como já dito, mas como domínio intelectual ou moral em discursos jornalísticos, como nos golpes de 1964 e de 2016. Percebemos tal posicionamento de uma forma muito clara, conforme Moraes (2016, p. 18):

Sociedade civil e sociedade política se diferem pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na reprodução das relações de poder. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política, as classes impõem uma dominação fundada na coerção. Em somatório, formam o Estado em sentido amplo: “sociedade política + sociedade civil isto é, hegemonia revestida de coerção”.

Moraes continua:

Embora estabeleça distinções estruturais e funcionais entre as duas esferas da superestrutura, Gramsci indica ser possível ocorrer, em determinado momento histórico, a síntese simultânea de hegemonia e dominação, consenso e coerção, direção e ditadura. É o momento em que se sobressai a supremacia (MORAES, 2016, p. 18, grifos meus).

Moraes cita Gramsci:

Ele [Gramsci] explica: A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliada.

Assim, nos golpes de 1964 e 2016, por meio dos editoriais aqui analisados, percebemos que a mídia protegeu fortemente esse aparelho de Estado, pois *O Globo* não teria êxito ou eficácia, nesse alinhamento de consenso, se defendesse em 1964 as reformas de base, um determinado projeto político de João Goulart ou, como por exemplo, os trabalhadores ou os movimentos camponeses daquela época, ou se nos dias atuais defendesse a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, ao mesmo tempo, desagradasse suas classes de leitores e seus grupos de interesses.

Para saber quem são os eleitores do jornal *O Globo*, embora já tenhamos abordado seu perfil nos capítulos anteriores, vale revisitar esse alinhamento. O jornal em questão sempre representou a elite da sociedade brasileira. De acordo com Coutinho (2014, p. 110), citando Umberto Eco, “se em 64 a imprensa escrita foi importante para o golpe como um instrumento do grande capital”, “hoje um país pertence a quem controla os meios de comunicação”.

Assim, conforme dados de 2001 do Instituto de Verificação de Circulação e da Associação Nacional de Jornais, 74% dos seus leitores pertencem às chamadas “classes A e B – percentual que passou para 80% em 2009, e vem crescendo ano a ano” (ARÊAS, 2015, p. 52).

Dados divulgados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) mostram que *O Globo* foi o único jornal que registrou crescimento no número de assinantes totais, terminando 2018 como o maior jornal do país em circulação total.

O número de exemplares impressos e assinaturas digitais registrou avanço de 6,6%, passando de 295.408 em janeiro para 315.044 em dezembro de 2018, provocando um acesso mensal de pessoas na casa de 23 milhões (ROSA, 2019).

O Globo possui 1.194.000 leitores, 286.944 exemplares nos dias úteis e 352.516 exemplares aos domingos (circulação impressa). Quanto à escolaridade dos leitores, em 2009, 60% tinham terceiro grau completo.

As vendas do jornal impresso, no Rio de Janeiro, se concentram na região de maior poder aquisitivo, 49% na Zona Sul, 17% na Zona Norte, 5% na Baixada e 2% em São Gonçalo. *O Globo* é um jornal fundamentalmente lido pelas elites, pelas classes médias, com

elevação do nível de escolaridade, além de diferentes frações das classes dominantes (ARÊAS, 2015).

Outro fator é o espaço dado a determinadas pessoas ou intelectuais, ou os chamados especialistas, que escrevem diariamente no jornal ou fazem os chamados de entrevistas, que reforçam as posições neoliberais em geral.

Fazem sustentar uma ideia sobre o periódico da “imparcialidade”; claro que essas figuras são conhecidas e analisadas pelo jornal para consolidar-se como sujeitos históricos, de proteção nacional.

Porém não podemos desconsiderar que o jornal não tenha também influência sobre as classes subalternas, dadas a estruturação das primeiras páginas e as suas manchetes de maior destaque.

A capa, a parte mais vista e lida, supostamente anuncia os fatos mais importantes do dia. Assim, é preciso considerar os interesses presentes da edição, ou seja, o que o jornal *O Globo* quer mostrar como questão nacional; podem ser assuntos mais genéricos ou com cunho propagandístico. As primeiras páginas definem as intenções do jornal em dizer o que é relevante e o que é deixado de fora nos debates do país (ARÊAS, 2015).

Também em nome do capitalismo coube ao jornal agir como partido, procurar universalizar valores das suas frações, dar consistência à fala das classes sociais de leitores, fazê-la válida para “toda a sociedade”, estabelecendo adequações de modo a não se afastar de seu público e perder a legitimidade, mas longe da verdade social, ou da verdadeira sociedade civil, e não da sua “sociedade civil” (ARÊAS, 2015, p. 50).

O jornal mantinha um posicionamento político com os banqueiros e empresas multinacionais, no Congresso Nacional na década de 1960. Em 1961, durante a crise após a renúncia de Jânio Quadros, apoiou a criação do parlamentarismo e, por conseguinte, foi contra a Constituição, para não dar posse ao vice, João Goulart. Defendeu explicitamente o parlamentarismo, pois a Constituição havia sido “regularmente alterada” (ARÊAS, 2015, p. 74).

Conforme Arêas destaca, paralelamente a isso as empresas de Roberto Marinho continuavam a crescer. Como vimos neste trabalho, o governo de João Goulart foi marcado por uma intensa batalha de luta de classes no Brasil e com fortes ataques da mídia.

Grupos subalternos, como os trabalhadores urbanos, romperam a pressão do Estado e criaram uma central sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Os camponeses mobilizavam-se por intermédio das Ligas Camponesas, reivindicando reforma agrária. Os

estudantes criaram a União Nacional dos Estudantes (UNE). Surgiram ou se fortaleceram partidos como Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que manifestavam e lutavam pelas reformas de base.

Esses grupos de esquerda, em geral, defendiam uma política externa independente, com um forte alinhamento contra os Estados Unidos. Esse era o cenário de 1963 e início de 1964 (ARÊAS, 2015).

Por outro lado, instituições e associações das classes dominantes estavam voltadas à desestabilização e derrubada de João Goulart.

Desta frente participaram os principais órgãos de imprensa, como **O Globo**, **Jornal do Brasil**, **O Estado de S. Paulo** e a **Folha de S. Paulo**, partidos políticos conservadores como a UDN, setores da Igreja Católica, grupos militares sob orientação da Doutrina de Segurança Nacional, com destaque para a Escola Superior de Guerra (ESG), e associações empresariais diversas, como a Confederação das Classes Produtoras (Conclap). Grupos ligados às multinacionais – fortalecidos a partir da segunda metade dos anos 1950 com a maior abertura ao capital estrangeiro – organizaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto de Ação Democrática (complexo Ipes/lbad), que coordenou uma enorme campanha política, ideológica e militar contra o governo Goulart. **O Globo** esteve atuante na campanha contra o governo Goulart e as entidades de esquerda em geral. Roberto Marinho se associou a Manoel Nascimento Brito (**Jornal do Brasil**) e João Calmon (Diários Associados) e montou a “Rede da Democracia”, veiculando propaganda contra o governo. Denunciava-se a “subversão”, o “perigo comunista”, a “República Sindicalista” e o atentado contra a democracia que estaria sendo cometido pelos defensores das reformas de base. O objetivo era assustar principalmente as classes médias de modo a colocá-las favoravelmente a um golpe de Estado (ARÊAS, 2015, p. 75).

Tal fato fica muito claro e é perfeitamente percebido nos editoriais de 1964, particularmente o do dia 2 de abril, o dia após o golpe. Vale colocar novamente alguns trechos, para evidenciar as categorias de lei, ordem e progresso.

O editorial do dia 2 de abril (anexo 25) trazia: “[...] para salvar o que é essencial: a democracia, a **lei** e a **ordem**”, para que o poder do Estado não “[...] volte a ser usado em favor da **desordem**, da **indisciplina** e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo”. Diz ainda que cabe às Forças Armadas “[...] defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a **lei** e a **ordem** [...]” (O GLOBO, 2 abr. 1964, grifos meus).

Em 2016 não foi diferente. Nos momentos que antecederam o processo de *impeachment* da presidente Dilma, o jornal *O Globo* continuou em seus editoriais combatendo essas mesmas classes subalternas, enfim, os chamados de desordeiros, contra a lei, a ordem e a Constituição do país, sujeitos danosos à sociedade.

Vale destacar as mesmas categorias de lei, ordem e progresso no editorial do dia 1.º/9/2016 (anexo 83), sob o título “PARA QUE JAMAIS HAJA OUTRO *IMPEACHMENT*”:

[...] A partir de agora qualquer governante que pense em atalhos **à margem da lei**, no manejo orçamentário, precisará refletir sobre as implicações de seus atos. O mesmo vale para delírios no campo político-institucional. O fortalecimento não é apenas das cláusulas da responsabilidade fiscal, mas da **Constituição como um todo**, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o do lulopetismo. Serve de aviso geral à nação (O GLOBO, 1.º set. 2016, grifos meus).

De igual forma, no editorial do dia 9/9/2016 (anexo 91) destaco as mesmas categorias: “[...] E CABE ao governo Temer trabalhar com afinco para **consertar os danos causados** na economia pela antecessora, PT e aliados” (O GLOBO, 9 set. 2016, grifos meus).

O texto do dia 19/8/2016 (anexo 70) cita que a tese de golpe é falsa e vai “virando pó”, visto que Dilma “continua a **gozar de plenos direitos garantidos por uma Constituição republicana**”. No fim acredita que a presidente mesma não crê em golpe, pois decidiu comparecer ao Senado para se defender e encerra em tom irônico: “**Nada menos condizente com um golpe verdadeiro**” (O GLOBO, 19 ago. 2016, grifos meus).

O mesmo alinhamento nas categorias lei, ordem e progresso está presente no editorial do dia 26/8/2016 (anexo 77). No texto fica explícito que não só os “desmandos econômicos” levaram ao *impeachment*, como também “os **desmandos no campo ético e também legal** levam a prisões [...]” (O GLOBO, 26 ago. 2016, grifos meus).

O editorial do dia 9/8/2016 (anexo 60) menciona que as “denúncias na Lava Jato contra Temer” não vão garantir “a volta de Dilma”. “**ELAS [as denúncias] SÓ degradariam ainda mais o quadro político-institucional**, de quem faz parte a presidente afastada. **Seria ruim para todos os lados**” e não “**salvariam** Dilma, também citada em malfeitos” (O GLOBO, 9 ago. 2016, grifos meus).

Embora 1964 e 2016 sejam momentos distintos da nossa história, há semelhanças entre esses editoriais.

Em relação às categorias de anticorrupção e/ou corrupção, na capa do jornal *O Globo* do dia 7 de abril de 1964 (anexo 30) estampava-se o seguinte título: “A SORTE DA DEMOCRACIA”. O texto sugere que o Brasil todo acompanha “a organização do nôvo Govêrno” e que pode “encarar com otimismo o futuro, certo de que o desenvolvimento recomeçará, estimulado **por uma administração honesta, criteriosa e realizadora**”. Continua

dizendo que “[...] **a economia já se desvencilha** das correntes fabricadas pelo descritório do Governo Goulart [...]” (O GLOBO, 7 abr. 1964, grifos meus).

De igual forma, em relação às categorias de anticorrupção e/ou corrupção, no dia 13/8/2016 o editorial recebeu o título “CÚMPLICES” (anexo 64). O texto adverte que nenhuma facção da legenda (PT) falou grosso “para denunciar que o lulopetismo estava conduzindo o PT a uma catástrofe, **ao aderir à corrupção no assalto a empresas públicas** [...]”. E finaliza: “**SÃO, PORTANTO, cúmplices na crise da legenda**” (O GLOBO, 13 ago. 2016, grifos meus).

Sob o título de “RÉQUIEM”, o editorial do dia 18/8/2016 (anexo 69) refere-se a uma “mensagem da presidente afastada ao povo brasileiro, antes do julgamento final do impeachment”. No entendimento do jornal, a carta continha “mais do mesmo”, ou seja, “a denúncia do ‘golpe’, inverossímil, e a bandeira, **de que nem o PT acredita**, das eleições antecipadas, inexecutáveis segundo a Constituição, a partir de um plebiscito sonhático”. E encerra: “**MAS o pior foi a coincidência da leitura [da carta] com o anúncio da abertura de inquérito no Supremo para investigá-la e Lula, sobre tentativa de obstrução da justiça. Restou um clima de despedida**” (O GLOBO, 18 ago. 2016, grifos meus).

No dia 26/8/2016 (anexo 77) o assunto foi “[...] **o indiciamento do casal Lula e Marisa**, junto com Léo Pinheiro (OAS) e outros, **pela Política Federal** [...]” acerca do verdadeiro dono do triplex no Guarujá. O editorial afirma que, do ponto de vista técnico, esse fato “[...] nada tem a ver com o julgamento final do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff”. No entanto, segundo o jornal, no mundo político tem sim, “[...] porque se trata de mais um fato importante **na história da passagem do lulopetismo** pelo poder, em que também se **destacam os desmandos econômicos, na área fiscal**, cometidos por Dilma”, e isso, no fim das contas, leva ao impeachment. Além disso, “**os desmandos no campo ético e também legal levam a prisões e a indiciamento como este**” (O GLOBO, 26 ago. 2016, grifos meus).

O editorial do dia 31/8/2016 (anexo 82) faz alusão ao comparecimento de Dilma ao Senado. E discorre: “**Dilma tem um apoio minguante** nas ruas – sustentação que passou a se resumir a movimentos e **entidades que orbitam em torno do PT e se beneficiaram do acesso fácil ao Tesouro nos governos lulopetistas** [...]”. Comenta sobre a “a última sessão em que acusação e defesa se defrontaram [...]” e traz uma declaração do advogado José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça e da Advocacia Geral da União (AGU): “*Ao comparecer ao Senado, a presidente afastada leu defesa competente, mas demonstrou traços*

conhecidos nas respostas a perguntas e críticas”. O texto decreta que não restam “[...] **dúvidas sobre a culpabilidade da presidente Dilma** [...]”, que foi criticada desde o fim de 2005 pela sua condução econômica, quando foi chefe da Casa Civil e “tachou de ‘rudimentar’ a proposta dos colegas Antônio Palocci, da Fazenda, e Paulo Bernardo, do Planejamento, para impedir que as despesas subissem mais do que o PIB”. Na opinião do jornal, essa atitude (impedir que as despesas subissem mais do que o PIB) seria a correta, porém Dilma,

[...] **fiel a convicções erradas**, pôs em prática a visão de que “gasto em custeio é vida” e, desde o final do segundo mandato de Lula, passou a induzir uma política de expansão de defesas sem limites. [...] Ao sustentar a parte técnica da acusação, Janaina Paschoal foi feliz ao explicar como a presidente Dilma [...] **promoveu uma “farsa fiscal” para maquiagem dados com técnicas de contabilidade pública**, a fim de criar um cenário róseo da economia, na campanha de 2014 (O GLOBO, 31 ago. 2016, grifos meus)

No tocante às categorias espírito de patriotismo, verde-amarelismo, na capa do jornal *O Globo* do dia 7 de abril de 1964 (anexo 30) estampava-se o seguinte título: “A SORTE DA DEMOCRACIA”. Na época esperava-se a constituição do novo governo. O editorial aponta que, “[...] com o apoio das Forças Armadas que realizaram a revolução e com a cooperação e o entusiasmo **dos verdadeiros patriotas**, êle [o novo governo] será bem sucedido” (O GLOBO, 7 abr. 1964, grifos meus).

Considerando as mesmas categorias, no dia 23/8/2016 (anexo 74) o editorial fala sobre as Olimpíadas, que ocorreram no Rio na ocasião: “O SUCESSO do Rio – 2016 veio melhorar **a tão abalada autoestima de cariocas e brasileiros em geral**”, enfraquecida por causa da recessão e crise política por que o Brasil passava. E continua: “ENQUANTO ATLETAS e turistas se despedem do Rio, o país retoma a pesada **e inevitável agenda do impeachment e das reformas para consertar a economia**” (O GLOBO, 23 ago. 2016, grifos meus).

Ao fazer a análise dos editoriais de 1964 e 2016 nas categorias anticomunismo, antilulismo e antivermelhos, faz-se necessário entender um pouco do contexto sobre a Guerra Fria e os Estados Unidos diante do governo João Goulart, no golpe de 1964, pois esses conceitos atravessam os momentos históricos aqui examinados e são usados novamente no golpe de 2016. Para que não haja dúvidas ou más interpretações, descrevemos a seguir brevemente esses conceitos.

A derrota militar do nazifascismo, em 1945, abriu uma conjuntura política que parecia garantir a continuidade do entendimento entre as potências vitoriosas (especialmente os Estados Unidos e a União Soviética), que durante a Segunda Guerra Mundial articularam a

resistência ao horror e ao genocídio próprios do eixo Berlim-Roma-Tóquio: a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em outubro de 1945 (NETTO, 2014).

Mas esse clima não durou muito tempo. Num discurso em março de 1946, na cidade de Fulton, no Missouri, Estados Unidos, o *premier* inglês Winston Churchill, ao lado do presidente H. Truman, apontou a União Soviética e os países da Europa central que se orientavam pelo socialismo como perigo para a democracia e para o Ocidente.

No discurso, o ministro Churchill empregou pela primeira vez a expressão *cortina de ferro* (*iron curtain*), para designar a divisória que os países comunistas teriam erguido entre eles e os países democráticos e ocidentais (capitalistas).

Em discurso feito no Congresso norte-americano, em 1947, o presidente dos Estados Unidos identificou os países da cortina de ferro como inimigos da “democracia ocidental” e anunciou medidas econômicas e políticas no plano internacional para apoiar e sustentar governos que se dispusessem a permanecer no “mundo livre”, isto é, manter-se dóceis à liderança dos Estados Unidos. Nascia a “doutrina Truman” e, com ela, a chamada *Guerra Fria* (NETTO, 2014, p. 33).

A doutrina, com forte alinhamento anticomunista, hegemônica e belicista dos Estados Unidos, continuou por muitos anos até a implosão em 1991 da União Soviética, diretamente ameaçada.

Durante esse tempo houve momentos de extrema tensão mundial entre os dois polos de poder: crise de Berlim (em 1949) e crise dos foguetes soviéticos em Cuba (em outubro de 1962).

A doutrina do presidente Truman não foi apenas um dispositivo político para isolar e ameaçar a União Soviética e neutralizar a intervenção dos comunistas fora das suas fronteiras. Uma das contrapartidas que Truman exigia dos seus aliados era a exclusão dos comunistas dos cargos governamentais que ocupavam.

Foi assim que o Plano Marshall, formulado pelo então secretário de Estado, G. Marshall, e implementado entre 1948 e 1952 para apoiar a reconstrução econômica europeia, implicou a saída dos comunistas dos governos da França e Itália.

Tal doutrina foi também um mecanismo de subordinação econômica dos aliados à expansão das grandes empresas monopolistas norte-americanas e a serviço da expansão imperialista. Em 1953, Charles Wilson, antes presidente da General Motors (GM) e então secretário de Defesa dos Estados Unidos, teria pronunciado a máxima sintetizadora do seu cinismo: “O que é bom para a GM é bom para os Estados Unidos e vice-versa” (NETTO,

2014, p. 34).

Porém, no começo dos anos 1960, a hegemonia norte-americana experimentava forte erosão, que estava relacionada em parte com os chamados fins dos impérios coloniais que se desfaziam diante das forças dos movimentos de libertação nacional dos seus próprios países.

Nessa esteira, em primeiro lugar na Ásia, a Índia alcançava autonomia política. Logo em seguida, a China ofereceu ao mundo a vitória da revolução camponesa dirigida por Mao Tsé-Tung, e a França perdeu os seus domínios na Indochina, depois de ser derrotada humilhantemente pelos guerrilheiros comunistas em 1954.

A guerra de libertação da Argélia, iniciada em 1954, terminou com a sua independência em 1962, quase que simultaneamente com o fim das organizações dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas, cujo início da sua luta armada se deu em 1961 e durou até 1974/1975, derrubando o fascismo português em abril de 1974 (Revolução dos Cravos) (NETTO, 2014).

Na África, 25 países que eram vítimas do colonialismo conquistaram a independência, entre eles o Congo. A maioria desses eventos tinha pelos olhos dos Estados Unidos a omissão ou a conivência por parte dos países colonialistas.

A deterioração do prestígio americano piorou não só pelo apoio ao colonialismo, como também pelo fato de o governo de Washington sustentar ditaduras odiosas como a de Salazar, em Portugal, e a de Franco, na Espanha, respaldar regimes sórdidos como o *apartheid*, na África do Sul, e jogar duro para liquidar governos democráticos e nacionalistas em todo o mundo (como fez no Irã, em 1953, derrubando Mossadegh, e na Guatemala, em 1954, patrocinando o golpe contra Jacobo Arbenz Guzmán). De acordo com Netto (2014, p. 35),

em todo o mundo, na entrada dos anos 1960, crescia o prestígio do socialismo, seja pelo ritmo do seu desenvolvimento e de seus avanços tecnológicos (publicitados pelo lançamento do *Sputnik*, em 1957, e pelo voo do primeiro cosmonauta, Y. Gagarin, 1961, seja, ainda, pelo poder de atração da Revolução Chinesa). Ademais, o surgimento do *Movimento dos Países Não Alinhados* contribuiu para perturbar as pretensões hegemônicas de Washington, já questionadas pela existência de governos nacionalistas na periferia do mundo capitalista (como de Nasser no Egito).

Conforme o autor, nos anos 1960, principalmente no Brasil, a política externa norte-americana empreendeu uma escalada mundial para deter e reverter a erosão da sua hegemonia. E assim fez, combinando ações diplomáticas (chantagem e pressão econômicas) com a desestabilização de governos e o patrocínio a golpes de Estado, tal como no Brasil em 1964.

Na América Latina, que os norte-americanos sempre consideraram uma espécie de quintal, em conformidade com a política para garantir sua hegemonia, construíram dois novos instrumentos no subcontinente: o Tratado Internacional de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Também fomentaram a criação de escolas superiores de formação militar em vários países sul-americanos: Paraguai, Colômbia, Chile e Bolívia, todas calçadas no modelo norte-americano do National War College, fundado em 1946. No Brasil, fundou-se a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, instituição que teria papel importante no golpe de 1964 e seus desdobramentos (NETTO, 2014).

Ainda um fato importante foi o intervencionismo norte-americano em Cuba, por meio da Revolução Cubana, em 1.º de janeiro de 1959, depois da derrubada da corrompida ditadura Batista (1952-1958), que Washington sempre apoiou.

Em seguida, em movimento liderado por Fidel Castro, tomaram-se medidas que levariam à construção de uma sociedade socialista. Portanto, indo contra os interesses imperialistas dos Estados Unidos, que elegeram a pequena ilha de Cuba como um alvo a ser destruído.

Os Estados Unidos tentaram várias vezes destruir o país cubano, como, por exemplo, por intermédio da invasão fracassada da Baía dos Porcos (1961), situação em que impuseram um infame bloqueio comercial a Cuba (1962), promoveram várias tentativas de assassinato de dirigentes revolucionários e excluíram o país da OEA, mas a ilha heroica resistiu bravamente, e essa imagem da resposta cubana aos Estados Unidos aprofundou a sua ingerência na América Latina, de forma legal, mediante os programas de ajuda.

Um programa muito importante de ajuda oficial no Brasil foi o Aliança para o Progresso, lançado pelo presidente norte-americano J. F. Kennedy em 1961.

Por não dar certo, foi extinto em 1969. O programa, de forma clandestina, com iniciativas ocultas da Agência Central de Inteligência (CIA), mediante ações militares autorizadas pelo Departamento de Estado (sediado no Pentágono), envolvia desde simples espionagens até orquestração de campanhas desestabilizadoras de governos democráticos.

Era feito muitas vezes por financiamento clandestino a organizações de extrema-direita, que patrocinavam ações terroristas e criminosas – como se provou ter ocorrido no Brasil nos anos 1960 e no Chile, com Salvador Allende (1970-1973) (NETTO, 2014).

Daí, acrescenta-se que a ingerência da CIA no Brasil, além de envolver a colaboração na implementação da ditadura, se articulou com interesses das grandes empresas imperialistas norte-americanas, com o surgimento duvidoso da TV Globo e outros veículos de comunicação

que se sentiam ameaçados pelas medidas nacionalistas, tomadas por alguns governos, tal como João Goulart.

Portanto, devemos perceber o discurso do jornal *O Globo* alinhado com todo esse contexto, por “conspiradores militares”, e “não ‘heróis’, que por meio do jornal expressavam os temores das classes dominantes da época (burgueses e latifundiários)” (NETTO, 2014, p. 31-40).

Para demonstrarmos as categorias anticomunismo, antilulismo e antivermelhos, cita-se o editorial de 2 de abril de 1964 (anexo 25). O jornal *O Globo* destacava:

AGORA O CONGRESSO dará o remédio constitucional à situação existente, para que o país continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, *sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.*

PODEREMOS DESDE HOJE encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, que todos os nossos problemas terão soluções, **pois os negócios públicos não mais serão geridos com má fé, demagogia e insensatez** [referência ao comunismo] (O GLOBO, 2 abr. 1964, grifos meus).

E diz que fomos “**salvos da comunização**” e dos “**vermelhos**”. E continua:

SE OS **BANDIDOS** [referência ao comunismo], para intrigarem os brasileiros com os seus líderes e com os chefes militares afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão como sempre procurando engordar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi socorrido pela providência divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto [luta contra os comunistas]. Sejamos dignos de tão grande favor (O GLOBO, 2 abr. 1964, grifos meus).

No mesmo alinhamento foi redigido o editorial do dia 3 de abril de 1964 (anexo 27):

EMBORA O GLOBO e outros jornais viessem alertando a opinião pública para o aceleramento do processo de comunização, que se continuasse por mais trinta dias, no mesmo ritmo das últimas semanas, certamente enterraria toda e qualquer possibilidade de recuperação econômica, **levando o País à anarquia e ao desespero** [...] (O GLOBO, 3 abr. 1964, grifos meus).

O jornal assegura que o Brasil estava caminhando para “uma ditadura do tipo cubana” e que “[...] **os comunistas que orientavam e controlavam o Governo já não se detinham diante de coisa alguma**”. E alerta: “O simples afastamento do Sr. João Goulart não **resolverá os problemas brasileiros**”. Seu afastamento tem como missão principal

[...] devolver ao País as condições de progresso e harmonia social, desaparecidos em face da orientação demagógica, desleal, e subversiva do Governo demitido. **Seu**

objetivo primordial, portanto, é impedir que os agitadores e comunistas continuem dispendo de possibilidades de influir na vida brasileira.

[...] Está evidenciado [...] que as instituições não se encontram devidamente protegidas **contra a subversão e penetração vermelha**. De outro modo, os comunistas não teriam obtido tantas posições e mandatos e não se veriam as Fôrças Armadas na contingência de intervir, antes que a democracia – mal defendida pela ineficácia do aparelhamento legal – fosse substituída pelo **“socialismo” castrista** (O GLOBO, 3 abr. 1964, grifos meus).

No entendimento do jornal, o Legislativo deveria fornecer ao novo governo “[...] os meios de limpar a administração federal e o campo sindical dos elementos **comunistas neles incrustados**”. E reitera:

A politização do sindicalismo nacional, realizada, principalmente, pelos dirigentes vermelhos dos órgãos ilegais e revelada nas sucessivas greves que tanto prejudicaram a nossa economia, foi um dos maiores crimes cometidos pelo Governo deposto contra os interesses da Nação.

[...] é imprescindível que o congresso não decepcione os democratas, nem incorra em erros que venham a **servir aos comunistas** ora em debandada (O GLOBO, 3 abr. 1964, grifos meus).

Em comparação, levando em conta as categorias anticomunismo, antilulismo, antivermelhos, citamos o editorial do dia 9/8/2016 (anexo 60). O jornal assegura que as denúncias contra Temer na Lava Jato não trariam Dilma de volta à presidência, e sim **“degradariam ainda mais o quadro político-institucional [...]”** (O GLOBO, 9 ago. 2016, grifos meus).

Na mesma linha, o jornal *O Globo* do dia 11/8/2016 (anexo 62) veicula seu editorial sob o título “ESTICARAM”. O texto critica os funcionários públicos acerca da greve que fizeram:

A FALTA de cuidado dos servidores com os usuários dos serviços que prestam é confirmada pela decisão do sindicato dos professores do Rio de Janeiro (Sepe), de não repor agora as aulas do período da greve, como teria sido acertado com a Secretaria de Educação.

TIRARAM FÉRIAS em agosto. Melhor, estenderam as férias da greve (O GLOBO, 11 ago. 2016, grifos meus).

O editorial do dia 13/8/2016 (anexo 64) critica a posição das facções da legenda do PT. Afiança que nenhuma delas “[...] falou grosso para denunciar que o **lulopetismo** estava conduzindo o PT a uma catástrofe, **ao aderir à corrupção** no assalto a empresas públicas, entre elas a Petrobras, supostamente defendida pelo partido”. E sentencia: **“SÃO, PORTANTO, cúmplices na crise da legenda”** (O GLOBO, 13 ago. 2016, grifos meus).

No dia 18/8/2016 (anexo 69) o editorial cita uma carta lida por Dilma em que ela fala

“mais do mesmo”: **“a denúncia do ‘golpe’, inverossímil, e a bandeira, de que nem o PT acredita**, das eleições antecipadas, inexequíveis segundo a Constituição, a partir de um plebiscito sonhático”. E indica que a pior coincidência dessa leitura foi “o anúncio da abertura de inquérito no **Supremo para investigá-la e Lula**, sobre tentativa de obstrução da justiça” (O GLOBO, 18 ago. 2016, grifos meus).

O editorial dia 26/8/2016 (anexo 77) trata do indiciamento do casal Lula e Marisa, acerca do tríplex no Guarujá. Informa que, do ponto de vista técnico, o episódio “[...] nada tem a ver com o julgamento final do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff”. Porém continua:

MAS, NO mundo político, tem, porque se trata de mais um fato importante na história da passagem do **lulopetismo** pelo poder, em que também se destacam os desmandos econômicos, na área fiscal, cometidos por Dilma. E que a levam ao impeachment.

JÁ OS desmandos no campo ético e também legal levam a prisões e a indiciamento como este (O GLOBO, 26 ago. 2016, grifos meus).

O editorial do dia 1.º/9/2016 (anexo 83) versa sobre o processo do impeachment. Diz que o lulopetismo provocou “[...] a mais grave desestabilização da economia brasileira na República. [...] **O PT** resolveu literalmente comprar a base parlamentar, para viabilizar um projeto de eternização no poder”. E afirma:

[...] o julgamento no Congresso é de cunho político. No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão **ideológica lulopetista**, com o tempero brizolista da ex-presidente. [...] Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que “vontade política” é o que resolve problemas no governo. **Algo de sabor stalinista** (O GLOBO, 1.º set. 2016, grifos meus).

No entendimento do jornal, “os malfeitos fiscais [...] vêm desde o final do segundo governo Lula, mas bastaram os crimes cometidos em 2015 [...] para derrotar Dilma e o **lulopetismo de pedigree brizolista**”. E finaliza: “O fortalecimento não é apenas das cláusulas da responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como **o do lulopetismo**. Serve de aviso geral à nação” (O GLOBO, 1.º set. 2016, grifos meus).

No dia 17/9/2016 (anexo 99) o assunto foi a condenação de José Carlos Bumlai, “**amigo de Lula**”, “por participar de **fraude num empréstimo feito ao PT**, em trama realizada nas proximidades do ex-presidente” (O GLOBO, 17 set. 2016, grifos meus).

O editorial de 18/9/2016 (anexo 100) comenta que “[...] a tese do ‘golpe’ [...] chegou a

ser tratada no exterior, junto a simpatizantes **petistas** no mundo acadêmico e na imprensa, como algo sério”. E que o PT e seus aliados gostariam de um “plebiscito para a antecipação do pleito presidencial de 2018”. Afiança ainda:

Há por trás dessa obsessão de **petistas** e aliados em mudar a Carta um aspecto da ideologia bolivariana, absorvida pelo nacional-populismo brasileiro. O chavismo produziu a maior tragédia da história da Venezuela com mudanças feitas na Carta pela manipulação das ruas, estopim de crises institucionais e causa de grande insegurança jurídica, em todo país que adota o ardil (O GLOBO, 18 set. 2016, grifo meu).

Acredita que tenha vindo daí “[...] **a bandeira lulopetista da ‘Constituinte exclusiva’** [...]” e que esse não é um bom caminho. Finaliza dizendo que “as diretas já” pretendidas pelos petistas constituem o “verdadeiro golpe” (O GLOBO, 18 set. 2016, grifos meus).

Ao perceber como a mídia expressa as ideias das classes dominantes, aquelas que exercem hegemonia política, que induzem e que direcionam como forma de controle, Gramsci (1999, p. 270) escreve:

Entre os elementos que recentemente perturbam a direção normal da opinião pública por parte dos partidos organizados em torno de programas definidos, devem ser postos na linha de frente a imprensa marrom e o rádio (onde estiver muito difundido). Eles possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem alcançar objetivos determinados nas eleições, por exemplo.

O autor nota a influência da mídia, que hoje chamamos de comunicação de massa, ou até mesmo das novas tecnologias, como a indústria radiofônica – pois na época não havia televisão, que estava em fase experimental –, associada à imprensa, tais quais aparelhos de hegemonia, que desequilibram a correlação de forças na sociedade civil em favor dos grupos dominantes.

Note essa relação percebida por Gramsci:

Nunca fui jornalista de profissão, que vende sua pena a quem pagar melhor e deve continuamente mentir porque a mentira faz parte de suas qualificações. Fui jornalista absolutamente livre, sempre de uma só opinião, e nunca tive de escolher minhas profundas convicções para agradar a patrões ou prepostos¹⁰ (in MORAES, 2016, p. 61).

O que nos chama atenção é que Gramsci, já na década de 1930, tinha a ideia de consenso, do jornal como troca de interesses mercadológicos.

¹⁰ Gramsci em carta à cunhada, Tatiana Schucht, escrita na Penitenciária Especial de Turi, em 12 de outubro de 1931.

Por meio da análise dos editoriais de 1964 e 2016, o jornal *O Globo*, em nossa reflexão, praticou consenso.

É a época da publicidade para as assinaturas. Os diretores e os administradores dos jornais burgueses arrumam as suas vitrines, passam uma mão de tinta pela tabuleta e chamam a atenção do passante (isto é, do leitor) para a sua mercadoria. A mercadoria é aquela folha de quatro ou seis páginas que todas as manhãs ou todas as tardes vai injetar no espírito do leitor os modos de sentir e de julgar os fatos da atualidade política que mais convêm aos produtores e vendedores de papel impresso (GRAMSCI *apud* MORAES, 2016, p. 105).

Em relação ao passado e ao presente, para Gramsci (2017, p. 370), o “materialismo histórico se reconstrói”, ele é embasado pela luta de classes, em conflito que cada uma das suas “partes” expressa esse “finalismo” sem que o mesmo conflito possa ser entendido à luz de uma lei geral que não seja a própria enunciação da “necessidade da luta”.

A concepção da história é dada como luta sempre aberta rumo ao futuro e como reconstrução individual dessa luta. Gramsci usa para demonstrar dando o exemplo dos “socialistas” nos seus escritos, que eles “acreditam, portanto, que os cânones do materialismo histórico valem apenas *post factum* (depois do fato), para estudar e compreender os acontecimentos do passado, e não devem se tornar uma hipoteca sobre o presente e o futuro” (GRAMSCI, 2017, p. 370).

Para o filósofo, o objetivo dos socialistas, que ele chamou de “no ato histórico”, é a “supressão da passividade e da fatalidade”, que tornam a história um processo externo às vontades dos indivíduos. A reabsorção da lei geral dentro do fato individual resolve-se, portanto, à luz da identidade entre história e espírito, em registro neoidealista, na identificação de vontade e realidade (GRAMSCI, 2017, p. 370).

Mas Gramsci surge com o novo em seus apontamentos, admite explicitamente “o conceito de unidade entre teoria e prática, entre filosofia e política”. É sobre essa base – a filosofia da práxis – que a “noção de história” também recebe um novo fundamento.

Sobre esse novo fundamento, descrito em seus *Cadernos do cárcere* em 1931, já estamos refletindo ao longo deste trabalho, exaustivamente, acerca da fixação do conceito de “estrutura econômica”, ou seja, “do conjunto das forças materiais de produção” como “o elemento *menos variável* no desenvolvimento histórico”, que por isso “pode ser medido, caso a caso, com exatidão matemática”, sobre a qual se pode construir “uma ciência experimental da história, no sentido bem preciso em que se pode falar de experimental na história” (GRAMSCI, 2017, p. 370).

Tal ciência da história consistiria em “estabelecer com certa precisão” quando o “desenvolvimento de quantitativo se torna qualitativo”; é o momento em que a história-passado se torna de novo política-presente, e a luta das classes, que provisoriamente se fixou na prevalência de uma delas, se reabre para novos caminhos.

A base desse raciocínio retoma a teoria das passagens de época presentes naqueles que acreditam piamente na dialética da luta de classes, como Gramsci. Dessa forma, fica claro que, ao fazer uma crítica à economia política, é que história e política são idênticas.

Sobre tal identidade Gramsci volta a refletir várias vezes em seus cadernos e afirma que “o conjunto das forças materiais de produção” é, ao mesmo tempo, “toda história passada cristalizada” e a base da história presente e do futuro (GRAMSCI, 2017, p. 370 grifos meus).

Portanto, pode-se afirmar que o passado é, ao mesmo tempo, e *indissociavelmente*, “base real” (no sentido de Marx) e potência agente no presente, “política” (GRAMSCI, 2017, p. 371).

Fica muito forte a polêmica contra a história “hipotética”, “sociológica” ou “fetichista”, quer dizer, contra as abordagens que sacrificam a individualidade do evento a leis gerais ou hipóteses arbitrárias; os documentos são uma base imprescindível.

Assim, em nossa reflexão, historicamente permite-se afirmar que em 2016 houve um reatualização, uma continuidade de 1964, então a fala de Gramsci embasa nossa reflexão quando ele diz que “o presente contém todo o passado”. Assim é demonstrado no presente, em 2016, por meio do discurso jornalístico midiático, que são os “traços históricos deixados” de 1964 que estão presentes em 2016 (GRAMSCI, 2017, p. 317).

Para Gramsci, esses “traços deixados” tornam-se “documentos”; como ele afirma, “de fato, toda a fase histórica deixa os seus traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento” (GRAMSCI, 2017, 371, grifo meu).

Em nossa reflexão, esses “documentos”, esses “traços históricos deixados”, foram uma “verdadeira essência da história” ao longo de mais de 50 anos, percebidos no próprio discurso midiático do jornal *O Globo*, embora em seus momentos distintos da história (1964-2016).

Para Gramsci, o “caráter inegável da história” no seu “resultado atual (presente)” é a “pena de quem o escreve”, ou seja, das “classes vitoriosas” (grifos meus). Dessa forma, em ambos os momentos o mesmo jornal desempenhou consenso, hegemonia, pois foi representante de uma elite, uma classe dominante econômica e politicamente ativa, exercendo o seu domínio e direção.

Os ecos e os “seus traços” que são percebidos em seu discurso jornalístico de 1964 são reproduzidos em 2016, destacados pelas categoriais analisadas, que são semelhantes nos dois momentos.

Percebemos que o jornal realizou uma produção de sentidos, que ultrapassou o que é dito e/ou escrito, portanto, mereceu atenção da área da comunicação, principalmente na comunicação de massa, uma vez que influenciou nas construções de sentido acerca da realidade em nossa vida em ambos os períodos.

Tais documentos nos ajudam a identificar e lembrar momentos importantes da nossa vida; trata-se das “interferências da vida vivida” da produção textual – o que é dito, escrito, pensado, falado – vinculada a um determinado lugar, tempo e agrupamento específico desse momento social (BARBOSA, 2013, p. 287).

O seu “discurso jornalístico” contou essa história a partir da construção dessas interpretações, “considerando que ação humana pressupõe a formação da consciência histórica, os limites do que foi vivido como o presente produzem igualmente a precariedade das interpretações” (BARBOSA, 2013, p. 287).

Para Gramsci (2017, p. 371), o processo de desenvolvimento histórico é uma “unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é essencial, sem resíduo de um incognoscível que seria a verdadeira essência”.

Portanto, conforme Gramsci (2017, p. 371), o que “se perdeu” nessa passagem histórica (1964 – 2016), “o que não foi transmitido” não era relevante, segundo ele era “escória”, uma crônica, um episódio superficial, sem importância; em última análise, não é história!

Demonstramos pela narrativa jornalística que as classes sociais dominantes, suas instituições, grupos e organismos com seus interesses representativos disputam no interior da sociedade civil a hegemonia, o consenso em torno de determinadas visões de mundo.

Com base no pensamento de Gramsci, podemos dizer que hoje, assim como no passado, a construção da hegemonia está cada vez mais alicerçada em disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, como a opinião pública, por meio dos sentidos de compreensão da realidade e até nas decisões políticas.

Tais observações são importantes para serem correlacionadas aos momentos distintos da história brasileira aqui analisados, em 1964 e 2016. Embora a mídia impressa nos anos 1964 fosse forte, hoje temos as mídias distintas, como são chamadas as mídias eletrônicas. Conforme o alinhamento do referencial de Gramsci, a análise permanece válida, visto ser a

mesma situação estudada; percebe-se também nos dias atuais o protagonismo midiático do jornal *O Globo* no período examinado.

Fica evidente que o jornal praticou hegemonia no sentido de uma classe social ou fração de classe a partir de uma supremacia econômica, política e ideológica.

Tanto em 1964 como em 2016 (e ainda nos dias atuais), a mídia desse jornal protegeu fortemente o aparelho de Estado em suas forças de produção. Há, portanto, necessidade de se repensar tal poder, como se contrapor à hegemonia dessa classe dominante.

O próprio Gramsci responde: “promover trincheiras, fortificações”, “àquilo que de alguma maneira possa contrapor-se à classe dominante” (COUTINHO, 2014, p. 11).

Gramsci propõe criar “o espírito de cisão, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica” (GRAMSCI, 1999, p. 79). Dessa forma, deixaremos de ser induzidos a pensar em uma narrativa viciada, massificada, que nos faz cair em uma espiral de concordâncias acríticas, como efeito de massa.

Precisamos que essas massas se destaquem das ideologias tradicionais, deixem de acreditar no que antes acreditavam e “superem o sistema de significados e valores gerados por essa sociedade capitalista, organizem uma nova cultura” (COUTINHO, 2014, p. 11). Deixa-se aqui a proposta do presente trabalho, uma reflexão: “É aí, diria Gramsci, que ‘os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.’” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2014, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos nós que damos voz às coisas mudas que nos cercam.
Terry Eagleton

O meu objeto de estudo que demonstro nesse trabalho, me acompanhou desde a proposta do projeto de pesquisa ainda na etapa de seleção para o doutorado, foi estudar o protagonismo midiático massivo das Organizações Globo, foi um desafio, uma necessidade de me aprofundar em uma área que eu desconhecida naquele momento.

No entanto foi necessário um processo de refinamento em relação ao meu objeto de estudo, ou seja, em qual veículo de comunicação seria realizado essa pesquisa. Além de perceber em que momento, ou em quais momentos históricos seriam feitos os recortes de delimitação da pesquisa.

Assim, perceber o que seria analisado em cada um desses momentos, e com que finalidade. A princípio na minha reflexão, como dito, era de demonstrar esse protagonismo midiático dessa organização.

Portanto, nesse alinhamento, a ideia começou a ser construída já na primeira orientação, em dezembro de 2017, entre um café, no próprio pátio da UFRJ - ECO, com meu orientador, que foi dialogando e provocando essa minha ideia, gerando esses entendimentos desse meu objeto e o seu corpus.

Dessa forma, surgiu o jornal O Globo e seus editoriais, em seus momentos distintos da nossa história brasileira, no Golpe de 1964 e no Golpe de 2016 para ser analisados tendo como base o referencial teórico de Gramsci com o intuito de demonstrar esse consenso, esse protagonismo desse Jornal nessa relação, dentro desses contextos históricos específicos.

Ainda, diante desse amadurecimento, eu tive uma valiosa qualificação em junho de 2018 e fui devidamente orientado nos aspectos necessários para progredir no trabalho. Foi um momento em que os integrantes da qualificação e meu orientador falaram muito sobre a importância da imersão no campo de estudo.

Reconheço, que a minha graduação, especialização e mestrado foram nas áreas da administração de empresas, portanto, muito afastado dessa maravilhosa área da comunicação, não entendia como poderia dar prosseguimento sem as contribuições valiosas das minhas orientações e a própria validação da banca da qualificação, que me levaram para dentro das análises desses editoriais, tornando-me um pesquisador mais presente e sensível às falas, às

mensagens, a todas as informações que fui coletando durante o percurso de realização da tese.

Declaro a minha dificuldade de ter conseguido na íntegra esses editoriais originais pelo próprio jornal. A sua busca foi um processo artesanal, um a um, dia a dia, porque o jornal não permite essa disponibilidade, pois há um recurso técnico que bloqueia essa atividade.

Mesmo assim, diante de uma baixíssima resolução nas suas imagens, algumas ilegíveis, consegui 120 editoriais, mas, me obriguei a ser assinante desse jornal para ter um acesso melhor a esses documentos.

Assim, com muito esforço e paciência fui garimpando, cheguei a 60 editoriais no momento do golpe em 1964 e mais 60 editoriais no golpe de 2016, pois esse foi o corte alinhado com meu orientador.

Poderia dizer que foi incrível entrar em contato com meu ambiente de pesquisa. Embora em momentos distintos da história brasileira e decorridos muitos anos, verifica-se nas categorias apresentadas as mesmas ideologias.

Falo também da minha construção, até enquanto pessoa, enquanto indivíduo, enquanto pesquisador que se encontra, se descobre, se vê como parte e como alguém que pode contribuir de alguma maneira para que histórias, sentidos e vozes ganhem mais um espaço para reverberação.

Assim, em uma breve contextualização discuto esse momento político nebuloso em que vivemos. Menciono em que há uma forte crise de representação política do país, colocando claramente em dúvida a legitimidade de alguns partidos políticos e os seus atores enquanto agentes de representação de interesses que correspondem efetivamente às demandas do povo e do próprio país como um todo.

Então, diante desse cenário, como primeiro percurso foi entender esses momentos históricos e me inserir um pouco mais, por meio das leituras desse editoriais, situá-los nos seus devidos contextos, econômicos, políticos, cultural e ideológicos.

Percebe-se que, assim como em outros momentos de nossa história, os indivíduos são impactados pelo que acontece e pelos movimentos originados nesses contextos. Quanto à história nesses dois períodos políticos, são as “interferências da vida vivida” da produção textual apresentada – o que é dito, escrito, pensado, falado – vinculadas a esse determinado lugar, tempo e agrupamento específico dos referidos momentos sociais.

O “discurso midiático jornalístico” do jornal *O Globo*, por meio de suas peças (editoriais), conta essa história com base na produção de tais interpretações. “Considerando que a ação humana pressupõe a formação da consciência histórica, os limites do que foi

vivido como o presente produz igualmente a precariedade das interpretações” (BARBOSA, 2013, p. 287).

Desse modo, o que conto e reproduzo “faz parte do que um dia foi o presente vivido pelo pesquisador que procura, assim, escavando buracos livres na sua memória, dar a ele um sentido que ultrapasse o da sua vivência cotidiana” (BARBOSA, 2013, p. 287).

Na sequência destaco a mídia que historicamente, sempre desempenhou papel crucial na produção de subjetividades ou mesmo na indução da opinião pública, com relevante função na disputa por hegemonia como instrumento ou espaço de poder. Dessa forma, a “história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa” e “são eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos” (GOULART, 2014, p. 195).

Provoco a discussão e a reflexão sobre a situação em que estamos vivendo, sobre aquela velha sensação de já ter visto esses acontecimentos antes. Como a expressão “ecos do golpe”, daí o protagonismo da mídia, em nossa reflexão, o golpe de 2016, sugere esse *déjà vu* no nosso contexto político-cultural, trata-se de uma reatualização da tragédia do golpe de 1964.

No primeiro capítulo discorro sobre os seguintes pontos de reflexão, o significado das Organizações Globo na história política do país, como surgiu o jornal Globo e a TV Globo, busco identificar as estratégias comunicacionais de interação entre as Organizações Globo e a população brasileira, integrando as práticas discursivas e a sua produção de conteúdo, sob o viés de um sistema de significação e de valores gerado pela cultura das instituições de uma sociedade civil dominante, com seus interesses, anseios e expectativas.

Procurou demonstrar a relação existente entre comunicação e política inserida nos discursos jornalísticos das Organizações Globo em 1964 e em 2016, por meio de seus editoriais do jornal *O Globo*.

Nos dois últimos capítulos da tese descrevo e realizo um breve resumo histórico de cada evento em relação aos aspectos políticos, econômicos e ideológicos e analiso os editoriais (corpus da minha pesquisa), sobre o alinhamento das categorias mencionadas.

Assim, procuro evidenciar que há uma continuidade (o presente contém todo o passado), por meio das comparações que atravessam os momentos históricos escolhidos, baseando-se nesses aspectos políticos, econômicos e ideológicos já citados que existentes na relação entre comunicação, política, hegemonia e contra-hegemonia na problemática gramsciana.

O último aspecto constituído nessas considerações destaco a minha hipótese de pesquisa no trabalho, que ficou marcadamente evidenciada em quase todos os momentos do desenvolvimento do meu trabalho.

Nesse sentido, é correto afirmar que o jornal *O Globo*, no golpe de 2016, praticou uma reatualização do golpe de 1964, por intermédio do “protagonismo midiático” percebido em seus editoriais desses períodos da história brasileira, com significativa relevância político-cultural, alinhado com a sociedade civil dominante, em seu discurso jornalístico hegemônico.

Nossa hipótese consistiu em relacionar a teoria de Gramsci entre a mediação de sujeito e objeto, no campo da comunicação e da cultura, afinal, porque, “em última análise, todo o processo de hegemonia é, necessariamente, um processo de comunicação” (COUTINHO, 2014, p. 15).

Este trabalho que contempla o nosso passado, visto que examinou eventos do golpe de 1964, sendo um momento que ainda provoca nos historiadores um grande desafio como objeto de estudo. Nada mais natural, se considerarmos a sua importância e os desdobramentos que se impõem até no momento do golpe de 2016.

Vou além, hoje, ainda, percebe-se essa ideia muito viva na nossa sociedade, que é expressa de maneira objetiva por Frederico (2014, p. 49): “A repressão associada à campanha ideológica calou os vencidos. Mas os seus ecos se fizeram sentir, tempos depois nos estudos das ciências sociais”. Os ecos de 1964 se fizeram sentir no golpe de 2016 e nos atingem diariamente até hoje.

Por exemplo, já estamos ficando acostumados de ouvir nas falas (discursos) do atual Presidente da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, sobre esses momentos da história brasileira.

Em seu discurso nas Organizações das Nações Unidas (ONU), em 24/9/2019, inicia dizendo “Vim apresentar o novo Brasil que ressurgiu após estar à beira do socialismo”, referindo-se à “vitória da revolução” em 1964, como um grande feito à nação, um movimento salvador realizado pelos militares e parte da elite brasileira, estabelecendo a ordem e a lei, acabando com a corrupção, estalando patriotismo e o progresso no país, que foram desvirtuados pelos socialistas (PRESIDENTE..., 2019).

Essas falas geram repúdio imediato pela maioria da sociedade brasileira, até mesmo aos seus aliados, quando de maneira até agressiva expõe as suas “verdades”, como menciona o embaixador aposentado Marcos Azambuja: “o discurso de Bolsonaro foi previsível” e “Bolsonaro foi absolutamente ele mesmo, sem que houvesse uma só frase surpreendente”.

O embaixador comenta que a “ideia norteante” foi a de que “ideológicos são os outros”, “ele [presidente] não”. O “presidente Bolsonaro fala a verdade”, ele arroga para si uma suposta neutralidade ideológica, da qual se vale para mascarar suas posições” (DUCHIADE, 2019).

O presidente usa nos seus discursos ideológicos um falso silogismo, como por exemplo as palavras escritas pelo apóstolo João, proferidas por Jesus na epístola do evangelho de João 8: 32: “e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, quando Jesus fala ao povo, principalmente aos oprimidos, aos humildes, aos camponeses, as pessoas simples da época que criam nele, que estavam sob o controle do império romano, para que permaneçam na sua palavra, ou seja, na sua vontade, nos seus ensinamentos, por um processo espiritual de cada um, sua fé.

O presidente as usa de forma tendenciosa e equivocadamente misturando sua ideologia, suas posições e convicções pessoais e políticas com religião e a fé das pessoas em seus discursos.

Trata-se de uma apropriação e distorção dos signos populares – a criação de mitos, diria Roland Barthes, é o procedimento típico da ideologia burguesa. O mito, diz ele, é uma “fala roubada”, uma fala esvaziada de seu contexto histórico de seu passado, de uma memória (COUTINHO, 2014, p. 46).

Bem, essas declarações do presidente podem e devem ser consideradas como decoro que o cargo exige. Recentemente, em uma dessas suas “verdades”, Bolsonaro chama de “balela” os documentos oficiais sobre mortos na ditadura militar, o que é extremamente preocupante (FERNANDES, 2019).

Da mesma maneira que o presidente faz, convicto das suas “verdades” e que “ideológicos são os outros”, o jornal *O Globo*, nos editoriais analisados, também o faz, usa da mesma retórica.

O jornal também expõe suas “verdades”, utilizando usando nos seus textos a mesma técnica, na sua construção da hegemonia, tanto em 1964 como em 2016, ecoando na sociedade dominante brasileira.

Aqui destaco na integra os princípios editoriais do Grupo Globo: “Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central **seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa faz propaganda**. Uma está na órbita do conhecimento; **o outro, na luta político-ideológica**” (PRINCÍPIOS..., 2019, grifos meus).

Os princípios editoriais de *O Globo*, naquela época e atualmente, baseiam-se em disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade e as decisões políticas, fazem propaganda; mas na nossa visão gera-se consenso, hegemonia.

Assim, reafirmamos que, no caso deste estudo, os editoriais analisados representam a opinião do Grupo Globo. Portanto, é muito comum haver nos editoriais a parcialidade midiática, que é uma característica dessa tipologia textual, uma vez que no editorial o redator dispõe da “opinião do jornal” sobre o assunto narrado.

Logo, os acontecimentos são relatados sob a subjetividade de quem os escreve e do seu pertencimento, de modo que evidenciem a sua posição, ou seja, a posição do grupo que está por trás do canal de comunicação, a sua organização, tendo em vista que os editoriais não são assinados por ninguém. Em última análise, como mencionado, representam a opinião do jornal. A mídia informa o que ocorre, no entanto no editorial é a opinião que transmite a interpretação do que se passou.

Dessa forma, o presente trabalho está em alinhamento com o pensamento de Coutinho (1994), por suas temáticas de totalidade da vida social e práxis interativa, compreendidas como a cultura, a linguagem, os textos e o seu contexto histórico, nas relações de poder e da própria hegemonia, como liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade na forma de direção e domínio ou de visão de mundo.

Finalizo reafirmando que o jornal *O Globo*, após decorridos mais de 50 anos em momentos distintos da nossa história no período estudado, praticou hegemonia de uma classe social ou fração não só de forma onde destaca-se uma força econômica, mas o fez também de forma de liderança cultural, política e ideológica.

Tem-se a clareza de que este estudo não se esgota aqui, que ele certamente é o ponto de partida para muitas outras análises, discussões e ideias que se replicarão em outros diferentes contextos e vivências.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARBEX, JÚNIOR, José. *Showrnalismo, a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- ARÊAS, João Braga. **As batalhas de O Globo: Ditadura Militar, Lula X Collor, privatizações e a vitória PT em 2012**. Rio de Janeiro: Prismas, 2015.
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. **O presente e o passado como processo comunicacional**. São Paulo: MATRIZES, ano 5, n. 2, p. 145-155, jan./jun. 2012.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1980.
- BOLETIM Focus. **ADVFN Brasil**, s.d. Disponível em: <<https://br.advfn.com/economia/boletim-focus>>.
- BORGES, Rodolfo. Odebrecht pede maior recuperação judicial da história citando Lava Jato e crise. **El País**, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/17/economia/1560807433_750759.html>.
- BUEY, Francisco Fernández. Gramsci no mundo de hoje. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALMON, João. **O livro negro da invasão branca**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. 215 p.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e democracia no Brasil. *In*: _____. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980a.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil:** ensaio sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

_____. **De Rousseau a Gramsci:** ensaios da teoria política. São Paulo. Boitempo, 2011a.

_____. Gramsci: a comunicação como política. *In:* FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (Orgs.). **Mídia e poder:** ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____. **Gramsci:** um estudo sobre o pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Intervenções:** o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Marxismo e política:** a dualidade de pobres e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: ensaios de interpretações políticas. *In:* _____. **A democracia como valor universal.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980b.

_____. (Org.). **O leitor de Gramsci** – escritos escolhidos de 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

_____. Ecos do Golpe no mundo da cultura. *In:* FARIA, Fabiano Godinho; ARÊAS, João Braga (Orgs.). **Globo 50 anos:** a farsa também não envelhece. Curitiba: Prismas, 2015.

_____.; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (Orgs.). **Mídia e poder:** ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____.; GONÇALVEZ, Marcio Souza (Orgs.). **Letra impressa:** comunicação, cultura e sociedade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____.; MAINIERI, Tiago (Orgs.). **Falas da história:** comunicação alternativa e identidade cultural. Goiânia: FIC/UFG, 2013.

D'AGOSTINO, Rosanne; OLIVEIRA, Mariana. PGR pede ao Supremo para manter Geddel preso e sugere pena de 80 anos. **G1**, 9 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/09/pgr-pede-ao-suopremo-para-manter-geddel-presos-e-sugere-pena-de-80-anos.ghtml>>.

DANTAS, Rodrigo de Souza. A herança da ditadura e os impasses estruturais da “modernização” capitalista no Brasil. *In*: IASI, Mauro Luis; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs.). **Ecos do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DÍVIDA da Globo em impostos chega a R\$ 358 milhões. **Jusbrasil**, s.d. Disponível em: <<https://pragmatismo.jusbrasil.com.br/noticias/127902357/divida-da-globo-em-impostos-chega-a-r-358-milhoes>>.

DUCHIADE, André. Análise: Com a dureza de costume, Bolsonaro queima chance de construir pontes na ONU. **O Globo**, 24 set. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/analise-com-dureza-de-costume-bolsonaro-queima-chance-de-construir-pontes-na-onu-23970997>>.

“EU JAMAIS apoiei ou fiz empenho pelo golpe”. **UOL**, 16 set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/16/eu-jamais-apoiei-ou-fiz-empenho-pelo-golpe-diz-temer-sobre-impeachment.htm>>.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FARIA, Fabiano Godinho; ARÊAS, João Braga (Orgs.). **Globo 50 anos**: a farsa também não envelhece. Curitiba: Prismas, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro chama de “balela” documentos oficiais sobre mortos na ditadura militar. **Folha de S. Paulo**, 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-chama-de-balela-documentos-oficiais-sobre-mortos-na-ditadura-militar.shtml>>.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

FONTES, Virgínia. Ditadura e democracia: velhos e novos desafios. *In*: IASI, Mauro Luís; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs.). **Ecos do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Leituras filosóficas).

FREDERICO, Celso. O presente como história. *In*: IASI, Mauro Luís; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs.). **Ecos do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

GHETTI, Bruno. “A mamadeira de piroca ganhou as eleições do Brasil”, diz Wagner Moura. **UOL**, 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/15/a-mamadeira-de-piroca-ganhou-as-eleicoes-no-brasil-diz-wagner-moura.htm>>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece? *In*: JINKING, Ivana; DÓRIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOULART, Ana Paula. Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento. *In*: IASI, Mauro Luís; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs.). **Ecos do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. Organização de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**. Organização de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. Organização de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do cárcere**. Organização de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Cadernos do cárcere**. Organização de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. **Dionário gramsciano (1926-1937)**. Organização de Guido Liguori e Pasquale Voza. Tradução de Ana Maria Chiarini, Giego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia De Bernardinis. Revisão Técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Maquiavel, a política de Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GREENWALD, Glenn *et al.* Novos diálogos revelam que Moro orientava ilegalmente ações da Lava Jato. **Veja**, 12 jul. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/dialogos-veja-capa-intercept-moro-dallagnol/>>.

GRUPO Globo explica aquisição de direitos de transmissão da Copa 2002 e descarta acusação de sonegação. **Globo.com**, 11 maio 2015. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/boatos-alertas/noticia/2015/05/grupo-globo-explica-aquisicao-direitos-transmissao-copa-mundo-2002-descarta-acusacoes-sonegacao.html>>.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Ortiz, 1991.

IASI, Mauro Luís; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs.). **Ecoss do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

ÍNDICE de percepção da corrupção 2018. **Transparência Internacional**, 2018. Disponível em: <<https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/>>.

JBS é a empresa que mais deve para a Previdência; veja os 500 maiores devedores. **Gazeta do Povo**, 2 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/jbs-e-a-empresa-que-mais-deve-para-a-previdencia-veja-os-500-maiores-devedores-22wmik37dli6hsucikyp1kcz1/>>.

JINKING, Ivana. Apresentação. *In*: _____; DÓRIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política. São Paulo: Boitempo, 2016.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
LEOPARDI, Maria T. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Tradução de Ana Maria Chiarini *et al.* São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações** – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MAZUI, Guilherme; CARAM, Bernardo; CASTILHOS, Roniara. Temer assina decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. **G1**, 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>>.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Pesquisa DAU** – 500 maiores devedores previdenciários – março. 23 abr. 2019. Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/assuntos/divida-ativa-da-uniao/divida-ativa-previdenciaria/pesquisa-dau_500-maiores-devedores-previdenciarios_mar.pdf/view>.

MIRAGAYA, Júlio. Retrocesso social. **O Globo**, 5 set. 2016.

MORAES, Dênis. **A esquerda e o Golpe de 1964: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
_____. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

NETTO, José Paulo. A autocracia burguesa e o mundo da cultura. *In*: _____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Contra-revolução impressa: jornalismo, reificação e hegemonia**. 2009.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

O GLOBO. Editorial. **O Globo**, 31 mar. 1964.

_____. Editorial. **O Globo**, 2 abr. 1964.

- _____. Editorial. **O Globo**, 3 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 7 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 8 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 9 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 10 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 11 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 13 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 15 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 16 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 17 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 18 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 21 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 22 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 23 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 28 abr. 1964.
- _____. Editorial. **O Globo**, 9 ago. 2016.
- _____. Editorial. **O Globo**, 11 ago. 2016.
- _____. Editorial. **O Globo**, 13 ago. 2016.
- _____. Editorial. **O Globo**, 18 ago. 2016.
- _____. Editorial. **O Globo**, 19 ago. 2016.

- _____. Editorial. **O Globo**, 23 ago. 2016.
- _____. Editorial. **O Globo**, 27 ago. 2016.
- _____. Editorial. **O Globo**, 31 ago. 2016.
- _____. Editorial. **O Globo**, 1.º set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 2 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 3 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 5 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 6 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 9 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 13 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 14 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 15 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 17 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 18 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 21 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 22 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 24 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 25 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 27 set. 2019.
- _____. Editorial. **O Globo**, 30 set. 2019.

PENA, Felipe. **Crônicas do golpe**. Num grande acordo nacional com o supremo, com tudo. Rio de Janeiro: Record, 2017.

PIB AVANÇA 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões. **Agência IBGE Notícias**, 1.º mar. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>>.

PIB CAI 3,5% em 2015 e registra R\$ 6 trilhões. **Agência IBGE Notícias**, 9 nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes>>.

PRESIDENTE Jair Bolsonaro na abertura da 74.ª Assembleia Geral da ONU. **YouTube**, 24 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JBQjjmrZI7A>>.

PRINCÍPIOS editoriais do Grupo Globo. **Época**, s.d. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 2019.

RECUPERAÇÃO judicial da Odebrecht S.A. s.d. Disponível em: <<https://www.odebrecht.com/pt-br/comunicacao/recuperacao-judicial-da-odebrecht-sa>>.

REVISÃO periódica mostra queda de 3,5% do PIB de 2015. **Agência IBGE Notícias**, 9 nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17900-revisao-periodica-mostra-queda-de-3-5-do-pib-de-2015>>.

ROSA, Bruno. O Globo é o jornal que mais cresceu em 2018. **O Globo**, 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/o-globo-o-jornal-que-mais-cresceu-em-2018-23400125>>.

SARDINHA, Edson. Discurso de Dilma na instalação da Comissão da Verdade. **UOL**, 16 maio 2012. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/discurso-de-dilma-na-instalacao-da-comissao-da-verdade/>>.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: uma queda de braço do período Dilma (2011-2016). São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Antropologia do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEIXEIRA, Ezequiel. Contra a corrupção. **O Globo**, 19 set. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

ANEXO A - 3 de março 1964

FALTANDO mais de um ano a mais para o apelo às urnas, os acontecimentos políticos precipitaram-se de tal ordem que, a esta altura, já se encontra o País em plena campanha sucessória. Embora somente o Governador Ademir de Barros haja sido oficialmente lançado pelo seu partido, não restam dúvidas de que há outros candidatos; pelo menos, serão levados à consideração do eleitorado por suas agravações, por sinal as de maior tradição de luta nos 150 anos de existência da República. Quer o Governador Carlos Lacerde quer o Senador Juscelino Kubitschek se salientaram até ao chefe da Executiva paulista na cruzada de esclarecimento das linhas mestras de seu programa de Governo, levando a sua palavra aos mais distantes pontos do território nacional.

HÁ AINDA obstáculos a vencer, na área doméstica da UDN e do PSD, para o lançamento definitiva dos nomes dos Srs. Carlos Lacerde e Juscelino Kubitschek, mas essas dificuldades serão láta e tranqüilamente superadas em tempo oportuno, sem prejuízo dos candidatos em potencial.

UMA MENSAGEM sabida divulgada, o Governador Magalhães Pinto, que nutria, ou nutria, ainda, esperanças de ver seu nome surtado pela convenção da UDN, condenou, em termos veementes, a precipitação com que o partido asterio abordando o antigo assunto e afirmou que de agora em diante "faltou talvez a lucidez necessária para ver a julgar o que realmente se possa, aqui, no Brasil".

E acrescentou o Sr. Magalhães Pinto:

"VIVENDO o Brasil momento de tantas transformações e emoções diante do aceleramento da mudança social, não vejo porquê precipitar, deste logo, o meu partido em posição definitiva. Não vejo porque correr o risco de dificultar, a tão grande distância do plano sucessório, a possibilidade de composições mais amplas, capazes de conciliar e manutenção da legalidade democrática e a acatidade, honesta e consciente, dos anseios de reforma e de progresso".

TERIAM cabimento as advertências do Sr. Magalhães Pinto em face normal da vida brasileira. O ideal talvez seja a equação do problema sucessório em época mais próxima do pronunciamento das urnas. E preciso não esquecer, entretanto, que a Nação se encontra, como o previu exaustivamente o líder Bilac Pinto, em etapa pre-revolucionária comunista. A agitação impera em todos os setores de atividades. Por omissão de muitos e conivência, visando ao estentado, até do elemento eficiente, para não dizer eficiente, não para-se — se os cages não vêm — um clima de intranqüidade e de desordem, que pode levar as instituições à derrocada.

OS DOIS GRANDES males — a infiltração financeira e o radicalismo político — que põem, no dia do Governador Magalhães Pinto, em risco a paz e a liberdade de nossa pátria, encontram, no ambiente de contusão em que vivemos, campo propício a um rápido desenvolvimento. Não se combatem estes males com a simulação de odios ou com o saqueamento das estruturas jurídicas; objetivos insofismáveis que se encobrem na campanha de descrédito que, por toda a parte, se faz

dos partidos e do próprio Congresso, este alvo até dos mais carentes ataques e levianas acusações do tráfego superintendente da SUPRA.

NINGUEM, em si consciência, defende o radicalismo político e as palavras desvalorizadas, que perturbam ou impedem a apreciação serena dos fatos.

MAS, POR OUTRO lado, ninguém pode esperar de acrédo ou bator palmos à um estado de coisas que pretende, sem o menor axene e pela violência, mudar o arcabouço institucional do País, substituindo-o por um sistema edentó e supressivo de todas as liberdades públicas e tradições civis de povo brasileiro.

ENUNERA o Governador Magalhães Pinto, em sua mensagem, invariáveis da luta sem tréguas que se trava entre direitistas e esquerdistas, mas ressalta que "o extremismo esquerdista visa à destruição da Democracia, no objetivo da implantação de um poder pessoal, esterió e mesmo fanático, com ou sem o apelo do comunismo".

QUE FAZER em tal situação? A resposta é fácil, impõe-se a defesa, enérgica e urgente, da Democracia.

NÃO SERÁ alienando e discórdia entre irmãos ou fomentando a espiação que se

tranqüiliza e Neção, como vêm fazendo bandermeiros contencidos, que se fortalecerá o regime a preservará a Democracia. Somente uma firme disposição de luta dos partidos e dos setores responsáveis poderá anular, enquanto é tempo, os propósitos condenáveis dos inimigos da Pátria.

A TOMADA da posição em face do problema sucessório não poderá, por isto mesmo, ser adiada ou precluída. Trata-se, ao contrário, de medida sã e oportuna, capaz de conjugar os esforços que visam à solução legal e pacífica do problema.

QUE MAL há em que os partidos indignos, desde já, se seus candidatos e sem eles participem o País na pregação de suas ideias e planos de governo?

PROPICIARA o diálogo, característica essencial das democracias, e dorá ao elatorado tempo bastante para apreciar os platemas dos postulantes e decidir-se, com calma e conhecimento da causa, sobre a que lhe parecer mais conveniente com os superiores interesses nacionais.

RESTARA ao Presidente da República manter-se, na campanha sucessória, como é de seu dever, em atitude rígida de imparcialidade, como a de um magistrado, governando o País alheio às implicações do movimento eleitoral, e passar o poder, na data constitucional, como já o declarou expressamente que fará, ao encerrar das urnas.

ISTO É Democracia.

UNION PRESS INTERNATIONAL — Exclusiva para O GLOBO (1ª e 2ª página)

Ataques Insólitos ao Congresso

MAISS UMA investida vem de ser lançada contra o Legislativo. Seu autor é um jovem inexperiente, investido em função política, a qual não estava, nem técnica nem politicamente, qualificado. Da esgrima de sua mania falastreia, começa o Governo a colher amargos frutos. Em Governador Valadares, sofreu o primeiro impacto da realidade, verificando que uma coisa é fazer poesia em torno de assunto sério, no estúdio, e outra é decidir questões importantes no calor dos interesses e da verdade que cerca o campo no Brasil.

O LEGISLATIVO é o poder mais vulnerável às críticas, injustas ou construtivas e por isso mesmo, perfeitamente admitíveis. Poder representativo dos sentimentos heterogêneos da coletividade, é compreensível e natural que o seu comportamento não encontre elogios em todos os setores de atividades. As suas decisões são, por vezes, rotuladas com restrições por parcelas de opinião pública. Nem sempre os seus atos agradam a estas parcelas, porque o Congresso, formado por delegados de todas as parciais das camadas sociais, se atém, ou se deve ater, como é de seu dever, não aos interesses em conjunto da coletividade, do que aux que, embora respeitáveis, melhor atenderiam apenas a pontos de vista de grupos ou facções.

VALVULA DE ESCAPE dos sentimentos e reivindicações do povo, que diretamente representa, o Legislativo é o poder que, primeiramente, percebe os ataques ou possíveis avanços às estruturas institucionais ou à democracia. Essa a razão por que qualquer fenômeno que intransigência, ainda que ofensivamente, a coletividade, interessa ou rezza com intensidade no plenário das sessões legislativas.

FRAÇA-SE JUSTIÇA ao Congresso. Nos períodos mais difíceis da nacionalidade, subverbam os parlamentares enfrentar, com equilíbrio e serenidade, a situação e encontrar soluções que, controversas talvez à luz de rígidas hermenêuticas dos preceitos legais, afastaram perigos de lutas armadas entre irmãos.

OS FATOS históricos são eloquentes. Não se precisará remontar ao Brasil-império para ressaltar o procedimento e o espírito conciliador dos parlamentares nas crises mais agudas por que passou o País. Basta atender para exemplos mais recentes, a partir de 1955,

quando, por mais de uma vez, a Nação se encontrava dividida politicamente em duas correntes, poderosas e inconciliáveis, e os acontecimentos resultavam infelicitamente para a guerra civil.

OS FATOS são de ontem. Estão vivos ainda na memória de todos os brasileiros. Pode-se, e nós o fizemos na oportunidade, discordar das fórmulas preferidas pelo Congresso para solucionar o perigo imposto. Mas não se poderá negar que os congressistas agiram sob a pressão de circunstâncias imperiosas e irreversíveis e — não obstante o mérito das decisões — evitaram o iminente choque armado fratricida e salvaram as instituições democráticas.

NO CASO das reformas de base, em ordem do dia dos debates, não se pode, sem cometer injustiça, culpar o Congresso pela demora de qualquer providência de amparo ao homem do campo, sem dúvida desassistido, lamentavelmente, pelos poderes públicos. O Congresso não é contra as reformas. Os seus líderes o têm reiterado insistentemente e ex-

pressamente. O que o Parlamento não compreende e as lideranças dos partidos, já e expressaram de público, é que, a respeito de uma reforma agrária de intuídos danosos, se atente frontalmente contra o direito de propriedade, assegurada, de forma clara, na Constituição.

O LEGISLATIVO, em verdade, tem cometido erros e não está isento de críticas. O GLOBO as tem feito.

MAS UMA COISA são críticas, mesmo injustas, e outra são ataques grosseiros e acusações levianas, como os que vem de sofrer o Congresso por parte do superintendente do SUPRA. Os parlamentares reagiram à altura e o acusador, instado a fazê-lo, não identificou, como deveria, os seus interesses pessoais, como denunciá-los, se estarem opostos à desapropriação de terras ao longo das rodovias federais.

A MESA DA CÂMARA prometeu levar o caso à Justiça. Que o faça quanto antes, a fim de afastar do Parlamento, se verdadeira a acusação, os que teriam transformado o exercício do mandato em instrumento de negócios ilícitos, ou responsáveis criminalmente, se imprudente a denúncia, a inépcia e leviana superintendente do SUPRA.

ANEXO C - 5 de março de 1964

Pernambuco Conflagrado

CASTANDO muitos milhões de cruzeiros, com publicação de página inteira em inúmeros jornais do País, o Governo do Pernambuco tenta extrair-se, perante a opinião pública, das culpas que lhe cabem pela situação conflagrada em que se encontra o Estado.

DESPESA inútil, pela boca a Nação responsabiliza a administração Miguel Arraes pelo clima de violência, falta de garantias para o trabalho, desordem e insegurança que vêm infectando aquela importante unidade da Federação.

ALIAS, bem molhados argumentos encontrou o Governo pernambucano para defender-se das acusações que lhe são feitas. Na verdade ele se escora em "autoridades" e organismos, que podem ter algum valor para o Palácio do Campo das Princesas, mas que o povo brasileiro repudia de modo absoluto, a saber: a UNE, o Frente de Mobilização Popular, o presidente do FUA, o do CGT e do CNTU e o CPOS da Guanabara, chefiada pelos Srs. Hércules Correia e Roberto Mercus.

EM CONTRAPARTIDA vemos as mais respeitadas vozes, dos mais diversos setores da vida estadual, inculparem o Governador Arraes pelo que se passa em Pernambuco. Nem será preciso recorrer aos testemunhos de decanias de industriais, de entidades de classe ou de líderes políticos. No próprio Tribunal de Justiça do Estado vários desembargadores têm usado da palavra nesse sentido, mencionando a participação do Chefe do Executivo na preparação das greves que arruam com a economia local.

DA MESMA mancha se manifestam os mais insuspeitos órgãos de imprensa. Ainda ontem foi transcrito em O GLOBO editorial do respeitado "Jornal do Comércio" de Recife, cuja linha de isenção em face do Governo de Pernambuco tem sido reconhecida. Eis o parágrafo final desse artigo:

"**J**A NAO só o Nordeste, mas toda a Nação deve ser alertada para a gravíssima conjuntura que estamos vivendo. Uma região do País está praticamente sublevada. A Constituição e os Códigos já não vigoram em Pernambuco. O Governo Estadual não assegura o cumprimento da lei e as tropas federais ficam recolhidas nos quartéis. Foi exatamente assim que se fez em outros países e em outros continentes. Estamos assistindo, de maneira estanhadamente inerte e passiva, à construção, aqui, de uma nova Coréia."

AGORA, para culminar tão terrível conjuntura, o Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco deu início a uma greve geral progressiva, destinada a paralisar todas as indústrias do Estado, ao que responderam as classes produtoras resolvendo suspender suas atividades, dando o clima de intranquilidade e até que se restabeleça a normalidade indispensável ao trabalho.

VARIOS fatores estão sendo explorados pelos agitadores para conduzir os trabalhadores à greve, desde as reivindicações salariais (que o Tribunal Regional do Trabalho só atendeu em parte) até a substituição do Delegado do IAPI por pessoas que, sendo de confiança do Presidente da República, não o é dos órgãos sindicais pernambucanos.

NINGUEM sabe como terminaram os litígios impatrioticamente fomentados por esses órgãos sindicais, com a escora da administração estadual. O Governo da União aparenta não saber de coisa alguma, tendo afirmado, em tom de "blague", o titular da Justiça (S. Ex.^a) o fim falar nesse tom até quando a situação é a mais crítica) que não recebera qualquer comunicação sobre o assunto, quer das autoridades federais, quer das estaduais.

ESTAS últimas, através de telefonemas do Governador Arraes, seu chefe, limitaram-se a dirigir ao Superintendente do SUPRA "dramático apelo" visando a desapropriação do Engenho Serra, que havia sido ocupado por trabalhadores em greve. O Sr. Pinheiro Neto, "ca va sans dire", acedeu gostosamente, e logo mandou redigir o minuta do decreto expropriatório, que é tudo quanto sabe fazer.

SE VINGAR tal solução já se vê o perigoso precedente aberto. Os trabalhadores pleiteiam aumentos (às vezes sem qualquer base na realidade), a Justiça especializada não lhes dá razão, mas o Governo Federal intervém e desapropria a fazenda, o engenho ou a fábrica, espoliando o proprietário e desmoronando a Justiça do Trabalho, que assim teria recebido seu nestado de débito.

E DE CBER, porém, que o Governo da República terá o bom-senso de não se deixar cair na armadilha que lhe prepara o Governador Arraes, que o deseja engajar na guerra que move aos proprietários e às classes produtoras. Possivelmente, como tem acontecido em outros episódios, a nomeação de Delegado do IAPI, que desagradou aos sindicatos, será tornada sem efeito. Se o Presidente João Goulart deseja continuar subordinando sua autoridade aos organismos sindicais, legítimos ou ilegítimos, não há como o impedir. Mas daí a admitir que o Governo use, arbitrariamente e injustificadamente, do poder de desapropriar que as leis lhe conferem, vai uma enorme distância. Semelhante atitude representa uma violação, e não nos parece que o Governo tenha qualquer interesse em desenrolar um processo de violência, com o qual só teria a perder.

SAIÁ a Executiva Federal de seu imobilismo em relação ao caso pernambucano e tome as providências necessárias para devolver a paz e a ordem ao Estado vitimado por uma administração mal-intencionada e incompetente com os agitadores. Faça isto enquanto não começa a jorrar entre os canaviais o sangue de brasileiros, levados a uma situação de conflito pela inépcia e pela demagogia. É o que todo o Brasil reclama e espera do Governo da União.

ANEXO D — 6 de março de 1964

DESAFÔGO E ESPERANÇAS

MAIS CEDO do que se esperava cessou a greve em Pernambuco. Conseqüentemente não chegou a haver o "lockout" dos empresários. Em menos de 24 horas sentiu-se no Estado um desafôgo, que tôda a Nação celebra e espera duradouro.

NÃO FOI ISTO, evidentemente, o fruto do acaso, mas o resultado daquela ação, que ontem reclamávamos, por parte do Governo Federal, que teve, assim, mais uma oportunidade de comprovar que dêle depende a manutenção da paz e da ordem no território nacional. Basta que use de sua autoridade para conter os agitadores e elementos subversivos, mesmo que estejam êstes apoiados por um Governador que utiliza os trabalhadores para alcançar seus objetivos políticos.

VINDO AGORA ao Rio, como se anuncia, verificará o Sr. Miguel Arraes que não tem a seu lado, para as campanhas de agitação e de divisão social, senão aqueles representantes da minoria subversiva, tão expressivamente arrolados pelo Governo pernambucano para defendê-lo — o Presidente da UNE, os líderes do PUA, do CGT, e de outras siglas que significam desordem e insensatez.

A ABSOLUTA maioria da população brasileira — e desta feita

o Governo Federal resolveu ficar com a maioria — reclama tranqüilidade, exige que a paz interna seja mantida, deseja que a Constituição e as leis não sofram agravos. Se uma administração estadual não cumpre seus deveres, se desrespeita as decisões judiciais e não assegura a ordem no território de sua jurisdição, é ao Governo Federal, evidentemente, que incumbem as providências restabelecedoras da normalidade.

VERGONHOSO seria se o Exército Nacional fôsse chamado, na Guanabara, a exercer funções policiais, protegendo um comício convocado para local proibido, mas em Pernambuco — tumultuado pelas greves, pelas invasões e ocupações de engenhos, usinas e edifícios — se deixasse ficar inerme, nos quartéis.

FELIZMENTE não são mais tão negras as previsões para os próximos dias em Pernambuco. Embora a situação esteja longe de poder ser considerada tranqüila e normal, já existe alguma esperança de que ela não se agrave, como todos temiam, tendo em vista que o Governo Federal se vinha omitindo.

ANEXO E - 7 de março de 1964

Levantem as Viseiras

APESAR dos esforços do Governo no setor financeiro, objetivando a recuperação que toda a Nação deseja; apesar de que esta ano ainda não se emitiu apesar das boas perspectivas no que tange às exportações e das excelentes notícias a respeito das negociações com os credores estrangeiros para o rescalonamento de nossas dívidas, vê-se o dólar subir de um momento para o outro, enquanto nem as ações na Bolsa de Valóres, sem haver qualquer fator econômico que justifique uma e outra coisa.

É EVIDENTE que tudo isto ocorre, exclusivamente, em consequência dos temores que assaltam a população, que se sente intranquilha diante dos acontecimentos políticos e se deixa impressionar pelos choques que mantêm em pé de guerra a Governo e a Oposição.

NUNCA, entretanto, como hoje, foi tão importante para os destinos do Brasil o entendimento patriótico entre as diversas correntes de opinião. Pois ninguém ousará afirmar, com tranquilidade, que seja feito levar a luta política até um extremo que redunda no sacrifício do País.

NA VERDADE — em que pese às aparências em contrário —, não julgamos impossível tal entendimento no plano superior do interesse nacional. Só os brasileiros desmarrados poderiam insistir em intransigências que significarão, a curto prazo, o fim de todas as nossas esperanças de transformarmos na grande política que queremos ser.

SÓ EXISTE uma posição de intransigência realmente inaceitável. Aquela que detonda, com paixão e ressentida, o absoluto respeito à Constituição Federal. Diga-se, aliás, que uma das causas da presente crise política se origina, precisamente, no recelo de que esteja nos planos governamentais fecer a Carta Magna, visando a reeleição ou continuação do Presidente João Goulart. Tais recelos, muitas vezes manifestados pelos adversários de S. Ex.^ª, dificilmente poderiam ser endossados. É preciso que se faça muito pouco da prudência do Chefe da Nação.

NAO IGNORA o Sr. João Goulart que o Brasil inteiro se levantaria em defesa da legalidade constitucional, no hora em que as suspeitas fomentadas pelos seus inimigos parecessem confirmarse. Aliás, o Sr. João Goulart, em diversas oportunidades, reafirmou a seu propósito de passar a faixa presidencial a quem for eleito no pleito vindouro.

SE OS TEMORES de um propósito presidencial continuista preocupam a Oposição, as resistências que tem encontrado a seus projetos de "reformas de base" irritam e impacientam o Governo, o que tudo somado, causa este clima de intangibilidade e pessimismo que affige o País, repercutindo no panorama cambial e na situação financeira.

ASSIM como não subscrevemos as suspeitas arguidas pelos adversários do Presidente João Goulart, relativamente à sua sinceridade e intenções, não encampamos as críticas situacionistas ao Congresso, que segundo os partidários do Governo não estaria sendo sensível aos problemas nacionais, omitindo-se quando são urgentes certas reformas e providências que forneçam condições para melhorar o padrão de vida do povo brasileiro. Achamos que ninguém é contrário a essas reformas, desde que elas não sejam realizadas fora do espírito do regime e à revelia do pensamento da maioria democrática.

COM ESTA crenga, isto é, vendo no Presidente da República o batalhador em prol de reformas que, em termos, ninguém repudia, e no Congresso o defensor da normalidade institucional, que só a minoria subversiva pretende liquidar, não podemos admitir que seja tarde para aquele entendimento superior a que fizemos menção no início.

É O QUE desejamos pedir ao Governo e aos partidos. Levantem as viseiras e ponham-se a conversar, mas com algum, de qualquer maneira, fazer desaparecer a ansiedade e medo, e negativismo, que levam os males acumulados a adquirirem moeda estrangeira, em detrimento dos nossos interesses, prejudicando a recuperação econômica e abalando a confiança que põem em nós os países que nos estão ajudando a superar as dificuldades financeiras.

ANEXO F – 10 de março de 1964

O Governador Arraes Incurso em Crime de Responsabilidade

A ONDA DE irresponsabilidade que ameaça a tranquilidade do País teve, em Brasília, como vedeta o Governador de Pernambuco. Em discurso incendiário, proferido no Teatro Nacional, perante mais de duas mil pessoas, o Sr. Miguel Arraes esqueceu-se de suas obrigações constitucionais e confirmou, mais uma vez, sua vocação para o caos e para a anarquia.

NÃO FOI obra do acaso, decorrente de circunstância de momento, mas o evoluir frio e enclaudado de um plano de subversão que o Sr. Arraes, há muito, vem pondo em execução no Estado. Ainda há dias, não fora a advertência oportuna do Governo Federal, através do comandante do 4.º Exército, e Pernambuco teria sido fatalmente conflagrado, porque o Governador criminosamente instigou o conflito entre o capital e o trabalho.

FRUSTRADOS os seus impatrióticos desígnios em Pernambuco, o Sr. Miguel Arraes foi a Brasília e ali, na presença de figuras de proa do esquerdismo negativo, investiu insolentemente, sem o menor protesto, contra os poderes constituídos, conclamando o povo à rebelião.

VALE A PENA citar as palavras do Governador Miguel Arraes. Elas são: "É chegada o momento de o povo se reunir em grupos e se armar para forçar o Governo a descer os reacionários que estão impedindo as reformas exigidas pelas massas populares". (O grifo é nosso.)

ESTAMOS CERTOS de que, a esta hora, o Procurador-Geral da República estará elaborando a minuta da petição ao Judiciário solicitando a responsabilidade criminal do Governador de Pernambuco. A Constituição Federal é clara e taxativa. Não deixa margem a dúvidas. Reza o parágrafo 5.º in fine do Art. 141: "Não será, porém, tolerada a propagação de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceito de raça, ou de classes."

QUE FEZ o Governador Miguel Arraes, concludando o povo a armar-se contra os poderes públicos, senão a propagação de processos violentos para subverter a ordem política e social? Que fez o Governador Arraes, em sua arenga incendiária, senão fazer a propagação de preconceito de classes?

EM SE TRATANDO de um Governador de Estado, o caso assume maior gravidade. É o Chefe do Executivo de Pernambuco, que dispõe de recursos materiais e financeiros de toda a ordem, que se transporta para a capital da República e, com a maior desfaçatez, preta a derrocada violenta das instituições vigentes.

HÁ AINDA uma circunstância que não poderá ficar sem registro. Presente o Chefe da Casa Militar da Presidência e não havendo sido feito a mais ligeira restrição à propagação subversiva, é natural que a assistência à solenidade, que, segundo noticiário, se elevava a mais de duas mil pessoas, dali saísse com a convicção de que o Sr. Miguel Arraes teria interpretado o pensamento do próprio Governo Federal.

NÃO FAREMOS a injustiça de assim pensar. Os últimos atos modernos do Presidente da República levam a terer que Sua Excelência discorda radicalmente do ponto de vista do Governador pernambucense. Não basta, entretanto, essa divergência em princípio, em tese, é indispensável que a mesma se feiduzza, na prática, com a remessa à Justiça da arenga incendiária e outros elementos, e os há de sobre, que evidenciam a atuação subversiva do Governador Arraes contra as estruturas democráticas vigentes.

PROPAGANDA de processos violentos para subverter a ordem política e social é crime. Proclama-o a Constituição. A Lei de Segurança Nacional é ainda mais vigorosa na punição desses crimes. Todos os cidadãos são iguais perante a lei. E outro axioma da Constituição. Se todo cidadão sofre as consequências por sua insubordinação ou indisciplina contra os poderes constituídos, por que isentar de culpa um conhecido inimigo do regime, que não se cansa de pregar a sedição, somente porque lhe exerce eventualmente as funções de Governador de um grande Estado?

CUMFRA o Ministro da Justiça, tão solícito em outras oportunidades discursivas, o seu dever de defensor das instituições, fornecendo, quanto antes, ao Procurador-Geral da República os elementos ilustrativos da responsabilidade criminal do Governador falcoso. E o que espera a opinião pública.

ANEXO G - 11 de março de 1964

De Segunda a Sexta-Feira

É UM PRAZER poder elogiar mais um discurso do Presidente da República. A fala do Sr. João Goulart, na segunda-feira, pelo programa "A Voz do Brasil", manteve-se no tom elevado e objetivo de seu penúltimo pronunciamento. Apresentando as linhas básicas da política econômico-financeira do Governo, S. Ex.^a voltou a merecer aplausos, pois pronunciou palavras serenas e expôs as medidas já tomadas ou a tomar, com vistas à recuperação financeira, mostrando ter sido sensível a muitas das críticas anteriormente dirigidas à sua administração.

DEMONSTROU o Presidente sua preocupação com o curto inflacionário, mas desta vez não se limitou a externar apreensões, tendo oferecido ao conhecimento do País algumas das providências que pretende adotar para o seu combate. Foi muito sincero ao reconhecer nas emissões desordenadas a causa primeira da inflação, prometendo seguir, em relação às mesmas, uma política racional realmente inadiável.

OUTRO PONTO do discurso presidencial que particularmente nos agradou foi aquele concernente à recuperação das empresas estatais, cujo déficit operacional constitui um dos principais motivos do desgaste da administração federal. Quando o Governo pretende canalizar para seus empreendimentos parte das poupanças privadas é, sem dúvida, imprescindível que comece por "devolver àquelas empresas estatais as condições patrimoniais e administrativas indispensáveis para o pleno cumprimento de sua missão".

REFERIU-SE, TAMBÉM, o Sr. João Goulart à ação imediata que o Governo empreenderá contra os sonegadores do fisco, o que é uma exigência da consciência cívica dos brasileiros. As gravíssimas declarações feitas recentemente pelo Deputado César Prieto — cuja autoridade na matéria é incontestável — bem evidenciaram a urgência de providências capazes de enfrentar a sonegação. Estamos certos de que o Congresso Nacional dará rápido curso aos projetos que ali se encontram, com tal objetivo.

MUITOS OUTROS pontos do discurso do Presidente da República mereceriam ser comentados e analisados, como aqueles relativos às negociações com os credores estrangeiros, ao crédito social, à reforma bancária ou à entrega das quotas de impostos aos municípios. Impossível, porém, seria deixar de assinalar ter sido este talvez o primeiro discurso do Sr. João Goulart em que o problema do desenvolvimento nacional foi considerado com realismo e sensatez.

É O PRÓPRIO Sr. João Goulart que condiciona a elevação da taxa de desenvolvimento nacional

à disciplina dos fatores econômicos e financeiros, sem o que será impraticável a tarefa de impulsionar os investimentos programados. E é, ainda, o Chefe da Nação que define esses investimentos, programados pelo Governo, como complementares "à ação criadora da iniciativa privada", visando ao progresso material a que aspiramos para nós e nossos filhos.

LAMENTAMOS, sinceramente, que o primeiro mandatário do povo, a este se dirigindo, na segunda-feira, em oração tão digna de enérgicos e considerações, tenha resolvido comparecer, na próxima sexta-feira 18, ao comício organizado por inspiração comunista, em local proibido, desprezando a autonomia deste Estado e as posturas em vigor.

O SR. JOÃO GOULART, que está sendo bem assessorado em matéria financeira, não o está no campo político, pois não foi, certamente, bom o conselho que o levou a aceitar o convite do CGT para falar no palanque erguido à sombra do Ministério da Guerra.

ALÉM DE QUE não é dos palanques dos comícios que um Presidente da República deve discursar ao País, o fato de emprestar a autoridade de seu cargo, comprometendo, inclusive, as Forças Militares, chamadas a protegê-lo numa flagrante violação da lei, é coisa que fica muito mal para S. Ex.^a.

PODE COMETER erros como este é que o Sr. João Goulart não logrou, até agora, obter a colaboração da maioria dos parlamentares para seus projetos de reformas. Disse o Presidente, antecorrem, que continua a assistir à deformação de seus elevados propósitos reformistas, quando todos sabem de seu empenho em resguardar a paz da família brasileira e os valores democráticos, sendo tal às tradições criadas de nosso povo.

REALMENTE S. Ex.^a tem manifestado, seguidamente, esses propósitos e intenções, mas de que lhe adianta fazê-lo, verbalmente, se depois se deixa levar aos comícios em que os mais notórios agitadores pregam a subversão e a violência, atacam o Poder Legislativo e injuriam as instituições democráticas?

TODOS, sem distinções partidárias, desejam que o Governo acerte e proporcione ao Brasil as condições indispensáveis ao progresso nacional, e ao povo, a certeza de dias melhores. Quando o Presidente da República fala à Nação, do modo como o fez na segunda-feira, esses dias parecem mais próximos, mas quando S. Ex.^a, num ato público mal inspirado e mal intencionado, se junta a pélegos e agitadores, dá a impressão de estar cada vez mais longe.

ANEXO H - 12 de março de 1964

DERROTA DAS ESQUERDAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

OS DEMOCRATAS tiveram ontem uma grande vitória na Assembléia Legislativa de Guanabara. Todos os elementos esquerdistas foram escorraçados de sua Mesa.

EMBORA se possa lamentar que a segunda bancada não esteja representada, como seria de desejar, na Comissão Diretora, para melhor atender aos preceitos regimentais atinentes à proporcionalidade da representação das forças partidárias, ainda assim é confortador registrar a ocorrência. Digase, aliás, em proveito da verdade, que a não-representação do PTB na Mesa se deve exclusivamente aos próprios potabistas, que recusaram todos os entendimentos visando a uma composição harmônica, na persuasão em que estavam de que poderiam, com promessas, que não seriam cumpridas, aos pequenos partidos, afastar da presidência o delegado da UDN, posto que, como maior bancada, de direito lhe pertence.

NÃO SE PODE desmerecer ou silenciar o significado da derrota total das esquerdas no legislativo local. Investido das funções de 1.º Secretário, o Deputado comunista Hércules Correia dispunha de facilidades postais e telegráficas e de recursos materiais de toda sorte para articular e dar execução a planos atentatórios às instituições democráticas.

O GABINETE do Sr. Hércules Correia no Palácio Pedro Ernesto era uma espécie de prolongamento da sede do CGT e outras entidades espúrias, onde se reuniam, quase diariamente, os seus líderes para debater e coordenar providências aparentemente amparadoras de reivindicações sindicais, mas, na realidade, a outra coisa não visavam senão agitar e intranquilizar a opinião pública.

O PRIMEIRO ATO da Assembléia, na sessão legislativa que se inicia, é promissor e faz renascer, em parte, a confiança do povo em sua atuação. Dizemos em parte porque nem sempre, infelizmente, o legislativo local, por circunstâncias talvez irremovíveis, corresponde, por inteiro, aos anseios dos cariocas, quando em jogo interesses pessoais ou de grupos.

É CERTO, faça-se justiça, que, em alguns casos, a falta de informações ou de esclarecimentos precisos por parte de elementos da administração deverá ter induzido os deputados a incidir em erros e equívocos, como eles mesmos têm proclamado e reconhecido ao concordarem, em reexame mais acurado dos assuntos em debate, com as velas opostas pelo Governador.

A NOVA MESA, formada à base da maioria dos partidos democratas, está em situação mais propícia a um perfeito entendimento entre Legislativo e Executivo. A sua presidência foi confiada a um jovem político, estudioso dos problemas da cidade, e que já pertenceu, como figura de projeção, ao Gabinete do Governador Carlos Lacerda. Ninguém melhor do que ele para sentir, por isso mesmo, a necessidade de um entrosamento dos dois poderes, para que possam ser concluídos os planos de obras em andamento e que ferão do Estado de Guanabara um exemplo de trabalho construtivo e um modelo de organização e de honestidade administrativa.

ANEXO I - 13 de março de 1964

EM CERTAS OCASIÕES algumas idéias, por diferentes razões, sensivelmente, por igual, os partidos do Governo e da Oposição. Quando tal coisa ocorre à quozza em vão e esforço dos que procuram aprofundar a exame em tese, ponderar os prós e os contras, impedir que o slogan de dúvidas acerte se transforme em lei de efeitos danosos para os interesses do País.

ATUALMENTE está em discussão aquilo que a priori se considera uma solução para o surto inflacionário que não se consegue definir: a escala móvel de salários ou salário-móvel. No Congresso, vários projetos, incluindo um de origem governamental, disputam as preferências dos parlamentares. Apresentada como panaceia capaz de atenuar o mal-estar provocado pela incessante alta de preços e revisões salariais, a escala móvel vai fazendo carreira, mas poucos muito poucos, serão os deputados e senadores que realmente tenham dedicado ao assunto a atenção que ela merece. A maioria dos congressistas parece assistir-lhe limitadamente, sem sequer dar-se ao trabalho de examinar o resultado obtido em outros países que a adotaram.

PARA OS PARTIDOS que se opõem ao Governo a providência significaria retirar da administração a possibilidade de utilizar imediatamente os aumentos salariais, cortando as classes trabalhadoras e mesclando com os sindicatos. Para o Governo seria uma nova medida de redução das tensões sociais, que licitariam salários sabendo que seus aumentos seriam automaticamente revertidos à medida que se elevassem os preços, diminuindo a defasagem entre preços e salários e, conseqüentemente, atenuando as suas dificuldades.

QUE NINGUÉM, entretanto, terá a coragem de afirmar é que a escala móvel

A Escala da Catástrofe

não seja a consequência do regime inflacionário, definitivamente institucionalizado através de uma providência que, por algum tempo, silenciaria os reclamos populares, sanando, até agora, a exigência do Governo a contenção da inflação. O Governo nos atrevera mais, depois disso, de lutar para recuperar as finanças, fazendo cessar as emissões, promovendo a produtividade, emitindo livre de pressões, uma vez que, à preparação que foram submetidos os preços, salários também os salários e moedas não giraria. Isto, absolutamente, este a dia em que o País estivesse e a desemprego levar à milhões milhões de laras.

POIS É EVIDENTE que a situação econômica-financeira não será resolvida apenas porque o Congresso vote uma lei determinando a revisão automática dos salários. Se fosse assim, a inflação não ofereceria maiores inconvenientes e todo se resolveria com a promulgação de oportunos diplomas legais. Mas a História ensina precisamente o contrário. Todas as vezes que tiram ao escalão do reajuste ao salário-móvel para amenizar as conseqüências da inflação, tiveram-se agravada até o insuperável. Assim foi na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, na França, na Finlândia e no Chile. O que se passou neste último país merece ser citado. Em recente e brilhante artigo sobre a escala móvel de salários, diz a (sem a respeito) economista Mário Henrique Simonsen:

"EM PARTICULAR, a experiência chilena deveria ser estudada de perto. AN 1952 o Chile se definhava com uma inflação da ordem de 25 a 25% ao ano. Instituiu-se, então, a escala móvel de salários, e a taxa de infla-

ção logo triplicou. Após três anos de violentíssima inflação da ordem de 80% anuais, o Governo conseguiu abolir o sistema de reajustamentos automáticos. Foi necessário exigir sacrifícios ainda maiores das classes trabalhadoras, dilatando-se os prazos de reajustamento e concedendo-se em proporção inferior à alta do custo de vida".

CONTINUA o articulista: "E não pare a experiência do Chile. Nos últimos anos a inflação neste país andou se abrandou bastante, e no ano passado a escala móvel foi reintroduzida sob a alegação de que seus efeitos estavam atenuados, já que a inflação estava contida a taxa dos 12% anuais. O resultado é que no corrente ano (1962) a inflação voltou a recrudescer, elevando atingir a ordem dos 40%".

PRECISARIAM convencer-se, os defensores do salário-móvel, de que se a restrição das emissões monetárias e o aumento da produtividade poderão frear a inflação, dando, ao mesmo tempo, emprego aos milhões de brasileiros que atualmente se integram na margem de trabalho. No Chile a escala móvel colidiu com a maior volta das emissões — o que agravou o surto inflacionário —, na Alemanha e em outros países a mesma providência colocou os empresários diante da impossibilidade de pagar os seus empregados, o que provocou o desemprego em massa.

NO BRASIL, onde tudo se faz exageradamente, a introdução da escala móvel de salários terá resultados catastróficos. Obser-

va-se, por exemplo, que o projeto já aprovado na Câmara dos Deputados, em primeira discussão, se mesmo tempo que institui o salário-móvel mantém os distúrbios colossais para efeitos de reajustes salariais, perdendo que bem positivo único pouco estudado foi pela maioria da Casa a taxa do escala móvel. O mesmo projeto estende aos funcionários públicos o reajustamento automático, e que significaria, para as administrações, a destruição de toda a qualquer possibilidade de ajuste de salários com os organismos estatais. Talvez a Câmara dos Deputados não tenha pensado para o fato de que a sua principal função, que é a de dar ao Executivo a Lei de Meios, seria completamente anulada, visto como o Orçamento já não teria a menor vitalidade.

EM TEORIA se poderia discutir se a escala móvel de salários é uma providência capaz de determinar circunstâncias, mas na prática, neste país mal administrado e controlado por muitos anos de inflação desenfreada, é seguro que a escala móvel significaria a fim de todos as nossas esperanças de voltar a viver num regime de estabilidade econômica. Seriamos atirados ao maior pandemônio e, como no Chile, na França etc., obrigados a buscar, obtendo o salário-móvel. Mas isto, provavelmente, não se teria de maneira pacífica (pois os salários se envasararam de defender a sua permanência, como defendem tudo o que nos prejudica o contrário), e quando o conseguíssemos, as nossas finanças ainda estariam mais enrijecidas e a situação econômica muito mais grave.

SERÁ POSSÍVEL, que tenhamos que experimentar, na pele, todos os erros? Jamais nas nossas ótimas os exemplos alheios?

Iniciado o Processo de Encampação Das Refinarias Além de Assinado o Decreto Desapropriador da SUPRA

2707 XEBEX - 60% DE ASSINADO, 25% DE REJEITADO DE 1964 - 2.º E 3.º E 4.º

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE BRUNO MARINHO
Diretor-Geral: JOSÉ DE SOUZA
Diretor-Administrativo: EDUARDO AMARAL
Diretor-Editorial: ALBERTO FERRETTI

A Direção do Capuara Vai Defensor Seus Interesses Diante do Ato do Governo

Além de uma declaração em favor do ato, a administração do Capuara vai defender seus interesses perante o Conselho de Administração da empresa. O ato do governo será discutido em sessão do Conselho de Administração da empresa em sessão extraordinária. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)



ESTA EDIÇÃO É COMPOSTA DE 3 CADERNOS

A primeira edição da primeira edição, publicada, para todos os dias, em três cadernos. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)



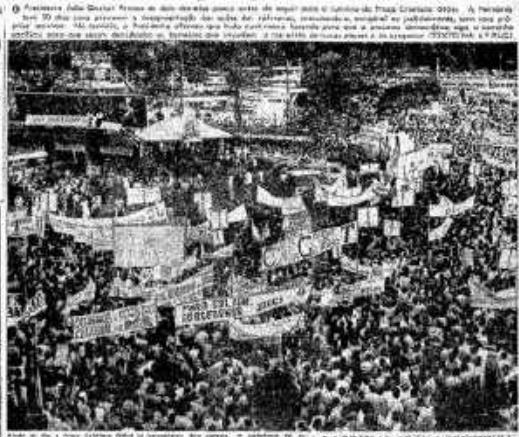
70 de março, realizada, a 1.ª sessão do Conselho de Administração da empresa. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)

ULTIMATO TURCO A CHIPRE: CONVOCADO O CONSELHO DA ONU

A Turquia anunciou ultimato ao governo cipriota exigindo a retirada imediata das tropas turcas da ilha. O Conselho de Segurança da ONU convocou uma sessão extraordinária para discutir o caso. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)

Kubitschek Passará à Ofensiva em Defesa de Sua Candidatura

O candidato presidente, senador Kubitschek, anunciou que passará à ofensiva em defesa de sua candidatura. Ele afirmou que não se desistirá de lutar pelo cargo. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)



13 de março, realizada, a 1.ª sessão do Conselho de Administração da empresa. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)

Treze Oradores Falaram no Comício Das Reformas

Um comício em homenagem às reformas foi realizado no Palácio do Congresso Nacional. Treze oradores falaram sobre a importância das reformas para o desenvolvimento do Brasil. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)



13 de março, realizada, a 1.ª sessão do Conselho de Administração da empresa. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)



13 de março, realizada, a 1.ª sessão do Conselho de Administração da empresa. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)

Lacerda Pede ao Carioca Que Eleja Hélio Beltrão

O governador de Pernambuco, Lacerda, pediu ao povo carioca que eleja Hélio Beltrão para governador do Brasil. Ele afirmou que Beltrão é o melhor candidato para o cargo. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)



13 de março, realizada, a 1.ª sessão do Conselho de Administração da empresa. (FOTO DE CARLOS ALBERTO)

Parlamentares Vêem Demagogia Nos Discursos do Comício da Central

Dura a Senator Helen Campos, o decreto de SUPRA e outras proposições apresentadas por membros da oposição do dia 14, quando se realizou, por meio de uma única sessão, o Sr. José Carlos de Faria, presidente da Câmara Municipal de São Paulo, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e presidente da República. (TEXTO NA QUINTA PÁGINA)

GOULART CONCLAMA A REMOVER ESTRUTURAS ARCAICAS QUE TRAVAM A MARCHA DO PAÍS

Nos momentos que vivemos no Congresso Nacional, estamos, em nosso dia de abertura da nova Sessão Legislativa, o Presidente da República convida ao Brasil os meios para superar os obstáculos do atraso e da miséria, o fim de que o Brasil seja um país desenvolvido, livre, independente, próspero e feliz. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)

Acabou-se a Favela Getúlio Vargas e a de Ramos Vai Ter Fim

As obras de saneamento básico, iniciadas em 1954, na favela Getúlio Vargas, em São Paulo, e que foram interrompidas, estão sendo retomadas pelo Serviço de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo. A obra de saneamento básico, que inclui a construção de rede de esgoto, rede de água fria e rede de água quente, está sendo retomada pelo Serviço de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)



ADVOGADO DE JACK RUBY TEME SUA MORTE POR ATENTADO OU SUICÍDIO

Mário Bell, chefe do departamento de defesa de Jack Ruby, em São Paulo, acredita que o advogado pode morrer por atentado ou suicídio. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)

Pequenos Pintores Têm Admiradores Mirins



As crianças estão se interessando muito pelas pinturas dos pequenos artistas participantes da exposição de São Paulo. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)

Ademair Favaretti e Tão de "Empresariados"

Um empresário ligado à indústria de São Paulo, Ademair Favaretti, está sendo acusado de ter se envolvido em negócios suspeitos. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)



Travessia Cara e Arriscada

A travessia de São Paulo para o interior do Estado de São Paulo é considerada uma travessia cara e arriscada. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)



LIDERANÇAS ACHAM QUE PARA SOBREVIVER O CONGRESSO TEM QUE REAGIR À PRESSÃO

Presidentes, ministros e membros do Congresso Nacional estão sob pressão para reagir às propostas de reforma constitucional. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)

EDIÇÃO MATUTINA
ANO XXXV - Rio de Janeiro, 15 de março de 1964 - Nº 11.832

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO
Diretor-geral: IRINEU MARINHO - Diretor-adjunto: ROGERIO BARRETO



Italia Pronta Para Reagir

A Itália está pronta para reagir às propostas de reforma constitucional. (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)

Lacerda Propõe União Com Ademar e Kubitschek Para Defesa Das Instituições

O deputado Lacerda propõe a união com Ademar e Kubitschek para a defesa das instituições. (TEXTO NA SEGUNDA PÁGINA)



Armando Falcão Acusa Goulart de Tramar um Golpe de Estado!

Armando Falcão acusa Goulart de tramar um golpe de estado. (TEXTO NA SEGUNDA PÁGINA)

O Panamá e os EUA Renovam Relações

O Panamá e os Estados Unidos renovaram suas relações comerciais. (TEXTO NA SEGUNDA PÁGINA)

A SUPRA DESAPROPRIA AMANHÃ DUAS FAZENDAS DO PRESIDENTE

A SUPRA desapropriará amanhã duas fazendas do presidente. (TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA)

O CGT Faz Ultimato ao Congresso

Ameaçam Tomar "Medidas Concretas" se o Legislativo Não Atender ao Pedido de Reforma da Constituição Dentro de Trinta Dias

Representantes do PSD, UDN, PSP e outros partidos, pelo seu líderes e figuras mais destacadas no Congresso e no Senado, terão prazos para apresentarem a proposta de lei para a reforma constitucional em 15 de março, sob pena de serem considerados inerte e o Congresso considerado extinto.

O comportamento do Congresso quanto à reforma da Constituição está em jogo. O ultimato do CGT será enviado em nome do Conselho de Estado, as organizações da chamada "Força Democrática", agitando a população em todo o País. O ultimato do Conselho de Estado e o do CGT serão enviados em nome do Conselho de Estado e o do CGT serão enviados em nome do Conselho de Estado.



PARTIDOS ACERTAM PLANO PARA DEFENDER O CONGRESSO CONTRA PRESSÕES DO EXECUTIVO

Representantes do PSD, UDN, PSP e outros partidos, pelo seu líderes e figuras mais destacadas no Congresso e no Senado, terão prazos para apresentarem a proposta de lei para a reforma constitucional em 15 de março, sob pena de serem considerados inerte e o Congresso considerado extinto.

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO
MENEGETTI SOLIDÁRIO COM O CONGRESSO NACIONAL

OS EUA AJUDARÃO OS PAÍSES DO HEMISFÉRIO SOB AMEAÇA CASTRISTA

O Presidente John F. Kennedy, em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados da Casa Branca, afirmou que os Estados Unidos estão preparados para ajudar qualquer país que esteja sob ameaça comunista.

Em uma reunião realizada no Palácio do Congresso, os líderes dos partidos de oposição discutiram as medidas a serem tomadas para enfrentar as pressões do Executivo. O PSD, UDN e PSP acordaram em apresentar uma proposta unificada de reforma constitucional.



Em uma declaração feita em Washington, o Presidente afirmou que a liberdade é o objetivo final de todas as ações americanas. Ele prometeu que os Estados Unidos não permitirão que o comunismo se estabeleça no Hemisfério Ocidental.

O ESTADO VAI À JUSTIÇA CONTRA PORTARIA DE JUREMA QUE PASSOU PARA A UNIÃO A POLÍCIA MARÍTIMA

Intervento do Ministério da Justiça em nome do Ministério de Justiça, visando a anulação da Portaria de Jurema que transferiu a Polícia Marítima para a União.



ESTUDANTES E POPULARES PAULISTAS IMPEDIRAM QUE JOÃO PINHEIRO NETO ENTRASSE NA FACULDADE DE DIREITO

A chegada do suplente de João Pinheiro Neto à Faculdade de Direito de São Paulo foi impedida por estudantes e populares paulistas que bloquearam o acesso ao prédio da instituição.

"Noite de Esplendor"



Goulart Acusado de Traição à Patria Pelo Pe. Calazans

O deputado federal Pe. Calazans acusou o Presidente Goulart de traição à pátria por suas políticas de abertura econômica e relações com o comunismo.

MAZZILLI PROMETE AGIR PARA PRESERVAR AS INSTITUIÇÕES

O governador de São Paulo, Mazzilli, prometeu tomar medidas para preservar as instituições democráticas e garantir a estabilidade política do Estado.

Em uma declaração feita em São Paulo, o governador afirmou que ele está comprometido com a defesa das instituições democráticas e com a promoção do desenvolvimento econômico do Estado.

Juscelino Responde a Lacerda Reafirmando Posição Democrática

Em uma declaração feita em Brasília, Juscelino Kubitschek reafirmou sua posição democrática e sua confiança no processo eleitoral.

Adauto Com Hélio Beltrão

O governador de São Paulo, Adauto Novelli, anunciou que ele está viajando para São Paulo para se encontrar com o governador Hélio Beltrão.

Em uma declaração feita em São Paulo, o governador afirmou que ele está comprometido com a defesa das instituições democráticas e com a promoção do desenvolvimento econômico do Estado.

Em uma declaração feita em Brasília, Juscelino Kubitschek reafirmou sua posição democrática e sua confiança no processo eleitoral.

O governador de São Paulo, Adauto Novelli, anunciou que ele está viajando para São Paulo para se encontrar com o governador Hélio Beltrão.

ANEXO M - 18 de março de 1964

Se Não, Não!

AINDA SE poderá falar em legalidade neste país? É legal uma situação em que se vê o Chefe do Executivo unir-se a pelegos e agitadores comunistas, para intranquilizar a Nação com menções a eventuais violências, caso o Congresso não aceite seus pontos de vista? É legal uma situação em que na própria mensagem enviada ao Congresso, por ocasião da abertura de seus trabalhos, o Presidente da República reclame a reforma da Constituição, que jurou preservar e defender, invadindo, portanto, a competência exclusiva do Parlamento? É legal uma situação em que, inspirados nas atitudes governamentais, órgãos legítimos, destinados à agitação, se dirigem ao Congresso em linguagem audaciosa, fazendo ameaças e insinuando represálias?

O **MÍNIMO** que se poderia afirmar da atual conjuntura brasileira é que estamos cada vez mais próximos da ilegalidade. O Executivo baixa decretos inexecutáveis ou de flagrante inconstitucionalidade, sabendo que eles não resistirão a qualquer pedido de segurança, e o faz conscientemente, apenas para beneficiar-se de seus efeitos demagógicos, iludindo as classes trabalhadoras, os inquilinos e o povo em geral.

QUANDO se produz uma situação assim, em que o descompasso entre os poderes da República gera atitudes imprudentes e suscita desconfianças recíprocas, a Nação sente-se em perigo, teme pelos seus destinos e prepara-se para o pior.

NO ENTANTO, não fosse o objetivo político-partidário que origina as reclamações do Executivo e põe em ação a máquina de agitação e desordem, não haveria, realmente, motivo para a crise, cada vez mais profunda, entre o Governo e o Congresso.

É CERTO que este retardar, um pouco, a votação de determinadas medidas requeridas para a solução de alguns problemas. A reforma agrária, por exemplo, já poderia ter sido votada. Em final de tramitação encontra-se o projeto Antz Eadra, que satisfaz a maioria da Câmara. Mas como esse projeto não implica em alteração constitucional, não serve ele aos partidários do Governo, que tudo têm feito para impedir-lhe o andamento. Verifica-se, portanto, que nos deputados governistas o que interessa não é atender às necessidades do homem do campo, mas é atingir a Carta Magna, que eles desejam vulnerar.

QUEREMOS formular um apelo aos congressistas. Unam esforços, enfrentem as divergências sobre pontos não-essenciais, superem os entraves regimentais, mas aprovem, o quanto antes, os projetos de lei que, uma vez votados, ou silenciarão os adversários do Legislativo ou revelarão a má-fé e insinceridade deles. Votem leis democráti-

cas, leis que estejam de acordo com o espírito do regime, leis que se amoldem aos preceitos constitucionais vigentes, que só não são válidos para aqueles que encontram na Constituição barreiras a seus sonhos de ambição.

VOTADAS essas leis, o Congresso terá cumprido o seu dever e a Nação verificará que é do Congresso, só dele, que poderão vir as soluções que não sacrificam a liberdade, que não põem em risco as tradições liberais e cristãs deste país, o qual jamais necessitou recorrer à violência para vencer suas crises, porque sempre confiou a solução das mesmas ao Poder Legislativo.

SABEMOS, aliás, que o nosso apelo coincide com os sentimentos dominantes no Congresso, e dos quais se faz intérprete seu ilustre presidente, o Senador Moura Andrade, na admirável oração que pronunciou na instalação dos trabalhos. Disse S. Ex.ª que "o Presidente da República encontrará no Congresso e, particularmente, em seu presidente, toda a solidariedade que solicita, dentro do que determina a Constituição do Brasil e do que nos exige a consciência de homens públicos", acrescentando, em seguida, que "é mister esclarecer ao povo que nada existe acima da Constituição, pois todos a ela estamos sujeitos".

QUANTO às ameaças, ofensas e intromissões, o Congresso — temos a certeza — as repelirá com altivez. Os parlamentares brasileiros sempre souberam enfrentar a violência e mostrar-se dignos do mandato popular. Agora, como em outras ocasiões históricas, não lhes faltará a solidariedade nacional. Não haverão de reovardar-se diante dos demagogos, dos que falam por conta própria, dos que só representam os organismos criados expressamente para agitar e confundir.

AS FORÇAS ARMADAS, que ninguém busca maliciosamente associar às tentativas de intimidação do Congresso, igualmente não falharão. Sob a autoridade suprema do Presidente da República, mas dentro dos limites da lei (Art. 176 da Constituição), elas defenderão os poderes constitucionais, a lei e a ordem (Art. 177). Não admitirão, assim, que os grupos sectários e subversivos, sejam eles ou não da intimidade do Chefe do Executivo, se manifestem contra o Congresso e intentem pressioná-lo, pois não podem elas endossar gestos ilegais e processos contrários à Constituição.

"PARA A DEMOCRACIA — disse o Senador Moura Andrade — o Congresso dá todo apoio. Se não, não." Também o povo, também as Forças Armadas. Sob o pálio da Constituição e dentro dos princípios democráticos haverá solução para tudo. Se não, não!

ANEXO N -19 de março de 1964

UM FATO AUSPICIOSO

A PESAR de todas as ameaças desta hora carregada de incertezas e receios, um fato político de maior relevância fortalece as esperanças dos democratas, que desejam uma solução pacífica e constitucional para a crise brasileira.

REUNE-SE o PSD em convenção nacional, que terminará com o lançamento do candidato do partido à Presidência da República. Ao Senador Juscelino Kubitschek caberá defender as cores pesadistas no mais importante prêmio político da nossa História.

BRASILEIRO dos mais ilustres, que em seu período de Governo conseguiu empolgar a imaginação de nosso povo com a mystica do desenvolvimento econômico, sua figura representa, para milhões de patriotas, a certeza de dias melhores, que possibilitarão no País retornar o caminho do progresso, numa clima de paz e confiança.

NUNCA deixamos de fazer ao Sr. Juscelino, quer quando Presidente, quer depois, as críticas que nos pareciam procedentes. Não é este, porém, o momento de repeti-las. Não queremos saudar, apenas, aquele que a maior apreensão política do País escolheu para representar o pensamento partidário na campanha sucessória.

TÍTULOS não faltam a S. Ex.^a para apresentar-se diante do eleitorado, que bem o conhece. O mais significativo, sem dúvida, é a sua inabalável convicção democrática, provada durante cinco anos de Governo, quando as instituições não sofreram o menor abalo e todos os cidadãos tiveram seus direitos assegurados.

COM O LANÇAMENTO oficial de sua candidatura tomará corpo a campanha sucessória. O Partido Social Progressista já sacramentou, na recente convenção, a candidatura de Governador Ademar de Barros. A UDN em breve se reunirá para escolher o seu candidato. Outros nomes possivelmente serão lançados por diferentes partidos.

É O PROCESSO democrático em marcha. No livre debate dos programas e idéias, na espontânea preferência por este ou aquele candidato, procurará o povo traçar o caminho que deseja para o Brasil. Pela primeira vez, desde que o País entrou na convulsão causada pelos choques ideológicos e divergências a respeito das chamadas reformas básicas, terá o eleitorado a oportunidade de definir-se a respeito dos problemas em foco.

AINDA QUE próxima a última campanha eleitoral, quando foi renovado o Poder Legislativo, pouco se falou, então, desses problemas. Quase todos os candidatos preferiram omitir-se em relação aos mesmos. Agora, entretanto, será diferente. Pelas próximas dimensões nacionais de uma campanha presidencial, serão bem examinados e ponderados os pontos de vista, cuidadosamente analisadas as posições dos candidatos relativamente às teses em debate, e a opção dos eleitores será feita em termos ideológicos, o que raramente, ou só de maneira imperfeita, ocorre nas eleições para o Legislativo, influenciadas por fatores puramente locais.

TEMOS a certeza de que nenhum dos candidatos deseja ficar atrás de seu tempo e todas contribuições para a elaboração de plataformas que ofereçam ao povo fundadas razões de crença na democracia, como um regime capaz de proporcionar o bem-estar social, repartido melhor a riqueza da Nação, sem a perda das liberdades fundamentais. Para isto, evidentemente, é necessário que os candidatos se disponham a falar sinceramente ao povo, esclarecendo-o quanto à possibilidade de superar a atual e difícil conjuntura sócio-econômica, sem lesões à Constituição e sem o enfraquecimento do regime.

NÃO TEMEMOS afirmar que outra não será a atitude do Sr. Juscelino Kubitschek, que precisaria desfigurar a imagem que dele fez o País, para aparecer como um homem capaz de auxiliar, por ação ou omissão, o sacrifício das instituições nacionais.

TEM O PSD uma grande responsabilidade na vida pública brasileira. Representando principalmente a classe média, que tem sido, em toda a parte, o estio da democracia, é seu dever dar o máximo de sua exposição política, de seu reconhecido equilíbrio, de sua prática do regime, para que as atuais dificuldades que flagelam a Nação possam ser superadas dentro da Constituição e da ordem. Essas dificuldades, notadamente as de ordem econômico-financeira, põem em sério risco o partido, pois se caracterizaram, entre outras coisas, pelo rápido aniquilamento da classe média, destruída por um processo de constante proletarianização.

ASSIM, contribuir para a normalização da vida política, sem o que será inviável a recuperação econômico-financeira, é para o PSD uma questão de sobrevivência. Formulamos votos pelo êxito da convenção pesadista, desejamos que a campanha do Sr. Juscelino Kubitschek concorra para o revigoramento da democracia em nossa Pátria e aplaudimos o fato político da apresentação de seu nome como um auspicioso indício de que o Brasil vai ultrapassar, pacificamente, esta fase atárgica que tanto preocupa a todos os cidadãos.

ANEXO O – 20 de março de 1964

A Palavra de Ordem Dos Patriotas

DEPOIS da fabulosa concentração popular da ontem em São Paulo — realizada sem o auxilio financeiro da Prefeitura e de outros organismos políticos ou estatais, mas com o entusiasmo e o patriotismo da gente paulista —, vão pensar duas vezes aqueles que reclamam plebiscitos para autenticar o novo brasileiro sobre os problemas atuais.

COMO DISSEMOS, no editorial "O Eco do Centeão", reunir mais de cem mil pessoas em praça pública, como das grandes cidades brasileiras, não é difícil. Qualquer grande figura política pode fazê-lo. No dia 13 isto foi mais fácil, fôdo em vista as facilidades oferecidas aos participantes. Em São Paulo, entam, foi mais belo e expressivo, em face da espontaneidade do que se vestiu a "Marcha da Família".

SIRVA o acontecimento para mostrar aos que pensam em desviar o Brasil de seu caminho normal, apresentando-lhe condições contrárias ao ideal democrático e encorajando a tomada do poder pelos comunistas, que o povo brasileiro jamais concordará em perder a liberdade, nem assistirá de braços cruzados ao sacrifício das instituições.

TEMOS DITO e repetimos: só dentro das normas constitucionais encontrará o País saída para a crise. Fora da Constituição terá o caos e a guerra civil. Qualquer processo sugerido ou promovido contra os dispositivos da Carta Magna, seja o plebiscito de inspiração infalível, sejam os movimentos de pressão contra o Congresso, de origem subversiva, poderá provocar o desmorramento,

ruindo as bases em que se equilibra esta Nação, não perturbada pelas divergências, pela demagogia, pelas dificuldades econômico-financeiras e pela intransigência política.

O BRASIL está sequestrado de tranqüilidade, de ordem e de segurança. Sabe o nosso povo que é só a que lhe falta para superar a crise econômica, imensa é a nossa capacidade de recuperação. Podemos produzir o suficiente para abastecer uma população que cresce incessantemente, temos possibilidade de ampliar, seguramente, a demanda de mão-de-obra, dando trabalho aos milhões de brasileiros que cada ano se incorporam ao mercado de trabalho. Para isto só se requer paz e confiança.

TUDO ESTÁ disposto o povo brasileiro a fazer para que se estabeleçam as condições que permitam o progresso, hentes uma coisa não sacrificamos o teu destino de povo livre, resolvido a ser governado segundo as normas do regime escolhido, o qual não consente plebiscitos, não admite pressões contra o Congresso, nem considera a Carta Magna como um documento sem maior importância, que se pode alterar para simples satisfação de ambições políticas ou interesses partidários.

PARA EVITAR o agravamento da situação, para conter a crise, a espera de que a sucessão presidencial solucione naturalmente o conflito político, para não parecer insensíveis às reivindicações de justiça social que têm servido de pretexto a muitas cargas contra o regime, os democratas brasileiros têm transigido demais. Não é possível transigir

por mais tempo, pois esta atitude está sendo tomada como de fraqueza, pelos adversários, que cada vez mais se assanham o se desmandam.

A CONCENTRAÇÃO paulista teve um iniludível sentido de advertência aos inimigos do regime. Por coincidência, no mesmo dia, outra advertência era feita à Nação. O Marechal Eurico Gaspar Dutra rompia seu silêncio histórico, conclamando os democratas à união, enquanto o tempo, "em face da gravidade das circunstâncias que caracterizam a atual situação brasileira". Todo o Brasil respeita o eminente soldado, que havendo presidido o País, durante cinco anos, no mais absoluto respeito à Constituição e às leis, recolheu-se, depois, à vida particular, afastado das atividades políticas e in-fenso a pronunciamentos e declarações.

SE APÓS 12 ANOS de discreto reitor e ilustre cidadão resolve falar à Nação, alertando-a para a necessidade de "evitar o advento de condições que lancem o Brasil no desastre de irremediável secessão interna", é porque a situação do País já não admite quaisquer silêncios ou omissões.

ATENTEM, portanto, todos os brasileiros para o profundo significado do que disse o Marechal Dutra, compreendam a mensagem que os paulistas desejaram transmitir a seus irmãos dos outros Estados e gravem bem a palavra de ordem deste momento, inscrita nas declarações do antigo Presidente e presente na formidável concentração organizada em São Paulo: "O respeito à Constituição é a palavra de ordem dos patriotas."



A BANDEIRA DO IVV EM OMPPE

DECISÃO UNÂNIME DO PSD: KUBITSCHEK CANDIDATO!

Os representantes partidários, reunidos em sua 15ª sessão e após 10 horas de debates, decidiram apoiar a nomeação de Kubitschek para o cargo de governador do Rio de Janeiro, tendo em vista a situação política atual e a necessidade de uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE HENRIQUE MARINHO

ENTREDO DO COMUNISMO

MANIFESTO DE MAGALHÃES PINTO CONDENA PREGAÇÃO DE GOLPE E CONTINUISMO



Magalhães Pinto, governador do Rio de Janeiro, emitiu um manifesto condenando a pregação de golpe e o continuísmo, afirmando que o Brasil precisa de uma solução democrática para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.



Os membros do PSD, reunidos em sessão extraordinária, decidiram apoiar a nomeação de Kubitschek para o cargo de governador do Rio de Janeiro, tendo em vista a situação política atual e a necessidade de uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.



Brizola Admite Que Goulart Não Termina o Mandato

Brizola admite que Goulart não terminará o mandato, afirmando que a situação política atual exige uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.



D. Jaime Conclui a Luta Pela Salvação do Mundo

D. Jaime conclui a luta pela salvação do mundo, afirmando que a situação política atual exige uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.



VENERÁVELS DO MONASTÉRIO BERNARDINO PREGAM E ILUSTRE VALENÇA ANDRADA FANTASIA ESPECIAL AO ANO DE 1964

Veneráveis do monastério Bernardino pregam e Ilustre Valença Andrada fantasia especial ao ano de 1964, afirmando que a situação política atual exige uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.

ESTA EDIÇÃO É COMPOSTA DE 3 CADERNOS

Esta edição é composta de 3 cadernos, afirmando que a situação política atual exige uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.

ALUNOS TRANSFORMAM A AULA MAGNA DA FNI EM ESPETÁCULO DE DESRESPEITO

Alunos transformam a aula magna da FNI em espetáculo de desrespeito, afirmando que a situação política atual exige uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.

DE GAULLE RECEPCIONADO EM GUADALUPE



Lacerda e Ademar Declaram-se Unidos Pela Causa Democrática

Lacerda e Ademar declaram-se unidos pela causa democrática, afirmando que a situação política atual exige uma solução definitiva para o problema da sucessão de Getúlio Vargas.

ANEXO Q - 23 de março de 1964

Os Aviadores Serão Entregues Aos EUA Sem Concessões à URSS



DOMINGO DE RAMOS

O Conselho de Guerra de São Paulo decidiu que a URSS não receberá os aviadores brasileiros sem concessões à URSS. A decisão foi tomada em uma reunião realizada no dia 22 de março de 1964, no Palácio do Estado, sob a presidência do governador Paulo de Góes. O Conselho, formado por membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, decidiu que a entrega dos aviadores à URSS deve ser feita sob condições que não beneficiem o bloco soviético. A decisão foi aprovada por maioria de votos.

TURCOS CHORAM A PERDA DO FILHO



A Mulher Pernambucana Contra o Comunismo e Pela Democracia

Uma mulher pernambucana, conhecida por seu ativismo político, participou de uma reunião em defesa da democracia e contra o comunismo. Ela falou sobre a importância de manter os valores democráticos e a liberdade de expressão em um momento de transição política no Brasil. A reunião foi realizada no Palácio do Estado em Recife.



A RELIGIÃO NO CAMINHO

Um grupo de pessoas participando de uma procissão religiosa em uma rua movimentada. O grupo é liderado por um sacerdote e inclui membros de várias ordens religiosas. A procissão ocorre no contexto de uma festa religiosa local.



EDICAO MREUTINA

Trabalhando em 'O GLOBO' em Foz de Iguaçu, Paraná.

O GLOBO

FUNDACAO DE EDICAO MARINHO

Administrador Geral: EDUARDO MARINHO. Diretor: EDUARDO MARINHO. Editor: EDUARDO MARINHO.



Um momento da reunião de Foz de Iguaçu...

HOMENAGENS A DUTRA PELO SEU PRONUNCIAMENTO EM FAVOR DAS INSTITUÇÕES

Uma reunião pública em homenagem ao General Dutra, celebrando seu pronunciamento em favor das instituições democráticas. O evento foi realizado no Palácio do Estado em Foz de Iguaçu.



Um momento da reunião de Foz de Iguaçu...

Kubitschek: Bandeira da Reforma e Não a Reforma da Bandeira!

Uma declaração de Kubitschek sobre a reforma da bandeira nacional. Ele afirmou que a bandeira atual representa a reforma e não a reforma da bandeira em si. A declaração foi feita durante uma reunião pública.

Um momento da reunião de Foz de Iguaçu...

Goulart Comenta o Manifesto de Magalhães Pinto Afirmando Que Também é Pela Legalidade

O presidente Juscelino Kubitschek comentou o manifesto de Magalhães Pinto, afirmando que também é a favor da legalidade. Ele destacou a importância de manter a ordem constitucional durante o processo de transição política.



Um momento da reunião de Foz de Iguaçu...

A União de Nôvo Brasil... Um momento da reunião de Foz de Iguaçu...

Em Estado e Escassez Das Distribuidoras de Petróleo
O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Roberto Campos, afirmou que há uma escassez de petróleo no Brasil devido à falta de refinarias modernas. Ele mencionou a necessidade de investimentos em infraestrutura energética para garantir o abastecimento do país.

ANEXO R - 24 de março de 1964

UM RAPAZ, de quem as autoridades não querem revelar o nome para não expor a reputação de seus pais, que moram do outro lado do Muro da Vergonha, está lutando entre a vida e a morte num hospital de Berlim Ocidental. Foi atingido, há poucos dias, por rajadas de metralhadoras disparadas pela Polícia do Para quando, lá em cima do muro, perto da Porta de Brandeburgo, apenas um pulo e separava do mundo livre.

NAO o mataram por um milagre, e o milagre foi a presença, nas instalações, de um gigantesco policial de Berlim Ocidental, dono de um impressionante volume de voz, o qual teve a idéia de ordenar aos "vopos" do outro lado do muro, que cessassem o fogo. Anúncios de surpresa e sem pensá-lo, no momento, de onde vinha aquela ordem imperiosa, os guardas comunistas cessaram o fogo, de fato, por alguns instantes, se quais foram o suficiente para que o gigante pudesse retirar o rapaz e levá-lo para o hospital.

DEPOIS DE sucessivas intervenções cirúrgicas, a que teve de ser submetido o ferido, assim que pôde falar, disse quem era e por que fugira de Berlim Oriental. Era um rapaz pobre e morava com os pais, operários, num subúrbio da cidade. Preguntava a escola pública. Pretendia, terminado que havia o curso secundário, matricular-se no

A HORA DA LIBERDADE

Instituto de náutica para torná-lo oficial da marinha mercante.

AS AUTORIDADES comunistas, entretanto, haviam decidido de outra maneira: não permitiria os estudos, não seria oficial da marinha mercante, iria trabalhar numa cooperativa agrícola, de acordo com as exigências dos planos econômicos do governo e com as diretrizes do partido comunista. Disse ainda que não estava arrependido e que preferia morrer a viver naquelas condições.

DEPOIS dessa fuga, as autoridades de zona soviética adotaram outras medidas de repressão, entre elas a dos cães policiais, agora utilizados em larga escala como ferros auxiliares das ferocíssimas "vopos" no policiamento diurno e noturno ao longo do Muro da Vergonha. Tais medidas, no entanto, se têm a poder de tornar as fugas mais difíceis, não têm o de impedi-las. Todos os dias há quem desafia a morte em busca da liberdade.

QUERIA mesmo perguntar por que fogem e de quê. Fogem do comunismo e de suas atrocidades. Fogem de um sistema político-econômico que promete justiça social e paz, mas só produz ódio e injustiça, e no qual a estota minoria dos dirigentes detém todo o poder e todos os privilégios, ao passo que a imensa maioria do povo não tem nenhum.

FOGEM os homens e as mulheres, os velhos e os adolescentes, os que conheceram a liberdade e que um dia a perderam, como aqueles que só ouviram falar nela. Fogem de tirania do partido e de seus funcionários. Fogem da miséria, da mentira, do terror ideológico e do terror político. Fogem da triste tarefa cotidiana de terem de curvar-se à prepotência, ao arbítrio, à incompetência e à corrupção, sabendo de antemão que qualquer tentativa de independência é punida com a prisão, os trabalhos forçados, o campo de concentração e a morte.

FOGEM, E em Berlim Ocidental, na Alemanha livre, a que se dirigem, eles não buscam apenas a possibilidade de comer melhor, vestir-se melhor, ganhar mais dinheiro, sentir-se mais à vontade. O que eles buscam principalmente, e pois que arribam a vida nessas tentativas de fuga, se resumem, afinal, numa só palavra: liberdade. Liberdade de

crer, de pensar, de falar, de opinar. Liberdade de não ser lar, na rua, no trabalho, no estudo. Liberdade de viver, livre, entre outros homens livres.

É QUASE um milagre que homens e mulheres, que há quase vinte anos vivem sob a escravidão comunista, não tenham perdido ainda o gosto, a esperança e até mesmo a noção da liberdade. E esses rapazes, esses meninos que nasceram na escravidão, não é também um milagre esse impetuoso instinto da liberdade que os faz preferir a morte a continuar escravos? É um milagre, sim, mas um milagre que se paga com uma imensa fragor: a tragédia dos que tentam agora fugir da escravidão e a tragédia dos que murram nela, uns sem reencontrar a liberdade que possuíram e perderem, outros sem tê-la nunca conhecido.

O MOMENTO é oportuno, como jamais o foi em toda a nossa história, para refletirmos, nos também, sobre a liberdade que estamos ameaçados de perder. O momento é oportuno porque o que está em jogo, desta vez, não é uma liberdade alheia, distante, mas é a nossa própria liberdade, ameaçada dentro das nossas fronteiras, nas nossas próprias casas e em cada um de nós. Se a soubermos defender, o País estará salvo e nós com ele. Se não a soubermos defender, tudo estará perdido para todos.

ANEXO S - 25 de março de 1964

SE O GOVERNO está perdendo a cabeça, porque a opinião democrática do País se arregimenta para enfrentar a agitação e as tentativas de estafar, à força, esta Nação livre, arriscar-se a criar uma situação em que será o maior prejudicado. E, infelizmente, tudo indica que é realmente o que acontece no momento.

VOLTA o Presidente João Goulart a entender-se com seu cunhado e, em consequência da reaproximação, recrudescem os rumores de que, em breve, o Brasil será convidado, por um novo Ministério estadualista, a submeter-se a uma consulta plebiscitária.

AO MESMO TEMPO, crescem as indícios de que se encontra em preparação uma especial forma de decretos, capazes de anular de vez com a economia nacional, silenciar a imprensa, coagir as entidades de classe e lançar-nos ao desastroso pélagos em que submergem 1963 as Nações que perdem a sua liberdade.

NÃO É PRECISO ser jurista para saber que a poder presidencial de decretar é limitada. Não pode o chefe do Executivo decretar contra a Constituição e as leis, nem pode, arbitrariamente, apenas para satisfação pessoal e política, fazer direitos adquiridos, agindo com prepotência. Gostaríamos que o Presidente pensasse duas vezes, antes de declarar guerra à ordem jurídica. Lembra-se Sua Excelência de que só está no Governo graças ao espírito legalista das Forças Armadas e do povo. Se passar à ilegalidade perderá as condições para continuar chefiando o Governo.

O PLEBISCITO, por exemplo, que atualmente empolga a imaginação de seu cunhado —

O Perigo Das Soluções Primárias

famosa pela maneira rápida com que adora as soluções primárias —, é um caminho ilegal. O plebiscito já seria o golpe.

DOIS GOLPE é tudo aquilo que se propõe, para o equacionamento dos problemas nacionais, sem o abrigo da Constituição. A Carta Magna de 46 não prevê (nem o poderis fazer, visto ser uma Constituição democrática) a fórmula do plebiscito para que o povo opine sobre os assuntos públicos.

UMA ÚNICA VEZ, recentemente, um diplomata constituinte cogitou de uma consulta plebiscitária e, assim pensava, em condições excepcionais. Foi quando o Ato Adicional, votado às carreiras para resolver o impasse nascido com a renúncia do Sr. Jânio Quadros, instituiu o parlamentarismo, subrogando-o, porém, à posterior aprovação popular.

A CONSULTA foi realizada antepedidamente, tendo seus resultados favorecido a volta do sistema presidencial de Governo. Tais resultados, embora desajustados pelos mais disparees setores da política brasileira, costumam ser apresentados como vitória do Governo, e que é um engano evidente, e parecem influir na imaginação dos círculos governamentais, que começam a revelar suas presentes veleidades plebiscitárias.

A CONSELHAMOS o Presidente da República a não se deixar levar para essa idéia, pois ela é inconstitucional. Por maior que seja a vontade de Sua Excelência em ver modificada

a Constituição que jurem obedecer e preservar, deve reconhecer que, enquanto ela estiver vigente, é vedado a todos, e principalmente a ele, patrocinar fórmulas que a contrariem.

A CONSTITUIÇÃO estabelece, com muita minúcia, a maneira pela qual o povo deve manifestar-se. É através da eleição de representantes para os diversos órgãos legislativos e de autoridades para o Executivo. Mas o povo não legisla diretamente. Pretender tal coisa seria ambicionar a anarquia ou, então, a ditadura, sistema que reconhece, como fez Fidel Castro, as multitudes analfabetas ou autorizadas nas praças públicas, afirma-se aplaudido por elas e, em seu nome, comete violências e delitos.

GOSTARIAMOS, também, que o Presidente meditasse sobre o conteúdo dos decretos de estatização que tem balsado ou que dizem que vai balçar. Não ignora Sua Excelência que o Governo não tem recursos para efetivar tantas desapropriações simultâneas, nem está organizado para gerir tantas empresas diversas, pois muitas não se estão colocadas sob a mira dos "estatizadores". Sendo assim, como justificar essa verdadeira volúpia de passar ao controle do Estado, ao mesmo tempo, inúmeros setores econômicos, que vêm funcionando a contento, entretanto à iniciativa privada, que os fomentou e expandiu, dando-lhes a pujança de hoje?

NEM MESMO em nome de uma pretensa filosofia que defendesse o contrário pelo

Estado de certos campos de atividade seria possível endossar todas as estatizações arqui-pretadas. Basta ver que o atual Governo, estando há tanto tempo no Poder, só cogita de decretá-las agora, quando a situação política é de crise, crise provocada pela estranha fascinação que o aproxima das esquerdas. Surge, portanto, essas encampações à guisa de lanções contra a reação que causa na opinião democrática a política governamental.

O SR. JOAO GÓULART expressa-se com grande veemência, contraditando seus acusadores, quando estes afirmam que ele deseja golpear as instituições para continuar no Poder. Sempre registramos, com o devido destaque, esses pronunciamentos presidenciais. Usamos, assim, perfeitamente à vontade para inclinar ao Presidente da República que seus acusadores não seriam ouvidos, se seus assessorios e conselheiros não o fizessem assinar decretos de ilegalidades suspeitas, se seus amigos não falassem em plebiscitos, se ele mesmo não se pronunciasse contra a Constituição, como tem feito, com frequência, nos últimos dias.

DECRETOS ILEGAIS caem na Justiça. Os atos encampatórios, de puro arbitrio, que estão sendo fabricados no Plebiscito, certamente terão seu fim. O mesmo acontecerá com os decretos demagógicos e outras medidas sem base legal. Mas o fato de a Justiça garantir os direitos dos cidadãos e das empresas não desobriga o Governo de agir corretamente. Porque se tem desviado, o atual Governo fica mais e mais comprometida perante a opinião pública, que, apesar das afirmações em contrário, já não o dissocia do intuito contrário às instituições, que toda a Nação repete e abomina.

ANEXO T - 26 de março de 1964

Animadora Constatação

O DISCURSO pronunciado pelo Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, em solenidade realizada na terça-feira, deve ser analisado, comentado e aplaudido. Tanto mais nos sentimos a isto obrigados quando, não há muito, estranhávamos, em artigo, o que nos parecia uma diminuição da autoridade de Sua Excelência.

VEMOS, agora, que estávamos enganados. O Sr. Sílvio Mota não é daqueles oficiais-generais que, guindados a um cargo político, deixam-se empolgar pela função ministerial, a ponto de sacrificarem, para nela permanecer, o belo conceito ganhando em muitos anos de serviço à sua corporação.

ESTIMAMOS verificar isto, e só nos alegria poder hoje dizer aos leitores que o Ministro da Marinha não compactua com a subversão, não concorda com o enfraquecimento da disciplina militar, nem se amolda às injunções provenientes do CGT, FUA e outras entidades de agitação.

CENSUROU o Almirante Sílvio Mota aqueles militares que têm os olhos mais voltados para a política do que para seus afazeres profissionais e reconheceu que a estrutura militar da Marinha, e com ela a sua hierarquia, tem sendo abalada nos alicerces, por pressões estranhas a seus quadros e pelo clima de incompreensão e insatisfação que foi criado.

SEM MEIAS PALAVRAS declarou o Chefe da Marinha de Guerra que a diretoria da Associação de Marinheiros e Fuzileiros se deixou envolver pelas idéias subversivas de elementos estranhos a seus quadros, assegurando, porém, que seria inflexível na manutenção da ordem e da disciplina nos navios de guerra e nos quartéis.

DESTA VEZ os círculos políticos ligados aos planos de agitação não poderão dizer que é tudo balela, que não passam de "intrigas da oposição" as denúncias — tantas vezes por nós formuladas — de que agentes subversivos procuravam aliciar para seus movimentos os primeiros escalões das Forças Armadas. Desde a melancólica "revolta dos sargentos", em Brasília, ficou bem claro que alguns militares de graus inferiores estavam sendo utilizados pelos políticos esquerdistas para suas manobras contra o regime.

AGORA é o próprio Ministro da Marinha que se pronuncia, solenemente, contra as tentativas de politização dos militares. Agiu patrioticamente o Almirante Sílvio Mota, embora sabendo que sua lealdade ao País, em que se inspirou para suas declarações, será lida como deslealdade pelos factiosos elementos que procuram desviar seus comandados do cumprimento do dever.

NÃO IMPORTA. Para um velho soldado, no cume de uma bela carreira, o que deve ter significação não é a simpatia de grupos políticos, mesmo quando esses grupos estão ligados, eventualmente, ao Poder. Valor têm — estas sim — as manifestações de apreço de seus companheiros, o apoio da opinião pública não dominada pela paixão política e a tranquilidade da própria consciência.

TAMOS a intuição de que, depois de seu discurso, o Almirante Sílvio Mota está mais fraco politicamente. Mas como se fortaleceu S. Ex.ª na apreciação de seus pares e de seus compatriotas! Já nos desestimávamos a essas demonstrações de caráter, de fidelidade aos ideais superiores da Nação e de cumprimento do dever, tantas têm sido, em outras ocasiões e setores, as atitudes de pusilanimidade e acomodamento. O discurso do Ministro Sílvio Mota foi animador e ensaja a constatação de que, mesmo na área do Governo, nem tudo está perdido.

ANEXO U – 28 de março de 1964

É Artificial o Clima de Incompreensão na Marinha, Afirma o Ex-Ministro Mota

De acordo com o ex-ministro da Marinha, o clima de incompreensão que se vive atualmente na Marinha é artificial e decorre de uma interpretação errada da situação política atual. O ex-ministro afirma que a Marinha não tem qualquer interesse em se envolver em aventuras militares e que a sua única preocupação é a de manter a ordem e a disciplina dentro das suas fileiras.

POSTOS EM LIBERDADE OS MARINHEIROS SUBLEVADOS



O GLOBO
FUNDAÇÃO DO SENHOR MARQUES
DIRETOR-GERAL: JOSÉ DE SOUSA
DIRETOR: JOSÉ DE SOUSA
DIRETOR-DE-REDAÇÃO: JOSÉ DE SOUSA
DIRETOR-DE-ADMINISTRAÇÃO: JOSÉ DE SOUSA

Com o fim da revolução de 1964, a Marinha encontra-se em liberdade. Os marinheiros sublevados foram libertados e os seus postos foram devolvidos. O ex-ministro afirma que a Marinha não tem qualquer interesse em se envolver em aventuras militares e que a sua única preocupação é a de manter a ordem e a disciplina dentro das suas fileiras.



Paulo VI Repete o Gesto de Cristo



O papa Paulo VI, ao repetir o gesto de Cristo, demonstra a sua profunda fé e a sua profunda preocupação com a paz e a unidade da Igreja. O gesto de Cristo é um símbolo de amor e de solidariedade, e o papa Paulo VI, ao repetir este gesto, demonstra a sua profunda fé e a sua profunda preocupação com a paz e a unidade da Igreja.



A MISSA DA RESSURREIÇÃO CELEBRA HOJE A VOLTA DA VIDA AO SEIO DA IGREJA

A missa da Ressurreição, celebrada hoje em todo o mundo, celebra a volta da vida ao seio da Igreja. A missa da Ressurreição é um símbolo de esperança e de fé, e a celebração desta missa demonstra a profunda fé e a profunda preocupação dos fiéis com a paz e a unidade da Igreja.

A missa da Ressurreição, celebrada hoje em todo o mundo, celebra a volta da vida ao seio da Igreja. A missa da Ressurreição é um símbolo de esperança e de fé, e a celebração desta missa demonstra a profunda fé e a profunda preocupação dos fiéis com a paz e a unidade da Igreja.

A missa da Ressurreição, celebrada hoje em todo o mundo, celebra a volta da vida ao seio da Igreja. A missa da Ressurreição é um símbolo de esperança e de fé, e a celebração desta missa demonstra a profunda fé e a profunda preocupação dos fiéis com a paz e a unidade da Igreja.



Banheira e Meio-Pau

Edição Matutina



Magassi, Solidário Com o Clube Naval, Diz Que a Marinha é Inautocável



O COMANDANTE BIERRENBACH RESPONDE A JUREMA

FIRME A OFICIALIDADE DA MARINHA: PUNIÇÃO PARA OS REBELDES E AFASTAMENTO DE ARAGÃO

Comissão de Paralisação... (text continues)



Fugitivos de Comunismo Cubano



O GLOBO

As Comemorações de Páscoa Prolongam-se Por 50 Dias Até a Festa de Pentecostes

Comemorações de Páscoa... (text continues)



O COMANDANTE BIERRENBACH RESPONDE A JUREMA

ANEXO W - 31 de março de 1964

A Nação Unida às Forças Armadas

EM MEIO a luta que vem travando, na defesa da sobrevivência de suas corporações — ameaçadas pelos golpes assestados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina —, os oficiais brasileiros devem sentir-se, ao menos, confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a associação daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime.

O POVO percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo à marcha da subversão comunista. Para o êxito do processo desencadeado pelos vermelhos é indispensável a supressão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

POR ISTO se unam todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não assinalem o início do fim, mas, pela indignação e justificada reação que provocaram, signifiquem o fim de um estado de coisas que só nos pode levar à anarquia e à guerra civil.

COMO DISSEMOS muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de liquidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que

esses adversários são os primeiros a desrespeitar. A legalidade não deve ser um tabu, a impedir que os democratas defendam as instituições, ou uma garantia para que os agentes da subversão atuem sem serem incomodados.

SERIA RÉMATADA LOUCURA contínuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e sem luta, se transformaria em mais um Estado "Socialista". Ai, todos diriam que desaparecerá a legalidade democrática, mas ninguém mais teria como recuperar as perdidas liberdades e franquias, pois já estaria instalado o terror policial e — quem sabe? — em funcionamento as polícias de fuzilamento, segundo o modelo cubano.

O PAÍS está, realmente, vivendo o mais difícil momento de sua História. Não há dúvida de que atingimos a encruzilhada de nossos destinos. Agora se decidirá se conseguiremos superar a terrível crise provocada pela inflação, pelos desajustes sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, sem a perda de nossas instituições livres, ou se, contrário, uma ditadura esquerdista se aposará do País, graças, principalmente, ao enfraquecimento e progressivo desaparecimento das Forças Armadas.

A NAÇÃO democrática, que sempre viu nas Forças Armadas a segurança de que não seriam vitoriosos no Brasil os elementos subversivos que desejam conduzi-lo contra sua vocação histórica e suas tradições, recusa-se a admitir a segunda hipótese, e se manifesta em apoio da Marinha de Guerra, vítima, no momento, do mais grave erro cometido pelo Governo.

O ASSUNTO não é político-partidário. Não se discute, agora, como devem ser feitas as reformas. Não estão em jogo os pontos de vista divergentes a respeito deste ou daquele problema isolado. O que une a todos os democratas, nesta hora, é a convicção de que o desaparecimento das Forças Armadas significaria a morte de nosso regime político, que já não teria quem o defendesse. E como a crise que estourou na Marinha, durante a Semana Santa, deixa ver o quanto estão as corporações militares ameaçadas em sua integridade, mobilizam-se todos os brasileiros lúcidos e patriotas para impedir que o processo de destruição daquelas corporações seja levado adiante.

TODOS têm a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que a sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente, preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição.

ANEXO X – 1.º de abril de 1964

1 de abril de 1964

Na noite de 31 de março de 1964, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular no dia 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2 de abril, quinta-feira, com o editorial que fora impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “ Ressurge a Democracia”. Também na primeira página desse dia publicou-se um texto (“A violência contra O GLOBO”) explicando os motivos pelos quais o jornal deixara de circular na véspera.

ANEXO Y - 2 de abril de 1964

Ressurge a Democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS A DECISÃO e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

COMO DIZIAMOS, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da sobrevivência, a essência dos agitados, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se viu fazendo, diante da Nação horrorizada.

AGORA O CONGRESSO dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

PODEBEMOS, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeramente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, a Executiva.

AS FORÇAS ARMADAS, diz o Art. 176 da Carta Magna, "são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI".

NO MOMENTO em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos

ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

ATENDEMO AOS anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

ESTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Alaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo.

MAS, POR ISTO que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, nem representou uma reação contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

SE OS BANIDOS, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando enganar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi ancorado pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luta. Sejam dignos de tão grande favor.

ANEXO Z - 2 de abril de 1964

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"

A VIOLÊNCIA contra O GLOBO verificou-se, precisamente, às 8h 16m, quando um Cap.-Ten. do Corpo de Fuzileiros Navais, no comando de cerca de 30 homens, invadiu a sede desta jornal, no cumprimento, segundo disse, de determinações do Governo e não especificando claramente a origem da ordem. Seus instrutores, apertados o oficial, eram preempatórios e consistiam em impedir, de qualquer forma, que o jornal, já inteiramente composto, fosse impresso.

Edsonde, mal ocultando o seu constrangimento em cumprir a ordem absurda, o jovem oficial revelou que igual procedimento teria observado, quanto aos nossos contrários da "Tribuna da Imprensa" e, após breve palestra com os nossos diretores e companheiros, lamentou que outra alternativa não lhe restasse do que executar a ordem recebida: O GLOBO não poderia ser impresso!

Exatamente às 8h 20m compareceu a este jornal o Almirante Araújo, acompanhando-o um sargento de Fuzileiros. O comandante dos Fuzileiros era bem a antipática do jovem Cap.-Ten. que o precedera. Arrogante e enfatuado, recusou-se de dar qualquer esclarecimento em justificativa da violência que estava praticando. Limitou-se, em dado momento, a balbuciar para o sargento:

"Este jornal como O GLOBO só poderá voltar às bancas dos jornaleiros se Krenel vencer esta parada!"

Descedo às oficinas, o Almirante Araújo mudou de semblante. Tentou mostrar-se afável perante os nossos bons e eficientes colaboradores, ensulando humorismo e amabilidade em momento tão delicado. E teve mesmo o desprazer de articular esta haboseira, recebida em silêncio glacial:

"O GLOBO não vai circular. Bem melhor para vocês, que assim ganharão o dia sem trabalhar."

A atitude serena de nossos companheiros das oficinas foi suficiente para dissipar a "proverbal" coragem do trunfante Almirante Araújo, à qual, resmungando, hatou incontinenti em retirada, deixando O GLOBO sob a vigilância de fuzileiros, muito mais bem educados, diga-se com justiça, do que o chefe.



A porta principal de O GLOBO interditada pelos Fuzileiros Navais, a fim de que pudesse ser cumprida a absurda ordem de impedir, por qualquer forma, que o jornal, já inteiramente composto, fosse impresso.

ANEXO AA - 3 de abril de 1964

A VEZ DO CONGRESSO

EMBORA O GLOBO e outros jornais viessem alertando a opinião pública para o aceleramento do processo de comunização, que se continuasse por mais trinta dias, no mesmo ritmo das últimas semanas, certamente ocorreria fome e qualquer possibilidade de recuperação econômica, levando o País à anarquia e ao desespero, muitos, talvez, não se livrassem da dor causada pela gravidade da situação.

A VERDADE, porém, é uma só. O Brasil estava sendo destruído, para que, sobre seus escombros, viesse a arguente uma ditadura de tipo hitleriano. Dispostos a apressar a conquista do Poder, os comunistas que orientavam e controlavam o Governo já não se detinham diante de certos limites. A atitude tomada pelo Sr. João Goulart no caso de visita dos marinheiros e fuzileiros e a sua presença na reunião realizada no Automóvel Clube foram a mais crível demonstração do que afirmamos.

PARA DEFENDER a democracia, preservar as instituições e continuar existindo, as Forças Armadas se encarregaram, com amplo apoio popular e político, de afastar do Governo aquele que não soubera aproveitar as oportunidades que lhe havia reservado o destino. A vitória do movimento, em tão poucas horas, com o mínimo de sacrifícios e praticamente sem derramamento de sangue, mostra de entusiasmo as democracias, que se entregam à transportes de alegria.

MAS NINGUÉM se iluda. O simples afastamento do Sr. João Goulart não resolverá os problemas brasileiros. Nem a revolução triunfante se sustenta, apenas, a depor um Presidente covarde. Sua missão principal era devolver ao País as condições de progresso e harmonia social, desaparecidas em face da orientação demagógica, desleal e intervista do Governo demitido. Seu objetivo primordial, portanto, é impedir que os agitadores e comunistas continuem dispondo de possibilidades de influir na vida brasileira, seja através das aspirações do operariado, seja pela infiltração na administração pública. Para que esse objetivo seja atingido é evidente que não basta o afastamento do Sr. João Goulart.

DEVE O CONGRESSO completar, sem mais tardança, a tarefa iniciada pelos militares. Está evidenciado, pelo que vinha ocorrendo no País, que as instituições não se encontram devidamente protegidas contra a subversão e a penetração comunista. De outro modo, os comunistas não teriam obtido tantas posições e mandatos e não se sentiriam as Forças Armadas na contingência de intervir, antes que a democracia — mal defendida pela Inconstituição da atual Constituição legal — fosse substituída pelo "socialismo" castroista.

URGEM, ASSIM, que o Legislativo termine, imediatamente, ao novo Governo, que também ao Congresso incumbe formar-se definitivamente, os meios de limpar a administração federal e o campo sindical dos elementos comunistas nêtas infiltrações. Como todos os democratas, desejamos que o movimento sindical brasileiro seja poderoso e ativo, mas só podemos compreendê-lo como um movimento livre e apolítico. A politização do sindicalismo nacional, repudiada, principalmente, pelos dirigentes verídicos dos sindicatos legais e revivida nas sucessivas greves que tanto prejudicaram a nossa economia, foi um dos maiores crimes cometidos pelo Governo deposto contra os interesses da Nação.

É URGENTE que o Congresso vote uma lei de defesa do Estado que nos ponha a coberto as repetidas de situações semelhantes à que agora foi estigmatizada pelas Forças Armadas. É muito importante, também, que seja aprovada a transição do projeto que regulamentará o direito de greve, a fim de que o trabalho não passe ser mais instrumento da política facciosa e burocrática.

QUEREMOS CRER que o Congresso estará bem atento ao

que o povo dele espera neste momento. O povo e as Forças Armadas, cuja atuação, nesta difícil conjuntura, deve ser prestigiada e apoiada pelo Legislativo, não sabem mais de seus quartéis, cogitando os riscos de uma guerra fratricida e submetendo-se ao inevitável constrangimento que lhes provoca a intervenção no processo político, para serem, em seguida, a movimentação anarquista pelos políticos preocupados somente com seus interesses eleitorais.

DE ACÓRDO com a Constituição, o Congresso deve eleger, dentro de 30 dias, um Presidente e um Vice-Presidente, que concluirão o período presidencial. Afastado ério cometeriam os deputados e senadores se ausentarem, a esta altura dos acontecimentos, em cumprir essa magna obrigação na base da lealdade e dos compromissos políticos. Outro ério praticariam ério se imaginassem constituir um governo provisório e sem maiores responsabilidades. Tão pesados e difíceis são os problemas a enfrentar de imediato que não seria possível admitir soluções provisórias e espertas. O substituto do Sr. João Goulart tem que ser eleito já pelos congressistas.

PRECISA O CONGRESSO ter uma inspiração de grandeza e unificar na Chama da Nação quem mereça a confiança de todos os setores democráticos, podendo realisar, em consequência, um governo fortalecido por amplo apoio parlamentar. A isso vir, em face das condições atuais tendo em vista que ao mandatário que o Poder Legislativo vai eleger caberá a presidência da Nação no ano eleitoral, deveria ser atribuído, um nome equidistante e não comprometido com qualquer das correntes representadas. Um nome militar, por exemplo, do gabinete dos Estados comandantes do movimento viltiano.

POIS O NOVO Governo terá que fazer, em pouco tempo, aquilo que o anterior deixou de fazer em dois anos e meio de atuação inconstante e nociva. Deve, inclusive, impor-se de tal maneira a todos os campos políticos e ideológicos, que já não sejam obstáculos à aplicação das leis destinadas a melhorar as condições de vida do homem brasileiro, vítima das desigualdades sociais decorrentes do desenvolvimento desordenado.

A QUESTÃO AGRÁRIA, por exemplo, que foi tratada com tanta levandade e desconsideração pelo Governo deposto, precisa ser objeto de urgentes providências legislativas. O projeto Anísio Haddad, que parece encontrar as preferências da grande maioria do Congresso, só não tendo sido votado pelos érios que o próprio Governo opunha à sua passagem — chegando ao ponto de, irregular e indevidamente, antecipar que o veto —, não deve mais padecer qualquer delonga. Vale a mesma ponderação para outros projetos de igual teor, que também foram paralisados na Câmara, por culpa da administração dispensada.

ENFIM, é imprescindível que o Congresso não decepcione os democratas, nem incorra em erros que venham a servir aos comunistas ora em debandada. Necessita agir bem e depressa, até mesmo para que o povo e as Forças Armadas não venham a pensar que caíram num Primeiro de Abril.

O CONGRESSO tem, no momento, a maior oportunidade de mostrar ao País como eram felizes as críticas que lhe fez o Ex-Presidente, seguido pelas a favor da agitação subversiva e do perseguido moral. Não deve perder essa chance, pois, em última análise, foi para a sua defesa, para a defesa do que ele representa, como expressão do regime democrático, que as Forças Armadas se lançaram em marcha, o povo enfrentou a violência e toda a Nação viveu um período de sofrimento e angústia, finalmente transformado em dias de luz e esperança.

ANEXO AB - 4 de abril de 1964

Um Governo Que Honre a Revolução

UMA REVOLUÇÃO não é um desfile de carros alegóricos. Nem se confunde com um golpe de Estado, que em geral só tem como objetivo a conquista do poder. Uma revolução visa a mudar um sistema, com a introdução de nova filosofia de Governo, outro tipo de administração, outro quadro de dirigentes. Aqui tivemos uma revolução, destinada a afastar do Governo os comunistas que o haviam envolvido, a acabar com as práticas de corrupção que levaram brasileiros a silenciar e até a comprometer-se com a infiltração vermelha, a restaurar as forças da Nação, combatidas pelos desastrosos dos últimos anos.

PARA QUE a revolução atinja seus objetivos é preciso que não seja ela agem envolvida pela politicagem profissional, que de ôlho nas urnas de 65 continua sem querer ver que o País reclama medidas drásticas para evitar o caos e o desmoronamento de tudo.

NÃO É POSSIVEL fazer de conta que nada aconteceu, não é admissível que se deixe de tirar dos fatos desta semana as conseqüências que a população espera, não é razoável que se insista nos cambalachos e acórdos impatrióticos.

MAIS CRIMINOSOS ainda do que os membros do Governo deposto seriam os parlamentares brasileiros se, insensíveis à gravidade da situação e ignorantes do verdadeiro significado de revolução, provocassem em seus autores o sentimento de frustração capaz de produzir os piores resultados.

SE NÃO SÃO desambiciosos, se o patriotismo não lhes basta para que saíam a

permanente inclinação a colocarem seus interesses políticos ou pessoais acima dos interesses do Brasil, sejam, ao menos, realistas. Não venham, pela incerteza ou incompreensão, a representar para as instituições brasileiras perigo ainda maior do que o anterior Governo.

O PAÍS NÃO PODE ficar acéfalo, quando as dificuldades econômicas, financeiras e sociais crescem de hora a hora. E o País está desgovernado, pois o fato de haver o Sr. Ranieri Mazzilli passado a responder pela Presidência da República, como eventual substituto do Sr. João Goulart, para uma permanência máxima de 30 dias na Suprema Magistratura, não dá ao Brasil o Governo enérgico, estável e diferente que ele necessita neste momento.

FIZEMOS, ontem, um apelo ao Congresso, hoje devemos adverti-lo. Todo o povo brasileiro, convencido da suma gravidade da situação, quer vê-lo tomar providências sensatas e definitivas para fazer face à terrível conjuntura.

NÃO DECEPCIONE o Congresso a expectativa nacional. Não venha com meias medidas ou com fórmulas bacharelescas, não dificulte a volta da normalidade, o retorno da tranquilidade, o regresso à ordem e à disciplina, o atendimento das reivindicações da massa aflita e sofridora. É inadiável a formação, imediata, de um Governo forte. Queremos que este Governo forte seja organizado pelo Congresso, para que não se venha a impor um Governo contra o Congresso. Mas um Governo de trinta dias jamais seria um Governo capaz de atender nos

anseios nacionais, dando remédio aos nossos males sociais e econômicos.

NÃO PODE o Brasil esperar um mês para ter a administração que se requer em tão conturbado momento. Não podem ser adiadas as medidas excepcionais reclamadas pela excepcionalidade da situação. Nem podemos imaginar que os agitadores e os comunistas descendam em ficar de braços cruzados, durante 4 semanas, aguardando que o Congresso dê à Nação as condições indispensáveis para enfrentá-los e dominá-los.

A REVOLUÇÃO, que foi vitoriosa pela união das Forças Armadas, não deve perder a vitória pela desunião e falta de visão dos políticos.

É URGENTE sair do impasse e implementar a revolução ou nos aguardarão dias terríveis, em lugar dos dias de luz e esperança que ontem mencionávamos. O dispositivo comunista ainda não foi desmontado, nem o será enquanto persistirem a confusão e a desordem administrativa, enquanto não forem fixadas as responsabilidades e delimitadas as competências.

AJA O CONGRESSO sem perda de tempo, para seu próprio bem. Eleja o novo Presidente da República, achando quem sirva para esta hora — como um homem da envergadura do General Castelo Branco, que foi o escolhido pelos seus comandados para chefiar o movimento revolucionário —, e não quem possa servir para outubro de 65. Dê ao Brasil a segurança de que a jornada revolucionária não foi em vão.

A Revolução Democrática Antecedeu em um Mês a Revolução Comunista

Exemplo feliz demonstrando a apreensão de Recife, inclusive em ocasião da Armas, embora os preços de alimentos em terras pernambucanas (TEXTO NA QUARTA PÁGINA)

O Brasil Põe Suas Esperanças na Coesão Das Forças Armadas



As Forças Armadas, que deram sua resposta ao Brasil, não se limitaram ao espírito de denucição e de condenação, mas em sustentar todas as suas posições, neste momento. De acordo com as Forças Armadas, a situação política do Brasil depende do destino desta revolução de caráter democrático. Assim que dermos o governo João Goulart e que tivermos novamente mais um mês de que nos resta, não há dúvida de que a situação política do Brasil será dependente da coesão de suas forças armadas. Não podem estas dar à Nação a esperança de desarmamento, mas a esperança de que os recursos para aliviar a situação política e econômica que está pela frente sejam encontrados em dois meses. É preciso que as Forças Armadas tenham absoluta certeza de que as suas atividades serão seguidas dentro e fora do país, e que a situação política não dependa da vontade de outros que se comportarem desta maneira.

O GLOBO

Morreu Mac Arthur, Herói de Três Guerras



O general Douglas MacArthur morreu hoje em sua casa em Washington, D.C., aos 64 anos de idade. Foi o primeiro chefe de Estado-Maior dos Estados Unidos a morrer em seu cargo. MacArthur foi herói de três guerras: a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia.

CASTELO BRANCO: HAVERÁ PUNIÇÃO PARA OS TRAIDORES

Ao receber grande quantidade de armas, munição de seu arsenal, em Ipanema, por seu suborno através de revolução comunista e em favor de sua cidade para a Fundação de Saúde, o General Humberto Lyra de Moraes afirmou que serão punidos todos os responsáveis pela demissão e pelo complotamento de Fato (TEXTO NA 1ª PÁGINA).



DINHEIRO CHINÊS PARA ANIQUILAR O BRASIL!

Não há um só homem capaz de controlar o Brasil. Existem o Generalíssimo Rong-Rong e o Vice-Generalíssimo de Gato, de Foz de Iguaçu, e o Generalíssimo de Foz de Iguaçu, de Foz de Iguaçu.

EDICIONÁRIO DE EXERCÍCIOS - Atividade Física e Saúde - Guia para a Guarda da Saúde



CONDUTOR DA MORTE



SCHNIDE: ESTA FOI UMA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A Revolução Brasileira de 1964 foi uma revolução democrática e social, que trouxe mudanças profundas no Brasil. Foi liderada por militares e civis, e teve o objetivo de acabar com a corrupção e a instabilidade política da época.



ANEXO AD - 7 de abril de 1964

A Sorte da Democracia

TODA a Nação acompanha atentamente a organização do novo Governo, convencida de que as dificuldades naturais a um momento de transição e reajuste serão superadas, podendo o Brasil encetar com otimismo o futuro, certo de que o desenvolvimento recomeçará, estimulado por uma administração honesta, criteriosa e realizadora.

A MEDIDA que os brasileiros vão tomando melhor conhecimento dos perigos que ameaçavam de bem perto a nossa democracia, cuja destruição estava sendo preparada pelo conluio do Governo anterior com os comunistas, maior é o sentimento de gratidão que a todos anima, relativamente às Forças Armadas, que, defendendo o regime, nos salvaram de escravidão semelhante àquela em que jaz o povo cubano.

A QUELES que haviam desesperado, julgando que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica assistiriam, sem reagir, à comunização do País, deixando-se, inclusive, anular e suprimir, confessam que estavam enganados, pois os militares não decepcionaram o Brasil, que, graças a eles, novamente respira no clima fecundo das liberdades asseguradas e da confiança renascida.

SENTE-SE, em todos os setores da vida brasileira, o desejo de recuperar estes três últimos anos, roubados ao nosso grande destino. Ainda não está estruturada a nossa administração, o que só poderá ser feito após a eleição, pelo Congresso, do Presidente que terminará o quinquênio, mas a economia já se desvendou das correntes sabidamente pelo descrédito do Governo Goulart e pelos temores justificadas ante a febre estatizante que precedia a entrega do País aos comunistas.

A QUEDA do dólar, tão logo foi destituído o Governo pró-soviético, teve a sua contrapartida na alta de todos os papéis negociados na Bolsa de Valores. Quem havia vendido por preço vil as ações das grandes empresas industriais e comerciais, a fim de adquirir a moeda estrangeira, volta a investir com redobrado vigor, provendo-se uma grande expansão no mercado de títulos. Nada mais reconfortante e animador. É preciso, agora, que a indústria brasileira também viva esta fase histórica, modernizando-se e democratizando-se aquelas companhias que ainda não abriram seus capitais à participação de novos investidores. Quanto mais aberta e democrática for uma empresa, mais forte será ela, e mais forte, igualmente, o sistema político-econômico que adotamos, baseada no livre empreendimento e na iniciativa privada.

É PRECISO repetir, porém, que a continuação dessa euforia, dessa confiança, está condicionada à rápida normalização da vida brasileira, com o saneamento da administração federal, tão conspurcada, ultimamente, pelas manobras vermelhas. Urge, portanto, ultrapassar essa fase imprecisa, compreensível por suceder a um movimento revolucionário espontâneo, estruturando definitivamente o novo Governo, cujas características devam ser a autoridade, a moralidade, a eficiência e a isenção partidária.

A SOLUÇÃO está encaminhada. Os chefes militares e os governadores, líderes da revolução, coincidem, ao que se sabe, em indicar ao Congresso o nome do General Humberto Castelo Branco para concluir o quinquênio presidencial. Apesar de o indicando ser um oficial-general, trata-se de uma solução civil, no sentido de que foram os líderes civis que a formularam, vencendo, aliás, os nobres escrúpulos que sempre dominam os nossos militares quando se lhes oferece o Poder e dos quais se fizera intérprete o próprio General Castelo Branco.

NÃO SE PODE, aliás, deixar de louvar as razões que levaram os governadores e dirigentes políticos a preferirem um chefe militar na Presidência da República. A revolução deve ser completada, e isto tem que ser feito sem prejuízos para a vida institucional do País, que, em outubro de 1965, será revigotada pela manifestação da vontade popular. Na Chefia da Nação um general brasileiro, sobretudo um general com as qualidades e o prestígio do Sr. Humberto Castelo Branco, dar-nos-á a certeza de que assim se fará.

AGUARDAMOS, como toda a Nação, ansiosamente, a constituição do novo Governo. Será o Governo mais carregado de responsabilidade que o Brasil já possuiu, mas não temos a menor dúvida de que, com a colaboração do Congresso que o fará nascer, com o apoio das Forças Armadas que realizaram a revolução e com a cooperação e o entusiasmo dos verdadeiros patriotas, ele será bem sucedido. Disto depende a sorte da democracia em nossa Pátria.

ANEXO AE - 8 de abril de 1964

A VITÓRIA DO BRASIL TRAÍDO

DEPOIS da vitória democrática, afirmou-se que, com essa vitória, o Brasil derrotara a União Soviética e o comunismo internacional. À primeira vista, tem a sabor literário e, mais da que literário, vehementemente enfático das frases que nascem do império amplificador dos grandes acontecimentos e das grandes emoções.

NA REALIDADE, entretanto, nada é mais certo, nem poderia dizer-se caso palavras mais certas: nunca se legaram, nem se lance que surpreendeu o mundo pela calma e a precisão com que foi levada a efeito, a Brasil derrotou no mesmo tempo e seu inimigo interno e o comunismo internacional, e o Kremlin, que a ambos dirigia. Derrotou-os no terreno e na hora por eles escolhidos, justamente quando se aproximava o impulsionar a ditadura comunista e a converter o mesmo terreno territorial numa plataforma operacional para a estabilização do hemisfério.

TODOS se lembram, porque é história da ordem, da última viagem de Luís Carlos Prestes a Moscou, há poucos dias, onde se avistou com Nikita Khrushchev e de modo muito franco e "à prova" de cédulo aos planos comunistas e, segundo declarações do próprio Prestes em Recife, à instigação do Partido Comunista e à orientação geral da mesma política interna e internacional.

NATURALMENTE, Luís Carlos Prestes não contou tudo que se havia dito e passado entre ele e seu chefe. Mas contou o essencial, acrescido da observação, a essa altura perfeitamente óbvia, de que o Partido Comunista já estava no Poder, embora ainda não tivesse nomeado o Governo. Outras declarações, no mesmo sentido, chegaram sobre nós de vários países, feitas por dirigentes ocidentais e por outras emissões e representações, brasileiras e estrangeiras.

HOJE se discute, com base em provas irrefutáveis da casualíssima ingerência do comunismo internacional, se foi mais determinante a influência soviética, ou a cubana, ou a chinesa. A verdade é que todas elas foram importantes e determinantes no modo em que pudimos evitar, com a complicitade dos principais órgãos da administração federal e com a tração dos meios brasileiros.

O QUE se viu, em todo caso, foi a inquietude de sucessão entrar na sua fase de necessidade máxima logo depois da repressão de Luís Carlos Prestes de Moscou. Assim, de maneira constante e regularidade das greves, das ilegalidades e das provocações. Multiplicaram-se os pronunciamentos subversivos, e a pressão sobre a imprensa escrita e falada passou a ser tão brutal que evidenciou o propósito e a pressa de emergência, de que estavam possíveis os governantes e os líderes bolcheviques.

O COMEÇO da dia 11 marcou, nas intenções de seus promotores, o início de ação final para que sufocassem a Nação e as suas liberdades, de normas concentradas na esplanada do Ministério da Guerra eram uma pequena amostra das técnicas militares revolucionárias. E o "rombo", anunciado pelo Sr. Goulart, pôde seguramente exigir o fechamento do Congresso, insultar as Forças Armadas presentes nas pessoas dos três ministros militares, agir para os seus "grupos de ação", ultrajar a Nação na sua dignidade, ferir as suas ideias mais sagradas, anunciar as suas ideias mais permanentes e na sua própria integridade política, histórica, cultural e moral.

O QUE aconteceu depois da emergência, todos sabem, e não ficamos sabendo dela a fim através dos testemunhos e das provas que se avolumaram nos arquivos da Polícia e da Justiça e que vêm sendo divulgados pelas revistas e pela rádio e televisão. O que foi dado a conhecer até agora é uma parcela mínima da separação democrática e da sua divulgação oportunamente.

QUANDO isso aconteceu, o povo viu por aí que pouco chegavam novos governantes em matéria de corrupção, de crime, de traição. Vai ver o que eram real-

mente os fatos liberos dos trabalhadores. Vai ver quais foram as verdadeiras causas de inflação, de empobrecimento e de espoliação. Vai ver o que tinham feito do Brasil se o Brasil não se tivesse tirado das a tempo, nem houve dramático de energia e de lucidez que se libertaram, talvez, com o instinto profundo da sobrevivência.

SIM, o Brasil sobreviveu. O Brasil respira. O Brasil está prodigiosamente livre e vivo. O Brasil está mais do que nunca decidido a seguir em ação a sua meta, a reconquistar o respeito do mundo e a retornar ao mundo, a lugar a que tem direito. E se o Brasil está ainda tão vivo e livre assim, e possuindo deuses intêpidos, vontade de reerguimento e recuperação, de o dar aos seus soldados e aos seus operários, aos seus estudantes e aos seus trabalhadores, aos homens e às mulheres, a todos os seus filhos sem distinção de classe, de condição e de cor.

O QUE houve, de fato, foi, de um lado, um Brasil traído e, do outro, o Brasil da traição. O Brasil da traição se restringiu à escuridão espalhada nos órgãos burocráticos e pseudo-sindicalistas, e a uma pequena minoria de trabalhadores e de soldados que não souberam resistir à sedução da mentira, do engodo, da mistificação.

FIZERAM parte do Brasil da traição também os hábitos, os costumes, os aproveitadores profissionais da situação, seja ela qual for, contando que dela possam retirar dividendos à altura de suas ambições e de seus egosmos.

DO OUTRO lado, o Brasil traído. Traído e humilhado. Humilhado e atordoado. O Brasil das verdadeiras operações, da verdadeira guerra de campo, dos verdadeiros soldados e das verdadeiras trabalhadoras, que resistiram heroicamente à corrupção, à mistificação, às provocações e às provocações de toda a espécie a que por vezes foram impiedosamente submetidos. Brasil traído e Brasil das bravuras olímpicas, orgulhosos e indifíceis nas suas experiências, nos seus direitos sagrados; o Brasil das bravuras fraudadas e roubadas ao seu trabalho e nas suas aspirações; o Brasil das bravuras heróicas inicialmente por um regime em que seriam obrigados a renegar a sua fé, a sua tradição civil e, até, a sua própria condição humana num Brasil sovietizado, esburacado, bolchevizado no estilo chinês, coreano ou outro qualquer.

MAS o Brasil traído venceu. Derrotou o Brasil da traição. Derrotou o comunismo nacional. Derrotou o comunismo internacional. Derrotou Moscou, Pequim e Cuba, de uma só vez. A vitória do Brasil traído foi a vitória da democracia. E a vitória da democracia no Brasil deu os planos de subversão comunista em toda a América Latina. Sabemos, os comunistas, que a comunicação do Brasil significaria a comunicação do hemisfério. Sabiam, também, que a comunicação do hemisfério seria uma brecha irremediável nas defesas morais e territoriais do mundo ocidental.

SIM, o Brasil traído venceu o Brasil da traição, e a sua vitória é obra de sentido político, moral, nacional e universal. Mas não basta. Agora devemos dar a esta vitória democrática um conteúdo democrático, que significa fidelidade aos ideais, mas significa também mais justiça, mais oportunidades para todos, e que só será possível numa regime de verdadeira equidade social. Não basta ainda.

DEVEMOS dar à nossa vitória democrática o sentido de um compromisso a, mais do que um compromisso, de um encontro marcado com o novo Brasil com que nos unimos e pelo qual nos levantamos em armas. Se insistirmos a esse compromisso, se não formos pontuais ao encontro marcado, a vitória não será nossa e o Brasil continuará traído, mais do que nunca, pelo Brasil da traição.

O Exemplo Dos Trabalhadores

É RECONFORTANTE o espetáculo que a Nação oferece. Em todos os setores só se pensa na reconstrução do País, cujas agruras econômicas e financeiras agora já não parecem tão difíceis de superar, pois ninguém tem dúvida de que afinal elas serão equacionadas segundo o interesse nacional e tratadas com nobre e equilíbrio.

IMPOSSIVEL era debelar a crise financeira e soerguer a economia estando a administração pública entregue a uma quadrilha de agitadores e negociatas, que ou cuidavam de se enriquecer às custas dos cofres do Estado ou se aliavam aos comunistas para insultar as greves políticas, que em nada beneficiavam os trabalhadores e só prejudicavam a Nação.

DEPOIS DE DOIS ANOS e meio do último Governo, em que melhorou a sorte das classes assalariadas? Em crise alguma. A inflação, que é a maior inimiga de quantos vivem de salários, atingiu os mais absurdos índices, sem que as autoridades destituídas se revelassem capazes de contê-la. Limitaram-se a elevar, continuamente, os níveis do salário-mínimo, o que já não engana os trabalhadores, que sabem ser essa uma medida de efeitos contraproducentes, pois em lugar de deter a alta do custo de vida ainda mais a agrava.

PARA RESTABELECER a economia, e as finanças — é fato indiscutível — só existe um processo válido: o aumento da produção e a diminuição das despesas públicas, que devem ser reducidas ao essencial. Nem uma coisa nem outra havia aqui.

AS FORÇAS DA PRODUÇÃO eram abaladas, diariamente, pelas notícias a respeito dos propósitos estatizantes do Governo e feridas pelas greves que o próprio Governo patrocinava. Note-se que muitas, a maior parte, dessas greves não visavam a defender reivindicações justas dos trabalhadores, utilizados somente como instrumentos de agitação e anarquia. Mas, quanto mais insensata a greve, mais certo era ela dispor do apoio governamental. Puderam? Que diferença havia entre o Governo, o CGT e o PUA? Nenhuma!

CAIDO O GOVERNO insano, novamente se trabalha no Brasil. As massas operárias, tão exploradas pela antiga situação, vêm dando um exemplo admirável ao País e demonstrando que, livres da cúpula comuno-sindical que as desorientava, estão integradas no espírito geral de colaborar para que o País se levante e progrida. Sabem muito bem os trabalhadores que só o progresso lhes proporcionará o padrão de vida a que legitimamente almejam, e não ignoram que o progresso e o desenvolvimento são o resultado do trabalho e do esforço de todos os cidadãos.

POR ISTO, ao contrário do que pensavam os derrotistas e pessimistas, em todo o território nacional a situação é de absoluta tranquilidade. As greves, decretadas pelos órgãos que ilegalmente pretendiam representar os trabalhadores, fracassaram. O que bem positiva a necessidade de não admitir que os dirigentes dessas entidades, atualmente presos, fugidos ou aliados, voltem a agitar as classes que iludiam e procuravam utilizar politicamente.

VEJA-SE O NORDESTE. Apresentavam-no como um barril de pólvora, capaz de explodir a qualquer momento. Hoje é a região mais calma do País. Destituídas as autoridades que instigavam os trabalhadores, que protegiam os agitadores e os pregadores da revolta, que comandavam as agressões e as invasões, a normalidade é completa. Confiam os trabalhadores nordestinos, como os do resto do País, no Governo que será organizado, acreditando que a nova administração, sim, será redentora para as classes assalariadas, do campo e da cidade, pois virá resolver os seus problemas, em lugar de servir-se delas para atingir objetivos políticos impatrióticos e antidemocráticos.

É **ESTA A GRAVE** responsabilidade assumida pela Revolução, a de não decepcionar as massas trabalhadoras, que estão tendo um comportamento tão admirável nesta hora de crise e apreensão, um comportamento muito mais nobre e elevado do que o de muitos homens públicos, que ainda agora, impermeáveis às lições da História e insensíveis à realidade expressa pela Revolução, desta pretendem apossar-se, visando ao proveito político e partidário.

ANEXO AG - 10 de abril de 1964

O Novo Presidente

CORRESPONDENDO nos anseios da Nação vai o Congresso eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República, antes do esgotado o prazo concedido pela Constituição para o preenchimento das vagas, quando verificadas após transcorrida a metade do quadriênio.

ASSIM, nos dez dias de vitoriosa, já poderá a Revolução oferecer ao País um Governo formado segundo os ideais que a inspiraram, em condições, portanto, de empreender, imediatamente, uma obra de recuperação econômica, restauração financeira e saneamento moral.

PARA QUE NÃO RESTASSE a menor dúvida quanto ao sentido que deve ter o novo Governo, que tem de ser um Governo movido pelo propósito de completar a tarefa iniciada pelas Forças Armadas, preparando o Brasil para a definitiva normalização democrática após as eleições de outubro de 1965, resolveram os Governadores, que foram os líderes civis do movimento revolucionário, indicar ao Congresso, para Presidente, o nome de um de seus principais chefes militares.

NOTE-SE QUE esses Governadores representam áreas políticas diversas, sendo vários deles candidatos à Presidência da República nas futuras eleições gerais. Fizeram-se, no entanto, de acordo em relação a quem indicariam ao Congresso. Parece que a escolha não foi difícil, não somente pelo impulso patriótico que vem animando os Chefes dos Executivos Estaduais, mas em face das excelentes qualidades do indicado, o General Humberto Castelo Branco, que nós mesmos, antes da decisão dos Governadores, já apontávamos, em editorial, como o paradigma do militar à altura de ocupar a Suprema Magistratura.

POSTERIORMENTE, a indicação do General Castelo Branco foi apoiada por outros Governadores, líderes políticos e pelos setores mais influentes da vida nacional, numa tal demonstração de respeito pela sua pessoa e de confiança na sua capacidade que o eminente soldado concordou em aceitar a candidatura que não o pleiteara, mas, bem ao contrário, sempre recusara.

JÁ AGORA, porém, encontram-se igualmente lançados dois outros ilustres militares, que mereceram as preferências de alguns círculos parlamentares, o Marechal Eurico Gaspar Dutra e o General Amauri Kruehl. De ambos só se pode dizer que, tanto quanto o General Castelo Branco, são dignos de ascender à Presidência da República, que o Marechal Dutra, aliás, já exerceu com honra, eficiência e honestidade.

PARÁ ALGUNS, a apresentação dos nomes destes dois correios

militares e cidadãos teria o significado de uma divisão das Forças Armadas triunfantes, planejada por grupos políticos interessados em dividir o comando revolucionário, para enfraquecer o movimento de liquidação do comunismo. Não desconhecemos, evidentemente, que mesmo nesta hora existem políticos que, contrariando o exemplo dado pelos Governadores, estão preocupadas exclusivamente com seus interesses eleitorais, sendo, por isto, bem capazes de desviar a divisão dos militares, para servir, por este modo, aos partidários da situação decalada, cujo eventual apoio os alvoroça. Mas não entendemos que o lançamento das candidaturas Dutra e Kruehl implique em tal divisão.

DIVISÃO HAVERIA se fossem buscar um oficial-general que não estivesse integrado no espírito da Revolução, representando, portanto, o surgimento de seu nome um desafio à nova ordem de coisas. Não é o caso. Tanto o Marechal Dutra quanto o General Kruehl são homens da Revolução. O bravo comandante do II Exército foi de seus chefes atuantes, e o venerando Ex-Presidente, quando rompeu o seu mutismo de 13 anos, condenando a posição do Governo fiavelista na caso da indisciplina na Armada, deu uma valiosa contribuição à mobilização das consciências e à ultimateção do dispositivo revolucionário.

ASSIM nos pronunciando sobre as duas candidaturas surgidas após a indicação do General Castelo Branco, estamos cumprindo o dever de opinar com lealdade e sinceridade, porque continuamos a achar que o Congresso deve eleger amanhã aquele grande brasileiro, que pelas invulgares qualidades, excepcional cultura e papel desempenhado na preparação do movimento revolucionário se impôs como o candidato natural dos chefes civis da jornada democrática.

TEMOS A CERTEZA de que, na Presidência da República, o General Humberto de Alencar Castelo Branco reafirmará o seu conceito de verdadeiro patriota, que sempre soube usar sua inteligência poderosa, seu prestígio entre os companheiros, a robusta cultura acumulada em toda a vida, em favor dos ideais da Nação.

TEMOS FE em que sob a direção do General Castelo Branco a Nação enfrentará, unida, as dificuldades que a afligem e que afetam especialmente as massas trabalhadoras, para assim retomar o seu lugar no mundo democrático, de onde a quiseram afastar aqueles que não serviam aos interesses da Pátria, mas procuravam colocar a Pátria a serviço dos interesses da Rússia e do Comunismo Internacional.

ANEXO AH - 11 de abril de 1964

A REVOLUÇÃO CONSOLIDADA

NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO e do Ato Institucional o Congresso elege hoje os novos Presidente e Vice-Presidente da República. Adige, portanto, a Revolução a fase final de sua organização, com vistas à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral que se propõe realizar em bom do País.

TODOS OS BRASILEIROS vêm, com esperança e desafio, chegar à Suprema Magistratura a figura eminente do General Humberto Castelo Branco, que reúne todas as qualidades necessárias para desempenhar as funções presidenciais nesta hora difícil da vida nacional.

COM A SUA ECONOMIA aniquilada pelos atos de pura insensatez que foram o forte do Governo deposto, atravessando uma séria crise financeira, vendo seu povo passar as maiores privações pela alta incessante dos preços, sentindo a necessidade de uma série de providências capazes de corrigir as desigualdades sociais violentas, para que se inicie uma época de tranquilidade e bem-estar social, o Brasil não podia perder tempo com as estérteis lutas políticas, com as estertores da oligarquia comuno-sindicalista, com as esperanças dos cúmplices da administração passada.

URGIA A LIMPEZA do terreno, a fim de que o novo Governo pudesse encetar, imediatamente, a sua tarefa regeneradora. Para isto foi baixado pelo Alto Comando Revolucionário o Ato Institucional, cujo principal efeito deve ser o de permitir a normalização imediata da vida administrativa.

TRATA-SE, evidentemente, de uma medida de exceção, que para certos espíritos carregados de um liberalismo à outrance aparecerá como um atentado às liberdades públicas. Queremos chamar a atenção dos que assim pensam, para o fato de que o momento nacional também é de exceção, pedindo, em consequência, remédios drásticos e extraordinários.

DEVEM PONDERAR os que se arrepiam ante a cassação de mandatos parlamentares, a supressão de direitos políticos, a derrogação transitória de certas garantias, que aqueles cidadãos atingidos por tais sanções e restrições são os mesmos que, até há quinze dias, pregavam o desaparecimento do Congresso porque este se recusava a votar as reformas esquerdistas, amargavam os deputados com os castigos mais severos e tramavam, abertamente, a queda do regime.

SE A REVOLUÇÃO não tivesse obtido a vitória, se os comunistas e seus aliados houvessem derrotado os democratas, que teria acontecido ao Brasil? Estaríamos mergulhados num banho de sangue, os pelotões de fuzilamento não descurariam, a Constituição teria sido abolida, o Congresso fechado e ninguém mais ouviria falar em liberdades públicas ou privadas. O Ato Institucional objetiva, precisamente, impedir que os inimigos da democracia voltem a dispor de condições para atentar contra a liberdade e o regime.

ASSUMIRAM OS CHEFES militares uma imensa responsabilidade, quando deslegaram o dispositivo revolucionário. Vitoriosos, e que deles esperava a Nação é que não interrompessem no meio a jornada de restauração democrática. E o Alto Comando não tem decepcionado o País, pois tem-se mostrado disposto a terminar aquilo que iniciou no impulso dos mais nobres sentimentos de patriotismo. Arrostando a incompreensão de muitos, que não tiveram o mesmo zelo pela pureza das instituições quando estas eram vítimas da campanha de descrédito movida pelo Governo Goulart, resolveram oferecer ao Brasil o Ato Implementador da Revolução. Merecem os aplausos dos que colocam a sobrevivência da democracia e da liberdade acima de qualquer formalismo, pois os cerceamentos de hoje asseguram, para sempre, o regime democrático no Brasil.

ESPERAMOS QUE o novo Presidente, os chefes da Revolução e o Governo que se vai constituir recebam a cooperação de todos os democratas conscientes, de todos aqueles que sabem que o ideal revolucionário é a democracia e não põem em dúvida a sinceridade do procedimento que inspirou a feitura do Ato Adicional. Pois só com a colaboração de todos será vencida esta fase excepcional de nossa existência como país soberano e voltaremos ao pleno gozo das garantias constitucionais, que até agora só estavam garantindo os maus brasileiros, os agitadores e pregoeiros da subversão.

AS FORÇAS ARMADAS estão cada vez mais coesas em torno de seus chefes e das propostas da Revolução. Até as candidaturas de Marechal Dutra e do General Kruef foram, com extrema elevação, retiradas por estes grandes militares, mais uma vez dignos da admiração de seus patrícios, de modo que a eleição do General Castelo Branco representará, na sua pessoa, a consagração do movimento que não teve um dos seus mais decididos líderes. Não venham, agora, os exagerados puristas e os insensatos leguleiros chorar a momentânea suspensão deste ou daquele dispositivo constitucional. Lembrem-se de que se não fosse a Revolução já não estaria em vigor dispositivo constitucional algum e não temporariamente, mas talvez para sempre.

SINTAM TODOS os brasileiros que hoje é um dia de festa para o País, que vai consolidar a Revolução democrática, dotando-a dos instrumentos necessários para destruir, por completo, a máquina de subversão. Sintam que, após os riscos corridos, a Nação finalmente se encaminha para a reconstrução total. Sintam que isto se deve à energia e à coragem dos chefes das Forças Armadas, que estão procedendo como verdadeiros patriotas, preocupados apenas com os interesses do Brasil.



ANEXO AI - 13 de abril de 1964

PUBLICOU UM MATUTINO desta cidade declarações que teriam sido feitas pelo Sr. Leonel Brito a uma agência uruguaia de notícias. A par de várias mentiras, falácias e impropriedades, o ex-deputado, atualmente foragido, teria manifestado o seu propósito de "ir de casa em casa para mostrar que a fé no Brasil é inextinguível", afirmando que está no lote "SEM PAUSAS E SEM PARÊNTESES", contra o imperialismo, contra as grandes capitais internacionais". E, concluiu: — "Prezamos fazer a revolução sem sangue e dinheiro de lá e não queremos."

QUANTO A ISTO o agitador e o chefe em parte tem razão. Recentemente ele e seus seguidores desejaram fazer seu sangue a revolução comunista, para o que lutaram de vermelho e administração federal, estimularam as greves políticas, tentaram implantar no solo das Forças Armadas o caos e a indisciplina. Mas um pouco, nesse caminho, e certamente teriam conseguido impor ao País o regime comunista, talvez sem sangue, como sempre o Sr. Brito, não, porém, dentro da lei. Justamente por isso, quiseram agir contra a Constituição e a lei, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, e, assim, a Revolução Democrática, esta, sim, sem sangue e dentro da lei, graças à imediata anulação que recebeu da luta e do povo.

MAS AS DECLARAÇÕES fornecidas de seu esconderijo pelo cunhado do Ex-Presidente mostraram, ázules que consideram que a Revolução Democrática se apercebeu no momento em que o Governo anterior foi deposto, e engano que cometam. O entusiasmo com que a ação patriótica das Forças Armadas foi recebida em todo o território nacional, e a séria consciência de todos os setores responsáveis do País, e o árduo lógo obtido pela

SEM PAUSAS E SEM PARÊNTESES

Revolução, com o renascimento da confiança geral e o alívio da economia, não parecem ser suficientes para demonstrar aos detalhes que as suas possibilidades de enganar o Brasil já passaram, e para sempre.

PRETENDEM continuar lutando, ali, Brito, SEM PAUSAS E SEM PARÊNTESES. O mesmo despacho telegráfico que trouxe de Montevideo as expressões do "pensamento" de Sr. Brito contém a notícia que auxiliares do Ex-Presidente Goulart informam encontrarem-se a organizar-se a resistência contra o regime atual do Brasil". Trata-se de comunicação de maior gravidade, que sem dúvida terá considerável importância pelo Governo de Uruguai, o qual não há de deixar que o território da República Oriental seja a base de onde se depositem maquinarias atentadas à ordem e às instituições do nosso País.

DE QUALQUER MODO, foi bom, de certa maneira, que o cunhado e os auxiliares do Sr. João Goulart tivessem feito tais manifestações, que equivalem a ameaças que não podem ficar sem resposta. Precisamos, nós, sim, realizar a limpeza que a Revolução apenas iniciou, providenciando para que desapareçam, e quanto antes, os resíduos da corrupção e do comunismo, impedindo que tenham acesso às instituições contra o regime, quaisquer que elas sejam e venham de onde vierem. A enorme responsabilidade que as Forças Armadas assumiram, quando se levantaram para afastar o Governo que nos comunistas, não pode ser minimizada ou desconhecida pelos que só hesitam e deslembam a não o Sr. João

Goulart levava o País na véspera de sua queda e já no dia seguinte querem que tudo seja esquecido, para que tudo continue como antes no quartel d'Abrentes.

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, ignorando os lamentos e protestos das que há muito se preocupam com a sorte dos agitadores, suas liberdades e direitos, embora não revelassem os seus sentimentos anteriormente, quando foram as liberdades e direitos de toda a Nação que estavam em perigo, deve prosseguir com sua tarefa restauradora e saneadora. SEM PAUSAS E SEM PARÊNTESES.

TÊMOS BASTANTE confiança nos chefes militares, um dos quais acaba de ser eleito, pelo Congresso, para a Chefia da Nação, e estamos seguros de que eles não se servirão do poder excepcional, em que se investiram para praticar arbitrariedades ou injustiças, assim como não imaginamos que eles devam estar em condições extraordinárias decorrentes da vitória da Revolução um dia sequer a mais de que for necessário para lidar com o dispositivo subversivo, preparando o Brasil para a fase de tranquilidade, ordem, desenvolvimento e justiça social, que é a máxima aspiração de todos os nossos patriotas.

ASIM COMO A NAÇÃO recorreu às Forças Armadas para a libertação do governo demitido que a empurrava para o abismo da corrupção, deve nelas confiar, agora, quando a comunhão, deve nelas confiar, agora, quando a procurarmos erradicar e esta, destruída por vários anos de má administração e de desor-

dem nos campos econômico e financeiro. O próprio Ato Institucional, que consubstancia a excepcionalidade deste momento pós-revolucionário, é uma limitação ao poder discricionário que em toda a parte sempre foi e será do chefe e militares vitoriosos, e baseado para ferir uma duração mínima, bem positiva a esta intenção do Ato Camarão, que não pretende substituir o Poder Civil, nem ignorar as instituições democráticas, mas, tão-só, abrir no futuro excepcional que não lhe pode ser recusada, para que a Revolução não se perca depois de trinta e sete.

A ELEIÇÃO DO General Humberto Castelo Branco para a Presidência da República satisfaz-nos que estamos certos destes resultados. O eminente cidadão, que é um dos mais brilhantes figuras das Forças Armadas, passou toda a sua vida pelo respeito integral aos princípios democráticos, às leis republicanas e às tradições nacionais. Não aceitará a Suprema Magistratura se em alguma coisa a missão que lhe foi confiada pelo Congresso se afriar com os princípios da Constituição Revolucionária, no qual se integrou subleto pelos mais puros inspirações de seu patriotismo.

ALIAS, NOSSA CONVICÇÃO é confirmada pela própria Presidente eleito, que, na saudação dirigida ao País, após conhecer o resultado da votação no Congresso, disse esperar em Deus correspondêr às esperanças dos constituintes, "nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se imantaram o Povo inteiro e as Forças Armadas no mesmo espírito de restaurar a legalidade, revigilar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social".

ANEXO AJ - 14 de abril de 1964

SINOS, SIRENAS E O HINO NACIONAL SAUDARÃO EM TODO O BRASIL A POSSE DE CASTELO BRANCO



O Fogo Devora Cem Milhões!

PRETO de uma colúmbia de estanho de la praça...
A posse de Castelo Branco no Palácio do Catete...
O fogo destruiu o prédio do Castelo Branco...

Terceira edição a seguir de O GLOBO para ser o primeiro...
de junho de 1964. Castelo Branco no Palácio do Catete...

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE DENEU MARINHO
DIRETOR-GERAL: WESLEY FREITAS | DIRETOR-DESPORTIVO: ROBERTO FERREZ
ADMINISTRATIVO: NUBER NEVES

Castelo Branco Deixa o EME



Castelo Branco deixou o EME...
O general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas...

MAZZILLI TRAÇA RETRATO DA SITUAÇÃO DO PAÍS: O DEFICIT DESTE EXERCÍCIO PODERÁ IGUALAR O ORÇAMENTO FEDERAL

ESCOLHIDOS OS ASTRONAUTAS DO "GEMINI"



OS astronautas selecionados para a missão Gemini...
A NASA anunciou a escolha dos astronautas...

O Presidente da República... DARCI RIBEIRO FUGIU COM CR\$ 300 MILHÕES

Darci Ribeiro fugiu com 300 milhões...
O deputado Darci Ribeiro, conhecido por sua vida dissoluta...

Em Memória de Max Arthur



Em memória de Max Arthur...
Max Arthur, jornalista e escritor, faleceu...

AMARAL LEVA AD PRESIDENTE ELEITO A CERTEZA DE QUE NÃO SOFRERÁ PRESSÕES DOS PARTIDOS

Amaral leva ao presidente eleito a certeza de que não sofrerá pressões dos partidos...
O ministro da Justiça, Américo de Oliveira...

Inocente a Vizinha



Inocente a vizinha...
A vizinha inocente...

Muito "Exagerado" a Morte de Khrushchev



Muito exagerado a morte de Khrushchev...
A morte de Khrushchev...

A Revolução Libertou a Guanabara, Diz H. Beltrão

A revolução libertou a Guanabara, diz H. Beltrão...
H. Beltrão afirma que a revolução libertou a Guanabara...

Terremoto Causa Destruição e Mortes na Iugoslávia e Hungria

Terremoto causa destruição e mortes na Iugoslávia e Hungria...
Um terremoto devastador atingiu a Iugoslávia e a Hungria...

ANEXO AK - 15 de abril de 1964

As Bases da Reconstrução

O DISCURSO pronunciado na noite de segunda-feira pelo Presidente Ruyter Mazzilli, que pela sua sinceridade merece ênfase, abriu as perspectivas para a extrema gravidade da situação financeira do País, após três anos de crises e contínuos desgastes.

FOI UM BOM serviço prestado pelo eventual ocupante do Chefe do Executivo Federal à Nação, principalmente porque ressaltou sua Excelência as dificuldades que deverá enfrentar o novo Governo, em sua tarefa de reconstrução e saneamento.

FICOU BEM clara que a Administração Castelo Branco, que hoje se inicia, terá que agir com o máximo rigor, com toda a energia, para impedir que o Brasil desperdice, definitivamente, as condições e as possibilidades que lhe foram dadas. Quando o desafio do exercício se equivale à realidade, não será exagero afirmar que — apesar das perspectivas favoráveis que inevitavelmente existem, principalmente no comércio exterior, em virtude de atos de café — a crise atingiu o seu clímax. Cabe, portanto, lamentar que o novo Governo e a população não tenham levado a tal situação, lamentar e providenciar para que o País possa superar a desordem financeira do mesmo modo como está vencendo a desordem política.

UMA COISA ninguém poderá dizer, menos ainda os líderes de O GLÓRIO: que houve falta de arde saber e que se tratava o Brasil, em face de momento crítico e crucial, de medidas administrativas. Há anos que vimos, sem remorecimento, denunciando as crises cometidas pelos governos contra as finanças públicas e apontando as causas das dificuldades sempre maiores, assim como os remédios indispensáveis para o seu combate. Para não perderem as simpatias das massas, que enganavam com aumentos nominais de salários, para não ferirem com brechas e empregulões em que alijavam a sua política econômica e demagógica, para não terem que falar ao povo com frequência e realidade, justificando sacrifícios em lugar de oferecer-lhe as melhores condições, os governos anteriores nos deixaram na atual situação. Mas o diagnóstico está feito e a terapêutica é conhecida.

TESTEMUNHOU o Sr. Mazzilli que o déficit previsto de 1 trilhão e 500 bilhões de cruzeiros se refere, principalmente, às despesas com o pessoal da União, das autarquias e órgãos subsidiados pelos cofres federais. A forte parte do déficit, ad seja, 500 bilhões de cruzeiros, tem por causa a maioria que o Tesouro Nacional é obrigado a dar à Rede Ferroviária e outras empresas estatais, de-

pois dos gastos absurdos com o pessoal, o fator mais importante do fabuloso déficit — e também o Presidente Mazzilli quem o afirma — são os subsídios concedidos para as importações de trigo e de derivados de petróleo.

ASSIM PRECISADAS as causas do déficit e sabendo-se que é ele a razão fundamental do surto inflacionário, pode para evitar a deterioração de calças e o Governo é forçado a emitir, não a diluir, o papel e que deve ser feito para enfrentar o déficit e, consequentemente, a inflação. São medidas — as que se impõem — que exigem coragem, muita coragem heróica e patriótica, coragem perante os interesses políticos e eleitorais do que com os interesses do País, como era o caso da que foi proposta pela Resolução. Mas um Governo que se instala como o fruto colto de um movimento vitorioso, inventado de poderes excepcionais e impulsionado pelos mais puros sentimentos de patriotismo, sem a intenção de ser simulado, mas com a obrigação de salvar a Nação, antes que seja tarde demais, certamente aceitará os riscos que seus antecessores não quiseram assumir. Pedirá ao povo os sacrifícios necessários que o livrarão do sacrifício definitivo e fatal.

É O POVO, que se reunirá porque a Revolução Democrática é para o povo e para a comunidade, garantindo as liberdades individuais e mantendo o Brasil no mundo ocidental, necessita compreender que a Revolução, para se consolidar, precisa enfrentar e vencer a crise econômico-financeira, sem o que malogrará em seus propósitos, aumentando, em função disto, os problemas nacionais. Precisa cada cidadão, portanto, dispor-se a dar a sua parte, a fazer o seu melhor, para que a Revolução atinja os seus fins, que não eram especificamente políticos, mas de reconstrução geral. Quando se diz que o novo Governo terá que pedir sacrifícios ao povo não se está utilizando uma força de expressão, nem empregando a palavra sacrífico com um sentido impreciso, mas se faz menção à contribuição que todos terão de oferecer para reduzir o déficit do Tesouro e conter a inflação.

OS ANTERIORES governos também faziam nos sacrifícios indispensáveis, mas os últimos se solicitavam a alguns ou se limitavam a mencioná-los, pois não tinham autoridade e moral para realmente exigí-los de todos. Nessas nomeações absurdas e desnecessárias, concedendo privilégios e favores indispensáveis a certas categorias econômi-

cas ou classes funcionais, gastando com desenvolvimento os dinheiros públicos, como poderem, igualmente, aqueles governos, cultivar sacrifícios e impor privações.

MAIS DE AGORA em diante terá que ser diferente. Aplicando com rigor a justiça fiscal, agredendo-se a qualquer tipo de favorecimento e privilégio de grupos, praticando a austeridade e dando o exemplo de contenção, o novo Governo poderá adotar as providências necessárias para o saneamento financeiro. Poderá estabelecer medidas para evitar com o desalinho que surge em matéria de pessoal, não apenas no que diz respeito a vencimentos, como as regalias e privilégios de certos servidores e a mau e arraigado hábito de fazer crer que os servidores públicos têm mais direitos do que deveres. Poderá rever as nomeações feitas pelo último Governo, sem qualquer necessidade de serviço, mas como uma política prática de saneamento público. Poderá rever o caso dos subsídios das importações e considerar com realismo as tarifas de serviços públicos, as quais, por serem públicas, não devem necessariamente ser gratuitas, pelo menos parcialmente, evidentemente, se podem ser cobertos por todos os contribuintes, sejam ou não usuários dos mesmos.

UM GOVERNO que faça tudo isto não será, evidentemente — ao menos no princípio — um Governo popular, mas um Governo realizado pela mão dos seus adversários, que a história reconhecerá com a opinião pública, principalmente com as classes trabalhadoras, sobre as quais a maioria temia a demagogia. Mas se um Governo com o serviço necessário para agir assim conseguirá salvar o País, evitando a inflação e o déficit.

O GENERAL CASTELO BRANCO, que hoje recebe a faixa presidencial das mãos de Sr. Ruyter Mazzilli, sem dúvida desejará realizar esse Governo corajoso, pois não cedeu a popularidade fácil, nem fez negócios com a política, e combate os problemas do País, e fundamental que todos o auxiliem, para que o esforço salutar que vai empreender tenha como prêmio a ordenação financeira, base e fundamento da inelutável reconstrução nacional. Se com as finanças recuperadas poderemos sanear, no mundo, a luta que nos cabe e para a qual não há falta, pois somos um dos países mais ricos e prósperos do nosso tempo, com incalculáveis possibilidades de desenvolvimento, com extraordinárias condições para o progresso. Realmente, nada nos falta para o grande, se não um feliz Governo.

ANEXO AL - 16 de abril de 1964

O Discurso Que a Nação Esperava

TÔDA A NAÇÃO acompanhou ontem, com entusiasmo e júbilo cívicos, as cerimônias desenvolvidas em Brasília, quando o Marechal Humberto Castelo Branco assumiu a Presidência da República, cumprindo-se, assim, a fase institucionalizadora da Revolução Democrática.

EMOCIONADOS e orgulhosos, os brasileiros ouviram a oração pronunciada pelo novo Chefe do Estado ao prestar o solene compromisso diante do Congresso Nacional. A serenidade e a clareza de suas palavras, a dignidade e a altura de todo o discurso, permitiram que o nosso povo reconstruísse as melhores tradições da vida pública, remontando ao tempo em que esta não havia ainda sido conspurcada pela incorporação dos demagogos, dos despreparados e até dos desclassificados.

MAS O DISCURSO do Presidente Castelo Branco não foi, nem por sombra, uma peça fria e formal. Foi, sobretudo, a firme manifestação de propósitos de um homem perfeitamente cónscio das gravíssimas responsabilidades que a partir daquele ato lhe pesavam sobre os ombros. Foi a clara demonstração de que o eminente militar, que ali prestava o juramento constitucional, tinha a compreensão nítida da árdua missão a que fora chamado.

VOLTOU O BRASIL a ouvir falar na preservação de sua unidade, na aliança com os países livres e democráticos, na solidariedade continental, no respeito pelas suas raízes históricas e cristãs, na necessidade, de vencer a orgia inflacionária, para que seja possível o desenvolvimento econômico, que é inviável quando as finanças estão em desordem e em desordem, também, os setores vitais de progresso nacional.

PPROMETENDO não poupar sacrifícios para bem servir à Pátria, o Marechal Castelo Branco expressou sua especial preocupação com as condições de vida nas regiões menos desenvolvidas do País, afirmando que, para a elevação do nível de vida das populações dessas regiões e para a extensão do bem-estar social a um número cada vez maior de brasileiros, dirigir-se-ão os maiores esforços do novo Governo.

MAS TUDO ISTO foi dito com a tranquilidade lucidez de quem sabe que é este o seu dever, que é isto que de sua pessoa aguardam os verdadeiros patriotas, todos eles empenhados — como o Presidente se declarou — em colaborar para a pacífica, democrática e contínua evolução, que já permitiu a tantos outros países li-

vres atingir um alto grau de progresso e justiça social.

SEM INTERVIR nos negócios internos de qualquer outro Estado soberano e não admitindo a menor intervenção de país algum nos nossos negócios — e o Marechal foi taxativo nesta afirmação —, vai o Brasil, apesar de todas as dificuldades desta hora, iniciar a sua reconstrução. Depois de escutar o discurso presidencial a Nação se sente muito mais encorajada, pois sabe que tem no Governo um chefe capaz de bem conduzi-la, um mandatário que faz questão de salientar não ser o Presidente de uma facção, mas o Presidente de todos os brasileiros. Que diferença da situação anterior, em que os interesses de uma facção, aliás minoritária, eram colocados acima dos mais sagrados interesses nacionais!

TEM O BRASIL 141 anos e meio de vida como país independente e soberano. Nossos costumes políticos foram aprimorados através de todo esse tempo, mercê da entrega dos negócios do Estado aos mais habilitados para bem gerirlos e ao incessante aprimoramento dos processos políticos, o que desde a época do Império permitiu a ascensão ao Governo de cidadãos ilustres, probos, patriotas e bem-intencionados. Só ultimamente o elevado padrão de nossos homens públicos fora vulnerado pelos arrivistas audaciosos e petulantés, que supriam o seu despreparo com a demagogia desenfreada, mas não conseguiram ocultar a ausência de condições morais e intelectuais para o exercício dos cargos que ocupavam.

AS CERIMÔNIAS de ontem, em Brasília, e as palavras trocadas pelos ilustres oradores que o povo ouviu com respeito marcam o regresso aos melhores estilos da nossa vida pública, àqueles estilos que pareciam próximos da liquidação, em face da vandálica avalanche dos demagogos, dos irresponsáveis e dos comunistas. Pelo que se viu e ouviu, na posse do Marechal Castelo Branco, pode-se ter a certeza de que o seu Governo, sendo um governo progressista, reformador e atual, será, igualmente, um governo que honrará a nossa História, ao Passado desta Nação, cujas instituições e estadistas provocavam a admiração dos demais países.

DISSE O PRESIDENTE Castelo Branco que todos os brasileiros terão que participar da obra de reconstrução nacional. Participar significa ter parte numa tarefa comum. A tarefa, não se desconhece qual seja: fortalecer a democracia, manter a soberania, preservar a ordem, fazer o País progredir. No estado em que se encontra o Brasil é uma tarefa árdua, que exigirá sacrifícios gerais. Mas dela é impossível desviar. Pois ninguém se pode recusar, quando o objetivo é a salvação, a grandeza, a liberdade e o progresso da Pátria.

ANEXO AM - 17 de abril de 1964

Otimismo e Confiança

É DE OTIMISMO e esperança o clima que se apossou da Nação. Tudo aquilo que parecia não ter consórtio, até há duas semanas atrás, súbitamente se apresenta mais fácil de solucionar. Sabem todos os brasileiros que, com energia e serenidade, o novo Governo enfrentará os problemas nacionais e os resolverá.

DAI A VONTADE que se observa, nos mais diversos setores de atividades, de colaborar com o Presidente Castelo Branco, dando cada um a sua parte, para a grande obra da reconstrução nacional.

O POVO ESTÁ novamente tranqüilo e confiante, pois, como afirmou o General Peri Bevilacqua à reportagem, fomos "reintegrados na ordem e na disciplina". Acrescentou o ilustre militar, que na Governo passado foi destituído do Comando do II Exército porque não se acomodava às injunções dos pelegos, nem se calava diante das greves impatrióticas, "que o que temos a fazer, agora, é trabalhar unidos e tranqüilos, com fé no futuro, mas vigilantes, de modo a não permitir que novos perigos ponham em risco a Pátria".

REALMENTE, não há outra maneira de vencer a crise econômico-financeira senão esta. Só o trabalho, que permitirá o aumento da produção, nos colocará em condições de superar as dificuldades legadas pela antiga administração. E o trabalho, felizmente, já não será impedido pelos órgãos criados especialmente para agitar, pois estes foram dissolvidas pela Revolução. Os empregados de todas as categorias profissionais não mais se encontram oprimidos pelas cúpulas sindicais comunistas e têm todas as garantias para trabalhar.

TAMBÉM OS empregadores, aqueles homens da iniciativa privada aos quais tanto deve o progresso do Brasil, livres das ameaças que pesavam sobre suas atividades, prepararam-se para expandir suas empresas, apresentando a fazer maiores empreendimentos. O País tinha sido paralisado pela subversão oficializada, e esta paralisção, que provocou a queda de nossa taxa de desenvolvimento, era particularmente observada na indústria e no comércio.

TEMA-SE — e com razão — que a continuação do anterior estado de coisas atrace o Brasil, ainda este ano, em gravíssima crise de desemprego, pois a estagnação impossibilitaria o surgimento dos milhões de novos empregos necessários para acolher os brasileiros que anualmente se incorporam ao mercado de trabalho, em face do nosso considerável crescimento demográfico.

COM O DESCONTENTAMENTO que provocaria tal situação estavam os comunistas para apossar-se da Nação, visto como o desemprego geraria revoltas e violências. Mas isto não mais acontecerá. Neste imenso e riquíssimo País, onde existem tantas oportunidades para os que desejam investir seus capitais, fazendo jus a um lucro razoável e contribuindo para o progresso nacional, novamente se olha para o futuro com fé e disposição de realizar.

SE O QUADRO financeiro é grave — e o discurso do Sr. Ranieri Mazzilli, na segunda-feira, não deixou ilusões —, as perspectivas econômicas são favoráveis e animadoras, inclusive porque volta a existir aquilo que mais faltava anteriormente, ou seja, a confiança. A oração pronunciada pelo Marechal Castelo Branco, no ato do compromisso constitucional, temido sido aplaudida por todos os setores da vida nacional, ainda maior certeza oferece de que estamos, de fato, no limiar de uma era de reconstrução e desenvolvimento.

SE O ATUAL Governo, como acreditamos, for persistente em seus propósitos, tão solenemente proclamados pelo digno militar elevado à Presidência da República, não resta dúvida de que, em pouco tempo, com a revitalização da economia, expressa no entusiasmo e na febre de expandir-se que se constata em todas as empresas, as finanças públicas estarão sanadas e o Brasil devolvido a seus gloriosos destinos. Tornaremos a viver uma época de progresso e, conseqüentemente, estaremos mais em condições de oferecer ao resto do mundo o exemplo de uma Nação que pôde, na liberdade e na democracia, vencer o subdesenvolvimento, conquistando o bem-estar social que é a aspiração de todos os nossos patriotas.



ANEXO AN - 18 de abril de 1964

INÍCIO DE UMA ERA DE HONESTIDADE E DECÊNCIA

UM DOS MOMENTOS mais empolgantes da solenidade da posse dos novos Presidente e Vice-Presidente da Nação, acompanhada com emoção por todo o povo brasileiro, foi aquele em que o Senador Auro de Moura Andrade, que presidia a sessão conjunta das duas Casas do Congresso, comunicou ao plenário que o Marechal Humberto Castelo Branco e o Sr. José Maria Alkmin, como determina a lei, haviam apresentado suas declarações de bens, que seriam anexadas aos termos de posse.

O PAÍS JÁ tornara conhecimento dessas declarações, que haviam sido divulgadas pela imprensa diária. Com respeito e admiração constatara que o ilustre soldado e o hábil político mineiro tinham realizado suas brilhantes carreiras sem enriquecer, possuindo, um e outro, aquilo que se poderia esperar de homens limpos e modestos, que apenas desejaram construir o patrimônio legítimo, nascido da poupança e da boa aplicação das economias feitas através dos anos.

MAS QUANDO o presidente do Congresso fez a comunicação oficial a seus pares e toda a Nação a escutou pelo rádio, não houve quem não percebesse que o fato assinalava o início de uma era de probidade e de decência na vida pública brasileira. E esta deve ser, tem que ser, uma das principais finalidades da Revolução Democrática.

A REVOLUÇÃO NÃO se pode limitar a banir da vida política aqueles que se mancomunaram para substituir o nosso regime pelo marxismo-leninismo. É preciso que ela restaure a honestidade e acabe com a corrupção, pois é indiscutível que em sua campanha subversiva nada auxiliou mais aos comunistas do que a corrupção e a gatunagem reinantes em certos setores da política nacional.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA não pode mais servir de caminho ao enriquecimento ilícito de pessoas que, sem jamais terem apresentado fontes de renda que o justificassem, dispõem hoje de fortunas incalculáveis. Como é possível que um cidadão que só exerceu cargos públicos em sua vida, ganhando, licitamente, apenas os vencimentos desses cargos, atinja a condição de biludário, levando uma existência nababesca?

SÓ SE ENCONTRA explicação para o fato no mau emprego dos

dinheiros do Estado, no recebimento de comissões, na aceitação de presentes e na utilização espúria das vantagens e informações possibilitadas pelo exercício de algumas funções de Governo. As vezes a falta de escrúpulos vai tão longe que os mais altos dirigentes da República não se envergonham de levantar empréstimos nos bancos oficiais, valendo-se da condição política.

TUDO ISTO REVOLTAVA tremendamente o nosso povo, que via a utilização da política e da administração por pessoas despidas de qualquer senso moral e para as quais uma eleição não passava de um rendoso investimento. A Nação ansiava por uma nova ordem de coisas, quando os desonestos, os levianos e os fáceis já não poderiam trafegar impunemente pela vida pública, que voltaria a ficar reservada àqueles que não pleiteiam os cargos de Governo para servir-se, mas para servir ao Brasil. Esperamos que seja esta uma das conseqüências da Revolução.

TEM ELA MUITAS incumbências e deveres, porém o dever de expulsar os desonestos e corruptos é, certamente, um dos que a população mais deseja ver cumprido. Tão inflexível quanto está sendo com os agitadores e comunistas deve ser a Revolução em face dos ladrões dos dinheiros públicos, dos peculatórios e dos negociistas. Não queremos que o Comando Revolucionário cometa injustiças ou aja com precipitação, mas temos a convicção de que todos os brasileiros o aplaudirão, se ele atuar, enérgicamente, para enviar à Justiça aqueles que furtaram a Nação.

A ALEGRIA QUE se produziu no País inteiro, diante da declaração de bens formulada pelos novos Presidente e Vice-Presidente da República, é um sinal de que o povo não mais aceitará a chefia de quem não possa justificar o que possui. Nem teria cabimento que a declaração em referência, que é exigida aos mais modestos servidores públicos, pudesse ser dispensada àqueles chamados a ocupar os primeiros postos da República. O precedente aberto pelos Srs. Humberto Castelo Branco e José Maria Alkmin nunca mais poderá deixar de ser seguido.



DEVOÇÃO A SÃO JORGE

Uma multidão de fiéis, em devoção a São Jorge, participou na cerimônia de bênção das águas...

Deposto o Governo de Coalizão do Laos Por um Golpe Militar

Quatro ministros do gabinete, um deputado e o chefe do Parlamento deixaram Samsat Xom, o governo que até ontem presidia o Laos por ocasião da independência, após uma revolução liderada por militares...

O GLOBO



ARRIBA DO PISCO - O General Henrique Filipe de Castro...

Lacerda: a Vitória da Revolução é Uma Realidade Que é Preciso Tomar Nas Mãos e Transformar em Bênçãos

Ao despretender de novo, através de uma revolução de caráter social e econômico, o Brasil...

Fidel Castro Disse Que os EUA e Cuba Devem Fazer Concessões Para o Reatamento de Relações

Neste sentido declarou ao Senado o ex-embaxador de Havana, José...

A Rede Salvadora



A rede de pesca do porto de Salvador, no Estado da Bahia, no Brasil...

Escândalos do IBC Vão Ser Apurados

O Sr. Félix Pereira, atual presidente do Instituto Brasileiro de Contas, pediu a abertura de uma...



Homenagem a Schmidt



A Feira Mundial de Nova York



A Vigília de um Democrata

Uma reunião pública de 11 horas, em 10 de maio, em homenagem ao...

Concentração Chinesa na Fronteira da Índia

Nas fronteiras da Índia, a concentração de tropas chinesas...

A Feira Mundial de Nova York, cuja inauguração está marcada para depois de amanhã, começa...

Fidel Castro Mostrou o Caminho da Ruptura

TARDOU UM POUCO, mas chegou, a primeira agressão do ditador de Cuba ao nível Brasil. Talvez até antes a esperança, o laço da causa democrática; que a nossa revolução sucumbisse diante das guerrilhas e dos "grupos de otus", que seu Governo vinha estimulando e financiando. Vendo que não acontecia nada, veio a completa a ordem em todo o território nacional, tendo a situação criada pelo movimento das Forças Armadas se consolidado com extraordinária facilidade e apoio popular, desesperou-se e destemperou-se.

EM DISCURSO OFICIAL, cobriu-nos de halcos, afirmando que a posição cubana não mudará. No concernente às relações entre o seu país e a nossa declarou não implorar por essas relações. Isto faz muito bem. Deve haver nas relações internacionais aquela mesma espontaneidade que existe nas relações entre as pessoas, partindo-se de uma sincera amizade entre os Governos, de uma natural aliança entre os Estados de igual penamento, da constatação de que interesses recíprocos recomendam o intercâmbio diplomático ou, pelo menos, do mútuo respeito pela soberania nacional.

NADA DISTO ACONTECE, nas relações cubano-brasileiras. Não é possível uma verdadeira amizade entre um Governo democrático e um comunista; Cuba voluntariamente se afilou ao bloco soviético; não temos qualquer interesse político ou comercial a recomendar a manutenção de uma embaixada em Havana; nem o Governo fidelista nos respeita a soberania. Tem-se, no construído, incluído em nossos negócios internos, inclusive enviado para aqui agentes, armas e dinheiro, com o fito de promover a subversão que o movimento revolucionário impedia.

SENDO ASSIM, como justificar a continuação de relações com Cuba? Antiguamente, isto é, quando os fidelistas nativos praticamente imploravam a direito de defender a Ilha fidelista, o Brasil, à revelia do sentimento do nosso povo, teve sua imagem deformada no exterior. Porque um Governo que não representava a maioria da Nação quis assumir aquele triste papel, fomos considerados como um país "não alinhado", criptocomunista etc. Tal retrato muitos prejuízos nos causou, principalmente afastando de nós os investidores estrangeiros, de cujos capitais necessitamos para progredir. Agora que temos um Governo que trazia os ideais democráticos da absoluta maioria do povo brasileiro, por que havíamos, no campo internacional, de sustentar a incômoda posição adotada na administração deposta?

ORIGINAL NÃO foi Fidel Castro nos ataques que desfechou contra o Brasil. Como sempre faz, responsabilizou o Pentágono e a imprensa norte-americana pela Revolução Democrática. Temia em vista que a Revolução foi realizada pelo conjunto das Forças Armadas, com o apoio de quase todas as classes populares e da opinião pública, a infamante acusação não impressionara. Se houve algum movimento revolucionário neste país, surgido na consciência de cada patriota, foi este, que acabamos de promover.

DELE SE PODE DIZER que aconteceu "apesar dos Estados Unidos", os quais se recusaram, oficialmente, até o último momento, a ver que o Brasil estava a um passo de ser engolido pela subversão vermelha. Aliás, os Estados Unidos freqüentemente se enganam na posição que assumem em relação aos movimentos latino-americanos. Basta ver que aquele que colocou o próprio Fidel Castro no Governo de Cuba foi fortemente apoiado pelo Pentágono e por grande parte da imprensa norte-americana.

A REFERENCIA feita pelo diálogo ao envio, pela Venezuela, a outros países da América Latina, de um emissário destinado a capitalizar para a posição anticomunista de Caracas a Revolução Brasileira, é uma demonstração do desatino de Castro, visto como a Venezuela adotou uma antipática e pouco lúcida atitude em relação ao novo Governo do Brasil.

ESTE AINDA não deu uma só palavra sobre o problema das relações com Cuba, embora a referência do Presidente Castelo Branco, em seu discurso de posse, à fidelidade do Brasil ao mundo ocidental, já tenha mostrado ao Governo fidelista que a aliança entre Brasília e Havana acabou. Prevendo um rompimento que é esperado por todos os brasileiros democratas, o Brasil se antecipa e se lança à guerra e aos limões. Tanto melhor. Mostrara nos realidades daqui, se é que não há ainda nenhuma, que já não há qualquer possibilidade de diálogo entre os dois Governos. Tudo aconselha ao rompimento com Cuba. Até a falta de educação de seu sanguinário Primeiro-Ministro.

ANEXO AQ - 22 de abril de 1964

ONDE ESTAVA A REAÇÃO

HÁ MUITAS maneiras de se denegar a revolução que resultou do movimento de 31 de março, e uma delas é a de dizer que não foi uma revolução e, sim, um golpe de direita, de inspiração e objetivos reacionários. A afirmação, lançada pela máquina de propaganda comunista, correu o mundo com a velocidade de um "slogan" publicitário e deixou alguma raiz também entre nós.

LÁ FORA, o veículo da mentira foi a imprensa estrangeira escrita e falada, ou uma parte importante dela, que se ocupou em pintar os acontecimentos do Brasil como uma negra vitória da direita sobre a esquerda, do conservadorismo retrógrado sobre a renovação progressista.

ALGUNS incidiram no erro em homenagem à leviandade e à ignorância com que sempre nos distinguem quando se ocupam de nós: outros, em virtude de alguma ideologia que os torna sistêmicos na intolerância, em qualquer dose e em qualquer escala, à honestidade da informação.

ENTRE nós, a tarefa de armar preconcéitos e confundir as ideias coube, em primeiro lugar, ao boato anônimo que, obedecendo a orientação precisa e invisível, atingiu os objetivos com o máximo de efeito e o mínimo de risco. Depois, embora sem disfarçar o auxílio preciso desse arma clandestina, aqueles que a manuseavam não tardaram a perceber que o risco não era tão grande como haviam calculado no primeiro momento e passaram a reforçar o boato anônimo com atitudes de aberto desafio e provocação.

PODERIAMOS, para comprovar, citar declarações e manifestações, já a esta altura incontestes, feitas por figuras "nacionais vigiadas", ou as mesmas de qualquer manifestação ligada, e fôdas prodigas em sugestões, advertências e até ameaças. Elementos que combateram a revolução democrática e se pugnaram pela revolução contrária, conveniente e sangrenta, hoje não hesitam em desafiar a democracia vitoriosa, arropando-se o direito de ditar-lhe os rumos e fixar-lhe os limites.

DAS DECLARAÇÕES e discursos preferidos pelos líderes da revolução, seus adversários retiram as frases, as palavras que servem ao seu jogo de reabilitação a que, habilmente manipuladas, podem ser utilizadas até como argumentos de distorção, fazendo com que a revolução se condene, na aparência, por suas próprias palavras. Fizeram assim com as declarações dos governadores, com as manifestações dos generais, com os comentários da imprensa nacional e estrangeira, com os discursos de próprio Presidente da República.

NO SEU discurso de posse, por exemplo, o Marechal Castelo Branco disse que o remédio para os males da extrema-esquerda não será o surgimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias. Logo os falsificadores profissionais da verdade isolaram e referenciaram a "direita reacionária" e a transformaram em denúncia, em brado de alerta contra o perigo de uma reação, ignorando ou relegando para o segundo plano as verdadeiras perigos denunciados pela atuação presidencial.

É UMA velha técnica comunista, a de condenar e confundir os adversários, utilizando contra eles suas próprias palavras e, quando possível, seus próprios atos. As primeiras páginas de certos jornais vêm trazendo, em curto tempo para cá, anônimas "manchetes" contra a reação, contra a extrema-direita, contra as perseguições, contra as vinganças, contra as injustiças, fôdas elas retiradas das declarações e discursos de líderes revolucionários ou extraídas de outras fontes insuspeitas.

DEMOCRATAS que somos, não queremos, não podemos nem pretendemos ver os fatos da verdade. Muito pelo contrário, queremos até admitir, e admitimos, que numa revolução possa haver excessos e que erros e até injustiças possam ser cometidos, especialmente em impeto de sua fase inicial, que não é somente uma fase de conquista, mas também de defesa.

O QUE não se pode admitir são a calúnia, a manipulação maliciosa dos fatos e das palavras, o alarido escandaloso que se arma em torno do secundário inexistente, a exploração da credulidade gôla e o abuso de paciência de uma revolução cujo mais alto título de honra é ter sabido readitar-se sem sangue e vencer firmemente na justiça e na paz.

DISSERAM, lá fora, no estrangeiro, certos políticos, certos órgãos de imprensa e certos emissários da rádio, inclusive oficiais, que a chamada revolução brasileira não foi,

na verdade, uma revolução, mas apenas um golpe militar, um golpe de extrema-direita em defesa dos privilégios dos ricos e contra a emancipação dos pobres. Se assim fosse, haveria a consciência da participação, no golpe, da maioria imensa da população brasileira; isso significaria inexistência de pobres neste país.

MAS OS pobres existem. São eles, os pobres e os menos pobres, que constituem a imensa maioria da população brasileira, e a revolução foi feita, justamente, por eles e para eles. Há ricos, também, mas são minoria, e de qualquer maneira, a revolução não foi feita para eles, nem contra eles. A revolução foi feita, em primeiro lugar, contra a comunização do País, contra a inflação dirigida e contra a riquíssima oligarquia que se queria perpetuar no poder explorando a miséria e a desordem que ela mesma fomentava, dirigida e financiava com o dinheiro da Nação.

FOI, portanto, uma autêntica revolução. E os que falam em golpe, ou a fazem por mal-foé, ou não sabem distinguir entre golpe e revolução. Ou fingem que não sabem. Golpe, seja ele de esquerda ou de direita, não passa de brusca interrupção de um processo e de sua substituição por outro, ambos impulsionados por preocupações contingentes, desfilando-se a exaurirem-se na curta trajetória da sua evolução regressiva. A revolução, ao contrário, só pode ser concebida como resultado e como instrumento de interesses permanentes e em função de perspectivas que se situam além das circunstâncias que a determinaram.

NO que diz respeito ao nosso país, levado à que foi ela, propositadamente, à beira do colapso econômico, e na iminência do fim final de uma trajetória que o deveria enfrentar, sem resistência, ao comunismo internacional, está na hora de se dizer que o golpe se justificaria, da direita, do centro ou seja lá de onde for, para salvar-lo da catástrofe.

PORQUE enfim a verdade é esta: a deve ser dita e Brasil estava sob ameaça mortal e o Brasil se defendeu para sobreviver, como era do seu direito e do seu dever, sendo que, ao defender-se a si próprio, defendeu também o resto do hemisfério e fortaleceu, em termos universais, a causa da liberdade.

ENTRETANTO, o que houve não foi golpe nenhum e sim revolução em defesa de interesses permanentes, como a liberdade e a independência, a tradição cristã, a vocação democrática, os bens do trabalho e da terra, o só e o bem de seus filhos. Foi revolução, sim, e revolução contínuo e ser, porque foi feita com olhos voltados muito mais para o futuro do que para o presente e o passado.

FOI UMA revolução sem sangue, realizada com o máximo de vigor e com o mínimo de violência, numa demonstração sem precedentes de espírito, de inteligência, de vontade e de autenticidade democrática. A sua autenticidade democrática esteve presente em todas as suas fases e em todas as suas fases; nos ideais que a inspiraram, nos homens que a lideraram, nos métodos com que foi levada a efeito, nos princípios que a nortearam e nos objetivos que, no terreno moral, social, político e econômico, consubstanciaram o seu propósito renovador.

ONDE está, portanto, o golpe? Onde está a extrema-direita? Onde está a reação? Buscarão elas, por acaso, nos generais e nos líderes civis da revolução, homens, todos, de classe média e que, na quase totalidade, vivem apenas de seus ordenados? Ou estarão elas nos soldados e no povo que se levantaram para repelir a implantação do comunismo no País? Ou exprimirão golpe, extrema-direita e reação as multidões que saíram à rua antes da revolução, meio milhão em São Paulo e, quase no mesmo dia da ação revolucionária, oitocentas mil no Rio de Janeiro, para manifestar e sua decisão de permanecer livres?

NÃO. Os que falam em reação, também perfeitamente e a única reação existente neste país foi derrotada na mesma hora em que o povo se levantou e derrotou os latifundiários e os comunistas que estavam no poder. E é por isso que eles gritam, não é por outra coisa. De qualquer maneira, é bom que se diga, e é bom que todos saibam, que a revolução continua, justa, humana, firme, e que perdão a seu tempo tanto aqueles que a querem levar para uma direita que não tem sentido, quanto aqueles que a querem empurrar para a esquerda de demagogos e de subversão.

Ser ou Não Ser..

HOJE, um homem, um poeta, um dramaturgo completa felicemente seus quatrocentos anos, dos quais os 22 de vida terrena foram de preparação à imortalidade, ou seja, à verdadeira vida dos poetas.

ESTAMOS falando, é claro, de William Shakespeare, do qual já se tornou um lugar-comum dizer que foi um dos maiores gênios da humanidade. E, realmente, seríamos que vale a pena repetir este lugar-comum e insistir nele um pouco.

VALE a pena, não só em homenagem ao poeta, mas no nosso próprio interesse, de nós homens comuns que, distantes, pela pressa e pelas preocupações terrenas, vamos distanciando cada vez mais dos únicos valores capazes de dar um sentido à nossa existência.

SHAKESPEARE é uma fonte generosa de boas palavras, uma das mais autênticas e cristalinas em toda a história da humanidade, é uma fonte monumental, cujas personagens e símbolos são Romeu e Julieta, Hamlet, Ricardo III, o Rei Lear, Macbeth, o Mercador de Veneza, Júlio César, Otello, Desdêmona, e assim por diante.

TODOS esses personagens são reais, não só com relação à história, mas, sobretudo, quanto à sua dimensão humana. E falam, e são comunicativos no sentido pleno da palavra, como os leitores passam a viver nos contos exemplares que O GLOBO vem publicando.

NÃO é este o lugar para se examinar a mensagem que nos trazem os personagens de Shakespeare. O que vai nas nossas palavras é apenas um convite à leitura de Shakespeare e à meditação, de um modo geral.

MEDITAMOS, por exemplo, sobre a figura mais clássica do teatro de Shakespeare: Hamlet. Meditamos um pouco sobre a famosa "Ser ou não ser" desse personagem que é homem de pensamento e não de ação, mas que é levado pela fúria da violência e da decisão.

SER ou não ser não é somente um jogo dialético e dramático para efeito teatral. Não, ele caracteriza uma situação em que está em jogo tanto um indivíduo como uma nação. Nós temos acabamos apenas de sair, de roto, de um dilema da mesma natureza.

SALMO bem, mas não somos ainda de uma maneira definitiva. A hora, ainda, é de escolha e de decisão. Ser ou não ser bons brasileiros ou máximos brasileiros, por exemplo, ainda é um dilema que deve ser levado até o fim, até às últimas consequências.

CITADO tantas vezes sem propósito, o dilema shakespeariano adquire uma extraordinária aderência à nossa realidade.

ENTREVISTA DE LACERDA PROVOCA VIOLENTA REAÇÃO NA FRANÇA
 O Comendador da Guarnição chegou a Vitoria após o encontro com Madi e Pires, onde houve discussões sobre a situação política no Brasil, reatando-se ainda a proposta de uma guerra libertacionista

JOHNSON AFIRMA: OS EUA QUEREM A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA

Câmara Quer Mourão na Ativa

ANO XXXIII - Rio de Janeiro, 4 de Maio, 24 de abril de 1964 - Nº 11.841

O GLOBO
 FUNDADOÇÃO DE BRUNO MARESCO
 DIRETOR-GERAL: JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA
 EDITOR: JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA
 REDAÇÃO: RUA DO OURO, 151 - 20.000 - RIO DE JANEIRO

O URUGUAI RECONHECEU O GOVERNO CASTELO BRANCO
 Trata-se de "uma vitória" na Otava (Folha)



A Cruz Vermelha Testemunha Que os Chineses Presos Não Sofreram Nenhuma Violência

O Serviço Vermelho Latino e a Sociedade Brasileira de Cruz Vermelha, respectivamente presidida e coordenada por Cezar Verissimo, declararam, em um comunicado, que os chineses presos em território brasileiro não sofreram nenhuma violência durante sua permanência no país. O comunicado foi divulgado em 23 de abril de 1964.

Clube Dia e OMD Que Não Perdi-ram as Vozes de Resassonamento

Apesar de terem sido desativados, os clubes Dia e OMD continuam a ser mencionados em jornais e revistas, o que demonstra o seu impacto na sociedade brasileira. O clube Dia, fundado em 1954, e o OMD, fundado em 1958, foram importantes organizações culturais e sociais da época.

ESTA É A REVOLUÇÃO DOS RICOS?



A revolução dos ricos é uma expressão usada para descrever a situação econômica e social no Brasil durante o governo Castelo Branco. Ela se refere à concentração de riqueza e poder entre uma pequena elite, enquanto a maioria da população vive em condições de pobreza e desigualdade.

MEC, Petrobrás, SUPRA e Prensa Latina Davam à UNE um Bilhão Por Ano

A UNE recebeu um bilhão de cruzeiros por ano em doações de MEC, Petrobrás, SUPRA e Prensa Latina durante o governo Castelo Branco. Essas doações foram usadas para financiar atividades da entidade, o que gerou críticas por parte da oposição.



Nelson Faria Espôse de Presidente

Nelson Faria, ex-ministro da Justiça, casou-se com a filha do presidente Castelo Branco. O casamento ocorreu em um evento privado e gerou especulações sobre o papel de Faria no governo.

O Revolucionário e a Prisão

Um artigo que discute a situação dos revolucionários e a política de prisões durante o governo Castelo Branco. O texto aborda as tensões entre os grupos revolucionários e o regime estabelecido.

Castelo Branco Traça as Diretrizes do Governo

O presidente Castelo Branco traçou as diretrizes do seu governo, focando na ordem, na moralidade e na eficiência administrativa. Essas diretrizes foram consideradas fundamentais para a consolidação do regime.

Novo Secretário Estadual Para o Estado de Viçosa

Um novo secretário estadual foi nomeado para o Estado de Viçosa. O nomeamento foi feito pelo governo federal e representa uma mudança na administração local.



CHAMADO PELO PRESIDENTE O ENCARREGADO DO INOBERTO DA SUBVERSÃO

A tarefa de combater a subversão é uma das prioridades do governo. O encarregado desta tarefa é responsável por garantir a segurança e a estabilidade do país.

APROVADO O AUMENTO DOS MILITARES

O Congresso aprovou o aumento do efetivo das Forças Armadas. Esta medida visa fortalecer a defesa nacional e garantir a segurança do território brasileiro.

AFINAL, BRASIL E OS ENTES QUERIDOS



Após um período de tensão, o Brasil encontra-se em um momento de relativa estabilidade. A população está se adaptando às mudanças políticas e sociais do novo regime.

Será no Dia 1.º de Maio a Homenagem Das Estudantes das Forças Armadas

Uma homenagem será realizada em 1º de Maio em homenagem às forças armadas. O evento será organizado pelas estudantes e terá caráter nacional.

ANEXO AT - 25 de abril de 1964

LIBERTADAS AS UNIVERSIDADES

OS JORNAIS publicaram ontem duas notícias relacionadas com o meio universitário, duas notícias que se completam. O Conselho Universitário da Universidade do Brasil reterrou a decisão da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia expulsando os nove alunos que haviam transformado o Diretório Acadêmico numa célula de agitação e desordem. A União Nacional dos Estudantes, concomitante provam os documentos encontrados em seus arquivos, recebida do Ministério da Educação, de várias entidades oficiais e até de uma agência do Governo de Cuba importâncias que totalizavam, anualmente, 1 bilhão de cruzeiros!

LOGO SE VE porque dizemos que as duas notícias se completavam. O destino da fatuosa soma de dinheiro, que jamais serviu à verdadeira causa estudantil, se revela nas atividades dos organismos por sua vez mantidos e apoiados pela UNE, como era o caso do Diretório da Faculdade Nacional de Filosofia.

NA REALIDADE os nove elementos designados da FNEI não eram estudantes. Eram agentes pagos de uma campanha subversiva montada com os recursos das empresas estatais e do próprio Orçamento da República. Já outravam tais elementos para as escolas superiores com a missão específica de conquistar os órgãos estudantis, a fim de servir-se deles politicamente.

ULTIMAMENTE, com o beneplácito governamental antecipado para todas as violências e insânias que praticassem, haviam ficado mais audaciosos, levando a impertinência no ponto de proibirem a realização de uma cerimônia de colação de grau, porque o parâmetro dos formandos era o Sr. Carlos Lacerda. Os atos vexaminosos, estão perpetrados contra as liberdades universitárias, feriram a consciência democrática de toda a Nação, que assistiu envergonhada a mais aguilão monstro dos badenciosos com Ministros de Estado e outras altas autoridades.

FELIZMENTE tudo isso acabou. Não vemos mais as unidades das várias Universidades oficiais e particulares serem o campo de lutas ideológicas e de pregações subversivas. Vemos os estudantes novamente a estudar, convencidos de que precisam aproveitar os anos que não voltam mais, preparando a sólida base cultural e técnica que lhes possibilitará a realização de suas futuras carreiras.

O BRASIL cresce incessantemente, transforma-se numa grande potência industrial, já é um poderoso mercado consumidor, lançando assim a capacidade e energia das novas gerações um desafio que elas têm a obrigação patriótica de enfrentar. Cada vez precisamos mais de engenheiros, de químicos, de economistas, de técnicos e profissionais de várias categorias. Uma população que apresenta um fantástico índice de crescimento exige mais médicos, enfermeiros e professores.

COMO PODEHAM ser formados todos esses profissionais, de quem dependerá o futuro de País, se as faculdades e escolas continuassem a ser um antro de corrupção, de subversão e de desordem, lugares onde era impossível estudar e aprender?

NINGUÉM LAMENTA a sorte dos nove expulsos da Faculdade Nacional de Filosofia. Felicite-se o povo inteiro, porque afinal voltará a normalidade aquela escola, tão prejudicada nos últimos tempos pelas greves e atos de indisciplina. Lembrem-se todos de que agora as centenas de moços e moças que não podiam frequentar suas aulas porque os agitadores não deixavam, a elas voltarão em paz, preparando-se para ensinar as gerações que virão em seguida.

NO DIA EM QUE se publicou a utilização dada pela UNE à impressionante quantia que anualmente entrava em seus cofres, no dia em que a Nação lhe demonstrou que aquele bilhão de cruzeiros era o imundo dinheiro destinado a corromper os jovens, estantes crias que toda a Nação exigirá que sejam levados aos tribunais, para responder pelo crime cometido contra a juventude deste País, os responsáveis pelo que se vinha praticando nas Universidades e aos organismos estudantis.



ANEXO AU – 26 de abril de 1964

PAULO VI: ESTÁ ABERTO O CAMINHO PARA A PAZ

Lacerda em Orly

Quatro de cinco representantes da Paz foram recebidos no Aeroporto de Orly, na França, por Lacerda e sua esposa. O encontro ocorreu no dia 24 de abril, às 16h, e foi realizado no salão de espera do terminal. Lacerda recebeu os representantes da Paz em um momento muito importante de sua vida. Ele falou com eles durante mais de uma hora, mostrando-lhes o seu pensamento sobre a situação atual do Brasil e da América Latina. Ele falou sobre a necessidade de se buscar a paz e a reconciliação entre os povos. Lacerda afirmou que ele estava aberto para qualquer proposta de paz que fosse feita em nome da liberdade e da democracia.

As Cubanos no Exílio Pedem Ajuda do Brasil Para Livrar Seu País do Domínio Comunista

Os cubanos no exílio pedem a ajuda do Brasil para livrar seu país do domínio comunista. Eles afirmam que o Brasil tem a responsabilidade de ajudar a libertar Cuba, pois é o único país latino-americano que mantém relações diplomáticas com o regime de Fidel Castro. Eles pedem que o Brasil suspenda suas relações diplomáticas com Cuba e que forneça apoio financeiro e logístico para a resistência cubana. Eles afirmam que o Brasil não pode continuar a ser um país que apoia o comunismo em sua América Latina.

Os Cipriotas Vão à Rua Contra a ONU

Os cipriotas vão à rua contra a ONU. Eles afirmam que a ONU não pode continuar a dividir o Cíprio e que eles querem a reunificação de sua ilha. Eles pedem que a ONU seja dissolvida e que o Cíprio seja governado por um único governo eleito democraticamente por todos os cidadãos. Eles afirmam que a ONU não tem a autoridade para interferir nos assuntos internos de um país soberano.

Os Cubanos no Exílio Pedem Ajuda do Brasil Para Livrar Seu País do Domínio Comunista

Os cubanos no exílio pedem a ajuda do Brasil para livrar seu país do domínio comunista. Eles afirmam que o Brasil tem a responsabilidade de ajudar a libertar Cuba, pois é o único país latino-americano que mantém relações diplomáticas com o regime de Fidel Castro.



ANO XXXIII — Rio de Janeiro, 25 de Abril de 1964 — Nº 12.161

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE ABRIL MARIANO
 Diretor: CARLOS MARQUES | Presidente: HENRIQUE DUTRA
 Gerente: RUY ROSA | Diretor Administrativo: RUY ROSA

RAFAEL AMANHÃ EM BRASÍLIA DEVERÁ TER ENCONTRO COM O PRESIDENTE CASTELO BRANCO

Rafael Angel Calderón Fournier, presidente eleito da Guatemala, viajou para o Brasil no dia 24 de abril. Ele chegou à cidade de São Paulo às 16h e ficará hospedado no Hotel Bristol. Ele viajará para Brasília no dia 26 de abril para encontrar o presidente Castelo Branco. Durante a viagem, ele fará uma parada em Belo Horizonte e Salvador. Ele afirmará que ele está muito feliz em visitar o Brasil e que ele espera uma boa recepção por parte do governo brasileiro.



EDIÇÃO FINAL

A PM Perde Outro Horário

Uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, no dia 24 de abril, a proposta de alteração do horário de transmissão da programação da Rede Globo. A nova programação será transmitida a partir das 19h30, substituindo a programação atual que começa às 19h.

As Cipriotas Vão à Rua Contra a ONU



Os cipriotas vão à rua contra a ONU. Eles afirmam que a ONU não pode continuar a dividir o Cíprio e que eles querem a reunificação de sua ilha. Eles pedem que a ONU seja dissolvida e que o Cíprio seja governado por um único governo eleito democraticamente por todos os cidadãos.

CASTELO BRANCO QUER VER NORMALIZADO O PROCESSO LEGISLATIVO DEMOCRÁTICO

Presidente da República tem vontade de fazer o processo legislativo democrático normalizar-se. Ele afirmou que ele quer ver o processo legislativo funcionando de maneira normal e democraticamente. Ele afirmou que ele não quer ver o processo legislativo dividido e que ele quer ver todos os membros do Congresso trabalhando juntos em nome do bem comum do Brasil.

Enchentes no Maranhão Deixaram Desabrigadas Milhares de Famílias

As águas invadiram o estado do Maranhão e milhares de famílias foram desabrigadas. As enchentes foram causadas por fortes chuvas que caíram durante os dias anteriores. Muitas casas foram inundadas e milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas. O governo estadual está trabalhando para ajudar as famílias afetadas e para garantir que as enchentes não se repitam.



LUZBEE NO PERU

O peruano Luzbee chegou ao Brasil no dia 24 de abril. Ele afirmou que ele está muito feliz em visitar o Brasil e que ele espera uma boa recepção por parte do governo brasileiro. Ele viajou de Lima, Peru, para São Paulo, Brasil.

A MARCHA DA FAMÍLIA CHEGA AO INTERIOR DE PERNAMBUCO



Uma marcha familiar chegou ao interior de Pernambuco no dia 24 de abril. A marcha foi organizada por um grupo de famílias que estão preocupadas com a situação econômica do país. As famílias afirmam que elas estão cansadas de ver o Brasil dividido e que elas querem ver o Brasil unificado e desenvolvido. A marcha será seguida por outras famílias em outros estados do Brasil.

Um Abraço Para o Sogro



Um abraço para o sogro. O sogro do presidente da República recebeu um abraço caloroso de parte do presidente. O presidente afirmou que ele está muito feliz em receber o sogro e que ele espera uma boa recepção por parte do governo brasileiro. O sogro afirmou que ele está muito feliz em visitar o Brasil e que ele espera uma boa recepção por parte do governo brasileiro.

Pequim Condena o Apêlo de Paz de Khrushchev ao Mundo

O primeiro-ministro chinês condenou o apelo de paz de Khrushchev ao mundo. Ele afirmou que o apelo de paz de Khrushchev é uma tentativa de dividir o mundo e que ele não aceita tal proposta. Ele afirmou que o mundo deve permanecer unificado e que ele não aceita qualquer proposta que tente dividir o mundo. Ele afirmou que ele está pronto para defender a paz e a liberdade do mundo.

ANEXO AV - 27 de abril de 1964

Lacerda em Orly

QUANDO SE tomou conhecimento, aqui no Brasil, das declarações feitas no aeroporto de Orly, em Paris, pelo Governador Carlos Lacerda, a primeira reação foi a de considerar que ele se excedera, principalmente no tom, que estaria a demonstrar o desgaste provocado em Sua Excelência pelas últimas acontecimentos políticos e pelas censuras da administração.

LAMENTANDO esse tom empregado pelo Sr. Carlos Lacerda em seu encontro com os jornalistas franceses, os homens de bom-senso deste País também teriam preferido que ele tivesse deixado a outros a tarefa de dizer o que disse, a fim de que não pudesse ser explorada pelos antagonistas sua condição oficial e a qualidade de candidato à Presidência da República, é indiscutível, porém, que com relação ao mérito das palavras do Governador não faltou o apoio da opinião pública brasileira.

AGORA, à medida que vão sendo revelados os fatos que antecederam a entrevista do Chefe do Executivo carioca e se percebe ter sido ele o objeto de uma verdadeira provocação dos profissionais parisienses, dispostos a servir-se dos seus arroubos para justificar a campanha injusta que seus jornais vêm fazendo contra a Revolução Democrática, todos vão compreendendo que não poderia ter sido outra a atitude do Governador.

CUMPRE ESPERAR, portanto, que o encontro de Orly não prejudique as relações entre a França e o Brasil, relações que todos queremos ver fortalecidas. Aliás, não sendo o Sr. Carlos Lacerda o responsável pela política externa do Brasil e viajando em caráter particular, suas expressões — além de serem o revide à impertinência e às insinuações de seus entrevistadores — não comprometem de modo algum o nosso Governo.

DESEJAMOS, assim, que sejam destruídas de fundamento as notícias segundo as quais o Presidente Charles de Gaulle, ofendido pelas respostas dadas pelo Sr. Lacerda aos jornalistas, pretendia cancelar sua viagem ao Brasil. Pelo contrário, mais do que nunca deve vir o Chefe de Estado francês, para verificar que, apesar das desinteligências ocasionais ou momentâneas arrufos, persistem, sólidamente entranhados, no sentimento coletivo do nosso povo, e a amizade pela França e o respeito por tudo aquilo que ela tem representado para a civilização ocidental.

OS BRASILEIROS querem ter a oportunidade de homenagear o Presidente da República francesa, em quem vêem não apenas o Primeiro Mandatário de uma Nação amiga, em visita formal, mas o líder de um povo e de uma causa, com a qual se identificaram desde os incertos tempos da proclamação dirigida da Rádio de Londres pelo então jovem General-de-Brigada; a causa da libertação e da grandeza da França.

PRECISAMENTE porque jamais deixou de haver, em nosso País, sensibilidade e compreensão para os problemas da França, feriu-nos a atitude injusta tomada por quase toda a sua imprensa em face da Revolução Democrática, cujo sentido e objetivos foram deturpados por jornais importantes, que o apresentaram como um movimento reacionário, destinado a fixar privilégios e a impedir as reformas sociais. Para demonstrar este absurdo é que os repórteres parisienses acorreram a Orly, sem a menor intenção de procurar a verdade para oferecê-la aos leitores de seus jornais, mas decididos a provocar,

de qualquer maneira, que a Revolução fora obra de fascistas, insensatos e violentos.

JÁ EXPRESSAMOS o nosso protesto relativamente a essa persistente desfiguração do movimento que destituiu o governo que atirava o Brasil ao comunismo, visando à criação de uma república "pelego-socialista". No artigo denominado "O Progresso na Ordem", publicado na edição de 6 do corrente, respondemos ao Sr. Beauv-Mery "A Ordem contra o Progresso?", estampado no "Le Monde", um dos jornais que mais se assanham contra a vitória da democracia no Brasil.

CONHECENDO TUDO isto e com as novas informações que chegam sobre a natureza das perguntas formuladas ao Sr. Carlos Lacerda no aeroporto de Paris, fica muito mais fácil de entender como um homem inteligente como o Sr. Carlos Lacerda achou por bem responder como o fez. E procedendo daquele modo, Sr. Ex.^o, em algumas de suas confissões, disse exatamente o que o nosso povo gostaria que fosse dito. Nem por outro motivo ficaram de seu lado os brasileiros residentes em Paris, os correspondentes da imprensa estrangeira igualmente presentes em Orly e até as centenas de milhares de franceses que assistiram, pela televisão, ao duelo entre o viajante, sozinho, e o enxame de repórteres que o assediavam.

QUANDO OS jornalistas franceses, por exemplo, se mostraram muito escandalizados porque a Revolução brasileira exigiu que fossem feitas prisões políticas e cassados mandatos legislativos, era impossível deixar de recordá-los e que fizeram os próprios franceses, após a Libertação, aqueles que haviam colaborado com os nazistas. Dirão, talvez, que lá era diferente, porque havia uma guerra e o País tinha sido ocupado pelo inimigo. Na verdade, porém, a diferença não é tão grande, pois aqui também estava em curso uma guerra, de outro tipo, mas de igual periculosidade para os destinos de uma nação livre. De qualquer modo, no Brasil, vitoriosa a democracia, não se executou ninguém, conforme se fez na França, a partir de 1944.

GOSTARIAMOS que o episódio que teve como centro o Governador da Guanabara logo seja esquecido e encerre, definitivamente, a série de mal-entendidos que têm prejudicado as relações franco-brasileiras. Tudo aconselha a união entre a França e o Brasil. São os dois maiores países do mundo latino e juntos podem dar à latindade, em nossos dias, aquela dimensão que constitui um dos grandes sonhos do General De Gaulle. Seria uma pena se palavras mais candentes ou juízos menos exatos, formulados estes ou pronunciadas aquelas por políticos e jornalistas de ambos os lados, pudessem a perder os esforços de todos os que se batem pela melhor compreensão e colaboração entre as duas Nações.

JÁ É TEMPO, porém, de os franceses serem informados, com correção, sobre a realidade brasileira, pois mais do que quaisquer palavras do Sr. Carlos Lacerda, falando a título pessoal, pode ser nocivo à amizade franco-brasileira o sistemático desvirtuamento de uma jornada cívica, que, tendo estabelecida no Brasil o Império da decência, a supremacia da ordem e o prestígio do mundo ocidental e democrático, tem o direito de esperar a solidariedade francesa, exatamente como a França jamais falou a solidariedade brasileira, inclusive quando o ilustre General De Gaulle deixou seu refúgio de Colombay-les-deux-Églises para revigorar em seu país a decência, a ordem e o patriotismo.

ANEXO AW - 28 de abril de 1964

A REVOLUÇÃO E SEUS INIMIGOS

SE EM ALGUM ponto se deve lamentar a omissão do atual Governo é naquele que se refere à divulgação ampla dos fatos que antecederam a Revolução e dos objetivos do movimento que provocou a queda do Governo Goulart.

ENQUANTO os inimigos internos e externos da Revolução se esmeram em suas campanhas de difamação e deturpação, nada fez, até agora, o Governo, para apresentar à opinião pública mundial as provas do que se praticava no Brasil para destruir o regime democrático.

DE TAL MANEIRA esquecido se encontra o Governo da necessidade de não permitir que o desvirtuamento da verdade líquide, definitivamente, com o bom conceito da Revolução, que, para certos setores, esta já parece coisa do passado ou coisa ultrapassada.

VOLTAM A FICAR audaciosos aqueles que, nos primeiros dias, tanto temor revelavam. Novamente começa a intrigar, a insuflar os ódios sociais e as desinteligências políticas, dificultando, assim, a obra de reconstrução nacional e a consecução dos objetivos revolucionários de moralização da vida pública e de fortalecimento da autoridade.

QUANDO SE VE a poderosa imprensa de um país como a França empregar-se em sistemático esforço de destruição do sentido real do Movimento de 31 de Março, não se pode deixar de perguntar o que faz o Governo do Brasil para neutralizar esse inglório papel, inconspicivelmente assumido pelos jornais parisienses. Já se

procurou, ao menos, mostrar a esses jornais, que estão enganados? Não, que nos conste,

DIFICILMENTE, porém, poderiam eles persistir na ação difamatória se o povo francês tivesse podido tomar conhecimento, através de filmes e vídeo-fitas, dublados em sua língua, do que foi a festa dos sargentos, no Automóvel Clube, com a participação, lado a lado, do então Chefe do Governo e do chefe do motim dos marinheiros, ocorrida alguns dias antes.

CERTAMENTE o Governo assim se omite e permite que a Revolução seja denegrada e insultada, pelo receio de baltar seu predecessor na utilização feita de verbos publicitários. Se é assim, precisamos afirmar que tal receio ou pudor não cabe no momento. Importante é impedir, enquanto é tempo, que, de tanto apresentar a mentira, consigam certos jornais estrangeiros alienar, de vez, da Revolução, o apoio dos democratas.

NÃO PRECISAMOS dizer ao Governo que Ele tem uma imensa responsabilidade quanto aos destinos do Movimento de 31 de Março. Se não for mais ativo e presente, a tendência, tanto no exterior como aqui, será para transformar o que tem de ser autêntica Revolução em simples e ineficaz golpe de Estado, desfechado por militares somente para mudar posições.

NO ENTANTO, não foi assim. Sabemos todos que as milícias foram ao encontro dos sentimentos da Nação. E precisamente porque a Revolução correspondeu aos anseios ge-

rais, precisa ser respeitada. Mas quem exigirá este respeito senão o Governo nascido da própria Revolução?

AS VEZES se tem a impressão de que mesmo alguns dos membros do Governo desejam esquecer que houve uma Revolução. Fala-se muito na volta à normalidade jurídico-constitucional, o que é ótimo, mas relaxa-se na limpeza da máquina administrativa e na afirmação da autoridade ainda tenra do Governo recém-formado, o que é péssimo. Uma coisa não impede a outra e qualquer afirmação em contrário será uma atitude "bacharelesca" ou "diplomática", sem lugar nesta hora.

AGUARDAMOS do Governo não apenas que governe, mas, também, que termine a tarefa que as Forças Armadas iniciaram no princípio do mês. É preciso dinamizar esta fase de afirmação dos propósitos que puseram em movimento o dispositivo revolucionário, sem o que correremos o risco de ver, novamente, perturbando o País, aqueles que foram banidos da vida pública por dez anos e não somente por duas ou três semanas.

A ESTES não faltam apoios no exterior, como bem se vê no comportamento da imprensa francesa, e como facilmente se deduzirá tendo em vista os auxílios que recebiam — financeiros inclusive —, quando estavam no Fuder, dos países da Cortina de Ferro, da China e de Cuba. Ou pensará alguém, ingenuamente, que a vitória da Revolução irá com que os inimigos da Democracia desistam de cobiçar o Brasil?

RUSK: A AMEAÇA DA AGRESSÃO COMUNISTA NÃO FOI ELIMINADA

O Secretário de Estado dos Estados Unidos, em Washington, a 15ª Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana, declarou que as pressões para a eliminação do comunismo não foram suficientes para eliminar a ameaça à liberdade e à democracia no mundo.

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, 4ª FOLHA, 29 de abril de 1964 — N.º 11.916

O PAPA EXORTA O BRASIL A COMBATER O COMUNISMO COM REFORMAS SOCIAIS

Em discurso proferido ontem na Catedral Petropolitana Brasileira, em São Paulo, na 20ª aniversário da sua canonização, Paulo VI exortou os líderes religiosos a mobilizarem os recursos para combater o comunismo. O papa afirmou que o Brasil deve lutar contra o comunismo com reformas sociais.

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO
 Presidente: ALBERTO MARINHO | Diretor-Geral: ROBERTO MARINHO
 Diretor-Administrativo: ALBERTO MARINHO | Diretor-Administrativo: ROBERTO MARINHO

INFILTRAÇÃO COMUNISTA NA UMG



Um relatório divulgado ontem pelo Conselho Nacional de Cultura revelou a existência de uma infiltração comunista na União dos Musicólogos Brasileiros (UMB). O relatório afirma que o partido comunista tem conseguido infiltrar seus membros em diversas organizações culturais e artísticas do Brasil.

O GOVERNO SE COLOCA ACIMA DOS PARTIDOS

Por esse modo, não há possibilidade de se ter um sistema de governo que não seja o sistema de governo do Brasil, que é o sistema de governo do Brasil.

DESCOBERTOS NUMA VALA OS RESTOS DE 10 MIL JUDEUS

Uma vala descoberta em um campo de batalha na Alemanha nazista revelou os restos mortais de dez mil judeus mortos durante a Segunda Guerra Mundial.

JURACI SERÁ EMBAIXADOR EM WASHINGTON

O presidente Juscelino Kubitschek anunciou que Juraci Magalhães será nomeado embaixador do Brasil em Washington.

GOULART FOI DEPOSTO NO INTERESSE NACIONAL, DIZ EX-EMBAIXADOR BRITÂNICO

Sir Geoffrey Wintomb declarou em Londres que a deposição de Goulart foi feita no interesse nacional.



Os Príncipes Carlos e Irene já Estão Casados

O príncipe Carlos de Romênia e a princesa Irene de Grécia se casaram em Atenas.

O IAPB DISPUNHA DE MEIO BILHÃO MENSAL PARA OS "GRUPOS DE 11"

O Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPB) dispunha de um meio bilhão de cruzeiros mensais para financiar os grupos de 11.

O PÓRTO À BEIRA DO CAOS PELA ORGIA DE SALÁRIOS

A desorganização do setor portuário brasileiro é resultado da orgia de salários praticada pelos funcionários.



Será de um Trilhão de Cruzeiros a Ajuda do Comércio ao Governo

O governo brasileiro vai solicitar um empréstimo de um trilhão de cruzeiros para apoiar o comércio.



Milton Campos Vai Mandar Preparar Um Anteprojeto Para a Reforma Eleitoral

O ministro da Justiça, Milton Campos, vai mandar preparar um anteprojeto de reforma eleitoral.

SEVICIADAS PELOS PAIS



Dois países da América Latina estão sendo servidos pelos países europeus.

VITÓRIA E PREJUÍZO DO BOTAFOGO



O Botafogo venceu o jogo contra o Flamengo, mas sofreu um prejuízo financeiro.

RUSK NO SENADO: O GOVERNO DEPOSTO PREJUDICOU O BRASIL

O discurso de Rusk no Senado prejudicou o Brasil.

ANEXO AY – 30 de abril de 1964

AS ESPERANÇAS DO PAPA E DO BRASIL

TODA A IMPRENSA brasileira deu o devido destaque, nas edições de ontem, às palavras pronunciadas no Colégio Pio Brasileiro, de Roma, pelo Santo Padre Paulo VI. Naquele importante estabelecimento de ensino eclesiástico, mantido pelas dioceses brasileiras para a formação do clero nacional, o Sumo Pontífice teve, pela primeira vez, desde a Revolução, a oportunidade de falar sobre o nosso país e seus problemas, que bem conhece.

EM REFERÊNCIA aos acontecimentos político-militares do princípio desta mês, declarou o Papa que tinha tido a certeza de que eles se desenvolveriam de modo a evitar soluções desastrosas para esta Nação, tendo em vista "o alto espírito cívico demonstrado pelo Brasil no decorrer de sua história, a visão exacta do bem-estar comum, a consciência dos vínculos que unem as diversas camadas sociais do seu povo". Assim se expressando era evidente que Sua Santidade reconhecia que suas esperanças não haviam sido defraudadas, subentendendo-se nas palavras do Pontífice um voto de ação de graças ao Criador, que nos livrara daquelas "soluções desastrosas".

E TANTO É ASSIM que o Santo Padre logo acrescentaria menção à volta da calma, insistindo em que essa calma espiritual deve ser mantida em qualquer circunstância, "porque a Divina Providência vela pelo Brasil". Disse, textualmente, o Sucessor de Pedro: "Mantende-vos serenos, porque também a serenidade espiritual é a melhor condição para aliviar os problemas e encontrar-lhes a solução adequada, e não a agitação, o ódio ou a paixão e a concordância com ideologias estranhas e perturbadoras".

COM RELAÇÃO AS reformas manifestou o Papa a sua esperança em que o Brasil não se atrasará "na adoção de medidas que satisfaçam as legítimas exigências das classes trabalhadoras, nem sufocará as esperanças das massas populares que desejam uma organização económico-social que lhes garanta a devida consideração por parte dos que dirigem e administram a coisa pública, a assistência social e sanitária dos grupos privilegiados, as casas nos subúrbios das grandes cidades, nas desoladas regiões do Nordeste e nos demais pontos de seu imenso território, além da transformação da agricultura, a execução dos planos industriais e outras medidas".

TRANSCREVEMOS TODO este longo trecho da alocução de Paulo VI para que os leitores vejam a real-te das palavras que noticiaram o pronunciamento papal como se fosse de um gesto de censura ou de desconfiança na Revolução, uma espécie de eco das críticas formuladas pela insensata imprensa de Paris. Ao contrário disto, o discurso do Sumo Pontífice é uma demonstração de fé nos propósitos que animam os novos dirigentes do Brasil no que concerne às medidas indispensáveis à implantação de uma era de bem-estar e justiça social.

VITORIOSO E SEDIMENTADO o Movimento de 31 de Março, consolidada a Revolução, o Chefe da Igreja Católica não desce da realidade das reformas, mas torna pública, de maneira solene, a sua esperança de que elas agora serão feitas. Que diferença entre o pensamento pontifício e a opinião de "Le Monde" e outras folhas parisienses, que entendam ter ocorrido a Revolução especialmente para impedir as reformas!

COMO JÁ AFIRMAMOS muitas vezes, desde as primeiras horas após o triunfo da Revolução, é agora que as reformas poderão ser feitas, pois só agora elas serão processadas sem agitação, sem ódio e paixão, sem concordância com ideologias estranhas e perturbadoras — para usar as próprias palavras do Papa. Ou haverá quem ouse contestar que até à Revolução as famosas "reformas básicas" fossem outra coisa além de uma bandeira política, destinada a atrair as massas para os objetivos dos grupos pelego-comunistas, isto é, para uma "ideologia estranha e perturbadora"?

JAMAIS SE DISCUTIU a urgência e a imprescindibilidade de medidas capazes de elevar o padrão de vida da grande maioria do povo brasileiro, de acabar com as chocantes desigualdades sociais, de permitir a melhor distribuição da riqueza nacional. Negavam-se, isto sim, a um governo desorientado e submisso aos agitadores, as condições morais e políticas indispensáveis à adoção de tais medidas. Não se dirá que o atual Governo não possui tais condições, que lhe vêm, até mesmo, do impulso nacional que produziu o Movimento de 31 de Março e depois a antiga administração.

PARA CERTA IMPRENSA só o Governo Goulart, apesar de seus desvarios, de sua aliança com os comunistas, de sua falta de autoridade, da permanente má inspiração de seus atos, da primarismo de suas principais figuras, poderia realizar aquelas reformas. Para nós e para a quase totalidade de nosso povo, só com o afastamento dos agitadores entronizados na direção do País, elas se tornaram viáveis.

AS PALAVRAS DE esperança do Santo Padre fortalecem a fé dos democratas, na capacidade realista e na missão transcendental do Governo surgido da Revolução. Temos a convicção de que os destratores do atual Governo — que são os incompreensíveis admiradores do que o precedeu — sofrerão uma enorme decepção. Não, porém, o Papa Paulo VI, cujas esperanças são também as nossas e a de todos os que desejam que, superando suas dificuldades e problemas, afaste o Brasil, para todo o sempre, o perigo vermelho que até bem pouco tempo nos ameaçava e afligia.



Tema em discussão

Cobrança de mensalidades nas universidades públicas

Nossa opinião

Enfrentar distorções

Por mais circunstanciais que sejam as crises, os efeitos delas decorrentes podem ter consequências pontuais, tratáveis no âmbito de ações mais imediatas, ou de longo prazo, mais duradouras — se não, permanentes. Produzem, neste caso, transtornos que precisam ser enfrentados com soluções estruturais. A atual crise fiscal do Estado brasileiro, por sua dimensão — a mais grave da História do país, pelo menos desde o início da República —, não passará sem que sejam resolvidas demandas nestes dois aspectos.

A urgência da crise pede ações imediatas. Ao mesmo tempo, pelo fato de a debate fiscal (gerado na fase final dos últimos 13 anos, de domínio lulopetista sobre o aparelho de Estado) se assentar também em questões crônicas, não resolvidas a seu tempo, superá-la implica iniciativas que livrem o país de antigas distorções, agravadas pela falta de dinheiro.

É com esse pano de fundo que se deve travar o debate sobre o fim do ensino gratuito nas universidades públicas. Antes de tudo, é preciso encerrar a questão sem as paixões que levam ao desvio do verdadeiro foco — como associar a cobrança de mensalidades a uma alegada "privatização" do ensino nas unidades de nível superior. O que se pretende com esse princípio, de resto uma forma de corrigir distorções sociais na ponta do furo de acesso às faculdades públicas, não é transferir a administração das unidades para a iniciativa privada. Por concreto e justo, o que se defende é resuscitar o Estado — por estensivo, a sociedade — pelo serviço que presta a quem pode pagar.

Acabar com a gratuidade será um ato criterioso de correção de uma injusta forma de acesso à faculdade

A crise mostra elevados déficits fiscais, feitos de acentuada queda de receitas, em todos os níveis da administração pública, que se contopõe a despesas engessadas por lei. O orçamento das universidades, federais e estaduais, mantidas pelo repasse de impostos, é impactado diretamente por esse colapso. A USP, situada no topo do ranking das unidades de ensino superior do país, é o exemplo mais notório. Ela recebe 5% do FCMS que entra no caixa do governo paulista e com a arrecadação em baixa, caem os repasses.

A isso junta-se outra circunstância — a má gestão da universidade. De forma geral, esse não é um problema restrito à USP; é o panorama nas principais universidades públicas.

Crise à parte, manter a gratuidade, diferentemente do que reza a cartilha de quem a defende, corresponde a preservar um instrumento de deformação social. Uma pesquisa da "Folha de S.Paulo" mostrou que 69% dos alunos da USP têm condições de pagar mensalidades na faixa do que é cobrado nas unidades privadas. É um fenômeno óbvio: estu-

dantes de famílias de renda mais alta cursam, no ensino médio, escolas particulares com melhor nível de ensino, mas caras. Então, portanto, na disputa por uma vaga na faculdade mais bem preparadas que os candidatos de faixas de renda menores.

Acabar com a gratuidade será um ato criterioso de correção dessa injustiça: cobra-se de quem pode pagar (ao mesmo tempo em que se equilibram os orçamentos deficitários das universidades) e criam-se mecanismos (bolsas etc.) para os alunos de baixa renda cursar a faculdade. ■

Outra opinião

Quem paga o pato?

TATIANA ROQUE

Discutir o ensino superior público e gratuito exige uma análise das universidades federais. Essas universidades possuem mecanismos expressivos de democratização do acesso, pois metade das vagas, pela lei de cotas, é destinada a estudantes egressos de escolas públicas. Além disso, há vagas reservadas para quem tem renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Detalhando:

■ Um quarto dos alunos vem da escola pública e possui renda per capita inferior a 1.320 reais;

■ Um quinto não passa por corte de renda, mas vem também da escola pública (desse dos primeiros grupos, uma parte é de negros, pardos ou índios).

O que significaria, em números, cobrar mensalidades? Primeiro, calculamos o valor arrecadado cobrando-se uma mensalidade de R\$ 2 mil da metade não cotista. Em 2014, a UFPR tinha 43.400 alunos de graduação. Se metade deles pagasse, seriam 520 milhões no ano, menos de um terço do orçamento da universidade (cerca de R\$ 1,7 bilhão).

E qual a renda dos alunos supostamente pagantes? Um estudo publicado pela Associação dos Dirigentes das Instituições Federais em 2011, antes das cotas, mostra que 85% dos estudantes das federais tinham renda médio familiar de até 10 salários mínimos e 70% de até 5 salários. Hoje, o percentual dessas faixas de renda deve ser, no mínimo, parecido. Há, portanto, uma parcela considerável de estudantes não cotistas com renda familiar média inferior a 8 mil reais. Cobrar

uma mensalidade de 2 mil significa, na prática, excluir essas pessoas da universidade pública. Diante desses números, só podemos concluir que a cobrança ou é irrelevante ou é excludente.

A universidade vem se tornando um instrumento cada vez mais efetivo de mobilidade social. O estudo citado mostra que 70% dos alunos das federais, quando formados, teriam um nível de escolaridade superior ao de seus pais. A universidade pública, além disso, é uma instituição de pesquisa, por isso demanda investimentos. "Aqui se ensina porque se pesquisa", dizia Carlos

Chagas, pioneiro em nosso projeto de desenvolvimento, que considera educação e ciência estratégicas. Vale a pena arriscar esse patrimônio por tão pouco?

Numa sociedade justa, quem possui maior renda paga mais pelo bem comum, ou seja, paga mais impostos. No Brasil, só os pobres pagam muito imposto. Isso porque mais da metade da arrecadação provém de tributos sobre bens e serviços, com baixa in-

cidência sobre patrimônio e rendimentos elevados. Um estudo do Ipea mostrou que um imposto progressivo sobre lucros e dividendos, atualmente isentos, permitiria arrecadar 70 bilhões por ano, o que pagaria mais de 40 universidades do tamanho da UFPR. Não arrecadar esses impostos e cobrar mensalidades nas universidades significa, no fim das contas, onerar ainda mais os pobres e a classe média para continuar desonerando os ricos. ■

Tatiana Roque é presidente da Associação dos Docentes da UFPR

ANEXO BA – 2 de agosto de 2016

Opinião

UM BASTA

O GOVERNO Temer sucumbe a mais uma chantagem corporativista e, diante de uma ameaça de greve na Olimpíada, concede aumento salarial de 37% aos delegados da Polícia Federal.

NÃO VALE o argumento de que o reajuste fora prometido pela presidente afastada Dilma Rousseff. Não só porque ela não despacha no Planalto, mas principalmente devido à inoportunidade de mais este gasto em meio a uma crise fiscal.

NESTE SENTIDO, é boa notícia a de que o julgamento final do impeachment ocorrerá até 2 de setembro. Roga-se que, diante disso, o Planalto consiga até lá resistir a pressões por despesas que podem criar dificuldades ainda mais graves para Temer já como presidente com plenos poderes.

Opinião**MAPA
DA MINA**

EM LIBERDADE, o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura continuará a negociação sobre a delação premiada que promete fazer.

EM PARALELO, andam as tratativas entre Marcelo Odebrecht, executivos da empresa e o MP para fazer o mesmo. São dois assuntos que convergem.

POIS DE um lado está um forte financiador de campanhas petistas, também com recursos de origem ilícita e pelo caixa dois eleitoral, e, de outro, marqueteiros de Lula e Dilma pagos com esse dinheiro, inclusive no exterior.

VAI SER possível visualizar parte importante das traficâncias financeiras lulopetistas.

ANEXO BC – 4 de agosto de 2016

Opinião

MÁS LEMBRANÇAS

AO ENVEREDAR pelos descaminhos do racismo, com a conseqüente desconsideração da meritocracia, o Brasil se colocou na situação de admitir “tribunais raciais”.

SEM QUALQUER base científica para definir “raça” a fim de preencher as cotas raciais no serviço público, restou ao governo federal constituir comissões para avaliar a aparência dos candidatos a cotista.

SE FOR “branco”, mesmo com ascendentes negros, não ganha o emprego, pelos critérios racialistas. Impossível não se recordar dos tribunais desse tipo ligados a dois momentos trágicos da Humanidade: o apartheid na África do Sul e o nazifascismo na Alemanha e na Itália.

Opinião

Otimismo com os Jogos do Rio

A otimismo que vive hoje no Maracanã a Olimpíada do Rio é um marco histórico de um projeto que levou anos para ser executado. Desde a escolha da cidade para sediar os Jogos de 2016, os primeiros na América do Sul. Nada leva a crer que será um fracasso. Mas que pesem os desacertos e problemas de planejamento e execução, vários constatados logo na chegada das primeiras delegações à Vila Olímpica, na Barra. Mas qual Olimpíada, dada a magnitude do evento, não enfrentou percalços?

Na última de Londres, em 2012, houve filas gigantescas diante dos guichês de imigração no aeroporto de Heathrow. Passageiros olímpicos chegaram a esperar até duas horas e meia para carimbar o passaporte. Na Vila, nem 30 graus do verão europeu, atletas reclamaram da imprudência de aparelhos de ar condicionado. O esquema de segurança também falhou: a firma particular contratada não contou com o serviço, e os organizadores tiveram de pedir

Problemas ocorridos em eventos passados não justificam falhas no Rio, mas indicam ser impossível a inexistência de dificuldades em eventos internacionais gigantescos

ajuda às Forças Armadas britânicas. No passado dos Jogos de Pequim, em 2008, destaca-se a severa poluição atmosférica na cidade, problema que as autoridades haviam prometido resolver. Atletas usaram máscaras para se proteger. Enquanto em Atlanta, em 1996, a rígida segurança norte-americana não conseguiu abortir um atentado terrorista de um grupo da extrema-direita americana. Além disso, a cidade foi paralisada por grandes engarrafamentos.

Nada justifica as falhas brasileiras, mas o passado serve para ajudar a entender o presente. Por deficiências embocadas do poder público brasile-

iro, também podem ser enfrentadas dificuldades nas provas de mara na Baía de Guanabara devido à poluição, um movimento à incógnita do governador Barnabé, incluído dos prefeitos de municípios que despejam esgoto no rio, por não contar com redes de coleta dos dejetos.

É possível, ainda, que o clima político do país, em que as forças minoritárias que apoiam o PT e a presidente afastada, eficazes em momentos no exterior, uma campanha de pessimismo em torno do país, tenha contribuído nos prognósticos negativos, lá fora, para os Jogos do Rio.

Falta esperar a evolução das competições em arenas, estádios, ruas, quadras, que se mostram minimamente preparadas para elas. O risco é a hospitalidade conhecida do cartora, a capacidade de festejar em espaços públicos, marcas da cidade. São predições já vistas em grandes eventos recentes, também internacionais: o Pan e a Copa do Mundo, sem falar da Jornada Mundial da Juventude, com a presença do Papa Francisco.

O aspecto da segurança é crucial nesses momentos, em qualquer lugar do planeta, embora no Rio a questão, por óbvio, tenha características de grande sensibilidade. Dá a necessidade da ampla mobilização de forças policiais estaduais e federais, com suporte internacional, devido ao terrorismo.

Quem visita o Rio pode usufruir de investimentos feitos em torno do projeto dos Jogos, como o novo Porto, uma linha de metrô para a Barra que, por ser um "projeto", não pode ser resumir a ela: os BRTs e o sistema VLT.

Há um saldo final amplamente positivo, até com o aproveitamento posterior de espaços criados para a competição, convertidos em escolas e zonas de lazer caso de Deodoro. Certamente demonstrou estudo da FGV, a cidade já acumulou vários ganhos sociais, inclusive de renda. A tendência é que o pessimismo e o desespero, mas humor derivado da situação se diluam. Espera-se que, após os Jogos, o Brasil entre em nova e melhor fase. ■

Justiça aparelhada na Nicarágua elimina oposição a Ortega

O Tribunal Eleitoral da Nicarágua, aparelhado, cassou 16 deputados da oposição, numa medida que, na prática, entregou o controle do Parlamento ao presidente Daniel Ortega e estabeleceu um regime de partido único, ao inviabilizar uma candidatura alternativa à do sandinista, no poder desde 2006. A medida, segundo o ex-vice-presidente Sergio Ramírez, aliado de Ortega nos anos da guerrilha contra o ditador da ditadura banana e hoje crítico do sandinista, reflete a estratégia de repressão sem limites, uma marca dos regimes bolivarianos.

Os deputados cassados são do Partido Libe-

ral Independente (PLI), liderado por Eduardo Montealegre, que vive, no início de junho, sua representação do partido anulada pela Suprema Corte e repossada a Pedro Reyes, um político desconhecido e tido como um aliado secreto de Ortega. Resultado, os deputados se negaram a reconhecer a autoridade de Reyes, o que os acusaram de ser um fetiche. Este resultado, pedindo ao Tribunal Eleitoral que mitigue os cargos dos deputados revoltosos.

Com a decisão da Justiça, o sandinista não só se livra de uma oposição ativa e bastante crítica, como elimina o risco de ter que enfrentar um candidato verdadeiramente de oposição

nas eleições de 6 de novembro próximo.

Em entrevista à "Cedra de S. Paulo", Ramírez lembrou que o governo sandinista atualmente se sustenta em palavras de ordem vagas. De fato, Ortega repete ações que evocam a era da dinastia Somoza, inclusive o nepotismo, uma vez que a primeira-dama, Rosario Murillo, vai concorrer como companheira de chapa no pleito de novembro.

Afirmou eliminar a oposição, Ortega apresenta sua popularidade razoavelmente alta, sustentada nos bons números da economia, para implementar políticas que o perpetuem no poder. Ramírez chama a atenção para o fato de que a

prosperidade do país não se traduz em redução da pobreza, ao contrário, "os milbilhões ficam mais ricos". Além disso, o irracionalismo fiscal, porque insustentável, mostra que o sucesso é provisório e precário. Em alguns casos celebrará seu preço, como ocorreu nos países vizinhos.

O governo sandinista repete a fórmula bolivariana, composta de eleições perpétuas, gastos acima do limite e controle político total. Cada qual à sua maneira, Venezuela, Bolívia e Equador, assim como a Argentina do casal Kirchner e o Brasil bolsonista, adotaram ações nessa direção. A conta, como sempre, vai para a população. ■

ANEXO BE – 6 de agosto de 2016

Opinião

UNIFICAR

POUCO DEPOIS de o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, libertar um condenado em segunda instância, prefeito José Vieira da Silva (PTB), de Marizópolis, outro ministro da Corte, Edson Fachin, revogou a liminar e determinou a prisão novamente do prefeito.

FACHIN SE valeu de decisão anterior da Corte, por maioria de votos, pelo retorno à jurisprudência vigente até 1999, pela qual sentença confirmada em segunda instância deve

começar a ser logo cumprida, sem prejuízo de recursos. Algo muito salutar.

MAS COMO falta definir este entendimento como jurisprudência a ser seguida por todos os juízes, arrisca-se a ocorrer uma série de veredictos desencontrados, criando grande insegurança jurídica.

POR ISSO, o próprio Lewandowski deve logo colocar na pauta do STF duas ações que permitirão à Corte acabar com este desencontro.

Opinião

Crise fiscal leva a que se repense a Federação

A severidade da crise fiscal, engendrada pelo lulopetismo, é demonstrada por números sombrios. O déficit nominal — incluindo os juros da dívida pública — é de 10% do PIB, pouco mais de três vezes o limite permitido no bloco do euro, na União Europeia, por exemplo.

Os desdobramentos da tragédia fiscal estão expressos em mais de 11 milhões de desempregados, numa inflação rentente acima do limite de meta (6,5%), na volta de milhões da “nova classe média” à pobreza, e assim por diante.

Há entidades da Federação que demonstram, pelo menos até agora, melhores condições de enfrentar a debacle fiscal — o Espírito Santo, a cidade do Rio, dois exemplos. Mas o quadro, em geral, é do universo em particular dos municípios, o descalvado.

Levantei um texto pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, para o Índice Fijam de Gestão Fiscal, detectou um cenário de calamidade

A queda na arrecadação tributária agrava a situação de muitos municípios que sequer deveriam existir. Portanto, chegou a hora de resolver este problema

maiores de 1% das 5.588 prefeituras, ou apenas 42 municípios, conseguiram pagar a folha dos servidores com recursos próprios em 2015.

A crise tem alguma responsabilidade pelo problema, mas há causas estruturais para esta penúria municipal. Prova disso é que, quando a Fijam começou a fazer esta pesquisa para calcular o índice, em 2006, as prefeituras nessas condições eram apenas 100. Isso no fim do primeiro mandato de Lula, quando a economia brasileira ainda crescia. Não havia crise fiscal.

A questão é que há um enorme número de municípios que não pagam receita tributária pa-

ra pagar as contas. Surgiram do interesse de cartéis políticos locais em criar câmaras de vereadores, gabinetes de prefeitos etc. e, como consequência, uma enxurrada de empregos públicos, a serem preenchidos por essas lideranças locais, à custa, como sempre, do contribuinte.

Poi não animada (e desastrosa) a falta da criação de municípios e estados — mais de prefeituras —, com a promulgação da Constituição de 1988 —, que, dali até 1996, em oito anos, surgiram 1.480 prefeituras. Com uma com seus vereadores, assessores, chefes de gabinetes, frota de carros oficiais, motoristas, contínuos etc.

Timothy Dajurante levou o então presidente Fernando Henrique a propor lei complementar, aceita pelo Congresso, para conter a festa. As assembleias legislativas perderam para o Congresso o poder de aprovar a multiplicação de entes federativos. Melhorou, porém a herança do passado é enorme e corrosiva: pouca-

mas de 80% das prefeituras dependem do Fundo de Participações (recursos federais e estaduais) para pagar as contas. Não recolhem impostos suficientes, mesmo na bonança. E números não se esforçam por reduzir demagogias. A crise fiscal também reduziu o fundo.

É uma evidência gritante de que a própria Federação precisa ser revista, e não apenas na redistribuição de responsabilidades na prestação de serviços e consequente descentralização de recursos, mas também em radicais mudanças na estrutura dos municípios.

Devem-se realizar estudos que levem à reestruturação de municípios incapazes de obter receita tributária condizente com as despesas. Outra medida é acabar com a obrigatoriedade de todas as prefeituras terem de reproduzir quase a mesma estrutura da União, com procuradorias, tribunais, muitas secretarias. Seria uma bom-vinda medida de enxugamento da máquina estatal. ■

Em busca de um projeto para a cidade

A cidade mal começou a viver os jogos para os quais se preparou desde 2009, mas é hora de se perguntar que objetivos vão marcar seus governantes depois que os atletas voltarem para casa. Da mesma forma que a Olimpíada e a Paralimpíada foram motivação comum para obras e intervenções em diferentes setores, o Rio precisa articular diversos programas e iniciativas no cenário único de sustentar sua economia e impulsionar o desenvolvimento.

No caso do estado, ao qual a capital está ligada de forma orgânica, a função de estratégica fonte de renda foi, durante anos, atribuída aos royalties. Um grande equívoco. A queda do

preço do petróleo acabou com a ilusão do dinheiro fácil, e forçou os governantes a buscar alternativas urgentes.

Por mais que a organização dos Jogos tenha ficado no legado, parte dos efeitos positivos se encerra junto com as competições, e não se pode viver passivamente a recessão. Sem debar de lado a saudável euforia com a festa do esporte, o momento é propício para o debate porque, logo em seguida à Paralimpíada, os cariocas vão às urnas eleger o novo prefeito.

É algumas apostas que a cidade deverá fazer são óbvias: até pelo potencial que os Jogos deixaram evidente. É o caso do turismo esportivo, que tem na Cidade Maravilhosa um cenário

adequado não só pelas paisagens mostradas pelas TVs do mundo inteiro. São favoráveis também a experiência detida pelas competições internacionais e a rede hoteleira ampliada de 19,8 mil quartos, em 2005, para 35,8 mil. É necessário um planejamento turístico efetivo, que integre a cidade e o estado num calendário para atrair visitantes o ano todo.

O perfil da população carioca também pode ser aproveitado. O Rio conta com a maior população de idosos do país e é onde a renda dos aposentados tem mais impacto. Uma agenda de atividades saudáveis e espaço urbano adaptado para eles têm potencial de atrair idosos de alta renda de outros estados, a exemplo

do que acontece com a Flórida, nos Estados Unidos.

A cidade associada ao lazer e ao esporte tem outras potencialidades menos evidentes, mas igualmente relevantes para a sua economia, como a tecnologia desenvolvida em centros de excelência como a Coppe-UFRJ. As vocações incluem ainda a produção cultural, artística e a prestação de serviços, entre outras, e precisam ser exploradas de forma conectada, como partes articuladas do mesmo projeto. Acreditar em ilhas de salvação isoladas será repetir o erro de pôr todas as fichas no petróleo, uma aposta que revelou consequências trágicas para fluminenses. ■

Avaliação do Ciência sem Fronteiras

Nossa opinião

Gasto ineficiente

Na desmontagem do regime de relativo equilíbrio fiscal brasileiro, a partir do fim do segundo mandato de Lula e concluída com Dilma, era certo que, cedo ou tarde, a política do “novo marco macroeconômico” desestruturaria programas sociais. Por ironia, o “novo marco” era colocado a serviço dos pobres, no discurso político-ideológico. Funcionou ao contrário, como previsto.

As famílias de renda mais baixa seriam atingidas pela subida da inflação — e ela ocorreu — e também pelo desemprego decorrente da recessão causada pela própria política de gastos públicos sem medida, causa da retração nos investimentos. Diante da escalada de gastos, a solvência do Tesouro foi, e está, posta em dúvida, circunstância em que todos se retraem. Investidores e consumidores, estes acotados por uma taxa de desemprego que entrou na faixa dos dois dígitos.

O programa Ciência sem Fronteiras, uma das fúrias preferidas de inspiração para os discursos da campanha à reeleição de Dilma, quase sempre em tom demagógico, também não resistiu à tempestade.

O governo Michel Temer resolveu suspendê-lo, por motivos claros e irrefutáveis: muito dinheiro gasto para um retorno questionável, e num momento em que os campi das universidades federais estão próximos à bancarrota, com laboratórios em dificuldades e programas importantes de pós-graduação à mingua.

Crise fiscal implica fazerem-se escolhas. E a melhor, no caso, é suspender o CsF, no qual,

desde 2011, foram gastos R\$ 8,4 bilhões em mais de 100 mil bolsas no exterior, de graduação e pós, em universidades de 54 países.

Como era norma nos governos do PT, não se conhece qualquer avaliação séria do CsF. Há, porém, indicações de que o retorno do programa para a sociedade — quem paga esta e todas as demais despesas do Estado — não foi grande coisa. Logo na primeira fase do programa, surgiram relatos sobre alunos bolsistas sem proficiência na língua do país onde fora estudar. Um desatino, mas todo era válido em nome da “justiça social”.

Foi criticado, também, que o CsF concedesse até bolsas para graduação, quando o país necessita é de pós-graduados. A proporção de 80% dos bolsistas foi para a graduação.

Entre as fragilidades do CsF também está a própria qualidade de ensino das universidades para as quais se destinou a grande maioria dos bolsistas.

Segundo a “Folha de S. Paulo”, menos de 4% dos alunos se dirigiram a alguma das 25 melhores universidades do mundo, na avaliação do ranking THE (Times Higher Education), britânico. Muito pouco, para tanto dinheiro.

O momento de séria escassez de recursos é outro fator decisivo para o corte do CsF. Cada bolsista, segundo o ministro da Educação, custou aos cofres públicos R\$ 105 mil por ano. Uma despesa que serviu mais de instrumento de propaganda lulopetista do que de mecanismo efetivo de aprimoramento da qualificação de jovens brasileiros. ■

Bilhões foram gastos num projeto de baixo retorno, enquanto laboratórios estavam à mingua.

Outra opinião

Exemplo de inclusão

FELIPE SANTA CRUZ

O fim da concessão de bolsas no exterior para os estudantes de graduação no âmbito do projeto Ciência sem Fronteiras (CsF) representa séria ameaça para uma das mais importantes ações de aprofundamento educacional do mundo: a formação e capacitação de pessoal altamente qualificado em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência. O projeto inspirou-se em exemplos de países emergentes, como Índia, China e Coreia do Sul, que mantêm milhares de estudantes no exterior. Em 2011, por exemplo, ano da criação do CsF, só a China tinha 80 mil doutorandos nos Estados Unidos. A mobilidade científica internacional foi estratégica para que os chineses mudassem o perfil do país e passassem a ocupar um novo patamar no mundo.

O critério para o acesso ao CsF também estabeleceu um paradigma na formação de quadros brasileiros no exterior. A adoção da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) permitiu que brasileiros autônomos pudessem viver e compartilhar a internacionalização acadêmica. Segundo dados do Ministério da Educação, do total que participou do CsF 26,4% são negros, 27% são jovens de famílias com renda de até três salários mínimos, e mais da metade, famílias com renda de até seis salários mínimos. Ou seja, trata-se de um exemplo palpável de inclusão social. Recentemente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado reco-

mendou a continuidade da oferta de bolsas de estudos para estudantes da graduação no CsF. De acordo com os senadores membros da comissão, a maior parte dos bolsistas provém de instituições públicas, e um montante considerável dos estudantes das universidades públicas é oriundo de famílias de baixa renda. O relatório conclui: “Se a quantidade do ensino é assegurada constitucionalmente, no caso das bolsas, campo direcional, particularmente na graduação, aos estudantes que não poderiam financiar no todo ou parcialmente, os custos dos estudos no exterior”.

Evidentemente, no mundo acadêmico exemplos não são ineditos, levam tempo e exigem muita diligência. É o caso dos brasileiros Elissa Miotto e Leonardo Barros Verãncio, bolsistas de graduação-sanduíche da Tsinghua University, na China, que obtiveram ano passado segundo lugar em concurso internacional sobre o combate à cólera e outras doenças que afetam o Haiti. Pesquisa de valor inestimável. Graças ao CsF,

em 2015 havia 5.425 estudantes brasileiros nas 100 melhores universidades do mundo. Desacreditar o empenho dos bolsistas e sobretudo o seu potencial de retorno para a formação acadêmica no Brasil é desacreditar no próprio potencial da educação, que não pode ser mediado unicamente por cifras orçamentárias, mas principalmente pelo retorno científico, social e humanitário. Que diante da crise se façam ajustes, tudo bem. Mas cortar de vez os bolsistas é inaceitável. ■

Felipe Santa Cruz é presidente da CABB-RJ

Programa permitiu que outros aliados de estudos no exterior pudessem ter a experiência

Opinião	
SEM SALVAÇÃO	
ILUDEM-SE lulopetistas que acham que denúncias na Lava- Jato contra Temer lhes garantiriam a volta de Dilma.	tucional, de que também faz parte a presidente afastada. Seria ruim para todos os lados.
ELAS SÓ degradariam ainda mais o quadro político-insti-	NÃO SALVARIAM Dilma, também citada em malfeitos.

ANEXO BI – 10 de agosto de 2016

Opinião	
ENFOQUE	
A PERMANÊNCIA de um acampamento de usuários de crack na Avenida Brasil, em fase de remodelação, é simbólica.	eliminará este problema. Muito menos força policial.
NÃO SERÁ qualquer reformulação urbana, mesmo bem projetada e executada, que	ENQUANTO NÃO houver ações acolhedoras de enfrentamento do problema das drogas pelo lado da saúde pública, o drama continuará.

Opinião	
ESTICARAM	
<p>O PRÓPRIO Lula definiu greve de funcionários públicos com reposição dos dias parados como “férias remuneradas”. Por terem estabilidade no emprego, o risco da paralisação é sempre zero.</p>	<p>prestam é confirmada pela decisão do sindicato dos professores do Rio de Janeiro (Sepe) de não repor agora as aulas do período da greve, como teria sido acertado com a Secretaria de Educação.</p>
<p>A FALTA de cuidado dos servidores públicos com os usuários dos serviços que</p>	<p>TIRARAM FÉRIAS em agosto. Melhor, estenderam as férias da greve.</p>

ANEXO BK – 12 de agosto de 2016

Opinião	
SOLIDARIEDADE	
<p>A INTENÇÃO da Justiça de ter, no ano que vem, um orçamento 23% superior reforça a imagem do Judiciário como uma torre de marfim, algo distante, acima de tudo.</p>	<p>dos juízes é disseminado entre corporações de servidores públicos.</p>
<p>NÃO QUE a característica seja, na máquina do Estado, exclusiva dos tribunais. Infelizmente, o comportamento</p>	<p>COMO SE não houvesse seriíssima crise fiscal, com mais de 11 milhões de desempregados no setor privado, dependentes do ajuste nas contas públicas para voltar ao mercado de trabalho.</p>

Opinião

CÚMPLICES

ENQUANTO FISSURAS no PT começam a ficar mais visíveis à medida que se aproximam a confirmação do impeachment de Dilma, as eleições e a necessidade de o partido se definir na oposição ao governo Temer, facções da legenda começam a falar grosso contra companheiros.

VALE, ENTÃO, registrar

que nenhuma delas falou grosso para denunciar que o lulopetismo estava conduzindo o PT a uma catástrofe, ao aderir à corrupção no assalto a empresas públicas, entre elas a Petrobras, supostamente defendida pelo partido.

SÃO, PORTANTO, cúmplices na crise da legenda.

Opinião

Suspensão de usina no Tapajós reforça opção nuclear

Junto com os novos donos de poder que desembarcaram em Brasília na oitava do presidente Lula em janeiro de 2003 estava uma militância ambientalista aguçada. Não que a questão ambiental não deva ser prioritária, e cada vez mais, diante do aquecimento global, mas alguns preconceitos passaram a interferir na avaliação de projetos de forma mais contundente. Uns deles jogou de vez a energia nuclear a um plano bastante inferior na geração de energia.

O desastre nas usinas de Fukushima, no Japão, durante uma tsunami, em 2011, repercutiu no mundo, com vários adiamentos e eliminação mesmo de projetos de usinas. O próprio Japão desativou seu sistema termonuclear — mas teve, depois, de religá-lo em parte, para evitar um colapso energético. A Alemanha planejou livrar-se de vez dessa fonte de energia, ao contrário da França, que aproveita o fato de ser detentora de tecnologia no ramo. No Brasil, um programa para usinas fora de Angra dos

Brasil limita usinas na Amazônia, compensa com termelétricas poluidoras, mas continua sem ampliar as alternativas de fontes de geração

Reis desapareceu do mapa.

Não foi decisão sensata. Há dias, o Itama comunicou que não concederá licença ambiental para a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará, na Amazônia. É preciso definir como serão produzidos os 8 mil megawatts previstos para essa hidrelétrica no Tapajós. Fazem muita falta, porque equivalem a pouco mais de 5,5% da atual capacidade instalada de geração de energia no país.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO apostam em termelétricas. Mais do mesmo, porque desde o apogio no segundo governo FHC, quando um parque de térmicas teve de ser

construído a toque de caixa, tem sido a geração à base de gás, óleo ou carvão que evita maiores problemas. Foi assim também na crise de estagiagem com Dilma Rousseff.

O resultado é que a matriz energética brasileira, devido à grande dependência da água (68%), começou a ficar "suja". Ou seja, a produção de energia no Brasil tende a crescer muito com base em fontes de emissão de carbono, na contramão dos acordos multilaterais do clima e da sanção.

Com o fechamento da Amazônia a usinas com reservatório — só pode a "Ilo Ilo", como Belo Monte, em que as turbinas giram pela força do rio e quase não giram energia nas secas — e o veto à usina no Tapajós, vive-se o paradoxo de, em nome da proteção ao meio ambiente, a produção de energia no Brasil passar a ser crescentemente poluidora.

Há, é certo, projetos em andamento, e outros a serem apresentados, do uso dos ventos e da

força do sol, importantes fontes, porém ainda residuais e complementares. Devem mesmo ser exploradas, mas é preciso saber se conseguirão fornecer os megawatts em quantidades, constância e prazos requeridos.

Por tudo isso, já era hora de se rever o preconceito contra as usinas nucleares, cujo padrão de segurança está bastante elevado. Além de serem fontes sem emissão de carbono. Pergunte-se aos Estados Unidos e à França.

Angra 1 e 2 fornecem o equivalente a 3% do total da energia elétrica produzida no país. A construção da terceira unidade passa por um mercado pente-fino, devido ao fato de o esquema de corrupção montado na Petrobras ter lançado tentáculos no Eletrobras.

Mas é inescusável concluir a usina. Ainda reforçam a opção nuclear a existência de razoáveis reservas de urânio e o domínio da tecnologia do seu enriquecimento. O preconceito, infelizmente, além de irracional, parece intencionalmente.

Direito de greve de servidor precisa ser regulamentado

A notícia de que os professores da rede estadual decidiram tirar férias este mês e só voltar a partir de setembro as aulas perdidas durante quase cinco meses de paralisação aponta para a necessidade urgente de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, garantido pela Constituição de 1988, mas ainda objeto de interpretações diversas por parte da Justiça. A decisão — tomada unilateralmente pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação — causa prejuízos irreversíveis aos alunos.

A greve, por si só, já traz enorme dano aos estudantes, visto que a aprendizagem é processo

gradativo e permanente, pressupondo assim um calendário. Se a reposição das aulas, quando há, é incerta, o problema só se agudiza.

Não menos dramática é a situação de pacientes da rede pública de saúde em paralisações que — ainda que não fiquem as emergências — exigem a remarcação de exames e consultas acertados há meses, o que pode significar uma sentença de morte. Ou ainda de segurados, em caso de greve de funcionários da Previdência. A qualificação dos médicos peritos, encerrada em janeiro deste ano, deixou 1,3 milhão de trabalhadores aguardando a pericia do INSS e o recebimento do benefício. O tempo médio de espe-

ra pelo agendamento subiu de 26 para 88 dias.

Diante de tais transtornos, já passou da hora de haver uma regulamentação que, ao mesmo tempo que dê espaço a reivindicações justas de funcionários públicos, impeça que a conta vá apenas para uma população que já é punida por serviços de má qualidade e uma das maiores cargas tributárias do mundo — a mais elevada entre os países emergentes.

Em outubro de 2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado aprovou o projeto que regulamenta o direito de greve de servidores. Atualmente, o texto está na Comissão de Constituição e Justiça,

aguardando inclusão no pauta de votação.

O texto determina, entre outras coisas, que os dias parados podem ser descontados, e que durante a greve as unidades administrativas devam continuar prestando serviços com, no mínimo, 30% dos funcionários. Pode ser aperfeiçoado para equilibrar de forma justa direitos de servidores e da população. É, certamente, haverá controvérsias quando de sua discussão em plenário, como é parte do jogo democrático. Mas o que não se pode admitir é que algo que afeta tão drasticamente a população continue sujeito à indefinição, por pressões corporativistas.

ANEXO BN – 15 de agosto de 2016

Tema em discussão	
Renegociação da dívida dos estados com a União	
<p style="text-align: center;">Nossa opinião</p> <h3 style="text-align: center;">Ajuste ilusório</h3> <p>Não passou, infelizmente, de um demerito a expectativa de que a renegociação da dívida de estados e grandes municípios, na década de 80, na gestão PH, na esteira do Plano Real, já mais se repetiria.</p> <p>A superinflação terminou sendo debilitada, mecanismos de indexação, desconectados, e fustas tóxicas de desequilíbrio fiscal — bancos estaduais e até distribuidoras de energia elétrica — foram controladas, por liquidação ou privatização.</p> <p>O fato de a inflação ter sido controlada fez com que a Federação deixasse de contar com a ajuda da depreciação da moeda para quitar despesas à medida. Na realidade, sequer se sabia ao certo o tamanho do déficit público, porque a correção monetária não marcava.</p> <p>A União teve de federalizar a dívida dos entes federativos, repassou para todos os contribuintes a perda com aquela operação, e em quadros estaduais e municipais. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estes ficaram obrigados a obedecer a limites de despesas em relação a suas receitas líquidas. Passava, então, a existir alguns amarras institucionais para conter os gastos dos governos.</p> <p>Mas todo esse arcabouço não foi capaz de resistir ao populismo de PT Lula e Dilma. Uma parte final do segundo governo Lula a parreira de se contrapor aos efeitos nocivos da crise mundial agravada pela estocada da bolha imobiliária financeira americana, Lula e Dilma prosseguiram a velha cartilha econômica petista: muito</p> <p>crédito subsidiado por meio de instituições financeiras públicas, incostáveis a mais gastos dos governos, a começar pela União etc.</p> <p>Passou-se a fazer vista grossa a desequilíbrios fiscais nos estados, inclusive estimulados a se endividar no exterior. A Lei de Responsabilidade Fiscal virou, na prática, letra morta, sob a condizência do Planalto de Dilma, do Ministério da Fazenda de Guido Mantega, da Secretaria do Tesouro de Arno Augusto. De conta de Serranetto, assistente deste sob a "contabilidade estatística" para mascarar déficits e permitir a reeleição do Dilma. Um dos resultados é que a presidente está atuada e presa a porvir o mandato por impedimento devido a crimes de responsabilidade na área fiscal.</p> <p>Mais uma vez, estados e grandes municípios precisam ter as dívidas federalizadas, porque o salta da inflação e o profundo mergulho recessivo, causados pela política lulopetista, o "novo marco macroeconômico" quebararam a Federação. Como da vez anterior, a sociedade arcará com o custo da renegociação.</p> <p>É lógico que estes entes federativos, como tu decalco de 90, têm de fornecer contrapartidas à União, na forma de contrapartida efetiva de despesas a partir do acordo de crime. Também como em 90, quando se a privatização de empresas para a geração de receitas extraordinárias.</p> <p>Depois de o lulopetismo vender a ilusão de que basta vontade política para crescer e erradicar a pobreza, não se deve ser ingênuo e acreditar que a repactuação de uma dívida de centenas de bilhões de reais pode ser feita sem corte de gastos e estrito controle de despesas. ■</p>	<p style="text-align: center;">Outra opinião</p> <h3 style="text-align: center;">Conciliar direitos</h3> <p>PEPE VARGAS</p> <p>Na década de 1990, o governo FHC refinanciou as dívidas dos estados. O que parecia variação passou a ser um grande problema, pois os índices de coverage dos saldos devidos se mostraram esmagadores. A União se transformou em autêntica fonte de recursos, muito além do necessário para fazer frente às obrigações que transferia para si.</p> <p>Para mitigar o problema, o governo Dilma aprovou lei em 2014 tratando o indicador que corrige os saldos devidos, reduzindo o estoque das dívidas estaduais. Mas os estados passaram a cobrar por medidas adicionais. As negociações levaram ao projeto de lei complementar 257/2016, encaminhado ao Congresso pela presidente, que altera as regras de pagamento das dívidas refinanciadas. Já o governo petista de S. Tereza, buscando alívio para se perpetuar no cargo, fez mais concessões, propondo a suspensão dos pagamentos até o fim de 2018 e um reduzir das parcelas a serem pagas durante o mandato dos atuais governadores, voltando à parcela cheia apenas nos exercícios de 2018.</p> <p>Os estados, considerando os juros abusivos praticados por quase 20 anos, já pagaram muito mais do que o originalmente previsto nos contratos refinanciados. É óbvio que qualquer proposta que dê alívio aos estados estaduais é importante, pois os governos podem cobrar saldos em dia, pagar compromissos ou fazer investimentos. Entretanto, não é ingenuidade criar condições pro-</p> <p>vistas no projeto 257, às quais os estados seriam obrigados a se submeter, ferindo a autonomia administrativa que a Constituição lhes confere.</p> <p>No debate legislativo, algumas das absurdas exigências foram retiradas do texto, como a vedação de reajustes para servidores e a proibição para contratação de pessoal. Não cabe exigir dos estados edição de normas de finanças públicas mais rígidas do que as já previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Também não é adequado punir alterações nessas leis sem amplo debate sobre os impactos na prestação de serviços públicos essenciais à população. Contudo, portanto, a retirada de artigos que revisavam a LRF.</p> <p>Mas a proposta ainda tem problemas. Limitar o crescimento de despesas correntes à contenção da inflação eliminou os serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. Os compromissos estaduais em 2016, devido à baixa arrecadação, cessaram para acunhados a essas políticas, que ficaram acunhados nos próximos dois anos, mesmo que cresçam o PIB e a arrecadação.</p> <p>É preciso aliar os direitos dos servidores públicos aos da população, do contrário as alterações conquistadas ficam maculadas pelo corporativismo. Nestes termos, o refinanciamento não ajuda aos atuais governadores e quem pagará a conta será a população, em especial os mais pobres, que terão menos saúde, educação e segurança. ■</p> <p><i>Pepe Vargas é deputado federal PT-PA, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário das Relações Institucionais e dos Direitos Humanos</i></p>
<p style="text-align: center;">Em mais uma quebra da Federação, há quem pense ser possível reequilibrar as finanças sem dores</p>	<p style="text-align: center;">Limitar despesas à variação da inflação reduzirá recursos de políticos essenciais</p>

ANEXO BO – 16 de agosto de 2016

Opinião

MEA CULPA

A ANVISA, segundo seu presidente, Jarbas Barbosa, se ressentido de interferências do Congresso em áreas de atuação da agência. Um caso é a "pílula do câncer".

É FATO, mas também não se deve esquecer ações da agência, no período lulopetista,

em terreno indevido, no veto à publicidade de medicamentos por meio de simples resoluções.

TRATA-SE de função do Congresso, bem como, a depender do conteúdo vetado, uma invasão do espaço da liberdade de expressão.

Opinião

STF patrocina inconcebível fragilização da Ficha Limpa

Há méritos da política e das interpretações jurídicas muito tortuosos. Quando se comertam os dois, então, podem surgir situações preocupantes.

Na política brasileira, a corrupção é, há há algum tempo, um inimigo a ser vencido. E, neste estado, a aprovação da Lei da Ficha Limpa, em 2011, a partir de um movimento popular sustentado por centenas de milhares de assinaturas de eleitores, foi uma vitória memorável.

Por meio da nova lei, a Justiça Eleitoral passou a poder barrar a candidatura de condenados em segunda instância, não sendo mais necessário aguardar o “transito em julgado”, ou seja, a validação do veredicto na última instância.

Muitos se valeram do preceito constitucional da “presunção de inocência” para driblar outra imposição da Carta — que o candidato deve se

Veredicto dado pela maioria da Corte subordina o enquadramento de governadores e prefeitos na lei à aprovação por dois terços de assembleias e câmaras

proibir o dir reputação ilibada. Com a eternização de processos conseguida por meio de incontáveis recursos, gente com pronunciado e processo judicial confirmado em segundo julgamento se elegia e passava a se proteger sob as imunidades concedidas aos representantes do povo. Grande golpe.

A questão parecia vencida, mas, há pouco, uma interpretação surpreendente da maioria do Supremo desilustou parte da Ficha Limpa. Enten-

dim a Corte, ao julgar um processo que a condenação de prefeitos e governadores por tribunais de contas, até agora suficiente para enquadrá-los na legislação sanadora aprovada em 2011, precisará, para isso, ser sancionada por no mínimo dois terços das respectivas Casas Legislativas.

Outra, na prática, o STF taxa impune boa parte de prefeitos e governadores, os quais, dada a prática usual do fisiologismo no relacionamento entre Executivo e Legislativa, costumam controlar assembleias e câmaras.

Há, no caso, uma discussão de tecnicidades sobre “contas de gestão” — de responsabilidade direta de governador e prefeito — e “contas de governo”, relacionadas à execução do Orçamento, com planos e programas do Executivo.

Mais que importa, para a sociedade, é que, como disse o ministro da Corte Luis Roberto Barro-

so, vão vencer esse julgamento a responsabilidade de julgá-los seja dos tribunais de contas.

Se a Lei da Ficha Limpa não puder ser aplicada contra políticos mais administradores — de nível municipal —, porque eles controlam câmaras e assembleias ou, tão grave quanto, sequer deixam o parecer do tribunal ser apreciado por deputados e vereadores, parece ponderável a eficácia da legislação ter sido revogada pelo STF.

No entendimento acertado de Barroso, ninguém pode dizer: “Eu sou ladrão, mas tenho maioria na Câmara Municipal”. Pois poderá, caso o entendimento não seja revisado.

Para isso, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral deverá impetrar um “embargo de declaração” junto à Corte. É a chance de o Supremo reconsiderar em vigor a Ficha Limpa, que ele próprio declarou constitucional em 2012. ■

Cuba precisa se abrir ao mundo para sobreviver

Fidel Castro chega aos 90 anos como a principal figura de uma das mais longas ditaduras do mundo. Dos enfrentamentos de dissidentes no *paradiso à prisão* de opositores. Em mais de meio século, desde a tomada de Havana pelos guerrilheiros, o governo cubano cometeu e comete uma série de crimes contra os direitos humanos, como é de praxe em regimes totalitários. E mesmo afastado da Presidência por razões de saúde, “el comandante”, como Fidel é chamado na ilha, continua uma sombra a influenciar o irmão e atual presidente, Raúl Castro.

Como muitos países comunistas, que desmoronaram a partir dos anos 80, a falência do sistema tropical é questão de tempo e Raúl Castro vem implementando reformas que sinalizam uma abertura, não por espírito demo-

crático, mas para tentar preservar algum controle sobre um processo incontornável. Afinal, os avanços em alguns indicadores sociais, como saúde e educação, não justificam a repressão e a total falta de liberdade dos cidadãos cubanos. A evidência disso é o crescente descontentamento perceptível nas gerações mais novas, menos influenciadas pelas narrativas heroicas da revolução.

Por outro lado, após décadas tentando desarticular o regime castrista mediante uma política de embargo econômico, os EUA apenas conseguiram enfiar no regime da ilha, justificar uma retórica anti-imperialista e piorar as condições de vida da população cubana. Por isso, representou um passo correto a política de reaproximação do governo de Barack Obama, com a abertura do turismo e o restau-

Fidel Castro chega aos 90 anos como uma sombra no governo do irmão, que vive o dilema entre integrar a Ilha ao mundo ou correr o risco de se tornar uma Venezuela

ramento dos laços entre famílias cubanas e parentes de Miami. Há, porém, riscos. A iniciativa tem sido criticada por republicanos, seguidores da velha diplomacia beligerante que ajudou a manter Cuba isolada.

Seja como for, a retomada de relações diplomáticas entre Washington e Havana é um sinal auspicioso, que poderá acelerar a abertura política da Ilha, exigindo um sistema afastado pelo autoritarismo. Mas é do que os ganhos co-

merciais e a multiplicação de oportunidades de negócios, a própria lógica de prosperidade incentivará renovações nos campos político e econômico. Para isso, Cuba terá que passar por reformas importantes, inclusive urbana e institucional, para restaurar o tecido social, rompido por anos de autoritarismo.

Para isso, os EUA precisam manter a importante exigência de contrapartida cubana em termos de abertura política do país.

Cuba, por sua vez, tem a oportunidade de se reinventar como regime democrático e próspero, podendo inclusive aproveitar, como uma vantagem especial, o legado que representa o alto nível educacional de sua população. Espero que Raúl Castro consolide esse caminho, mesmo porque a alternativa será uma crise de características venezuelanas. ■

ANEXO BQ – 18 de agosto de 2016

Opinião

RÉQUIEM

QUANDO COMEÇARAM a circular notícias sobre uma mensagem da presidente afastada ao povo brasileiro, antes do julgamento final do impeachment, houve quem a comparasse à “carta” apresentada por Lula à sociedade, na campanha de 2002, em que se comprometia a respeitar contratos e as bases da política econômica de FH.

MAS A tal carta de Dilma, lida anteontem por ela para repórteres, sem permitir perguntas — medo de quê? —, não pode ser comparada àquela, de fato um marco na primeira eleição de Lula.

ESTA FOI mais do mesmo: a denúncia do “golpe”, inverossímil, e a bandeira, de quem o PT acredita, das eleições antecipadas, inexecutáveis segundo a Constituição, a partir de um plebiscito sonhático.

MAS O pior foi a coincidência da leitura com o anúncio da abertura de inquérito no Supremo para investigá-la e Lula, sobre tentativa de obstrução da Justiça. Restou um clima de despedida.

Opinião

MENTIRA

A FARSA do “golpe”, bizarra em si, vai com o tempo virando pó, inclusive no exterior, à medida que a golpeada continua a gozar de plenos direitos garantidos por uma Constituição republicana.

AGORA, NA fase final do processo de impeachment, a própria Dilma ajuda a denunciar a mentira, ao decidir comparecer ao Senado para se defender de viva voz. Nada menos condizente com um golpe verdadeiro.

Opinião

Olimpíada lava a alma da cidade

Sabia-se que se tratava de evento de gigantesca dimensão. Os números previstos para a Rio-2016 indicavam: 11.400 atletas de 205 países, 25 mil jornalistas credenciados, 2.488 medalhas disputadas e uma estimativa de 500 mil turistas. A medida que os jogos avançavam, a magnitude ficava visível nas ruas. A área restaurada do Porto e recém-entregue à população, por exemplo, tem recebido multidões engrossadas nestes dias por visitantes de fora do estado e do país.

O sucesso da Olimpíada em si pode ser memorado de várias formas. Uma delas: no domingo passado, transito pelo Parque Olímpico, na Barra, meio milhão de pessoas. A venda de ingressos para competições, após a cerimônia de abertura, disparou: até terça, haviam sido adquiridos 745 mil, além dos 5 milhões vendidos anteriormente.

Esta grandiosidade atemorizava, diante da tarefa conquistada em 2009 ao ser escolhida a segunda cidade latino-americana a sediar os jogos — a primeira, o México, em 1968.

No final, o balanço é positivo, com inúmeros problemas devido ao tamanho do evento numa

O evento desafiou a capacidade de realização do país, da cidade e do estado, e o resultado foi animador. As falhas, como as de segurança, têm de servir de aprendizado

cidade sem infraestrutura de país desenvolvido; entre as falhas, as piores foram de segurança pública — insegurança fora das áreas de competições, o que importa. A farsa montada pelos nadadores americanos não redime a cidade neste quesito. Como a sorte da ausência de chuva forte apenas maquiou a poluição na Baía.

Havia pessimismo com os 16 dias dos Jogos, em parte alimentado pela própria situação econômica e política do país, embora com perspectivas de melhorias. Mas a festa deslambrou da abertura, no Maracanã, dobru uma certa movimentação de veículos da imprensa estrangeira, assombrou brasileiros e reforçou o paradigma de que a criatividade e o uso inteligente de novas tecnologias podem compensar a falta de di-

reitos. Nenhuma novidade, mas foi um facho de luz na escuridão do baixo-astal reinante.

Porém, isso não compensa outras deficiências nacionais. Por exemplo, na gestão. Tinha havido anos de subocupação de operários cujos salários sofreram atraso, mas não é justificável que o prédio da delegação da Austrália, na Vila Olímpica, a primeira a chegar, fosse liberado com encanamentos entupidos, instalações elétricas macalhadas etc. Uma simples visita prévia evitaria o disastro da vergonha. O que parecia o início de uma grave crise foi contornado pela mobilização de equipes de reparo de emergência. Deu certo, e tudo correu dentro da normalidade possível no Parque e na Vila. Esclamam-se: a cidade que criou no Parque, ferindo levemente sete pessoas, era de uma empresa do Comitê Olímpico Internacional.

Ao se anunciar a Rio como sede da Olimpíada de 2016 começou um debate sobre se compensaria trazer os jogos para a cidade e o Brasil. Hoje, não se tem dúvida de que foi bastante compensador. Não apenas pelo dinheiro que circulou na cidade e em outros estados, com novos empregos criados, principalmente na

construção civil. E a Rio-2016 foi aproveitada de forma hábil pelo prefeito Eduardo Paes para viabilizar impressionantes projetos na revitalização do Porto, na ampliação da malha de transporte de massa (BRTs) e na linha de metrô até a Barra, de responsabilidade do estado. Foram importantes o apoio federal e a atuação conjunta com o governo estadual.

Se o modelo era o de Barcelona de 1992, quando uma parcela decadente da cidade foi revitalizada, o objetivo terminou em parte sendo atingido, em que pese o Parque Olímpico ter ficado na Zona Oeste. Outro ponto forte da Rio-2016 foi a economia de dinheiro público, com a formação de parcerias com a iniciativa privada, e ainda a formação de áreas e outras áreas de competição (Deodora) para posterior conversão em escolas e parques públicos.

Mas não se dispensa, por óbvio, um balanço crítico da Rio-2016, para se entender as causas dos erros e eliminá-los, a fim de que se consolide na cidade e no país a vocação de sediar eventos globais. Além de trazer dinheiro e gerar empregos, eles fazem bem à alma. ■

É preciso salvar a Ficha Limpa

Uma decisão do Supremo, por maioria de votos, que, na prática, torna inócua a Lei da Ficha Limpa para barrar prefeitos e governadores que desrespeitam normas constitucionais, criou sérios obstáculos ao combate à corrupção, às portas de um pleito municipal.

O ministro Gilmar Mendes, um dos que constituíram a maioria neste julgamento do STF, atribuiu o veticício a erros na redação da lei, cometidos por "híbridos". A estocada foi devolvida por outro ministro, Luis Roberto

Barroso, veicido no julgamento, para quem a Ficha Limpa é uma lei importante e "séria".

A esgrima de nada serve; o que importa é resolver a questão de forma a que não seja derribada a barreira que a Ficha Limpa havia erigido com a finalidade de evitar que prefeitos e governadores responsáveis pela dilapidação do Erário se reclegessem.

Com razão, movimentos de combate à corrupção e associações de magistrados se insurgem contra a decisão do Supremo de que não basta a condenação do prefeito ou governador

pela respectivo tribunal de contas para efeito de enquadramento na Lei da Ficha Limpa. Passa a ser necessária a confirmação do veredicto por câmara e assembleia locais. Ora, ora.

Sabe-se bem como governadores e prefeitos conseguem manter maiorias nas Casas Legislativas. Vale dizer: se o Supremo mantiver com o Legislativo a palavra final contra o chefe do Executivo, em relação à Ficha Limpa, o Corte estará tomando inimputáveis governadores e prefeitos mais gestores dos impostos pagos pela população.

O caso é sério porque, segundo o presidente da associação dos membros dos tribunais de contas, Valdeir Pascoal, 84% dos gestores públicos impugnados o foram devido a esses tribunais. Confirma-se, então, que é como se a Ficha Limpa fosse revogada. Também de acordo com a associação, seis mil prefeitos já foram apanhados pela Ficha Limpa. Agora, podem pedir anistia.

A esperança está nos emulgos que deverão ser impetrados no STF, com pedidos de esclarecimentos sobre essa decisão. ■

Opinião

O terremoto do petrolão em bancos e fundos

Os efeitos jurídicos e políticos do petrolão são muito abrangentes. Estão no núcleo do caso o primeiro semestre de 2014, quando a Operação Lava-Jato foi a compra. A conta de demonstração do PT, com a perda de milhares de alto escalão — grupe sócio pelo partido desde o mensalão — e, desta vez, com o ex-presidente Lula sendo alcançado pelas investigações, ao lado de sua esposa, Dilma. Sem considerar outros partidos que foram aliados, em que se destaca o PMDB.

O impacto econômico literário visível num segundo momento. A começar pelas empresas atingidas, a maior delas a Petrobras, o grande fôlego escusado pelo esquema de corrupção lulopetista montado nela e conectado a outras companhias públicas (Eletronuclear, por exemplo). A Petrobras já atingiu, no balanço referente a 2014, R\$ 6,2 bilhões correspondentes a perdas com a corrupção.

E tem mais. Há bilhões, ainda, milhões de bilhões contabilizados com sinal negativo, devido a prejuízos multibilionários, decorrentes de erros técnicos causados em diretoria, envolvendo no assunto a empresa.

Aiém das perdas bilionárias causadas pela corrupção, o lulopetismo também prejudicou o Tesouro por meio de projetos e programas mal formulados

Nas últimas semanas, tem ficado evidente o impacto de projetos, e de políticas estatais saídas da cozinha do lulopetismo, num segmento sensível da economia: o setor bancário incluindo públicos, e fundos de pensão de estatais.

Cada projeto mal formulado, cada detalhe que precisam aparecer em balanços de empresas com capital aberto, algumas delas com ações no exterior. E os bancos que financiaram os projetos mal formulados têm de fazer provisões, tiradas do lucro ou do capital de ações, com o fim de sacar com os prejuízos que deverão ser realizados. Caso os projetos não fiquem em pé.

Os bancos estatais são as primeiras vítimas, porque os governantes do turno os forçam a financiar empresas companhias e empreendimentos ar-

riscados, tocados por interesses políticos e ideológicos.

A Sete Brasil, uma empresa nascida do deficiente estatuto de se usar a Petrobras e o pré-sal para fabricar no Brasil grandes plataformas — sobre o tipo da indústria de Geisel —, é um grande fôlego de projeto em bancos, forçados a reforçar provisões para enfrentar o risco. Algumas instituições privadas — Itadesco, Itaú Unibanco, BTG, Santander — também não escaparam desta debacle operacional do estatuto.

O Banco do Brasil emprou R\$ 5 bilhões na faturada Sete Brasil. Até a Caixa, voltada para o mercado imobiliário e infraestrutura, foi levada a colocar dinheiro no projeto — não por acaso, talvez tenha sido, no lulopetismo, o mais aparelhado dos bancos públicos. A Sete Brasil rende para a Caixa uma perda de pelo menos R\$ 1,6 bilhões.

Impactos da operação arrastada do estatuto afetam outras também no BNDES. A necessidade de elevar provisões foi uma das causas do primeiro prejuízo do banco, no primeiro semestre, em 11 anos (R\$ 2,2 bilhões).

As provisões foram ampliadas em 500%, de ja-

neiro a junho, em comparação com o mesmo período de 2015. Basearam de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 9,5 bilhões.

Fundos de pensão de estatais, muitos deles controlados em braço financeiro do CDT/PT, entraram no mesmo barco financeiro. Em âmbito O Funcef (Caixa), por exemplo, terminou com 17,0% do Sete Brasil, péssimo negócio para os funcionários do banco e o Tesouro, para onde será despatchada parte do prejuízo. Esse mesmo erro foi seguido no Previ (Banco do Brasil), e assim por diante. Isso sem considerar os direitos de dinheiro dos cotistas, patrocinados também pelo lulopetismo.

A lista de empresas possesores de políticas comandadas de ideologia formuladas no PT é extensa. Um caso é o da telefonia Oi, falida devido aos projetos defarçados de companhias, e com apertados técnicos profundos em bancos públicos e fundos de estatais. Bem como aos acionistas dentro e fora do país.

O PT deve desejar que o tempo passe mais rápido, para não ter que lidar com o passado. Porém, esse maré em empresas e no sistema financeiro, público e privado, permanecerá. ■

Islamofobia e jihadismo são faces da mesma moeda

O assassinato de um irani no distrito de Queens, em Nova York, no sábado passado, é mais uma evidência do fato de que se trata do modo irracional de um inimigo ódio, esse estado de ódio também aparece em vandalismo contra mesquitas e abelhas de obediência na Europa e em discursos xenofóbicos de políticos populistas, estimulando a patologia social da "islamofobia".

É uma violência reativa, alimentada dialeticamente de outra forma proporcionalmente inversa: o jihadismo. Os atentados de 11 de setembro de

2001 instantaneamente subvertendo a guerra santa no Ocidente. Desde então, o mundo tem vivido no tipo de barbárie — de guerra desecessitadas, como a do Iraque, a vários tipos de atrocidades cometidas por extremistas em nome de Deus.

O jihadismo hoje tem muitas faces, desde offensivas militares no Oriente Médio a atos isolados de "hótes solitários" em países-abertos. Estes últimos dirigem ações contra civis e alimentam uma sensação de insegurança generalizada.

A reação dos governos ocidentais, porém, tem se mostrado ineficiente. A decisão de várias pro-

blemas fronteiras da Costa Mediterrânea, inclusive as de Nice e Cannes, de proibir o uso de burquini — o traje de turbã muçulmano — nas praias é exemplar de irracionalismo como o problema sem sendo tratado.

O primeiro-ministro francês, Manuel Valls, chegou a dizer que a vestimenta em questão "representa uma visão arcaica da posição da mulher na sociedade, incompatível com os valores franceses". Seria uma afirmação presunçosa, não fosse, antes, incosistente. Afinal, o uso de qualquer traje é um direito individual, inalienável.

A saída para o conflito é estimular as populações multiculturalistas a abraçarem os valores ocidentais, por meio de uma integração plena dessas comunidades, hoje isoladas, à vida social dos países onde estão inseridas, sobretudo na Europa. Assim, caminha-se na direção inversa à da formação de guetos, onde, em lugar do lema liberdade, igualdade e fraternidade, prevalece uma interpretação radical da sharia, a lei islâmica. É preciso o esforço de todos, inclusive autoridades e líderes religiosos, para desarmar o irracionalismo belicoso que sustenta a islamofobia e o jihadismo. ■

Tema em discussão

O lobby pela legalização dos jogos de azar

Nossa opinião

Ganhos enganosos

Não faltam à agenda do Congresso temas cruciais para o Brasil. Mas a tramitação de projetos que de fato interessam à sociedade, de modo a superar anacronismos da legislação, reparar falhas estruturais no âmbito da economia ou aprovar institutos que acabem com discrepâncias político-institucionais, tem sido em geral lenta, fora do ritmo adequado às demandas do país em cada uma dessas áreas. Caso, por exemplo, da reestruturação das normas trabalhistas, da revisão do autossistema previdenciário e de uma reforma política na qual sobressaia a necessidade de estabelecer critérios para a criação de partidos.

Reconheça-se que não temas que, por complexos, demandam muita discussão. O que, no entanto, não pode ser licença para postergações citadas por interesses a eles estranhos — que é o que parece estar acontecendo, com prejuízos para o equilíbrio mais imediato do país. Enquanto isso, outros pontos saem com estranha pressa da mesa anoteiro na agenda para a pauta do Brasil que leva ao plenário.

Caso, por exemplo, da liberação da jogatina, cujos pareceres finais para a votação na Câmara dos Deputados poderão ser dados nesta semana. Um mau passo, tanto pela suspeita dinâmica parlamentar como pelo que uma decisão como essa tem de deflora para o país. A começar neste segundo aspecto: pelas questões sociais (aumento da violência e da criminalidade, incentivo ao ruinoso vício do jogo, combatedoras práticas de lavagem de dinheiro) que estão por trás do funcionamento de roletas, caça-níqueis, bicho

etc.] que transcendem o mero funcionamento de casas de apostas.

Sequar é aceitável o argumento de que a abertura de cassinos seria uma fonte de receita para o Estado, com a flexibilização dos já tíbios mecanismos legais que mal mascararam a leniência com a existência de centros legais de jogatina e o funcionamento de máquinas caça-níqueis, bem como a complacência com as bancas de apostas no jogo do bicho. Ainda que dinheiro proveniente de uma atividade que lese princípios éticos e sociais, incompatível com as tradições do país, seja admitido como reforço orçamentário, a tese é enganosa.

Controlada na clandestinidade por grupos criminosos inclusive ligados a quadrilhas mafiosas internacionais, a jogatina legalizada cairia no colo do crime organizado como fenomenal máquina para impulsionar seus “negócios”. Os dados que já abastecem contas não declaradas seriam os mesmos, aperfeiçoados, que desenham o controle fiscal a partir do leito do faturamento dos cassinos.

A ideia de que o jogo funciona como antídoto contra a crise econômica soa como música a ouvidos de prefeitos e governadores. E, entre outros, nesse frívolo argumento que o lobby da jogatina tem se batido mais fortemente, no Congresso, para legalizar os cassinos, é argumento inconsistente, que se contrapõe, por exemplo, à imperiosa necessidade de cortar gastos públicos. A velocidade que a bancada do jogo imprimiu à tramitação do projeto é acínica. Dobrando-se a essa manobra, o comando da Casa torria-se cúmplice de uma ação contra os interesses nacionais. ■

É falso o argumento de que a liberação seria antídoto contra a crise econômica do país

Outra opinião

Complexo de vira-lata

SÉRGIO RICARDO ALMEIDA

O fanatismo da intolerância ainda assombra o tema que nunca teve tanto destaque como em 2016: a regulamentação dos jogos de azar. Não é de hoje que vemos argumentos preconceituosos cercar essa ideia. Os detratores, com visão limitada sobre os sérios processos de regulamentação que tramitam tanto na Câmara quanto no Senado, ignoram medidas que garantiriam o aprimoramento ético da exploração dos jogos no país.

Um dos principais argumentos tenta colocar em cheque a seriedade de uma fiscalização que impeça a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas por parte dos empresários do jogo. Apesar de divergirmos da posição do Ministério Público no que se refere ao mérito da legalização, concordamos que a sociedade precisa estar atenta às questões levantadas pelos procuradores. No entanto, não podemos reforçar esse

complexo de vira-lata que ainda assombra e frustra o país, como MP, PE, Judiciário e Receita, não consigam fiscalizar e coibir crimes. Existe tecnologia para isso. Temos que acreditar na nossa capacidade de fazer.

Outro argumento diz respeito à ludopatia — ou vício em jogos. Essa é uma preocupação legítima, tanto que reúne igual energia por parte dos contrários e dos favoráveis à legalização. A nossa proposta é que os deputados da Comissão Especial do Marco Regulatório dos Jogos recomendem a criação de um Fundo Nacional

de Assistência à Ludopatia. Nossa intenção é que 0,1% de toda a receita da exploração dos jogos seja destinada a este fundo, que terá gestão controlada por representantes do Judiciário e da saúde pública. Assim será possível manter um Cadastro Nacional de Ludopatas, restringindo a sua entrada nos estabelecimentos, ajudando a preservar o próprio indivíduo com transtorno. Hoje, essas pessoas — e elas existem aos montes — estão sem qualquer suporte governamental; sob o hipócrita olhar que parece fugir que não vê.

Por fim, a construção de novos cassinos, bingos e todo o dinheiro que a indústria do entretenimento gera, somado a receitas que entrariam para os cofres públicos com a operação, vão gerar pelo menos 600 mil empregos no país.

E a nossa defesa é que o Rio de Janeiro seja tratado com excepcionalidade no que se refere à construção de cassinos. O nosso estado é a principal porta de entrada do Brasil e o setor privado

já investiu na construção de um parque hoteleiro robusto por conta da Copa e da Olimpíada. Para manter esses quantos ocupados, precisamos criar uma estrutura permitida. Por isso, firmamos eco com a proposta de criação de um cassino no Parque Olímpico.

Sob este aspecto, nos anima a condução do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) à presidência da Câmara. Como carioca, ele saberá conduzir essa questão a fim de garantir o melhor para o Rio e para o Brasil. ■

Sérgio Ricardo Almeida é presidente da Lotof.

Não é possível que instituições como PF, MP, Judiciário e Receita não consigam fiscalizar e coibir crimes

Opinião

AUTOESTIMA

O SUCESSO da Rio-2016 veio melhorar a tão abalada autoestima de cariocas e brasileiros em geral. A soma de recessão, crise política, com suas incertezas em relação ao futuro, fez baixar o astral da nação como poucas vezes visto.

ENQUANTO ATLETAS e turistas se despedem do Rio, o país retoma a pesada e inevitável agenda do impeachment e das reformas para consertar a economia.

A TORCIDA é para que a autoestima não volte a naufragar.

ANEXO BW – 24 de agosto de 2016

Opinião

FOGUEIRA

A PROPOSTA de aumento salarial para os ministros do Supremo, o procurador-geral da República e defensores públicos talvez fique para depois do impeachment.

ANTES O adiamento não fosse apenas por conveniência, diante de duras críticas à sua concessão, pela inoportunidade do momento da economia, feitas inclusive por aliados.

O GRANDE problema do reajuste dos proventos dos ministros é que eles são o teto de referência de salários em todo o serviço público, inclusive estadual. Haverá aumentos em cascata pela Federação afora.

LIBERÁ-LO agora, em meio à seriíssima crise fiscal, é colocar gasolina na fogueira.

ANEXO BX – 25 de agosto de 2016

Opinião

SENSATEZ

PELOS CARGOS que ocupam, Gilmar Mendes e Rodrigo Janot precisam moderar a linguagem, para evitar que o bate-boca respingue nas respectivas instituições, o Supremo e a Procuradoria-Geral da República, a cúpula do Ministério Público Federal.

HÁ MUITOS assuntos sérios e de importância para a sociedade sob a responsabilidade do STF e do MPE, e cuja tramitação não pode ser afetada por choques de tons pessoais.

A LAVA-JATO e o combate à corrupção, no sentido mais amplo, são alguns deles.

ANEXO BY – 26 de agosto de 2016

Opinião

LUZES

O CLIMA de briga de rua criado em torno do desentendimento entre o ministro do Supremo, Gilmar Mendes, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, devido ao suposto vazamento de parte da delação premiada à Lava-Jato do empreiteiro Léo Pinheiro (OAS) não pode barrar as investigações da operação.

DAÍ, DEVER-SE considerar a proposta do também ministro do STF Marco Aurélio de Mello de se investigar o que houve no alegado vazamento de que o empreiteiro teria citado outro membro do STF, Dias Toffoli, no seu depoimento.

O INACEITÁVEL é que uma colaboração tão importante à Lava-Jato fique em suspenso, ou seja posta de lado, por um fato não esclarecido.

Opinião**DUAS FACES**

DO PONTO de vista técnico, o indiciamento do casal Lula e Marisa, junto com Léo Pinheiro (OAS) e outros, pela Polícia Federal, no inquérito aberto na Lava-Jato sobre o verdadeiro proprietário do célebre triplex do Guarujá, nada tem a ver com o julgamento final do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff.

MAS, NO mundo político, tem, porque se trata de mais um fato importante na história da passagem do lulopetismo pelo poder, em que também se destacam os desmandos econômicos, na área fiscal, cometidos por Dilma. E que a levam ao impeachment.

JÁ OS desmandos no campo ético e também legal levam a prisões e a indiciamentos como este.

Opinião

PEC dos partidos ajudará na renovação da política

Em um ambiente político tenso, cuja voltagem passou a subir mais uma vez, encerrado o período de relaxamento da Rio-2016, a fase final do pedido de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, está de novo em andamento, e tudo indica deverá ter um desfecho esta semana.

Depois, temas-chave da agenda do Congresso passarão a ganhar mais visibilidade, independentemente de quem estiver no Palácio. Um dos assuntos é a reforma na legislação político-eleitoral, feita por proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Um dos aspectos positivos da PEC é ser minimalista. Não faz qualquer revolução na legislação — até porque não é preciso mesmo nada revolucionário —, nem amplas alterações, para se atingir o ponto nevrálgico da baixa representatividade de partidos e políticos, com todas as consequências negativas do problema.

No plano de fundo da perda de prestígio da Le-

Emenda à Carta que exige votos para partido ter representação plena e acaba com as coligações em pleitos proporcionais é essencial para sanear o Legislativo

gislativo, trágica para a democracia representativa, está uma desastrosa proliferação de legendas raras, quase sempre criadas para permitir negociações. Por exemplo, na comercialização de tempo no bonifim cto gratuito. E para ganhar o dinheiro fácil do Fundo Partidário, baseado pelo contribuinte. Mesmo sem qualquer parlamentar, partidos repartem 7% do fundo, hoje em R\$ 600 milhões.

A PEC de Ferraço cria mecanismos combatidos em democracias fortes e longevas: a eliminação de desempenhos, um mínimo de eleitores, que a legenda tem de atingir para conseguir acesso pleno ao fundo, participar do programa eleitoral e ser representado, com todos os direitos, no Legisla-

tivo. E ainda acaba com a coligação em eleições proporcionais, pela qual votos elegem deputados sem o conhecimento do eleitor, um absurdo.

Aprovida a proposta, partido para ter representação plena necessita de pelo menos 2% dos votos dados a todos os deputados federais, e atingir este índice no mínimo em 14 estados. Nas eleições de 2022, o índice subirá para 3%.

No pleito de 2006, entraria em vigor uma cláusula idêntica à da Alemanha, com a exigência de 5% dos votos nacionais. Partidos pequenos concretizam ao STF e sustentam a medida. Por um conceito até ingênuo de representatividade — pois ela não existe sem votos —, chegou-se à situação atual: 38 partidos oficializados, muitos ainda no fila para serem criados, e, no Congresso, 20 legendas. A maioria ceada também em outro mecanismo de iliciteza, a coligação em eleições proporcionais.

No atual Supremo, é bastante provável que aquela reclamação de legendas menores não

fosse aceita, tamanhas as distorções que se acumularam no quadro partidário à frente de todos.

Como ficou mais difícil negociar alianças de forma séria nesta pulverização partidária, o PT partiu para o caminho fácil da corrupção via o morma lá dá cá do fisiologismo. A prisão de líderes e Lula e Dilma sob investigação resumem o drama do partido pelo ano cometido.

Uma prova da grave perda de importância dos partidos está em estatísticas publicadas pelo GLOBO sobre filiações partidárias, distribuídas por faixas etárias, de 2008 até hoje. Quanto mais jovem a parcela da população, menor a adesão a partidos. Que cai ano a ano neste período. Entre 18 e 24 anos, retrocede de 3,13% para 2,62%. A tendência é a mesma até a faixa de 35 a 44 anos. E o envolvimento da população não explica toda esta queda. Os partidos não se renovam, também a falta das mãos de espetáculo, e assim a política e a democracia perdem substância. A PEC de Ferraço é uma resposta a esta beemombe. ■

Moradia para garantir o legado olímpico

A Olimpíada produziu dezenas de imagens de grande impacto. As cerimônias de abertura e encerramento, as vitórias de brasileiros e a vibração da torcida ficaram na memória como um momento especial da cidade e do país. Tão marcante quanto essas cenas foi a verdadeira invasão de caracóis e turistas ao Boulevard Olímpico, que chegou a receber um milhão de visitantes no sábado, dia 20. Mas há uma diferença: enquanto a corrupção e a falta, por mais que tenham um caráter histórico, são momentâneas, a área revitalizada da Zona Portuária é espaço reincorporado à vida carioca, que só faz jus à classificação de legado olímpico se houver ação permanente nesse sentido.

No momento em que a cidade se prepara para eleger o novo prefeito, poucas discussões são tão pertinentes quanto o futuro da região. E o estímulo à moradia na Zona Portuária é fundamental para consolidar a revitalização da região outrora degradada — e esquecida por boa parte dos cariocas que, por medo da violência e de outros sintomas da decadência, só passavam por ali em caso de necessidade.

Os eventos já programados para o Boulevard Olímpico até o fim do ano não bastam. É preciso que haja mais moradores, de perfil socioeconômico diverso, que serão clientes do comércio local, atrairão novas lojas e viabilizarão unidades. Com movimento nas ruas, diminui-

ram os chances de degradação, pois residentes cobram do poder público serviços como limpeza, iluminação e pavimentação.

O potencial da região para projetos habitacionais é imenso. Não só em áreas desocupadas que podem servir à construção de residências como em imóveis vazios, sendo o mais emblemático o edifício A Noite, em frente ao Museu do Amanhã. O prédio histórico, de 22 andares e 102 metros de altura, está desocupado. Enquanto isso, a cidade se expande para a Zona Oeste, sob a equivocada justificativa de que não há mais terrenos nas regiões centrais.

A consolidação da Zona Portuária como lugar de moradia pode reorientar a política ur-

bana, por deixar ainda mais evidente que é melhor aproveitar a infraestrutura existente do que levá-la a regiões distantes, a um custo proibitivo, para um poder público sufocado pela crise fiscal. Mesmo sem crise. Assim como também são bem-vindas moradias ao longo de linhas de trem e BRTs, obras de mobilidade que, operadas com eficiência e planejamento, previnem a favelização. Com transporte público rápido, não há mais justificativa para viver em condições precárias apenas pelo suposto "vantagem" de estar perto do trabalho. Na Zona Portuária, portanto, está não só parte importante da memória da cidade, mas também um modelo viável para seu futuro. ■

Tema em discussão

Iniciativa privada no abastecimento de água e saneamento no Rio de Janeiro

Nossa opinião

Caminho certo

O Rio de Janeiro, o segundo estado mais desenvolvido da Federação, atende à sua população com uma rede de distribuição de água e captação (e tratamento) de esgoto em que demandas críticas postergam — indefinidamente, a se manter o atual modelo de gestão, particularmente todo escalado — as metas de universalizar tais serviços. Se esse abastecimento de água tratada e situação parece mais confortável, ainda que não ideal, com 89,3% das residências cobertas na questão relativa à coleta e ao tratamento final de dejetos o quadro é desolador. Mesmo à luz de projeções mais modestas, como o Pacto pelo Saneamento, lançado pelo governo fluminense em 2011, que previa tratar 80% do esgoto do estado até 2018, a universalização ainda só como quimera. A dois anos do prazo, apenas 64,2% da população dispõem de serviços de coleta do esgoto; por sua vez, o benefício do tratamento dos dejetos só alcança a parcela de 34,8%.

Mais manifestamente, estimam-se que near as demandas estão investimentos de R\$ 21 bilhões ao longo de trinta anos. São recursos com os quais o estado Cedae, a principal e mais abrangente empresa de saneamento fluminense, não tem como arcar. Também o esforço (gerenciamento, técnica, operacionalidade e otimização de ações das atividades-fim) para alcançar a meta de tornar universais para a população esses serviços é incompatível com o pouco dinamismo de empresas públicas. A isso se juntam pressões corporativistas, cotizadas à cobrança de metas e à ineficiência, de que estatais são alvo fiel.

O modelo de privatização de partes da Cedae recentemente apresentado pelo INDES ao governo fluminense é o mais efetivo, por realista, caminho para o estado obter a atenuada universalização, il em prazo mais curto. Pela proposta, a meta seria alcançada, na coleta e no tratamento de esgoto, em 15 anos; no abastecimento de água, em cinco anos. Difícil, mas factível com o motor da iniciativa privada.

É isso que o INDES, acertadamente, propõe — aproveitar o dinamismo e a força dos investimentos de empresas privadas, lidando-lhes áreas de municípios atendidos pela Cedae. A estatal preservaria seus setores estratégicos de produção, processamento e transporte de água até as acturas.

As vantagens desse modelo são inequívocas. Primeiro, em si, pela maior disponibilidade de caixa da iniciativa privada, em contraste com o definhamento das finanças de um estado paralisado pela crise econômica. Também por exemplos positivos de privatização/concessão: Cro-

mo Néerli, que passou a ter 100% da população coberta pelo abastecimento de água e demandas de saneamento bem encaminhadas. Resistências à proposta por parte dos servidores da Cedae são manifestações espôndas de categorias refratárias a modelos de gestão que lhes cobram metas e eficiência. Por sua vez, divergências quanto a adotá-la entre o governador em exercício, Francisco Dornelles, e o licenciado, Pezão, apenas refletem visões distintas sobre a questão. O irreversível é que o modelo de licitação é caminho incontestável para o estado aperfeiçoar a prestação de serviços nessas áreas. ■

As vantagens do modelo são inequívocas, pela eficiência da iniciativa privada e pelas experiências positivas

Outra opinião

A gota d'água

PAULO SÉRGIO FARIAS

No curso de uma verdadeira sangria pela privatização da Cedae, patrocinada principalmente pelo governo do estado, é impossível não traçar paralelo com outros serviços concedidos no passado. O caso dos trens urbanos no Rio é um exemplo de que o concessão pode custar caro para a população. Em 1984, os trens chegaram a transportar 900 mil pessoas/dia. Concedidos em 1996, nunca voltaram a transportar mais do que 450 mil. Já a tarifa saltou de R\$ 0,60 para R\$ 3,70 desde a privatização, um aumento 440% acima da inflação.

Na Europa, mesmo com regulação, a privatização da água e do saneamento provocou forte aumento de tarifas. Quando a água foi "municipalizada" em Paris seu preço baixou 8% só no primeiro ano, enquanto durante 25 anos de gestão privada (1985-2010) subiu 250%. A América Latina também se lesionou com a privatização da água. Na Itália, as revoltas de Cochabamba em 2000 obrigaram o trust americano a sair do país. Em 2005, o Uruguai inscreveu na Constituição a água como bem público, não passível de privatização. E após uma década fornecendo água mal tratada e com os porteiros, a concessionária francesa pediu para sair de Buenos Aires em 2006.

Temos outros exemplos mais próximos. Em Néerli, apesar de assumir toda a infraestrutura montada pela Cedae e ter recebido subsídios milionários, a concessionária não universalizou o serviço conforme o prometido. Em outras ci-
dades que privatizaram água e esgoto, como Rio das Ostras, obras cotizadas nunca chegaram a ser realizadas, segundo denúncias da própria prefeitura. E na capital, onde o serviço foi entregue à exploração privada na AF 3 (Zona Oeste), apesar de altamente lucrativo o "negócio" ainda não deu os resultados esperados.

Quinze anos atrás é a tarifa. Empresas privadas que atuam no Estado do Rio aplicam tarifas de até R\$ 5,10 pelo m³ (mil litros), enquanto a Cedae cobra R\$ 3,02-5,00 para comparecer a água mineral tem valor médio de mercado de R\$ 5/mil, nunca inferior de 1.000/1. Além disso, a Cedae pública garante a tarifa social a cerca de dois milhões de moradores de comunidades populares. Provavelmente, sendo excluídos caso a empresa venha a ser privatizada.

A privatização agride a soberania, desemprega, dá prejuízo ao estado e não garante acesso de todos à água. Privatizar a Cedae agota ainda a gota d'água para lutar de vez os serviços de água e esgoto no Rio, sacrificando de maneira permanente a população apenas para ajudar a resolver o problema momentâneo de caixa do estado. Alguém se interessa aos empresários, pois, mesmo que seja concedida, a empresa só será capaz de fazer investimentos com a abertura das tomadas dos cofres públicos, como ocorre em outras áreas. Por isso defendemos uma Cedae pública, estatal e indivisível, com gestão voltada para a tão desejada universalização. ■

A privatização agride a soberania, desemprega, dá prejuízo ao estado e não garante acesso de todos à água

Paulo Sérgio Farias é secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nos Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do RJ (Sintasma)

ANEXO CC – 30 de agosto de 2016

Opinião

FALHA

INAUGURADO HÁ sete anos, em Manguinhos, o Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila tem sido depredado e roubado. A ponto de, depois de ter atraído pais pela sua qualidade, hoje padece de evasão de alunos.

A ESCOLA é um triste exemplo de como governos, sempre ansiosos em patrocinar inaugurações, costumam falhar no mais simples: vigilância e manutenção. Talvez porque não permitam palanque e banda de música.

Opinião

Dilma chega vulnerabilizada à votação

Passarão-seito meses desde a aceitação do pedido de impeachment de Dilma por parte do então presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), durante os quais transcorreram intensos debates, com acusações e defesas, acrimenias do recurso no Supremo Tribunal, cujo presidente, ministro Ricardo Lewandowski, é o guardião de corpo presente desta fase final do processo.

Dilma (em um apoio marginal nas ruas — sustentação que passou a se resumir a movimentos e entidades que orbitam em torno do PT, e se beneficiaram do acesso fácil ao Tesouro nos governos lulistas —), mas a representatividade do PT faz bem ao processo de impedimento. Sob pressão, o Legislativo e o Poder Judiciário são aliados atentos da extrema direita de toda a transição do afastamento da presidente Dilma.

A última sessão em que acusação e defesa se defrontaram, realizada no manhã e início da tarde de ontem, resumiu bem os pontos centrais da acusação de Dilma por crimes de responsabilidade de origem fiscal e orçamentária, conduzida pelos juristas Jerônimo Paschoal e Miguel Heald Jr. Bem como a defesa, feita pelo advogado José Eduardo

As comparecer ao Senado, presidente afastada lou defeso competente, mas demonstrou traços conhecidos nas respostas a perguntas e críticas

Cardoso, ex-ministro da Justiça e da Advocacia Geral da União (AGU).

Não restaram mais dúvidas sobre a culpabilidade da presidente Dilma, criticada pelo seu pensamento econômico desde o final de 2005, no fim do primeiro governo Lula, quando assumiu a Casa Civil e tachou de “rudimentar” a proposta dos colegas Antonio Palocci, da Fazenda, e Paulo Bernardo, do Planejamento, para impedir que as despesas subissem mais que o PIB.

Na essência, é o que o governo Temer se propõe a fazer, e está certo, Dilma, no entanto, fiel a convicções erradas, pôs em prática a visão de que “gasto em conteúdo é vida” e, desde o final do segundo mandato de Lula, passou a induzir uma política de expansão de despesas sem limites. A crise mundial de 2008/2009 ser-

viu de álibi para a ganância, causa da atual crise, aprofundada pela percepção de que o Tesouro brasileiro se tornará insolvente, sedimentada pela reeleição de Dilma e sua aposta em dobro no mesmo modelo, com a queda de Joaquim Levy do Ministério da Fazenda, substituído por Nelson Barbosa.

Ao sustentar a parte técnica da acusação, Inoana Paschoal foi feliz ao explicar como a presidente Dilma, à frente do ministro Gódo Mantega e do secretário do Tesouro, Arno Augusto, este o artífice da “contabilidade criativa”, promoveu uma “injeção fiscal”, para maquiar dados com técnicas de contabilidade pública, a fim de criar um cenário róseo da economia, na campanha de 2014. Daí as “petaladas”, para que bancos oficiais pagassem, em nome do Tesouro, subsídios. Enjuicaram à União, um pecado mortal perante a Lei de Responsabilidade. E também editaram decretos de gastos adicionais, sem a aprovação do Congresso. Crimes de responsabilidade, de acordo com a Lei 1.079/50 e a Constituição.

Para completar o fiel resumo do que foi o embate destes oito meses, o advogado José Eduardo Cardoso se incumbiu da defesa política e técnica

da presidente, exposta com a fúria e a competência costumeiras.

Veio à cena o fantástico “gripe parlamentares”, sustentado numa feição totalitária usada nos pórtos do TCU, do qual se valeu Eduardo Cunha para chantagear a presidente: ou o apoio do PT no Conselho de Ética, ou a abertura do processo de impeachment. Esqueceu-se de citar passagens do Pluralismo para que prefetes defendessem Cunha. E se este se virou, também deu um acolho a Dilma, ao limitar a sustentação do pedido de impeachment a fatos ocorridos apenas em 2015. Suficientemente a impedimento, mas longe de serem o conjunto da obra. Mais ainda: sem o apoio da grande maioria do Congresso, nada prosperará.

Ao comparecer ao Senado para se defender, Dilma não deve ter mudado votos contra si. Na mesma parte do senado em que responderá a perguntas e críticas de senadores, foi a Dilma de sempre: irritada, autocrática, crônica. E deve ter pulverizado de vez a possibilidade do retorno ao Pluralismo quando se recusou a dizer o que teria com a crise econômica: caso o impeachment fosse rejeitado. Demonstra que a hipótese volta à Presidência poderia ser um salto no esouro. ■

Segurança no Rio necessita das Forças Armadas

O período da Olimpíada produziu na cidade do Rio uma positiva sensação de segurança, em especial ao longo das áreas de concentração de competições ou eventos paralelos. Nelas, o policiamento reforçado e o apoio de tropas das Forças Armadas funcionaram como elementos coadjuvantes contra a violência criminal.

Mas, descendo no vanejo dos números, o Instituto de Segurança Pública captou indicadores mais realistas — e preocupantes. Ao longo de julho,

mesmo com o esquema especial de segurança já em operação, os índices de criminalidade em todo o Estado do Rio, abrangendo as áreas fora do chamado perímetro olímpico, sofreram grave degradação. Entre outras rubricas, a estatística de roubos de rua deu um salto de 66,3%; a de homicídios dolosos cresceu 20,3%. Com alterações as ocorrências no Rio capital, no primeiro caso o aumento foi de 26,2%, e, no segundo, de 7%.

Os números sinalizam que esquemas emergenciais de policiamento, com participação das For-

ças Armadas, são cruciais para conter tais surtos de violência. Problemas de segurança são crônicos no estado, ainda que a política de pacificação tenha logrado nos últimos tempos melhorar indicadores. Mas a crise econômica e fiscal que atinge toda a Federação, com suas consequências sociais, tem elevado delinqüência e delitos presos para o colapso das estatísticas de criminalidade.

A debalde econômica, com taxas de desemprego já mais de 10%, inflação e virtual paralização de investimentos, atinge o Rio com especial intensida-

de. O estado está virtualmente queimado, e isso se reflete nas ruas, com o incremento de crimes, e na gestão da segurança (atraso de pagamento de policiais, que tem como um dos reflexos a queda da produtividade de batalhões da PM e delegacias).

Determinar causas da violência criminal é crucial para combatê-las, mas não é passo único. Há uma situação de fato a comprometer a paz social, e isto pede ações imediatas, urgentes. A permanência no Rio das Forças Armadas mesmo após as eleições é uma providência irreversível. ■

Opinião

Para que jamais haja outro impeachment

O impeachment da presidente Dilma Rousseff, economista oriunda do lulismo gaúcho, é o segundo, na vigência do estado democrático de direito, em 24 anos. O primeiro, de Fernando Collor de Mello, senador por Alagoas, e um dos 61 que votaram pela saída de Dilma, foi importante demonstração de vigor das instituições da democracia representativa, desde havia apenas quatro anos da promulgação da Constituição de 1988, marco do retorno ao estado democrático, após duas décadas de ditadura militar. Mudou o status do Brasil no mundo, civilizado. O fato de o afastamento de Dilma ter obtido sete votos a mais que o mínimo exigido de dois terços dos senadores não pode ser oásise pe-

O segundo impeachment em 24 anos, sem rupturas, é sinal de importância fortalecimento das instituições republicanas

desencanto entre PSDB e PMDB na oposição, como a posição dos tucanos, da liberação para que Dilma ocupe cargos públicos. São um fato os dois impeachments, sem rupturas, num continente cuja trajetória é pontilhada de acidentes institucionais e autoritários, à direita e à esquerda, tendo como ligação, entre esses dois campos que se opõem, o nacionalismo, muitas vezes furtilizado pelo populismo, como tem sido na tragédia do chavismo e foi no debate do lulopetismo, com a mais grave desestabilização da economia brasileira na República.

É de notória ineficiência, na América Latina, o fato desses incidentes institucionais no país serem comemorados sem as rupturas clássicas na região. É tema de debates e estudos de cientistas políticos a incapacidade do Brasil, no arranjo inaugurado na Nova República, não permitir moções estáveis no Congresso, para dar governabilidade aos inquilinos do Planalto. A discussão continuará.

O PT resolveu, literalmente comprar a base

parlamentar, para viabilizar um projeto de estromização no poder. Para isso, assaltou a Petrolina, outras empresas públicas e se enfiou em um oceano do qual está longe do seu navio nos tribunais. Sempre guiado pela máquina dos "Bis que juraram os meios".

A razão do impeachment de Dilma é de outra natureza. Restou provado na acusação encaminhada à Câmara por Hildo Brandão, procurador que combatu o Inquérito da Morte em São Paulo, fundador dissidente do PT; os advogados Miguel Leali Jr., ex-ministro da Justiça, na gestão FHC e Irmãina Paschoat, professora do Largo de São Francisco, universidade de Direito da USP, que Dilma cometeu crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária. Foi diferente do que aconteceu com Collor, condenado no Senado por quebra de decoro, devido a denúncias de corrupção, mas inocentado no Supremo. Tudo também dentro das regras legais. Foi o julgamento no Congresso e de cunho político. No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempo brasileiro da ex-presidente. Não passou despercebido que, ao se defender no Senado, Dilma Rousseff usou tática do guru Leonel Brizola: nunca responder às perguntas e falar o que quiser.

Dilma se converteu à responsabilidade fiscal muito tarde, ao vir a dizer, só restou semana, no Senado, ante o cadafalso, que lamentava o PT não haver votado para aprovar a LRF. No precatório, sem piedade, Dilma não fez qualquer menção, por óbvio, mas o partido pelo qual se stepou, o PT, também não se deu ao trabalho de 1988. Livrou-se a consciência a legislação sempre avança contra a Carta e a LRF. Ao propor "Constituições excêntricas" por exemplo,

Dilma e os "desenvolvimentistas" não gozaram da responsabilidade fiscal. Consideram-na "voluntarista", um obstáculo conservador ao ativismo fiscal do Estado, esta uma obsessão da esquerda latino-americana do pós-Guerra. Mas todos precisaram cumprí-la, a Carta e a LRF, com as respectivas normas decorrentes.

Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo por achar que "contabilidade pública" é o que resolve problemas no governo. Algo de sabedoria estatalista. Ao ler os manuais, a Carta e princípios técnicos incontestáveis, cometeu suicídio. Colocar-se fora do impeachment devia à exceção, Dilma, por insistir contra pilares institucionais que o Brasil construiu no Plano Real a partir de 1994, com Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

Eduardo Cunha é, no "narrativa" lulopetista, peça central de um místico complô em que se misturam corruptos temerosos da Lava-Jato, defensores do ex-presidente da Câmara e "inimigos das conquistas sociais": o, claro, a "mídia". Mas tirou a obsessão com o ativismo estatal e os gastos sem necessidade, maquiados por técnicas da "contabilidade criativa", que constituíram o enorme déficit fiscal, visível a todos a partir de 2015, quando

A partir de agora, governante que deseja tomar atalhos, e não apenas no manejo do orçamento, para contornar a Carta, sabe o risco que corre

Assim, editou as bases do seu enfraquecimento logal. Mas nem tudo é pura ideologia. Houve também forte dose de esperteza, a fim de esconder o furo debate do tapete, mantendo um país irreverente na propaganda política de 2014, e ganhar a reeleição em rotundo esmagamento. Depois, veto o auxílio, porque o governo começou a combater, através de política etc., para impedir de manifestar artificialmente a inflação, a fim de lutar a reeleição.

Lulopetistas devem ter apreensão com Ulysses Guimarães e José Sarney quando, em 1985, fizeram o mesmo para o seu PMDB ganhar as eleições no fim daquele ano, nos estertores do Cruze-

do. Hegeram 23 governadores. Dias depois, executaram os ajustes necessários, com liberação de preços e tarifas. O furo passou mais uma vez em 2015, com Dilma. Mas não chegou ao fim, porque as instituições impediram este tipo de medidas.

A edição de decretos de gastos sem aprovação do Congresso e as "pedaladas" — deixar instituições financeiras pagar despesas do Tesouro, numa operação ilegal de crédito à União — danificaram Dilma. O conjunto da obra de malfeitos fiscais é de enormes proporções. Ela vem desde o final do segundo governo Lula, mas bastaram os crimes cometidos em 2015, conforme limitação imposta pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao aceitar o pedido de impeachment, para derrotar Dilma e o lulopetismo de pedigré brasileiro.

O saldo desses empréstimos ilegais concedidos à União, por decisão do Planalto, pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica, pelo BNDES e até pelo FGV chegou em 2015 a pouco mais de R\$ 30 bilhões, com o Brasil havia voltado ao passado, à antessada da pré-lulopetização, quando o BB se financiava diretamente no Tesouro e governadores ordenavam

seus bancos estaduais como caixas da moeda privada. Costuma-se dizer que a estabilização econômica permitida pelo Plano Real se tornou patrimônio da sociedade. O impeachment de Dilma é prova cabal de que isso é verdade. A partir de agora, qualquer governante que pretenda tomar atalhos à margem da lei, no manejo orçamentário, precisará refletir sobre as implicações de seus atos. O mesmo vale para decisões no campo político-institucional. O fortalecimento não é apenas das cláusulas da responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para reconhecer de vez projetos de autoritarismo como o do lulopetismo. Serve de aviso geral à nação. ■

Opinião	
NA LEI	
<p>EM MENOS de quatro horas, o Brasil teve anteontem três presidentes: Dilma, Temer e Rodrigo Maia, substituto constitucional, na condição de presidente da Câmara, de Temer, que depois da posse voou para China.</p>	<p>o cargo de presidente da Argentina, quando Fernando de la Rúa, partiu da Casa Rosada de helicóptero, em meio a saques no comércio, conflitos nas ruas etc.</p>
<p>JÁ OS “hermanos”, em 12 dias no fim de 2001, viram quatro políticos ocuparem</p>	<p>UMA SITUAÇÃO muito diferente da brasileira, em que tudo transcorre sem sobressaltos.</p>

ANEXO CG –3 de setembro de 2016

Opinião

CONFUSÃO

MENOS AGRESSIVO que os bolivarianos Venezuela e outros, o Uruguai reclamou do impeachment de Dilma, por considerar que a presidente havia sido "legitimamente eleita pelo povo brasileiro".

SIM, E legalmente removida do cargo pelo Congresso, por cometer crimes de responsabilidade em malversações orçamentárias. Tudo muito claro.

ESTE ARGUMENTO é tão fraco e sem sentido quanto o de que 54 milhões de votos (por que não 80 milhões ou mais?) não podem ser "cassados". Por que não?

NÃO PODE é quantidade de voto tornar político inimpunível.

Opinião

Ajuste fiscal protegerá gastos sociais

Olímpico discurso político-ideológico foi usado à larga pela defesa da presidente Dilma, no processo de impeachment. Mas uma vez, assim como na estelionatária campanha eleitoral de 2014, mentiras foram ditas com a veemência de verdades irrefutáveis.

É simbólica a cena produzida pelo marqueteiro João Santana e mulher, Mônica Moreira, do desaparecimento de comida da mesa do povo, uma profecia caso a oposição ganhasse de Dilma as eleições. O casal Santana e Mônica passaria uma temporada na carceragem da Lava-Jato, van Carlião, e Dilma sofreria impeachment, devido ao desrespeito a normas da Constituição e leis, como a da Responsabilidade Fiscal, na manipulação do Orçamento.

Por uma trágica ironia, o que passou a ameaçar a mesa do trabalhador foi mesmo o desemprego patrocinado pelos erros crassos da política econômica de Dilma e companheiros, o

O teto para as despesas públicas, projeto que governos precisa aprovar, é uma garantia para o fluxo estável de recursos ao setor, sem as incertezas do populismo

“novo marco macroeconômico”. A marqueteagem foi suficiente para Dilma se reeleger, mas as expectativas negativas explodiram, com as evidências de descontrole fiscal, escondido até onde foi possível pela “contabilidade criativa” de Dilma, do ministro da Fazenda Guido Mantega e do secretário do Tesouro Arno Augusto.

Nos debates travados na Câmara e no Senado, a defesa da presidente tentou usar o mesmo truque: os defensores do impeachment desejariam cortar os gastos sociais. Ora, a própria Dilma foi quem começou a podá-los, em

2015, para compensar a falta de 2014. Altingida o objetivo, a vitória eleitoral, os cortes começaram. Esta é uma das mais visíveis impoções digitais do estelionato.

A questão foi exposta, de maneira clara, pela advogada de atuação, Laraine Paschoal, também signatária do pedido de impeachment.

Em especial durante a campanha, muito dinheiro foi liberado para o Fies (financiamento aos estudantes universitários), Ciência Sem Fronteiras (holistas no exterior) e assim por diante. Afastada a vitória nas urnas, veio o ajuste da própria Dilma.

Um levantamento da assessoria técnica do DEM, revelado pelo GLCBO, mostrou que até o Bolsa Família, antes de ser reajustado em 9%, foi reduzido em 5,5%. Para 2016, o orçamento da MEC, para gastos de livre proveimento, não vinculados, foi menor que o de 2015. Apesar do slogan oficial “Pátria Educadora”

A conclusão irrefutável: o descontrole fiscal

permitted em despesas ditas sociais, com liss político-eleitoral, cobra alto preço à frente. O ajuste que o governo Temer tem de fazer — não é cortar, mas congelar o crescimento dos gastos em termos reais — dará previsibilidade às contas públicas, uma garantia de estabilidade aos fluxos também para a área social.

Não se repetirão os problemas de 2015, quando holistas no exterior ficaram sem dinheiro, e créditos não foram liberados, por exemplo, para o pagamento de mensalidades de estudantes de renda mais baixa nas universidades.

O ajuste, portanto, preservará despesas em valores reais (considerando a inflação) e ainda forçará a que se pratique o saudável costume de avaliar se o retorno das despesas feitas com o dinheiro do contribuinte. Algo da ordem do mundo privado e uma base sólida para a saúde pública, o causa de ineficiência, do desperdício de dinheiro do Estado e de corrupção. ■

Crise obriga a um choque de gestão na Saúde

As últimas pesquisas do Ibope em 19 capitais mostraram que a maior preocupação do eleitorado é a saúde, mais que a segurança, são um estridente alerta gestores públicos. Em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Velho, Macapá e Anápolis, mais da metade dos eleitores vê esse setor como o pior de todos. Trata-se de um drama crônico, à frente na lista dos temas que mais tiram o sono dos brasileiros de forma permanente desde os anos 80, enquanto a inibição e o desemprego vão caindo do topo. A prioridade é reduzir de problemas pressões irredutíveis vicia retórica de campanha que fala do assunto como euantra de apelo para nãto aos eleitores do eicista.

Prioridade não significa amargar com demagogia que será estudada a destinação de mais verbas ao setor. Até porque, com a grave crise fiscal, não há como aumentar despesas. A necessidade de ser fixado por proposta de emenda constitucional um teto de gastos públicos reforça a obrigação de administradores enfrentarem o grave problema da gestão.

É preciso avaliar a qualidade do gasto do dinheiro, combater desperdícios e trabalhar com racionalidade, porque, não por acaso, a restrição orçamentária coincide com um aumento da demanda por hospitais públicos. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar, planos de saúde perderam 916 mil clientes apenas no primeiro semestre deste ano.

Considerando-se um período de 13 meses, a queda foi de 1,64 milhão de pessoas, que passaram a pressionar ainda mais a demanda pelas redes federal, estaduais e municipais. Melhorar a gestão exige disposição política de enfrentar as corporações, que resistem à fixação de metas, à cobrança de desempenho e a outras ações indispensáveis. É impossível prestar um atendimento pelo menos razoável obedecendo às normas anacrônicas que regem o funcionalismo.

É por isso que instituições públicas buscam milhões de desempregado recorrendo o mercado de fundações, organizações sociais em similares. Esses, no entanto, não são o único caminho. Há experiências que demonstram que

a inibição com as verbas não é um traço intrínseco da administração pública. Uma Unidade de Pronto Atendimento da prefeitura em Senador Camarã, Zona Oeste, mais que dobrou o volume de atendimentos e reduziu o número de reclamações de usuários de 30 para quatro a cada dez mil pacientes, sem aumentar o orçamento segurado a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro. Não importa mediante o que expedientes administrativos e estatutos legais, já passou da hora de o país dar um choque de gestão na saúde pública. Hoje, porque a crise fiscal é insuperável. É tempo, porque a racionalização e a sustentabilidade no gasto estão implicadas no próprio conceito de República, não importam as circunstâncias. ■

ANEXO CI – 5 de setembro de 2016

Tema em discussão	
Programa de reequilíbrio fiscal	
Nossa opinião	Outra opinião
<h2 style="margin: 0;">Questão aritmética</h2> <p>O debate mais acirado sobre política fiscal vem de longe. Não precisamente desde o final do segundo governo Lula, quando a crise mundial, agravada em fins de 2008 pelo estouro definitivo da bolha especulativa imobiliária financeira americana, serviu de pretexto para, por meio da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o governo adotar o velho programa econômico do PT — intervencionista e estatista.</p> <p>A política “anticíclica” de aumento de gastos de cunho também via liberação de recursos do Tesouro em bancos oficiais, para a concessão de créditos subsidiados, era terapia indicada. Mas de forma típica. Tornou-se, no entanto, perene, entre outros equívocos cometidos.</p> <p>Os superávits primários — sem considerar os gastos com juros —, imprescindíveis para manter a dívida pública sob controle, passaram a mitigar Lula, quando assumiu, acentuou ao manter a política responsável que herdou de gestão de Fernando Henrique, para desgosto da militância lulopetista. Mantiver os juros numa patamar compatível com a meta de inflação de 4,5% e um superávit mínimo ficou ligeiramente acima dos 3% do PIB.</p> <p>Com Dilma no comando da economia, por meio do ministro da Fazenda Guido Mantega, essa política do “tipo” — equilíbrio financeiro, meta de inflação e responsabilidade fiscal — começou a ser desmontada. Sob o alibi da crise mundial.</p> <p> Ao assumir a Presidência, em janeiro de 2011, Dilma Rousseff teve poderes absolutos para aperturar seu modelo, o “novo marco macroeconômico”. Substituiu o Banco Central a seus</p> <p>desígnios, e os juros foram cortados na base da “cootade política”.</p> <p>Essa estratégia voluntarista, aplicada desde o início de 2009, havia levado o PIB a subir pouco mais de 7% em 2010, ideal para embalar a campanha de Dilma com lanfarras. Como sempre acontece nesses aquecimentos induzidos, a recessão vem depois.</p> <p>A inflação se distanciou do centro da meta e onerosos no teto de 6,5%, algo muito arcaico para uma economia ainda com vários mecanismos de indexação. Em 2011, foi aprovada lei que passou a atrelar o reajuste do salário mínimo à inflação e ao crescimento do PIB. Foi criada uma bomba-relógio fiscal, porque subordinação ao salário mínimo criou os benefícios previdenciários e uma série de outros gastos ditos sociais, a maior parcela do Orçamento.</p> <p>A insistência nos gastos não resultou a economia e, pior, passou a reduzir a confiança na própria solvência do Tesouro. A campanha da aceitação, em 2014, jogou o país no chão — e o próprio governo no impeachment —, pela série de truques contábeis usados para maquiar a real situação da economia e esconder autoperpetuação da Lei de Responsabilidade e regras orçamentárias. A desaceleração se aprofundou e criou-se a tempestade perfeita: recessão e a consequente queda de receitas; inflação em alta, devido à indexação de gastos, despesas ladainha acima. A fórmula da quarta do Troiano está posta.</p> <p>Não há como sair da beiradrome sem reformas estruturais, pois que os gastos parecem crescer mais que as receitas e o próprio PIB. Trata-se de uma questão aritmética. ■</p>	<h2 style="margin: 0;">Retrocesso social</h2> <p>JÚLIO MIRAGAYA</p> <p>O afastamento da presidente Dilma Rousseff é fato consumado. Fico claro que não houve crime de responsabilidade e, no regime presidencialista, o Parlamento não pode afastar um presidente pelo que se está chamando de “conjunto da obra”. A ciência política e a história serão responsáveis por julgar se o impeachment teve alguma legitimidade ou tratou-se de um golpe parlamentar.</p> <p>Natural da atual crise fiscal do país está a opção que a sociedade fez em 1988, inserindo na CF um sistema de proteção social (SUS, seguro-desemprego, ampliação da aposentadoria rural), o que, naturalmente, demandou recursos. É esse sistema que impede que, mesmo com forte queda do PIB e do nível de emprego, não tenhamos bordas de favelados, supostos em supermercados e quebra-quebras nas periferias de nossas metrópoles, como era comum há vinte ou trinta anos. Mas a capacidade de financiamento do sistema chegou a seu limite.</p> <p>Não há, contudo, como atender as crescentes demandas sociais sem ampliar a receita pública, o que requer uma radical mudança em nosso modelo tributário, que incide excessivamente sobre o consumo (56%) e a renda do trabalho (16%), e de forma pífua sobre a renda do capital e a riqueza (28%), na contagem do resto do mundo. Na média dos países da OCDE, por exemplo, a tributação sobre a renda do capital representa 67% do total dos tributos arrecadados, ficando apenas 33% sobre consumo e renda do trabalho. Entretanto, em lugar deste debate, discutem-se</p> <p>a discussão para uma suposta e inexistente redução de despesas com educação, saúde e previdência social, responsabilizadas pelo aumento do déficit público, e omitindo-se as principais razões, que são os gastos com juros da dívida pública (responsável por 25% do déficit nominal), as excessivas renúncias fiscais e a frustração de receita.</p> <p>Fina lição: o reequilíbrio das contas públicas, o governo Temer propõe um conjunto de ações que constituem evidente retrocesso social: a PEC 241 sugere o congelamento em valores reais dos recursos destinados à saúde e à educação, quando esses já são insuficientes para atender à enorme demanda. (O Fórum de Secretários Estaduais de Saúde estima que nos próximos 20 anos R\$ 550 bilhões serão necessários para garantir a segurança a dez anos de milhões de trabalhadores e a reforma previdenciária propõe idade mínima para aposentadoria no Brasil igual à adotada na Suécia ou no Japão, “esquecendo-se” que nesses países a expectativa de vida é dez anos superior à brasileira. Como sugerir que o trabalhador rural se aposente aos 65 anos se a expectativa de vida da população no campo nas regiões Norte-Nordeste é de 53 anos?)</p> <p>É evidente que o Brasil precisa retomar o quanto antes o crescimento econômico, mas não a qualquer preço, e sim preservando a inclusão social e avançando na distribuição social da renda. ■</p> <p><i>Julio Miragaya é presidente do Conselho Federal de Economia</i></p>

Opinião**RESSACA**

A CONSTATAÇÃO, por estudo da área de análise de políticas públicas da FGV, revelado pelo GLOBO, do aumento em 210,5%, desde 2000, dos gastos anuais per capita dos municípios com o funcionalismo é mais um indicador dos problemas que existem no universo das 5.700 prefeituras.

POR TRÁS do dado existe o movimento de transferência de serviços públicos para as cidades, verificado a partir da Constituição de 88. Mas como a criação de prefeituras não obedeceu a um planejamento responsável, a maioria delas não tem como arcar com estes custos, mais ainda na crise fiscal por que passa a Federação.

A PENÚRIA de muitas cidades também é a ressaca da farra que foi a indústria de fundação de municípios em parte da década de 90.

ANEXO CK – 7 de setembro de 2016

Opinião

NA PRÁTICA

NÃO COMEÇA bem, do ponto de vista ético, a campanha eleitoral. Segundo o próprio TCU, já foram encontradas irregularidades em mais de um terço de 114 mil doações a campanhas de prefeitos e vereadores.

ATÉ MORTO aparece como doador. E pessoas cujo CPF denuncia não terem a mínima condição de ajudar candidatos. Algumas são até beneficiárias do Bolsa Família.

VAI SENDO provado na prática que qualquer medida proibitiva rígida, neste universo, atifa a inteligência de operadores financeiros para criar métodos de burla. A não ser que se confie em que a determinação do fim do financiamento de campanhas por empresas vai mesmo funcionar.

Tema em discussão	
Bloqueio do WhatsApp no curso de investigações criminais	
Nossa opinião	Outra opinião
<h3 style="text-align: center;">Superar conflitos</h3> <p>Entre dezembro de 2015 e julho deste ano, a Justiça brasileira decretou a suspensão dos serviços do aplicativo WhatsApp pela alegada recusa da empresa americana Facebook, que controla esse grande meio de rede social, de mensagens instantâneas, a atender uma ordem de quebra de sigilo. O terceiro e mais recente episódio ocorreu mais de um mês atrás, teve origem numa ordem judicial da 2ª Vara Criminal do Juízo de Cláudia, após negativa dos administradores do WhatsApp de abrir o conteúdo de algumas contas, no curso de uma investigação criminal.</p> <p>As ordens de suspensão anteriores tiveram o mesmo rumo — uma reação da Justiça à recusa da empresa a desbloquear o sigilo de dados trocados entre investigados criminais. Nesta última vez, o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo, determinando quase de imediato a interrupção do bloqueio, resolveu a questão, escalando com um embargo que afetou 100 milhões de usuários, com evidentes prejuízos pessoais e profissionais para todos.</p> <p>A intervenção do STF, no entanto, respondeu — como nos dois episódios anteriores de suspensão dos serviços — a apenas um aspecto pontual da questão: a interpretação que cada magistrado dá ao alcance de legislação para invadir contas privadas, aí incluídos os juízes de primeira instância, cujas decisões, no âmbito de ações do caráter local, afetam, como nesse caso de bloqueio de uma rede de comunicação de alcance mundial, um grande número de usuários sem qualquer ligação com o problema em si.</p> <p>Como as condições que levaram a decisões insustentáveis da Justiça brasileira permanecem inalteradas, e em cujo centro fermenta um conflito entre o direito constitucional à privacidade e a obrigação de o Estado se armar com salvaguardas legais de vigilância — e mesmo repressão, na defesa de interesses gerais da sociedade —, nada garante que episódios semelhantes não voltem a ocorrer no país. A questão passa necessariamente pela resposta à pergunta: é possível contornar os complexos conflitos entre direitos dos usuários à liberdade de expressão (e, subjacentes, à privacidade) e a obrigatoriedade a intervenções de segurança pública?</p> <p>O dilema envolve também o alcance da tecnologia. A justificativa da empresa americana para não entregar dados privados se ampara em alegada questão de fato: as conversas pelo WhatsApp são criptografadas, indecifráveis. Ou seja, acessíveis apenas pela aprovação dos aparelhos a execução direta de seu conteúdo, um objeto (a pergunta) sempre sobre direitos individuais.</p> <p>As contradições não dão licença para ameaças a direitos assegurados pela Constituição. Hoje, nos casos de suspensão do WhatsApp, choque entre ações contra a criminalidade e um desmedido zelo da Justiça que resultou em prejuízos para 100 milhões de brasileiros. Não dá para fugir da necessidade de o Estado (e não em escala global) se ajustar com provedores de tecnologia de comunicação, sob o pretexto da segurança da sociedade, mas sem agredir direitos individuais. O tema, complexo, precisa ser enfrentado pela via do entendimento, sem ações desmedidas que prejudiquem a população. ■</p>	<h3 style="text-align: center;">Cumpra-se a lei</h3> <p>RENATA GIL DE ALCÂNTARA VIDEIRA</p> <p>Imaginem a Xuxuca dos BBA receber um e-mail em português, em resposta à determinação de quebra de sigilo de dados, com as seguintes perguntas: “Se possível, por favor, forneça respostas em inglês porque isso melhora significativamente nossa capacidade de analisar e processar seu pedido a tempo. 1. Trata-se de um caso criminal? 2. Que organização está conduzindo a investigação (Polícia Federal, Civil, Ministério Público)? 3. Qual é a natureza do crime investigado (corrupção, tráfico de drogas, violência armada/homicídio, exploração infantil, terrorismo etc.)? 4. Quais são as contas de WhatsApp alvo deste processo? 5. Que informações são requeridas para cada um dos alvos listados acima?”</p> <p>Esta mensagem foi enviada em inglês pelo WhatsApp à Justiça brasileira, em um processo criminal da 2ª Vara Criminal do Juízo de Cláudia. A juíza Daniela Barbosa havia determinado a desabilitação da chave de criptografia, a interceptação de dados e o encaminhamento das mensagens recebidas e enviadas aos criptografados. Além de não obedecer à decisão contra investigados por crime, a resposta em inglês mostra que o WhatsApp ignora a obrigação de se adequar à lei brasileira.</p> <p>As perguntas são importantes, como se pode perceber em que circunstância cumpriria ordem judicial. Só após ter repetido a determinação três vezes, sem sucesso — inclusive com duas intimações pessoais na sede nacional da corporação, em São Paulo —, a magistrada suspendeu o serviço do aplicativo no país. A medida causou transtorno aos usuários, mas, por outro lado, as investigações criminais afetariam a população como um todo. Seria uma pressão ou sanção ao país pode ser necessária a cumprir ordem judicial.</p> <p>Quando existem fortes indícios de crimes, o direito à segurança pública, em favor de toda a sociedade, supera o direito à privacidade. Não é a primeira vez que o WhatsApp ou o Facebook, dono do aplicativo, impõem dificuldades à Justiça. O descumprimento é reiterado. Em um dos casos, o vice-presidente do Facebook no país chegou a ser preso.</p> <p>Citizensos aproveitaram esse vácuo para se comunicar exclusivamente pelo aplicativo. Na decisão, a juíza escreve que o usuário impunemente, para “requeridas execuções, tomar todos os tipos de ilícitos, sempre acobertados pelas responsabilidades legais do aplicativo WhatsApp, que facilmente em, descumprir as decisões judiciais, tornando estas condutas impossíveis de serem alcançadas pela Justiça”.</p> <p>As comunicações virtuais deixam rastros perigosos para investigações. A Justiça precisa, portanto, ter acesso a esses dados. Como as telefônicas fazem há anos, as empresas de tecnologia têm a obrigação de se adequar à lei brasileira. Depois de tanto descumprimento, não convencer mais ninguém a tentativa do WhatsApp de se apresentar como vítima e tentar culpar a Justiça brasileira por seus próprios erros e violações à lei. ■</p> <p><i>Renata Gil de Alcântara Videira é presidente do Anacra (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro).</i></p>

ANEXO CM – 9 de setembro de 2016

Opinião	
VALE A CARTA	
<p>AS MANIFESTAÇÕES contra Temer são, claro, da democracia. Nelas, fica evidente que a bandeira contra ele é mais atrativa do que a favorável a Dilma.</p>	<p>esperar as urnas de 2018, para expressar sua vontade no voto.</p>
<p>MAS, COMO estabelece a Constituição, resta a todos</p>	<p>E CABE ao governo Temer trabalhar com afinco para consertar os danos causados na economia pela antecessora, PT e aliados.</p>

Opinião**NA PELE**

A BRONCA do ministro Teori Zavascki nos advogados de Lula, por tentarem “embaraçar” as investigações em curso pela Lava-Jato, é emblemática.

LULA TENTA, a todo custo, sair da jurisdição do juiz Sérgio Moro. Não tem conseguido e, em mais uma tentativa, ainda levou esta admoestação de Teori.

OU SEJA, o ex-presidente

que seria nomeado ministro por Dilma com este objetivo, para ter foro no STF, sequer esta possibilidade tem mais, porque a presidente companheira foi defenestrada por impeachment.

E PADECE num STF cuja composição, em maior parte, é de nomes saídos de sua caneta e de Dilma. Trata-se de mais um forte e positivo sinal da consolidação das instituições republicanas.

Opinião

Aprovar terceirização é parte importante das reformas

Estabelece-se que a sociedade e seus costumes seguem na frente no curso da História, para depois vir o arcabouço jurídico e sancionar novas realidades no entrelaçamento social. Não é tão simples assim, mas costuma acontecer dessa forma em atividades muito reguladas, com excessiva interferência do Estado, e que passaram por algum choque decorrente da modernização de práticas impostas pela realidade.

Caso exemplar é a varguista Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1963, aprovada ainda na ditadura do Estado Novo, contaminada pelo fascismo de Mussolini. Não é por acaso que as relações trabalhistas no Brasil são de conflito, porque o Estado tenta normalizar tudo, talvez fosse possível no Brasil daqueles tempos. Na globalização, nem pensa.

Como leis não são tão fortes quanto a vida real, enquanto elas ficam inatualizadas as pessoas e empresas tentam de resolver seus pro-

Projeto de lei que se encontra no Senado reduz a enorme insegurança jurídica existente no mercado de trabalho, e assim incentiva a geração de empregos

blemas da maneira possível. Certamente legal, à luz de uma legislação fascista de 1963.

A interminável guerra em torno da lei que formaliza as terceirizações é fruto deste choque entre a visão autárquica das relações de trabalho e um mundo das linhas globais de produção, de acirramento da consciência.

O Brasil foi forçado a se abrir para o mundo no governo Collor — sua contribuição ao país. Ocorreu o mesmo com Fernando Henrique, e houve retrocessos com Lula e Dilma, mas nada que revertesse a inexorabilidade da integração planetária da economia. Mesmo ape-

nar do atual movimento em contrário, ditado pelo revigorecimento do nacionalismo no mundo. A terceirização passou a ser inevitável para que o sistema produtivo brasileiro mantivesse alguma competitividade com o exterior. Mas a insegurança jurídica do empregador sempre foi, e continua a ser, enorme.

O juiz do trabalho é guiado por uma legislação implacável, sem flexibilidade. Enquanto a estrutura sindical, por sua vez, sobrevive com o dilema de ser imposto compulsório cobrado de quem vende a força de trabalho no mercado formal. A soma dos dois funciona como dura armadilha para não dar qualquer espaço a entendimentos inovadores entre patrões e empregados, a fim de preservar empregos e defender lucros e salários.

Foram necessários 17 anos para que a Câmara aprovasse, em 2015, o projeto de lei das terceirizações, hoje no Senado, sob a liderança de um dos inimigos da moderniza-

ção das relações trabalhistas, senador Paulo Paim (PT-RS).

O projeto, como está, tem a grande vantagem de avançar na questão bizantina da proibição de terceirizações na "atividade-fim" da empresa, legando uma súmula da Justiça do Trabalho, sem que defina o termo. Tudo fica ao sabor do entendimento subjetivo do juiz.

Com a lei, embora não seja a ideal, pelo menos reduz-se a enorme insegurança jurídica que paira sobre todos os empregadores no país. Esta insegurança é expressa em cifras gigantescas que a empresa poderá ser obrigada a pagar a título de indenização trabalhista.

Também são atendidas, no projeto, reivindicações de sindicalistas, o que implica aumento de custo das empresas. Mas se for de fato aplainado o terreno jurídico para as terceirizações, será um progresso, dentro da premissa de qualquer qualquer sociedade de facilitar a geração de empregos. ■

Acessibilidade precisa passar da retórica à prática

A inclusão de pessoas com deficiência é pauta unânime, e não há como imaginar que pudesse ser diferente. Da mesma forma, há legislação nesse sentido, e ela é considerada excelente pelo Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). O problema é fazer com que a lei seja cumprida, assim como transformar o consenso em relação ao tema em medidas práticas. O cenário na Região Metropolitana da cidade que sedia a Parolimpíada é adverso no que diz respeito à acessibilidade.

Ombos adaptados para cadeirantes são raros. O programa de reforma para instalar

ônibus do SuperVia, iniciado em 2011, só chegou a 22 ônibus. Na rede municipal, 584 ônibus são acessíveis para pessoas com deficiência, num universo de 1.511.

O mínimo que se pode dizer é que o Grande Rio está muito atrasado em inclusão. Em boa parte dos casos, a acessibilidade é resultado de ações judiciais, e não parte de política pública de instituições públicas e privadas.

As vésperas do início dos Jogos Paralímpicos, a SuperVia foi condenada a fazer obras de acessibilidade nas estações de Nova Iguaçu e Anilim, na Baixada, pelos desembargadores da 24ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A Câmara acolheu, por

unanimidade, a mesma medida pelo pai de um passageiro com deficiência física e mental contra uma decisão anterior que tentava a empresa de conduzir as mudanças para acesso às estações ferroviárias.

Desde 2007, o IBDD briga na Justiça para que a prefeitura do Rio condicione a concessão de alvarás a prédios privados de uso coletivo à acessibilidade. Até hoje, não conseguiu ver a exigência posta em prática.

Mesmo em espaços construídos ou remodelados para a Olimpíada e a Paralimpíada, dentro do conceito de legado, há problemas. Uma pessoa com deficiência, acompanhada por equipe de reportagem da Rede Globo, não pô-

de usar a plataforma para cadeirantes da Estação Vicente de Carvalho do RRT porque o equipamento não funciona. Outro cadeirante se queixou dos rampas íngremes de acesso do metrô no Maracanã, e um deficiente visual no Boulevard Olímpico sentiu falta de sinalização especial, como piso tátil, que indique o caminho e alerte para a proximidade dos trilhos do VLT, evitando assim acidentes.

A inclusão não pode se resumir a um momento único do esporte e muito menos depender de alta capacidade de superação. Pelo contrário, deve ser cotidiana e, por definição, capaz de contemplar todos, sem exceção, o mais rápido possível. ■

Tema em discussão	
Enquadramento de prefeitos e governadores na Ficha Limpa	
Nossa opinião	Outra opinião
<h3 style="text-align: center;">Sem sentido</h3> <p>O Brasil patina num comecinho político (em especial, o partidário) que, ante quanto os ajustes na economia, precisa ser enfrentado com urgência. São demandas cujo equacionamento se impõe como missão urgente, de modo a enfrentar a baixa qualidade da representação no Legislativo e no Executivo, tarefa onde governaram males cômicos (corrupção, assistencialismo, ações de tom lá dá cá etc.), que cortariam o Congresso e, país afim, casas legislativas, governos estaduais e prefeituras.</p> <p>Nessa pauta, a revisão das regras de formação de partidos, com a adoção de cláusulas de desempenho, e de seu funcionamento (proibição de coligações em eleições proporcional, por exemplo) terá o sadio efeito de depurar o cenário político nacional. No entanto, são temas que, por mais que se imponham à saúde política do país, enfrentam fortes resistências.</p> <p>Há proposições nesse sentido no Congresso, mas não é fácil aprová-las. Por outro lado, o país já evidenciou avanços importantes, ao menos no campo da legislação eleitoral — dos quais a aprovação da Lei da Ficha Limpa, uma iniciativa esboçada nos tradicionais trâmites de projetos que chegam ao Congresso, é a sua mais notável expressão. Criada por iniciativa popular, desdobrou-se no Legislativo em frenética inconstância em mais de um milhão de assinaturas de apoio, uma demonstração de força que desestabilizou notórios grupos de parlamentares e desorientou a.</p> <p>A lei, aprovada em 2011 sob aplauso da sociedade, chancelada pelo Supremo Tribunal Fede-</p> <p>ral, é eficaz antídoto contra a presença política de personagens que a desqualificam e degradam. Com ela, a Justiça Eleitoral ganhou um poderoso instrumento legal para barrar a candidatura de condenados em segunda instância. Resalte-se, como positivo, o cuidado que a Ficha Limpa teve de basear o anteprojeto de sentenças formuladas por colegiado de juízes, uma forma de a legislação não servir a ações de má-fé, ou a perseguições e picuinhas cautelares eventualmente estimuladas para prejudicar inimigos políticos em tribunais de primeira instância.</p> <p>É um dispositivo avançado, cujo alcance sanador parece ser questão vencida. Portanto, surpreende a decisão da maioria do STF de, ao julgar um processo, condicionar o enquadramento de prefeitos e governadores na lei somente após sanção de maioria qualificada de câmaras municipais e assembleias legislativas a processos de desapreço de contas. Até então, a Ficha Limpa esboçava tendo como motivo hastante — e justo, por critério — a condenação de suas gestões organizatórias por tribunais de contas.</p> <p>Isso equivale, na prática, a tirar do alcance purificador da lei esses males políticos. É da (sua) tradição da política brasileira o contato de casas legislativas regionais pelo chefe do Executivo, uma dominação que se dá por diversas formas — em geral, no âmbito de detentoras práticas que fomentam a corrupção. A interpretação do Supremo é passível de retaceio, portanto de acia abertagem no pleno da Corte. É a chance de o tribunal rever essa incoerente desvirtuação da lei. ■</p>	<h3 style="text-align: center;">É preciso repensar</h3> <p>LAURO RABHA</p> <p>Desde a sua criação, escutamos dizer que a Lei da Ficha Limpa é uma revolução na sistemática eleitoral brasileira, principalmente por ter nascido de iniciativa popular. A possibilidade de se banir da vida pública maus gestores e ingárbos fez com que a sociedade visse com bons olhos a aplicação da referida norma, independentemente de qualquer circunstância.</p> <p>Ocorre que, desde sua promulgação, diversos questionamentos são feitos por operadores do Direito. Em agosto, vimos o ministro Gilmar Mendes afirmar que "a lei parece ter sido feita por bêbados" ao analisar a aplicação da ineligibilidade prevista na Ficha Limpa, no artigo que trata das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas e a competência para julgá-las.</p> <p>No post, também entendido que a questão não ficou devidamente aclarada na norma. Quando se trata de contas de prefeitos a lei não diferencia a competência para análise das contas de governo e de gestão, o que gera grande turbilhão no momento da aplicação ao caso concreto. Por isso, tivemos a manifestação do STF sobre o tema: entendeu-se que a competência para analisar as contas de prefeito (de governo e gestão) é exclusiva do Legislativo.</p> <p>Mas os questionamentos não param por aí. A Lei da Ficha Limpa, em muitos momentos, viola o direito de ser votado — ípice da nossa cidadania —, tendo em vista que, por exemplo, uma simples decisão colegiada fulmina</p> <p>por mais de oito anos — prazo este que entende ser desarrazoado — a possibilidade de candidatura do cidadão, mesmo que a decisão possa ser revista posteriormente.</p> <p>Ademais, diversas discussões giram em torno da violação a princípios basilares, como a presunção da inocência e irretroatividade da lei eleitoral — já que o STF entendeu que a lei retroage para alcançar fatos e decisões pretéritas.</p> <p>Em verdade, apesar de ser fruto de iniciativa popular, o que é um grande avanço na democracia, além da nobre iniciativa em filtrar os cidadãos que se candidatam a cargos públicos, a lei jamais poderia ter sido aplicada, independentemente de causa e origem, princípios que são resguardados pela Constituição.</p> <p>Mas já que estamos em constante evolução, espero que no momento da modificação da norma — que acredito ser necessária e que ocorre em breve — os parlamentares sejam mais cuidadosos, para que se evitem exageros e não gerem divergência no momento da aplicação da lei, que, apesar de ser o início de grandes mudanças, deve ser adequada, com sua aplicação de forma clara e transparente. Certo de que estamos no caminho correto, dado o aumento da discussão e participação política pela população, temos apenas que tomar cuidado para que nessa retada façamos as curvas na velocidade certa, sem atropelar direitos fundamentais. ■</p> <p style="text-align: right;"><i>Lauro Rabha / advogado especializado em Direito Eleitoral</i></p>

ANEXO CQ – 13 de setembro de 2016

Opinião

SOMBRA

O ADVOGADO gaúcho Fábio Medina Osório pode não saber dançar a música da política no ritmo dos que cercam o presidente Michel Temer, e por isso teria sido demitido da AGU.

MAS DEIXA no ar o alerta de que o Planalto renovado não deseja mesmo que a Lava-Jato avance mais sobre políticos e empreiteiros. Dilma, enquanto caía, fez a mesma denúncia, mas ela também trabalhou contra a força-tarefa de Curitiba.

NÃO CUSTA, porém, acompanhar com atenção o comportamento do Palácio diante de uma Lava-Jato recém-prorrogada.

Opinião**ASSOMBRAÇÕES**

O FANTASMA de Celso Daniel, prefeito petista de Santo André, sequestrado e assassinado antes de assumir a coordenação da campanha de Lula em 2002, não para de assombrar o PT.

O SUSTO é dado agora por meio de um personagem do mensalão, Marcos Valério, outro motivo para assombrações no partido. Valério, preso devido ao escândalo anterior lulopetista, ressurge no petrolão, perante o juiz Sérgio Moro, porque uma de suas empresas transferiu dinheiro sujo para Ronan Maria Pinto, que estaria chantageando Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho.

INQUIRIDO POR Moro sobre o motivo da chantagem, deu uma declaração de tom dramático: "O senhor não vai poder garantir minha vida". Teatro à parte, sabe-se que Ronan teria cobrado pelo silêncio no caso do assassinato de Celso Daniel.

SANTO ANDRÉ continua uma pedra no caminho do lulopetismo.

ANEXO CS – 15 de setembro de 2016

Opinião

FRUSTRAÇÃO

O RELATO de Léo Pinheiro, empreiteiro da OAS sob investigação, de que o então ministro Ricardo Berzoini, no governo passado, atuou para sabotar a CPI da Petrobras é mais um caso de tentativa de obstrução da Lava-Jato por parte de Dilma.

UM OUTRO, com participação direta da presidente, foi a ideia de nomear Lula ministro, para colocá-lo a salvo do juiz Sérgio Moro.

NADA DEU certo, como se vê.

ANEXO CT – 16 de setembro de 2016

Opinião

INTEGRAÇÃO

AMEAÇA DE arrastão ou baderna, o fato é que os tumultos de anteontem em Copacabana são inquietante prenúncio de que o próximo verão trará de volta o filme velho dos episódios de violência.

DESTA VEZ, com um componente mais preocupante: o estado mergulhado em profunda crise econômica agrava contenciosos sociais, potencializando o combustível que alimenta as desordens.

APERFEIÇOAR O policiamento é importante, mas não só: é irrecorrível que o poder público adote ações especiais de salvaguarda, com a integração de organismos de segurança para apoiar o trabalho da PM.

ANEXO CU – 17 de setembro de 2016

Opinião

AOS FATOS

O TIROTEIO de verborragia entre a apresentação que promotores da Lava-Jato fizeram sobre a “propinocracia” e a resposta retórica de Lula tende a ficar em segundo plano diante de fatos substantivos.

POR EXEMPLO, enquanto havia este fogo cruzado, o primeiro amigo de Lula, José Carlos Bumlai, era condenado pelo juiz Sérgio Moro à prisão, por participar de fraude num empréstimo feito ao PT, em trama realizada nas proximidades do ex-presidente. Tudo provado.

Opinião

Não há via legal para antecipação de eleições

Quando a guerra do impeachment começou a ser perdida, o entorno de Dilma e o lulopetismo trataram de lapidar uma versão, ou "narrativa", política para a derrota, numa tentativa de volta por cima. Construíram a tese do "golpe", risível, mas que chegou a ser tratada no exterior, junto a simpatizantes petistas no mundo acadêmico e na imprensa, como algo sério.

Não só o impedimento em si da presidente, garantidos todos os direitos de defesa, mas o fato de ela ter participado de longa sessão no Senado, perante o qual proferiu discurso sem interrupção e respondeu a perguntas sem direito a réplica, esvaziaram o hálio do "golpe".

Mas como o PT e aliados se movem voltados para o calendário eleitoral desse ano e de 2018, outras "híadas" ganham fôlego.

A do plebiscito para a antecipação do pleito presidencial de 2018 não animou sequer Rui Falcão, presidente do partido. Com a cara de Dilma, a ideia era de difícil execução: pre-

Ao discurso do 'golpe' segue-se a ressurreição das 'diretas já', uma bandeira política inexecutável, a não ser na ruptura institucional de um golpe de Estado

cisava de aprovação do Congresso, além da própria realização da consulta. Na ponta do lápis, o tempo não compensaria. Melhor, portanto, esperar 2018.

Mas a militância precisa de combustível. Foi, então, exumado o slogan "diretas já". Simpático, mas inadequado, por inexecutável. Não apenas pelas fundadas diferenças entre os momentos históricos — em 1964, a ditadura militar restou a permitir o retorno do voto popular, enquanto hoje se cumpre o que estabelece a Constituição promulgada em 1986 e a Lei 1.079, do impeachment, de 1949, atualizada em 2000 para incorporar

preceitos da responsabilidade fiscal, atropelados por Dilma e por isso cassada.

Não há alternativa legal para se antecipar eleições. Até 31 de dezembro, quando vence a primeira metade do mandato presidencial em curso, se Michel Temer sair, assume o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e convocase eleição direta. A partir de 1º de janeiro, eleição indireta pelo Congresso.

Não existe na Carta a possibilidade de emenda antecipar o pleito, porque a periodicidade com que se vai às urnas é cláusula pétrea, incluída no artigo 60 da Constituição. Tem, ainda, o mesmo status jurídico o direito adquirido pelo vice de governar, com o impedimento do presidente (artigo 75). Nada disso pode ser mudado, nem pelo quórum exigido para proposta de emenda à Constituição, de três quintos dos votos (60%), em dois turnos de votação, em cada Casa. O projeto petista de "diretas já" só poderia ser realizado num golpe de Estado, numa ruptura institu-

cional, algo que os brasileiros partiriam deixar no passado de vez.

Há por trás dessa obsessão de petistas e aliados em mudar a Carta um aspecto da ideologia bolsonarista, absorvida pelo nacional-populismo brasileiro. O chavismo produziu a maior tragédia da história da Venezuela com mudanças feitas na Carta pela manipulação das ruas, estopim de crises institucionais e causa de grande insegurança jurídica, em todo país que adota o artilho.

Veio daí a bandeira lulopetista da "Constituinte exclusiva", para fazer a reforma política. Não é bom caminho, até porque também é uma ilegalidade. Se o Congresso não consegue formar maiorias de três quintos dos deputados e senadores, para executar mudanças pontuais na Carta, é porque a emenda em discussão não deve mesmo ser acolhida. Lógica. De novo: "Constituinte" só depois de rupturas. Deriva desta mesma visão torta a volta das "diretas já". Este, sim, o verdadeiro golpe. ■

A proverbial má prestação de serviços públicos

A pesquisa desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas — Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre) indicando que os cariocas estão muito insatisfeitos com saúde, segurança, transporte e educação reforça uma advertência severa aos gestores públicos: o Estado brasileiro, responsável pela maior carga tributária entre os países emergentes, mostra uma pesada na hora de cobrar dos cidadãos, mas a contrapartida da prestação de serviços é desastrosa. No estudo inédito, feito de 1º de junho a 4 de agosto, antes da Olimpíada, os entrevistados deram, numa escala de zero a dez, notas abaixo de

cinco em dez dos 15 itens avaliados, sendo que em alguns casos a reprovação é veemente: 2,18 para saúde pública e 2,45 para segurança.

Não são males apenas cariocas, porque São Paulo também registrou alto grau de insatisfação, com notas abaixo de cinco em dez itens, mas, no geral, com melhor desempenho que o Rio. Tampouco se trata de mero reflexo da atual crise, já que cidadãos de países em dificuldades como a Grécia mostraram-se, em 2013, menos insatisfeitos em pesquisa semelhante, dando 4,8 à saúde, 4,63 à educação e 3,95 aos transportes, enquanto a média de São Paulo e Rio foi, respectivamente, 3,54, 4,13 e 3,62.

Realizada com 1.500 pessoas (800 paulistanos e 700 cariocas), a pesquisa é mais um indicativo da ineficiência crônica do Estado brasileiro, sustentada nos interesses das corporações que, ao máximo possível, criam obstáculos à realização de uma reforma ampla, além da anulação pelo governo, que precisa evitar a insolvência do Tesouro, mas não necessariamente garante uma prestação de serviços pelo menos razoável. Outras medidas serão necessárias.

Viabilizar a Previdência deve ser só o começo. Da mesma forma que as concessões e privatizações em aeroportos, energia, rodovias, portos e ferrovias, que têm enorme potencial de desone-

rar o Estado e gerar empregos, mas enfrentam feroz oposição de corporações interessadas em manter privilégios — seja em forma de salários mais altos e benefícios ligados aos trabalhadores da iniciativa privada, seja na recusa à cobrança de desempenhos.

Portanto, o país que grita contra o abismo entre a pesada carga tributária e o infimo retorno precisa decidir se terá firme propósito de fazer as reformas que permitam ao Estado atender aos cidadãos que o sustentam, e não às corporações que emperram seu avanço. Do contrário, pesquisas sobre serviços públicos apresentarão sempre os mesmos resultados. ■

Tema em discussão

O fim do financiamento empresarial de campanhas

Nossa opinião

Medida inócua

O financiamento de campanhas por empresas foi admitido pela legislação eleitoral brasileira entre 1993 até as eleições de 2014. As doações eram reguladas, para evitar abuso do poder econômico e burocracia, com repasses limitados a 2% do faturamento bruto da empresa no ano anterior ao pleito, sujeitos à fiscalização da Justiça. Mas, ainda assim, é certo que esse duto legal de irrigação de cotas de candidatos e partidos não logrou evitar ilegalidades — como o caixa dois, crônico mecanismo de transbordo ilegal de recursos.

O problema das burocracias à legislação, como a eleição deste ano tem demonstrado ao custo de um sem-número de expedientes adotados por partidos e candidatos, não está na inação e inia, e regulada por lei, participação de empresas no custeio de candidaturas com as quais tenha afinidades políticas. É da natureza de sociedades abertas que pessoas físicas e jurídicas tenham o direito de participar da vida político-partidária (já incluída a liberdade de fazer doações eleitorais) pelas vias institucionais de representação. Sem prejuízo de regulações específicas.

Levantamento feito com base em dados do International Institute for Democracy and Electoral Assistance (Iidea, na sigla em inglês) mostra que a maioria dos países admite doações de empresas para partidos e candidatos. Entre 171 nações pesquisadas, essa prerrogativa alcança 83% delas. No entanto, a minireforma eleitoral do ano passado, que suprimiu as pessoas jurídicas das fontes de custeio de candidaturas, jogou o Brasil num indiano grupo de 28 países que conside-

ram inconstitucionais as doações privadas. Um retrocesso — infelizmente, chancelado pelo Supremo Tribunal Federal.

Por um lado moralismo com viés ideológico, consagrou-se uma norma inócua. Se até então, com repasses de empresas controladas por critérios explícitos, não se conseguia conter a perniciosa presença nas eleições de fontes ilegais de financiamento, como o caixa dois, com a proibição em vigor não só esse mecanismo legal permanece irremediado em candidaturas na clandestinidade, como partidos e candidatos aperfeiçoaram dispositivos de burocracia, como o TSE e TREs têm constatado numa série de ações contra crimes eleitorais.

**A lei deve
minimizar causas
efetivas de
corrupção
eleitoral; entre
elas não estão
as doações de
empresas**

Levantamento do TCU entregue no início do mês ao TSE, estima que 34% das doações deste ano tinham indícios de irregularidades. Em São Paulo, transações feitas por funcionários públicos para candidatos a vereador, de valores superiores a seus salários e, no Rio, o perigoso incremento da participação de grupos do crime organizado (milícias) no apoio financeiro a candidatos com eles afinados também são deletérias consequências do equívoco transformado em lei. Esse movimento era previsível. A Lava-lato revela a montagem no país de uma sofisticada tecnologia de transferência escusa de dinheiro sujo de caixa dois.

A legislação precisa combater causas efetivas de corrupção eleitoral, como essas que a operação traz à tona e outras evadidas pela criatividade que alimenta ilegalidades. Mas isso não se alcançará com penas populistas como a que proibiu empresas de contribuir, livremente e de forma regulada, com as eleições. ■

Outra opinião

Contra a corrupção

EZEQUIEL TEIXEIRA

A população brasileira espera, ansiosamente, pela reconstrução do país. Sem dúvida, é necessária a adoção de medidas que possam estancar a corrupção que tem amarrado nosso Brasil.

Recentemente, o Congresso aprovou a minireforma política, que entre as medidas votadas contemplava a proibição de doações empresariais às campanhas eleitorais. De início, não foi aceita. Contudo, depois foi mantida a proibição por veto presidencial. Na Câmara, fui dos poucos que votaram a favor da proibição. Mantive essa posição por acreditar que o financiamento é nocivo ao processo democrático.

Os opositores dessa medida acreditam ser um retrocesso. Mas não! As doações empresariais representam uma forma de financiamento que deslegitima uma eleição, além de ser inconstitucional, como já decidiu o STF.

A proibição de doações traz apenas benefícios para a sociedade, além de acontecer num momento político crucial que estamos atravessando, no qual a maioria dos agentes políticos está arnuada pelo poder de quem a financia.

Felizmente, a medida vem alcançar o cerne do problema: a relação entre políticos e empresas, que nem sempre é clara, o que tende a ser uma forma de compra de mandatos. A lógica é simples: uma empresa jamais irá investir numa campanha eleitoral se não tiver ganho um retorno lucrativo.

Ao cruzar as doações de campanhas eleitorais com contratos públicos dos candidatos do PT à Câmara dos Deputados em 2006, concluiu-se que as empresas doadoras receberam até 40 vezes o valor investido, nos anos subsequentes, em contratos públicos.

Outra importante constatação é que na última eleição para deputado federal apenas dez empresas, investidoras em campanhas, elegeram 360 das 513 cadeiras na Câmara. Eleição nesse molde é desproporcional com quem apenas possui boas propostas e poucos recursos para campanha.

**As doações
empresariais
representam
uma forma de
financiamento
de campanhas
que deslegitima
uma eleição**

O país assiste atônito à Operação Lava-lato, que deflagrou contra políticos e empresas financiadoras de campanhas políticas investigações que desmontaram um sofisticado esquema de corrupção.

Por isso, é primordial que a proibição de doação empresarial seja uma importante ferramenta de combate à corrupção. A atuação dos políticos deve

ser norteada pela moralidade. Não se pode mais tolerar que o poder econômico conduza nossa política, que está corrompida por interesses individuais e empresariais, e visam apenas ao lucro, deixando de lado o bem-estar social e o papel fundamental que as instituições devem ter no desenvolvimento do país.

A caminhada é longa, mas já demos um passo importante no combate ao câncer do Brasil: a corrupção! ■

Ezequiel Teixeira é deputado federal (PTN-RJ)

Opinião

NAS SOMBRAS

A PRIMEIRA eleição sob a vigência da proibição do financiamento de campanhas por empresas reúne grande número de evidências de que é ilusória a ideia de que o veto moralizou os pleitos.

O DINHEIRO de pessoas jurídicas continuará na política, na forma exclusiva de caixa dois. Reportagem dominical de O GLOBO reve-

lou, ainda, pesquisa da FGV-Dapp que detectou, nas eleições cariocas, a atuação de sócios e altos executivos como generosos doadores a candidatos a prefeito.

A MAIORIA, de empresas de engenharia e construção civil, tradicionais financiadoras de políticos. Ou seja, tudo continua na mesma, só que agora com bem menos transparência.

ANEXO CY – 21 de setembro de 2016

Opinião

LADO CERTO

GESTO CLÁSSICO da diplomacia para demonstrar desaprovação, as delegações de Venezuela, Equador e Nicarágua deixaram o plenário da ONU quando foi anunciado o pronunciamento de Temer, e os representantes de Cuba e Bolívia chegaram depois do discurso. Explicitaram o que já se sabe: os regimes autoritários, nacional-populistas do continente se solidarizam com o lulopetismo e Dilma, afastados do poder por meio de regras constitucionais.

MAIS UMA vez ajudam a demarcar os territórios na região: o Brasil continua no bloco das nações em que vigora o estado democrático de direito e do outro lado estão uma ditadura stalinista tropical, um país em dissolução, a Venezuela, e demais bolivarianos, que também não têm dúvida em esmagar a oposição.

CONTINUA-SE do lado certo da História, o da democracia representativa.

Opinião

IDEIA

O PRESIDENTE Michel Temer se apressou a esclarecer que não sabia que seu ministro Geddel Vieira acha que beneficiário de caixa dois não pode ser punido. Quer, com isso, evitar ser envolvido na articulação espúria destinada a anistiar quem recebeu dinheiro “por fora” de empreiteiros.

QUANTO MAIS não seja, a simples defesa feita pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo da descriminalização do caixa dois prova que a ideia cavilosa da anistia pelo menos circula — ou circulou — em altos escalões.

ANEXO DA – 23 de setembro de 2016

Opinião

CERCO

A PRISÃO do ex-ministro Guido Mantega pela Lava-Jato — depois corretamente relaxada devido ao estado de saúde da mulher dele — serve como um sinal amarelo para a cassada ex-presidente Dilma.

POR TER sido citado pelo empresário Eike Batista numa operação de coleta de dinheiro sujo para o PT, retirado de contratos do então estaleiro de Batista com a Petrobras, Mantega caiu na malha da Lava-Jato, o que aproxima as investigações mais ainda da ex-presidente.

POIS NÃO bastasse Mantega ter sido braço-direito de Dilma na desastrosa política econômica do “novo marco”, substituiu a ex-presidente no comando do Conselho Administrativo da Petrobras. Compartilha, portanto, com a ex-chefe informações sensíveis sobre o petróleo.

E ACABA de ser identificado num dos atos de dilapidação lulopetista da estatal.

Opinião**INVASÃO
DE ESPAÇO**

CAUSA CELEUMA a decisão do ministro do STF Marco Aurélio Mello de suspender o bloqueio de bens de empresas determinado pelo TCU. E ele está certo.

O TRIBUNAL de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, tem suas limitações. O TCU foi peça importante no impeachment de Dilma, dentro de sua área de ação, porém o afastamento da presidente coube a quem de direito: o Congresso, com o Supremo na retaguarda, no papel de guardião da Constituição.

TEM DE valer o que está escrito na Carta e leis, se não o estado democrático de direito fica abalado e a segurança jurídica, fragilizada.

Opinião

Supremo sinaliza aval à reforma trabalhista

Estabelecido pelo governo que, entre as reformas, a criação do teto para as despesas públicas e a atualização da Previdência são prioritárias — a emenda do limite máximo anual dos gastos já tramita na Câmara —, a proposta de modernização das normas que regulam as relações de trabalho ficou para o ano que vem.

Empresários não gostaram, mas é mesmo oportuno tomar medidas que assegurem a dar garantia de que o Brasil conseguirá reverter a tendência de queda do Tesouro, um processo de insolvência cujo avanço é medido pelo aumento do peso da dívida pública no PIB. Que deve chegar a perigosos 70% este ano, depois de ter sido 55% em 2006. É só para de subir.

Mas, felizmente, um item da agenda de mudanças, a ideia de que o método a fazer pun

Em pelo menos duas decisões, ministros do STF consideraram válidos acordos feitos entre patrões e empregados, mesmo em sentido contrário à CLT

osignar o mercado de trabalho é privilegiar o acordo entre patrões e empregados, por sobre a arcaica CLT, ganha apoio na sociedade e também dentro do Estado.

Na própria Justiça do Trabalho, guardiã da consolidação das leis trabalhistas, há simpatizantes à fórmula. Entre eles, o presidente do Tribunal Superior (TST), Ives Gandra Martins Filho. A proposta sequer é apenas brasileira: o governo da França acaba de banir por decreto

a mesma benéfica alteração, diante da impossibilidade de qualquer entendimento com os sindicatos de trabalhadores.

Um fato positivo é que também o Supremo Tribunal Federal (STF) dá sinais de que entende ser preferível o acordo entre as partes do que a tentativa de aplicar uma legislação arcaica, da década de 40.

O jornal "Valor Econômico" detectou esta tendência da Corte. Já houve duas decisões nesta mesma direção. No ano passado, em veredito com repercussão geral (a ser seguida por todos os tribunais), os ministros do STF validaram cláusulas de um programa de desoneração voluntária aberto pelo Banco do Brasil, depois de incorporar o Banco de Santa Catarina, que estabeleceu renúncia geral a direitos trabalhistas pelos participantes do programa.

Uma hesita à luz da CLT, porém sancionada devido a um acordo prévio sobre o assunto.

Há pouco, o ministro Teori Zavascki mandou publicar a decisão de aceitar o acordo coletivo a que se chegou numa usina de açúcar e álcool de Pernambuco, pelo qual os trabalhadores perderam o pagamento pelo tempo gasto nos deslocamentos, mas receberam outras vantagens em troca. O TST derrubou o acordo, mas o Supremo o estabeleceu, ao aceitar recurso da usina.

Zavascki reconheceu que o pagamento das horas gastas em deslocamento é garantido pela CLT. Porém, argumentou, a Constituição permite que acordos coletivos tratem de salário e tamanho da jornada de trabalho.

Pode estar acendendo uma luz dentro do veredito que envolve as reformas para tirar o país da debacle. ■

Uma eleição em tempos de festas e crises

Numa campanha mais curta — o que não é raro —, os candidatos precisam ter maior capacidade de estabelecer uma sintonia fina com o eleitorado. Mas talvez não seja por isso que as pessoas ainda estejam pouco mobilizadas em torno da disputa para a prefeitura do Rio. Deve-se considerar que não apenas a cidade, mas todo o país, acaba de sair do longo e estressante processo que foi a tramitação do impeachment de Dilma Rousseff. Parece haver uma resaca de embosco políticos.

No Rio, pode existir, ainda, alguma dificuldade de se deslizar no passado os bons momentos vividos com a Olimpíada e a Paralimpíada, para entrar no árduo terreno da política partidária. Mas nada justifica a alienação diante dos problemas da cidade e, tanto quanto, das plataformas dos candidatos. E não são dois problemas, mas também

das potencialidades a serem exploradas, e de que forma. Em consonância com os rankings de mazetas listadas por eleitores, a Saúde tem sido um tema muito abordado pelos candidatos. Os opositores, para criticar o uso de ternos amarelos administrativos (organizações sociais), adotados para acabar com a baixa qualidade do atendimento.

Há, é certo, efeitos na cidade da grave crise fiscal do país e do estado, mas é necessário o alerta de que voltar ao regime dos servidores estatutários em postos, unidades de saúde e hospitais pioraria a situação dos pacientes. Seria um retrocesso ao passado. Falhas de fiscalização e/ou certos espíritos de prestadores de serviço com agências públicas, no âmbito das OS, têm de ser combatidos, mas sem acabar com sistemas de contratação de serviços de eficiência comprovada em outros estados e municípios. Nas crises, corporações acertaram

Numa campanha curta, o que é positivo, o eleitor precisa ter cuidado diante de propostas sedutoras, emboladas em populismo, inexecutáveis por definição

para manter ou recuperar privilégios.

Há a posta nesta eleição a agenda levada às ruas pelas manifestações espontâneas de 2013. Deixa contava a mobilidade, crucial para a população, principalmente a de renda mais baixa, focada a longo deslocamento pela região metropolitana, entre casa e trabalho. Um dos legados dos jogos está neste campo. Foram construídos novos BRTs e, com o estadi, levou-se o metrô à Barra. São ganhos importantes no transporte de massa, por en-

cessários. Mas não suficientes, claro, depois de tanto tempo de inércia nesses investimentos.

Um polo dos debates de campanha são as tarifas. Aqui também o eleitorado precisa ficar atento, pois se trata de tema à feição da demagogia, aguçada pela crise econômica. Deve-se reivindicar transparência no cálculo das tarifas, cruciais para a grande maioria da população. Mas super que será possível subtraí-las na totalidade — infelizmente — é ilusório, pois se trata de um custo insuperável para o Erário municipal.

Sempre se pode aumentar impostos sobre os "ricos", mas nunca se pensa nos efeitos colaterais: fuga de empresas, de empregos, e saída por dentro. O eleitor deve aguçar a atenção para avaliar qual a seriedade das propostas dos candidatos. Se não factíveis. Ou apenas se tratam da sedução populista de toda eleição. ■

ANEXO DE – 26 de setembro de 2016

Tema em discussão	
Novos critérios para definir o orçamento da Educação	
Nossa opinião	Outra opinião
<h2 style="margin: 0;">Ideia distorcida</h2> <p>Setores refratários à política realista de investimentos públicos usam argumentos de forma deliberadamente distorcida para atrair à destinação orçamentária de verbas para a Educação, supostamente insustentável, o peso de uma das causas determinantes dos graves problemas dessa área no Brasil. Esse tipo de visão, que se fecha para aspectos como a otimização de recursos, gerenciamento e programas de metas, está na base do pensamento do lulopetismo — que fez, a partir de 2006, uma opção pela ganância irresponsável, da qual resultou uma das mais graves crises econômicas do país. Seus reflexos são bem visíveis.</p> <p>Dois novos aspectos, distintos em si, mas parte de uma mesma crise, se juntam na atual conjuntura para ecoar esse discurso. A necessidade de uma correção de rota, via ajuste fiscal, com o qual o governo Temer se comprometeu, para colocar nos eixos a economia, e os desafiadores resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Ideb, de 2015 são o pano de fundo para mais investidas como essa, desconsideradas da realidade.</p> <p>Era relação aos efeitos de ajuste fiscal na Educação — e no setor público como um todo —, cujas linhas já foram anunciadas pelo governo, o lulopetismo e parceiros atacaram — a partir de uma promessa falsa. Não é verdade que o Planalto tenha se comprometido a cortar verbas para o setor ou qualquer outro. A proposta de reajustar a dotação orçamentária pelo variação da inflação do exercício anterior não visa a cortar o caixa de programas e instituições educacionais, mas a</p> <p>adequá-lo à realidade econômica do país.</p> <p>De qualquer forma, os pillos indicadores decorrentes do modelo vigente mostram que, por si só, o fechamento orçamentário não resolve a questão de o Brasil não ter uma educação de qualidade. O Ideb do ano passado é um testemunho inequívoco. Por um lado, os números mostram uma preocupante estagnação do ensino médio em todo o país. Ao mesmo tempo, um a luz exemplos de escolas de regiões mais modestas, que, com orçamento bobíssimo, obtiveram desempenho excelente. Fruto evidente de investimentos em gestão, comprometimento de professores e comunidade escolar com uma proposta de trabalho definida, cobrança de metas, envolvimento das famílias etc. São exemplos de que um bom gerenciamento leva a resultados positivos.</p> <p>Também é falso que o país investe pouco em Educação. Pesquisa da OCDE, o grupo de nações mais desenvolvidas, mostra que o Brasil tem o maior crescimento proporcional em investimento na educação pública entre mais de 30 países. O negativo controponto do Ideb só reforça a ideia de que abrir os canais de irrigação orçamentária não é tão determinante quanto atacar as mais causas da má formação dos cidadãos, especialmente no ensino médio — questão que o governo Temer começa a enfrentar com as reformas da MP baixada na quinta-feira.</p> <p>O ajuste fiscal é uma necessidade imperiosa do país, portanto inevitável. Por sua vez, o colapso educacional é uma outra ponta, distinta, das demandas do Brasil. Ele precisa ser solucionado dentro dos marcos da realidade. ■</p>	<h2 style="margin: 0;">Sem mágicas</h2> <p>FÁTIMA BEZERRA</p> <p>Os dados do Ideb 2015 merecem mais atenção — e ação — para que o levantamento tenha real relevância. Os números do levantamento mostram que, ao mesmo tempo em que o ensino fundamental vai bem, destaca-se com apertado de metas, o ensino médio está estagnado desde 2011.</p> <p>Essas projeções crassas — de um lado, progresso de outra estagnação — mostram, em primeiro lugar, que a parceria entre União e municípios deu certo, principalmente por causa da complementação dos programas federais de inclusão social, em particular o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.</p> <p>Em contrapartida, não avançamos no ensino médio, uma obrigação constitucional dos governos estaduais. A má qualidade do serviço prestado não precisa do Ideb para ser constatada. Há pelo menos dois anos, adolescentes e jovens vêm ocupando escolas de todo o país nos alertando que o ensino médio falha, seja na escola pública, seja na particular.</p> <p>A necessidade de mudanças estruturais é gigante. Nossa jovem querem que as escolas se curdadas entrem finalmente no século XXI, cobrando ação dos responsáveis, da classe política à sociedade, dos profissionais de educação às famílias. Eles pedem de todos nós o fim da paralisia, da demotivação, da escassez de recursos, da falta de futuro que as escolas hoje lhes dão.</p> <p>Eles estão certos: passou a hora para que novas práticas e novas metodologias sejam incorporadas aos currículos. E nossa obrigação reagir</p> <p>ao pedido de socorro, não com repressão da política, mas com atualização dos currículos, que não preparem o aluno para a vida nem para o mercado de trabalho. Para isso, o Congresso tem de garantir incentivos reais e não supressão de recursos. Os resultados do ensino básico, no entanto, mostram que não há necessidade de fórmulas mágicas para tirar o ensino médio da estagnação. Basta que sejam cumpridas as metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE), reformular os currículos e dar condições dignas de trabalho e possibilidade de aperfeiçoamento na carreira aos professores, instituir escolas em tempo integral e estabelecer diálogo permanente entre todos os profissionais da educação com a comunidade e os estudantes. Tratar desse assunto com medida provisória, como fez o governo, é inadmissível.</p> <p>O melhor exemplo disso é a redução pela qual passou o ensino técnico nos últimos 13 anos, período em que o número de escolas saltou de 144 para mais de 600. Essas escolas vêm combinando um currículo que privilegia a formação de cidadania e o preparo para o mercado de trabalho. Deu certo: hoje elas são as instituições mais procuradas pelos jovens.</p> <p>É preciso, principalmente, resistir às tentativas de cortes de recursos que ameacem a concretização dessas mudanças, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita os gastos da União, esquecendo-se do essencial: educação não é gasto, é investimento. ■</p> <p style="text-align: right;"><i>Fátima Bezerra é senadora (PT-RR)</i></p>

ANEXO DF – 27 de setembro de 2016

Opinião

CULPA

A CRISE fiscal, de dimensões históricas, pressiona toda a Federação. Mas não era imprevista e nem todos os governantes deixaram de reagir de forma competente a ela. É o que revela O GLOBO, com uma relação de prefeitos muito bem avaliados, na contagem final para o primeiro turno.

A LISTA é pluripartidária: há PT, PSDB, DEM etc. Não vale, portanto, jogar na conta da crise a culpa por um mau governo.

Opinião

VOTOS E ARMAS

A EXECUÇÃO do candidato a vereador Marcos Falcon é mais um macabro movimento, comandado das sombras, de uma das mais violentas campanhas políticas da história do Grande Rio.

O PRESIDENTE da Portela foi a 14ª vítima de uma série de assassinatos que precisam ser investigados a fundo e, simultaneamente, contidos pelos organismos do poder público (Justiça eleitoral e polícia).

TRATAR ESSES esses atentados com pusilanidade será um sinal verde para que a força das armas se imponha ao poder do voto. Uma escala rumo à barbárie.

ANEXO DH – 29 de setembro de 2016

Opinião	
<h2>CRIME GRAVE</h2>	
<p>A TENTATIVA de criminosos de evitar a circulação regular das edições de terça dos jornais “Extra”, da Infoglobo, e “O Fluminense” em São Gonçalo, município fronteiriço a Niterói, já é grave em si, porém fica ainda mais preocupante se colocada dentro do contexto do avanço da criminalidade na política.</p> <p>O ALVO eram reportagens sobre denúncia do Ministério Público contra Eduardo Gordo, candidato a vereador pelo PMDB e ex-presidente da Câmara de São Gonçalo.</p>	<p>O FATO remonta aos ataques, no passado, de grupos políticos às redações e impressoras de jornais, para impedir a circulação de notícias, numa afronta à liberdade de imprensa e ao direito de a sociedade se informar.</p> <p>AGORA, ESTA ocorrência policial se soma a outras em que também é clara a falta de preocupação de criminosos infiltrados na política com as leis e a Constituição. Esta tendência assustadora não pode deixar de ser percebida pelos organismos de segurança pública.</p>

Opinião

PRESSÁGIOS

A DECISÃO da campanha à reeleição do prefeito de São Paulo, o petista Fernando Haddad, de não usar vídeo de Lula no programa partidário é um sinal estridente do inferno astral em que se meteram PT e seu líder supremo.

BASEADO EM pesquisa, o nunca antes imaginado alijamento de Lula de uma campanha se soma ao uso parcimonioso do vermelho por candidatos petistas, e até mesmo a supressão da clássica estrela de santinhos e faixas, quando ela não aparece em tamanho liliputiano.

A SENSACÃO desses próprios petistas, conclui-se, é que vem mesmo um duro troco no partido, pelos seus malfeitos, nas urnas de domingo.